

RELAÇÕES BRASIL-ALEMANHA  
*DEUTSCH-BRASILIANISCHE BEZIEHUNGEN*

# Cadernos Adenauer



2013-2014  
ALEMANHA + BRASIL  
Quando ideias se encontram

ANO XIV · 2013

RELAÇÕES BRASIL-ALEMANHA  
*DEUTSCH-BRASILIANISCHE BEZIEHUNGEN*

EDITOR RESPONSÁVEL  
*Verantwortlicher redakteur*  
Felix Dane

COORDENAÇÃO EDITORIAL  
*Redaktionelle Koordination*  
Reinaldo J. Themoteo

CONSELHO EDITORIAL  
*Redaktionelle Beirat*  
Antônio Octávio Cintra  
Fernando Limongi  
Fernando Luiz Abrucio  
José Mário Brasiliense Carneiro  
Lúcia Avelar  
Marcus André Melo  
Maria Clara Lucchetti Bingemer  
Maria Tereza Aina Sadek  
Patrícia Luiza Kegel  
Paulo Gilberto F. Vizentini  
Ricardo Manuel dos Santos Henriques  
Roberto Fendt Jr.  
Rubens Figueiredo

REVISÃO *Lektorat*  
Reinaldo J. Themoteo  
(português/*portugiesisch*)  
Johannes Tholl (alemão/*deutsch*)

TRADUÇÃO *Übersetzung*  
Maria José de Almeida Müller  
(páginas 43 a 53)  
Susanna Patrícia Berhorn Pinho  
(páginas 113 a 147 e 161 a 221)

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO  
*Titelbild und Grafisches design*  
Cacau Mendes

IMPRESSÃO *Druck*  
Stamppa

---

ISSN 1519-0951

Cadernos Adenauer XIV (2013), edição especial

*Relações Brasil-Alemanha*

Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, outubro 2013.

ISBN 978-85-7504-177-2

---

Todos os direitos desta edição reservados à

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER  
Representação no Brasil: Rua Guilhermina Guinle, 163 · Botafogo  
Rio de Janeiro · RJ · 22270-060  
Tel.: 0055-21-2220-5441 · Telefax: 0055-21-2220-5448  
adenauer-brasil@kas.de · www.kas.de/brasil  
Impresso no Brasil

## Sumário

- 7 Apresentação
- 9 Imigração alemã no Brasil  
VALDIR GREGORY
- 29 Brasil e Alemanha: seis décadas de intensa parceria econômica  
CHRISTIAN LOHBAUER
- 43 Ensino Superior no Brasil: a caminho de “Ciência sem Fronteiras”?  
CHRISTIAN MÜLLER
- 55 O papel da Fundação Konrad Adenauer na  
Cooperação Brasil-Alemanha  
FELIX DANE · REINALDO J. THEMOTEO
- 69 Alemanha e Brasil: uma convergência intencional  
ESTEVÃO MARTINS
- 81 Cooperação internacional para o desenvolvimento de  
biocombustíveis sustentáveis – um exemplo brasileiro-alemão  
MARTIN OBERMAIER · CAREY KING · MARCELO MOREIRA
- 99 Controle de Constitucionalidade:  
uma experiência da Alemanha e do Brasil  
RICARDO SICHEL

# Inhaltsverzeichnis

- III Präsentation
- 113 Zur deutschen Einwanderung in Brasilien  
VALDIR GREGORY
- 133 Brasilien und Deutschland: sechs Jahrzehnte  
intensiver wirtschaftlicher Partnerschaft  
CHRISTIAN LOHBAUER
- 149 Brasilien – Hochschulsystem und Internationalisierung  
CHRISTIAN MÜLLER
- 161 Die Rolle der Konrad-Adenauer-Stiftung  
in der deutsch-brasilianischen Kooperation  
FELIX DANE · REINALDO J. THEMOTEO
- 175 Deutschland und Brasilien: eine gewollte Annäherung  
ESTEVÃO MARTINS
- 189 Internationale Kooperation zur Entwicklung nachhaltiger  
Biokraftstoffe – ein deutsch-brasilianisches Beispiel  
MARTIN OBERMAIER · CAREY KING · MARCELO MOREIRA
- 209 Verfassungskontrolle in Deutschland und Brasilien  
RICARDO SICHEL

## Apresentação

■ As relações entre Brasil e Alemanha são de amizade e também bastante abrangentes, incluindo áreas como cultura, economia e ciência. Trazem como aspecto importante os valores em comum, entre eles a democracia. No dia 13 de maio de 2013 foi aberta pelo presidente da República Federal Alemanha, Joachim Gauck, a Temporada Alemanha+Brasil 2013-2014, cujo tema é “quando as ideias se encontram”. Com extensa e diversificada agenda de eventos, o objetivo do ano da Alemanha no Brasil é estreitar ainda mais as relações entre os dois países e dar mais visibilidade à colaboração existente, fortalecer parcerias e estabelecer outras mais com vistas a superar os desafios do século 21, além de proporcionar espaços de onde se possa conhecer um pouco mais sobre a Alemanha. A Fundação Konrad Adenauer faz parte desta história bem sucedida há mais de 4 décadas no Brasil, promovendo a democracia e a cooperação internacional. Por isso é com grande satisfação que lançamos esta edição especial da série Cadernos Adenauer sobre as relações Brasil-Alemanha, abordando os tópicos imigração alemã no Brasil, economia, intercâmbio acadêmico, a KAS nas relações Brasil-Alemanha, história, aspectos jurídicos e biocombustíveis. Para ampliar o alcance desta publicação decidimos lançá-la em edição bilíngüe, de modo a aumentar o entendimento em dois lados. Desejamos uma boa leitura.

FELIX DANE

*Representante da Fundação Konrad Adenauer no Brasil*





# Imigração alemã no Brasil

VALDIR GREGORY

## INTRODUÇÃO

■ Abordar o assunto da imigração alemã no Brasil numa edição especial dos Cadernos Adenauer, no âmbito das “Relações Alemanha-Brasil” e no contexto do ano Alemanha-Brasil, possibilita trazer ao debate aspectos de longa duração a respeito das relações entre estas nações. Estas relações são antigas, pois o Brasil foi “visitado, explorado e estudado” por falantes da língua alemã desde o período da presença de europeus no continente americano.<sup>1</sup>

A presença de alemães no Brasil implica em migrações. Alemães emigraram da Alemanha para o Brasil. Assumiram a característica de emigrantes de e de imigrantes em (no), ou seja, a de migrantes.

A migração *stricto sensu* pode ser concebida como a passagem física de um lugar para outro, uma experiência que abarca velhos e novos mundos e que continua por toda a vida do migrante e pelas gerações subsequentes. São processos em que migrantes se estabelecem em novas terras, podendo afetar estilos de vida que podem ser recriados e modificados.<sup>2</sup>

Vários aspectos podem ser considerados nesse ato de migrar. Neste texto, pretendo mostrar algumas motivações da saída da Alemanha e fatores de atração para o Brasil, fornecer um panorama desse fenômeno, bem como os fluxos

---

1 Ver <http://www.rodrigotrespach.com/2013/01/01/ano-da-alemanha-no-brasil-2013-2014/>, acessado em 17/04/2013.

2 THOMSON, Alistair. Histórias (co)movedoras: história oral e estudos de migração. *Revista Brasileira de História*. SP, vol., 22, n. 44, (p. 341-363), 2002, p. 341.

e a quantidade de pessoas por períodos. Atentar para vivências individuais e de coletividades em terras brasileiras. Tratar de relações entre imigrantes alemães e população brasileira, entre alemães e imigrantes de outras nacionalidades. Debater aspectos culturais e negociações identitárias. Outros aspectos poderiam ser tratados.

Este texto, então, contempla alguns dados a respeito da Imigração no Brasil, uma rápida análise e algumas opiniões do autor.

## PANORAMA GERAL

■ As migrações de alemães podem ser situadas no âmbito das migrações de europeus a partir da expansão marítima e comercial e da europeização da América. As áreas do atual território brasileiro eram habitadas por populações de culturas variadas que se convencionou denominar de indígenas. A partir do século XVI, a Europa, a África, o Oriente Médio e, mais tarde, a Ásia forneceram migrantes para tais áreas. Neste sentido, a formação da população brasileira foi um processo complexo no que tange às variadas procedências, às diversidades culturais, à ocupação de espaços e à formação de grupos étnico/culturais pelo território brasileiro. Tal processo, além das questões de espacialidade, ocorreu durante cinco séculos, sendo que a temporalidade se constitui em elemento importante nessa dinâmica populacional. Isso permite conceber a formação da população brasileira enquanto um processo de convivências, de conflitos, de intercâmbios, de influências, de resistências e de contribuições que interferiram nas negociações de identidades. Proponho pensar a presença dos alemães neste contexto.

## REGISTROS DO PERÍODO COLONIAL

■ Há referências sobre a presença de alemães desde o século XVI na colônia de Portugal. Pedro Álvares Cabral teria sido acompanhado, em sua frota, por dois alemães, um cozinheiro e um náutico (Meister Johann). Há registros de que religiosos missionários estiveram na colônia. Exploradores, viajantes, escritores, intelectuais, artistas, cientistas alemães constam em documentos diversos. Ulrich Schmidel, Hans Staden, Johan Baptist von Spix, Karl Friederich Philipp von Martius, Alexander von Humboldt (este teria sido impedido de permanecer no Brasil por suspeita de ser espião), Johan Moritz Rugendas, Georg Heinrich von Langsdorff, Otto Grashoff, dentre outros, estão mencionados em vasta bibliografia, sendo-lhes atribuídas significativas contribuições à formação na nação

brasileira.<sup>3</sup> Estas presenças de alemães neste período merecem esta rápida menção, podendo receber atenção maior em outros momentos, mesmo que tenham sido numericamente e relativamente pequenas diante dos indígenas, portugueses e africanos.

## A IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO BRASIL

■ A partir do século XIX, e principalmente com a emancipação política do Brasil na segunda década dos mil e oitocentos, a imigração entrou na pauta da (geo) política do Império brasileiro. Foi sendo adotada uma política de substituição do tráfico de escravos pela imigração de europeus com a finalidade de prover mão-de-obra para as lavouras de café, fornecer camponeses para núcleos coloniais que iam sendo criados e povoar os considerados “vazios demográficos” localizados em áreas fronteiriças. Organizações e estruturas estabelecidas em torno do tráfico negreiro, tais como empresas, embarcações, redes de contato e de negociações, foram (re)direcionadas para a viabilização de fluxos massivos de europeus para a América. São fenômenos de um mesmo sistema que passava por mudanças.

Por outro lado, somente uma pequena parcela da emigração europeia, entre ela a alemã, dirigiu-se para o Brasil, ou seja, em torno de 450000 num universo de mais de 3500000 de emigrantes europeus. De acordo com Lúcio Kreutz<sup>4</sup>, “até 1929, entraram no Brasil 1485000 italianos, 1321000 portugueses, 583000 espanhóis, 223000 alemães (*certamente falantes da língua alemã* – grifo nosso), 86000 japoneses.” Os demais se deslocaram para os Estados Unidos, Uruguai, Argentina, Austrália e para outros destinos.

A emigração de alemães se insere no contexto de motivações gerais da emigração europeia, causadas por transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. O crescimento do capitalismo industrial e a conseqüente decomposição dos liames feudais geraram um ambiente de repulsão populacional diante de uma fronteira aberta e diante do sonho da América. Acrescentando-se, ainda, o desenvolvimento do transporte ferroviário e da navegação a vapor, a suspensão do tráfico de escravos negros.<sup>5</sup> Problemas sociais ligados à dificuldade de acesso à terra e de

3 Ver As relações Alemanha-América Latina no passado e no presente. In: Perfil da Alemanha (Publicado pelo Departamento de Imprensa e Informação do Governo Federal, Redação: Dr. Arno Kepler (texto), 1997, p. 570 a 584.

4 KREUTZ, Lúcio. Magistério e Imigração Alemã: o professor católico teuto-brasileiro da Restauração. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, p. 62.

5 Ver CROUZET, Maurice (org.) História Geral das Civilizações. São Paulo, DIFEL, 1969.

acesso restrito a ocupações satisfatórias no meio urbano disponibilizaram numerosos contingentes populacionais dispostos a migrarem. Houve a convergência de interesses de empresas navegadoras, de agentes de migrantes e da atuação de organizações políticas, sociais e religiosas que proporcionaram ambientes e condições favoráveis à emigração de alemães. Ressalte-se, no entanto, que, nesta dinâmica, houve questionamentos e posições contrárias às políticas favoráveis à emigração. No caso das migrações de alemães para o Brasil, os debates a partir de relatos, que davam conta de situações precárias vividas por alemães, influenciaram para que fossem criadas restrições a estes fluxos migratórios. Assim, milhões de pessoas emigraram sem estarem submetidas a um planejamento consistente em que pesavam o crescimento demográfico, decisões pessoais, a insatisfação e o impulso de se arrisarem em busca de uma vida melhor.

De acordo com Arno Keppler, a imigração alemã na América Latina após as independências ocorreu, na maioria “para o Brasil, opção mais favorável” em função de o reconhecimento ter sido “anterior ao reconhecimento das antigas colônias espanholas” por parte das potências europeias, inclusive pela Prússia. O mesmo autor menciona “uma política organizada de povoamento por imigrantes alemães”. Georg von Schäffer teria planejado “uma rede de pontos de apoio formada por pequenas propriedades agrícolas”, destinada a proteger as fronteiras e fornecer gêneros agrícolas.<sup>6</sup> No caso do Brasil, estas migrações passaram a se dirigir, preferencialmente, para as regiões Sudeste e Sul do país, destacando-se, a partir de 1824, data da fundação da colônia alemã de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. No final desta década, sempre por iniciativa do governo imperial, também foram estabelecidos colonos alemães em São Pedro de Alcântara e Mafra (SC) e em Rio Negro (PR), no ano de 1829.

Além destes grupos de alemães situados na porção meridional do país, foram criados outros núcleos isolados em outras localidades do território brasileiro, como Nova Friburgo (RJ), em 1818, Santo Amaro (SP), em 1828, Santa Izabel e Santa Leopoldina (ES), fundadas respectivamente em 1847 e 1857; Nova Friburgo e Petrópolis (RJ), em 1819 e 1845; Teófilo Otoni e Juiz de Fora (MG), em 1847 e 1852; e São Jorge dos Ilhéus (BA), em 1818. Destas, fora as da região sul, as que mais marcaram a identidade germânica foram as do Espírito Santo.<sup>7</sup> A maioria dos imigrantes alemães do Espírito Santo, deste momento inicial, era procedente da Pomerânia (Santa Maria e Domingos Martins) e da Renânia.

6 Ver *As relações Alemanha-América Latina*, op. Cit., p. 582 e 583.

7 MAGALHÃES, Marionilde Dias Brephol de. *Alemanha, mãe-pátria distante: utopia pangermanista no Sul do Brasil*. Campinas: 1993. Tese (Doutorado), UNICAMP, 1993, p. 12

A intensificação da imigração só aconteceu após 1850, quando a colonização passou a ser responsabilidade dos governos provinciais, sendo que a vinda de alemães, quase exclusiva no início e embora crescente, foi cedendo em volume a outras etnias, destacando-se portugueses, italianos, espanhóis. A iniciativa privada contribuiu na fundação de colônias em Santa Catarina destacando-se a Colônia Blumenau (Hermann Blumenau e Ferdinand Hackradt), em 1850, e a Colônia Dona Francisca, atual Joinville ( Sociedade Hamburguesa), em 1851.

Com relação ao Paraná, houve a migração para Castro, em 1855, e, de 1877 a 1879, chegou número apreciável de alemães do Volga, os teuto-russos. A partir da imigração de teuto-russos foram criadas colônias nas proximidades de Curitiba, abrangendo partes dos Campos Gerais. Estevão Müller<sup>8</sup> trata de imigrantes no Paraná de etnia alemã “de outras regiões da Europa, dominadas pela Rússia, além dos que habitavam as regiões do Volga”. Seriam os bucovinos da Bucovina, os suábios do Danúbio, outros vindos das regiões do Volga, da Sibéria, da Ucrânia e de outras regiões do vasto império soviético. Segundo o autor, em 1887/1888 teriam vindo a Rio Negro os bucovinos. Estes teriam migrado da Baviera para a Bucovina em 1840/1841. De Rio Negro foram para Lapa e Colônias vizinhas. Eram católicos. No município de Palmeira, foram fundados outros povoados com migrantes teuto-russos. Foram separados por religião, sendo os católicos encaminhados para os núcleos Pugas, Lago, Santa Quitéria e Alegre e os protestantes para os lotes Papagaios Novos e Quero-Quero.

A maioria dos alemães chegou no início do século XX, estabelecendo-se em Curitiba, Ponta Grossa, Palmeira, Rio Negro, Ivaí, Irati, Cruz Machado. Mais tardes, no contexto de conflitos bélicos, Suábios da região do Danúbio migraram para Guarapuava, estabelecendo-se em Entre Rios e migrantes oriundos de Danzig dirigiram-se a Cambé e Rolândia.<sup>9</sup>

## ORIGENS E DESTINOS DIVERSOS

■ Esta imigração obedecia a uma política de povoamento do governo imperial, objetivando a ocupação de espaços e “vazios demográficos”. Por parte das províncias também havia políticas de imigração para o povoamento, além de garantir mão-de-obra “livre” para as lavouras de café. Houve investimentos em propagan-

8 MÜLLER, Estevão. De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR). Curitiba, Editora Champagnat, 2005, p. 19 e 38 a 40.

9 Ver STEIN, Marcos. In: VITEC, Harto. Imigração alemã no Paraná: 180 anos (1929-2009). Marechal Cândido Rondon, Editora Germânica, 2011.

das para atrair os imigrantes, envolvendo governos, companhias de colonização e agentes. O agenciamento, o transporte, a recepção, o cumprimento de compromissos, a aceitação de costumes, as práticas religiosas estiveram repletos de percalços, o que provocou reações e críticas, bem como tentativas de proibir e impedir as migrações de alemães para o Brasil.

Houve uma significativa variedade de regiões de procedência de grupos alemães que se dirigiram para o Brasil, durante o século XIX, atestando ampla heterogeneidade cultural. A tabela 02, baseada em Emílio Willems, proporciona uma visão panorâmica da procedência de alguns fluxos iniciais de imigrantes para algumas localidades no Brasil durante o século XIX.

**Tabela 02.** *Procedência de alguns grupos alemães para o Brasil*

<b>Localidade</b>	<b>Fundação</b>	<b>Origem</b>
São Leopoldo RS	1824	Hunsrück, Saxônia, Württemberg, Saxônia-Coburg
Santa Cruz RS	1849	Renânia, Pomerânia, Silésia
Santo Ângelo RS	1857	Renânia, Saxônia, Pomerânia
Nova Petrópolis RS	1859	Pomerânia, Saxônia, Boêmia
Teutônia RS	1868	Westfália
São Lourenço RS	1857	Pomerânia, Renânia
Blumenau SC	1850	Pomerânia, Holstein, Hannover, Braunschweig, Saxônia
Brusque SC	1860	Bade, Oldenburgo, Renânia, Pomerânia, Schleswig-Holstein, Braunschweig
Joinville SC	1851	Prússia, Oldenburgo, Schleswig-Holstein, Hannover, Suíça.
Curitiba PR	1878	Teutos do Volga
Santa Isabel ES	1847	Hunsrück, Pomerânia, Renânia, Prússia, Saxônia
Santa Leopoldina ES	1857	Pomerânia, Renânia, Prússia, Saxônia

Nota: Tabela organizada pelo autor, baseada em informações de Willems, 1980, p. 38-39.

A composição dos grupos de imigrantes e os seus destinos dependiam de agentes na Alemanha, que tinham a tarefa de convencer, organizar e encaminhar, e de receptores brasileiros, que os distribuía, considerando habilidades, interesses (geo)políticos, econômicos. A entrada dos alemães no Brasil, durante o Primeiro Império, ocorria pelo Rio de Janeiro a partir do qual eram organizados e encaminhados aos seus locais de destino. Depois, foram utilizados outros portos, como o de Santos, de Itajaí, de Rio Grande. As colônias, depois de criadas, iam recebendo colonos de diferentes origens. Desta forma, as colônias poderiam ser formadas e compostas por falantes do alemão oriundos de diversas localidades da Europa. A região do Hunsrück forneceu um importante contingente de imigran-

tes camponeses para as colônias da Região Sul, os quais, majoritariamente, eram católicos e falavam o dialeto alemão hunsrück.

Em termos de heterogeneidade e pluralidade de nacionalidades, representadas no Brasil por fluxos quase que contínuos até 1940, o processo de imigração e colonização revela algumas características específicas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Nestes estados, a presença de europeus não portugueses fez com que se formassem núcleos com grupos étnicos com (auto)identidades próprias e culturalmente distintos. Outra característica importante eram os objetivos e as formas de colonizar a porção meridional do Brasil, que buscava o povoamento com colonos, pequenos agricultores que produzissem alimentos em lotes de sua propriedade. Por outro lado, a finalidade da política imigratória adotada na província de São Paulo era solucionar a carência de mão-de-obra nas propriedades destinadas ao cultivo do café. No Sul, interessava povoar áreas de florestas próximas a vales de rios, destacando-se os do Jacuí e Itajaí, fazer do povoamento e da colonização mecanismos de conquista e de manutenção de domínios territoriais.

Além disso, e talvez o fato mais importante, é o de que a concentração de colonos de mesma origem étnica contribuiu na formação de grupos, nas colônias e dentro delas, relativamente homogêneos e isolados. Nestas, a inserção de imigrantes de outras origens étnicas e de brasileiros ocorreu, principalmente, depois do advento da República, em 1889. Neste contexto, os objetivos e orientações do poder público estiveram voltados para a formação de colônias mistas, contrariando interesses empresariais privados de colonização, tanto no Rio Grande do Sul como em Santa Catarina, que vislumbravam maiores facilidades de mercantilização de terras na formação de núcleos mais homogêneos. Os povoados formados dentro dos núcleos coloniais, denominados de linhas, tendiam a receber colonos de origens étnicas e religiosas semelhantes, favorecendo a formação de comunidades mais homogêneas.

Estas situações estão contextualizadas no debate da questão racial no país. De um lado, a ideologia do branqueamento via no abrasileiramento e na mestiçagem de alemães a melhoria da “raça brasileira”. De outro lado, aumentava a preocupação referente ao perigo da formação de “quistos étnicos” no Brasil. A resistência cultural e a busca de integração à nação brasileira geraram tensões, que variavam em intensidade e gravidade de acordo com situações (geo)políticas nacionais e internacionais. Cabe observar que estes núcleos coloniais abrangiam e influenciavam áreas bem mais amplas do que as áreas atuais dos respectivos mu-

nicípios, além da expansão das descendências em seus arredores e por áreas bem mais amplas em décadas e séculos posteriores.

## ALGUNS DADOS E SEUS SIGNIFICADOS

■ Os registros e fontes sobre a presença de alemães nestas e outras localidades apontam para uma migração de alemães para o Brasil durante os séculos XIX e XX. Cabe observar que, por um lado, tais fontes foram produzidas por instituições e órgãos, os mais diversos, que apontam para o que ocorreu nestes tempos. São informações e dados a serem considerados. Por outro lado, as migrações se constituem em fenômenos complexos e de imprecisões em seus registros. As estatísticas sobre a imigração no país prescindem de fontes consistentes e, no caso da imigração de alemães, a complexidade merece ser considerada. Os esforços de captar a mobilidade de alemães para o Brasil e no Brasil e inseri-la em estatísticas, em narrativas e em outros suportes de registros, resultaram, pois, em acervos produzidos na Alemanha, no Brasil e em outras localidades. Neste texto, estou apenas apontando para uma teia complexa de informações e seus suportes que merece ser contextualizada, sendo a Gênese documental um aspecto.

Considero pertinente atentar para as temporalidades e para as espacialidades. Não tenho resposta precisa à pergunta: o que é ser migrante alemão no século XIX, ou em meados do século XX? As fronteiras em relação à Alemanha e seus limites territoriais apresentam flexibilidades durante os últimos séculos. Isto em função da época da unificação alemã (1870), da instabilidade das fronteiras nacionais na Europa, da presença dos falantes de variantes e dialetos do alemão além das fronteiras históricas da Alemanha, das migrações dentro da Europa e das destabilizações étnico-culturais em função de conflitos e de desterrados da Europa central. Volto a estas questões mais adiante.

No entanto, os dados de Mauch da tabela 01, referentes entre 1824 e 1969, servem de parâmetros para mostrar a dinâmica dos fluxos de migrantes alemães para o Brasil em diferentes épocas. Atentar para os períodos, os números totais e as médias anuais possibilita perceber que a migração foi mais intensa de 1872 a 1939. As décadas de 1910 a 1939 apresentam médias anuais mais expressivas.



**Tabela 01.** *Imigração Alemã no Brasil*

<b>Período</b>	<b>Total</b>	<b>MÉDIAs Anuais</b>
1824-47	8.176	355
1848-72	19.523	813
1872-79	14.325	2046
1880-89	18.901	2100
1890-99	17.084	1898
1900-09	13.848	1539
1910-19	25.902	2878
1920-29	75.801	8422
1930-39	27.497	3055
1940-49	6.807	756
1950-59	16.643	1849
1960-69	5.659	629

Fonte: Mauch et al., 1994, p. 165.

Grosso modo, de acordo com o IBGE, a população de origem alemã nas décadas de 1940 e 1950 girava em torno de 20% da população total nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, 7% no Paraná e 2,5% em São Paulo. Estes números de centenas de milhares de imigrantes alemães no Brasil podem ter vários significados. Podem conter (como contêm de fato) indivíduos e grupos diversificados no que se refere às condições econômicas e sociais, às habilidades e profissões, no que tange à religiosidade, a posições políticas, etc. Migraram camponeses sem acesso à terra, artesãos, trabalhadores livres, profissionais qualificados, empreendedores, perseguidos políticos, pessoas contratadas para trabalhos nas colônias, nos governos e em combates. Ou seja, estes migrantes eram portadores de experiências plurais.

Por outro lado, as suas vivências no Brasil também foram as mais variadas. Um número significativo de imigrantes alemães no Brasil dedicou-se às lidas do meio rural. Parte dos imigrantes alemães que vieram para o Brasil foram ou tornaram-se proprietários de terras por ocasião da sua chegada e/ou posteriormente. Muitas outras atividades eram exercidas, tanto quanto artesãos, industriais, comerciantes e profissionais do meio urbano, bem como religiosos e professores. Outros permaneceram ou foram para as cidades, seja devido à falta de infraestrutura nas colônias, seja pela não adaptação às condições da vida rural e do trabalho agrícola no Brasil ou até mesmo por não terem tido a experiência das lidas do

campo. No seu conjunto, a descendência alemã no território brasileiro está distribuída de forma semelhante a outros grupos étnico/culturais oriundos da Europa. Participam da distribuição desigual no que se refere à renda e ao acesso à terra. Estão inseridos no tecido social brasileiro. Têm acesso a níveis médios mais elevados de renda e de formação escolar, se comparados a descendentes de escravos africanos, aos indígenas e aos caboclos.<sup>10</sup>

## AS MIGRAÇÕES INTERNAS

■ Desta forma, os colonos migrantes (alemães, italianos, poloneses, ucranianos, dentre outros) foram portadores de valores, de culturas e de estilos de vida, a partir dos quais se adaptaram, construíram e constituíram um novo espaço social inserido num contexto mais amplo, que condicionou e condiciona modos de ser de migrantes e de seus descendentes.

Mesmo assim, os imigrantes que se fixaram, enquanto camponeses, nas colônias na região Sul do Brasil, não se destacaram numericamente no contexto da imigração brasileira. Mas, cabe considerar a época da fundação das colônias, principalmente as de alemães, que chegaram durante cinco décadas antes que os outros grupos étnicos. Começaram a colonizar as terras florestais desta região do país, e se se considerar o número de descendentes, o significado de sua presença se modifica consideravelmente. Os alemães iniciaram as migrações e a fundação de colônias no Brasil várias décadas antes do que outros grupos étnicos. Quando, no final do século XIX, imigrantes de outras nacionalidades iniciaram seus fluxos migratórios massivos para o Brasil, várias comunidades alemãs já estavam estruturadas. Já havia descendentes seus nascidos no Brasil. Magalhães<sup>11</sup> mostra, sem precisar a época, que a taxa de fecundidade dos alemães era de 8 a 9 filhos para as mulheres que casavam entre 15 e 19 anos e de 7 filhos para as mulheres que casavam entre 20 e 24 anos. Pode-se, assim, observar que tal crescimento, junto a condições socioeconômicas, foi responsável pelo aumento do número de colônias, bem como pelos deslocamentos para diversas localidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e para outras regiões brasileiras. Cabe mencionar, ainda, as migrações para a Argentina, o Paraguai e a Bolívia de descendentes de alemães do Brasil.

10 Ver ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1969. E WAIBEL, Léo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

11 MAGALHÃES, op. Cit., 1993, p. 12.

Tais deslocamentos para novos núcleos, iniciados no final do século XIX, assumiram intensidade e abrangência a partir da segunda década do século XX. Os descendentes de imigrantes europeus do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina enfrentaram a carência de terras nas suas colônias e as elites sulinas buscavam restringir o povoamento com imigrantes e seus descendentes às áreas florestais da região. Os imigrantes alemães, italianos e poloneses que constituíram um espaço de colonização no Rio Grande do Sul, ampliado por um processo de *enxameamento*<sup>12</sup>, ocuparam as terras florestais do Norte e Nordeste rio-grandense até o final de 1940. As áreas de campo, na porção central e do Sul mantiveram os latifúndios pecuaristas e não foram disponibilizadas para a formação de núcleos coloniais para absorver descendentes de imigrantes. Estes tiveram um espaço limitado para desenvolverem suas atividades agropecuárias voltadas à policultura, uma vez que as áreas destinadas à pecuária, antes da chegada dos imigrantes, mantiveram-se dominadas pela economia tradicional, obrigando, mais tarde, os mesmos a subdividirem as colônias com as novas gerações ou migrarem para o Oeste catarinense, para o Sudoeste e Oeste paranaense. Em Santa Catarina e no Paraná, reproduziram-se situações semelhantes às das áreas coloniais do Rio Grande do Sul, sendo que as suas áreas de campo e de latifúndio eram proporcionalmente mais reduzidas.

Nestas circunstâncias, a busca de novas terras configurou o Rio Grande do Sul como um estado expulsor de população e o Paraná como um estado receptor. Santa Catarina, por sua vez, expelia migrantes das áreas mais próximas do litoral e recebia migrantes mais a oeste do estado. O Paraná foi o estado receptor por excelência.<sup>13</sup> Tal processo foi intensificado a partir de 1920, aumentando a migração para o estado do Paraná. Nas décadas de 60 e 70, quando surgiram novas frentes de colonização nas regiões Centro-Oeste e Norte do país, destacando-se os Estados do Mato Grosso e Rondônia, além das frentes de colonização no Paraguai, no norte da Argentina e na Bolívia, as correntes migratórias do Sul forneceram grandes contingentes de euro-brasileiros para a ocupação de frentes pioneiras. Tem-se, pois, um amplo espaço de presença de colonos descendentes de imigrantes alemães pelo território brasileiro, não mais em grupos tão homogêneos, mas com a manutenção, adaptação e a reconstrução de características de identidade germânica.

---

12 ROCHE, op. Cit.

13 GREGORY, Valdir. Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações e identidades no Oeste do Paraná. Cascavel, Edunioeste, 2002, p. 68

Outro aspecto a se considerar é o fato de que imigraram alemães para os núcleos urbanos das colônias e para centros urbanos maiores das cidades brasileiras, atuando no comércio, na indústria e nos serviços. A partir do desenvolvimento de regiões coloniais e do crescimento demográfico, além das migrações para novas colônias e frentes de colonização, ocorreu continuamente o êxodo rural, que se intensificou a partir da modernização agrícola dos anos sessenta do século XX. Em algumas cidades coloniais, há o predomínio de população germânica, que mantém fortes marcas culturais da sua germanidade. Em diversas localidades, as marcas da presença de descendentes de imigrantes alemães são enaltecidas. São preservados e reforçados estilos arquitetônicos germânicos, adaptados e modificados nas casas e prédios privados e públicos. A língua continua sendo falada em ambientes familiares e de encontros comunitários e festivos. Festas populares tornaram-se manifestações étnico-turísticas da imigração alemã em algumas localidades.<sup>14</sup>

Alguns dados servem para a leitura do processo de expansão geográfica dos alemães pelo território brasileiro. Um aspecto a ser considerado é a presença de “igrejas étnicas” no território brasileiro. É o caso da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (ICLB) e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e da Igreja Evangélica Congregacional do Brasil (IECB). Em 1992, havia 375 paróquias da IECLB no Brasil, das quais 237 (63%) na Região Sul, 64 na Região Sudeste (31 no ES), 29 na Região Norte, 26 no Centro Oeste, 18 no Nordeste. A IECLB foi criando, nas últimas décadas, paróquias nas frentes de colonização nos seus distritos eclesiásticos do Centro-Oeste: Mato Grosso, Rondonmat (sudeste de Rondônia e noroeste de Mato Grosso), Alto Rio Madeira (norte de Rondônia e Acre) e Rio Machado (centro de Rondônia): Goiânia (1953), Brasília (1958), Taguatinga (1969), Mineiros (1982), Planaltina (1985), Barreiras (1986), Porto dos Gaúchos (1961), Cuiabá (1971), Sinop (1975), Jaciara (1978), Alta Floresta (1985), Canarana, Matupá, Primavera do Leste e Sorriso (pós-1986), Vilhena (1976), Colorado d’Oeste (1977), Juína e Juruena (pós-1986), Cacoal (quatro paróquias: 1974, 77, 78), Pimenta Bueno (1976), Rolim de Moura e Alta Floresta d’Oeste (1978), Espigão d’Oeste e Nova Brasilândia d’Oeste (pós-1986), Ji-Paraná (1976), Porto Velho (1983), Itapuá d’Oeste e Rio Branco (pós-1986).<sup>15</sup>

14 Ver STEIN e GREGORY. In: VITEC, Harto. Imigração alemã no Paraná: 180 anos (1929-2009). Marechal Cândido Rondon, Editora Germânica, 2011.

15 HAESBERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste. Niteroi, EDUFF, 1997.

É importante destacar que as migrações das áreas de colonização e de outras regiões do país para as novas fronteiras agrícolas tiveram a participação de descendentes de diversas etnias das regiões coloniais e que muitos descendentes de alemães não são protestantes luteranos, podendo ser católicos, sem religião ou de outras profissões religiosas. No entanto, a formação de uma rede de igrejas luteranas nas frentes de colonização é um sintoma da presença de uma parcela e descendentes de alemães, mesmo católicos, pelo território brasileiro, caracterizando vasta influência germânica.

## A NEGOCIAÇÃO DE IDENTIDADES

■ Os alemães se difundiram pelo território e entre a população brasileira, marcando fortemente determinadas áreas e influenciando outras. Esta difusão, no entanto, provocou a necessidade de integração e de convivência com brasileiros de outras origens étnico-culturais, exigindo a predominância de elementos culturais brasileiros. Aproximo estas observações, mesmo que seja em outro contexto, dos debates das fronteiras étnicas de Frederick Barth.<sup>16</sup> Acrescente-se que os meios de comunicação de massa e a globalização estão a interferir fortemente sobre identidades de minorias.

Muitas vezes, os laços familiares, o desejo de permanecerem próximos aos parentes e conhecidos, após a constituição de novas famílias, contribuiu para que grupos familiares adquirissem lotes coloniais nas novas frentes de colonização para, então, se deslocarem em grupos. Isto ocorreu, principalmente, nas colônias do Nordeste do Rio Grande do Sul, do Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste do Paraná. O grupo familiar poderia, também, ser ampliado e/ou substituído pelos laços de vizinhança e da comunidade. Por outro lado, nas antigas colônias, os que ficavam se empenhavam em adquirir os lotes de terra dos colonos que partiam, com o objetivo de manter seus filhos e netos próximos.

Tanto os imigrantes como os descendentes de imigrantes, em geral, mantiveram alguma ligação com a cultura e a sociedade de origem, por maiores que fossem as pressões no sentido da assimilação. Giralda Seyferth<sup>17</sup> afirma que “guardam sempre alguma forma de identificação étnica, por mais que os laços com seus países de origem estejam diluídos. Assim, os fenômenos chamados pelos especialistas de ‘absorção’, ‘assimilação’ e ‘aculturação’ não impedem a persistência

16 BARTH, Fredrick. Grupos étnicos e suas fronteiras. In POUTIGNAT, Philippe. Teorias de etnicidade. São Paulo UNESP, 1998.

17 SEYFERTH, op. Cit., p. 79.

do componente étnico da identidade social dos descendentes de imigrantes, por mais que estes estejam integrados à nova sociedade.”

Na maioria das vezes, o sentimento de pertencimento a uma identidade étnica é definido a partir de elementos como a língua falada no âmbito das relações familiares, os hábitos e outros costumes, os estereótipos associados à condição étnica, além de outros fatores. Neste sentido, Seiferth<sup>18</sup> comenta que “a utilização da língua alemã no meio familiar, certos padrões alimentares, além de outras características, peculiares à ideologia étnica teuto-brasileira (como a concepção de que a eficiência e a capacidade de trabalho decorrem da germanidade, o ideário da *Wohnkultur* – hábito de morar bem, de viver bem), são os elementos que, na opinião dos colonos de origem alemã, os distinguem dos demais.”

Há “assimilação” e “aculturação” das culturas originais imigrantes. Portanto, alguns valores culturais e ideológicos desapareceram, outros permaneceram ou sofreram adaptações. Dentre os elementos culturais mais valorizados estão a língua e alguns costumes, tanto para os colonos como para os que moram em áreas urbanas. Já as diferenciações ocorrem no aspecto religioso, moral e familiar, seja entre imigrantes de etnias diferentes, seja em relação aos brasileiros, cujos convívios se caracterizam por tensões, preconceitos, interações mais intensos e/ou mais leves dependendo de situações internas ao Brasil e/ou de situações envolvendo crises geopolíticas no mundo ocidental. Ocorrem, pois, construções e negociações identitárias de acordo com oscilações nas disputas por hegemonias e ideologias discursivas no tecido social brasileiro. Refiro-me a discursos nas esferas políticas e acadêmicas. Introduzir novos valores ou valores estranhos na cultura de um grupo significa criar um momento de instabilidade, de mudança de atitudes. Emílio Willems<sup>19</sup> comenta que as tentativas de conservar certos valores culturais originários tomam, por vezes, a feição de centros de resistência à assimilação, como por exemplo, na escola, na Igreja Evangélica alemã e na imprensa. Dessa forma, a defesa da identidade étnica e cultural de parcelas de populações de origem ou descendência alemã estabeleceu uma espécie de ideologia, o *Deutschtum* ou “germanismo”. Este conceito assumiu, nos textos produzidos sobre o assunto, o significado étnico-nacional, em alguns momentos, e o sentido cultural, em outras ocasiões.

---

18 SEIFERTH, op. Cit., p. 91.

19 WILLEMS, Emílio. *A Aculturação dos Alemães no Brasil. Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2 ed. São Paulo : Ed. Nacional, 1980, p. 149.

Um dos exemplos mais significativos de resistência cultural foi a criação e a manutenção de escolas vinculadas a comunidades evangélicas e católicas nas colônias alemãs.

**Tabela 03.** *Estatística das Escolas Alemãs no Brasil – 1931*

Estado	Evangélica		Católica		Mista		TOTAL	
	Esc.	Alu.	Esc.	Alu.	Esc.	Alu.	Esc.	Alu.
RS	549	18.938	362	16.666	41	1474	952	37.078
SC	116	4.874	80	4.920	82	3.052	297	12.346
PR	10	309	7	1.142	17	731	34	2.182
SP	6	295	2	609	21	2.261	29	3.165
RJ	1	30?	-	-	4	400?	5	430?
ES	21	705	-	-	1	12	22	717
MG	2	76	-	-	-	-	2	76
BA	-	-	-	-	2	67	2	67
PE	-	-	-	-	1	20?	1	20?
GO	-	-	-	-	1	15?	1	15?
TOTAL	705	25.227	451	23.337	169	8.032	1.345	56.596

Fonte: Mauch et al., 1994, p. 157.

Em torno da escola, como também da igreja e de associações, o cultivo e a preservação de elementos culturais se estendeu a diversas gerações, persistindo mais ou menos até os dias atuais. Pode-se afirmar que alguns dos elementos de preservação e difusão da língua e da cultura alemãs por parte dos imigrantes e descendentes alemães, referem-se à escola comunitária, à imprensa, à ênfase no associativismo, na organização das comunidades religiosas, entre outros. Tendo os imigrantes alemães e seus descendentes vivido relativamente isolados durante algumas décadas, as primeiras escolas e igrejas foram organizadas por eles mesmos. Os professores, a princípio, eram pessoas da colônia, mas com o desenvolvimento destas, vieram os religiosos, que, muitas vezes, se dedicavam, também, ao ensino. Da Alemanha vieram professores contratados pelos colonizadores, cujo papel tinha por meta ensinar a ler, a escrever, a contar e a transmitir valores comunitários e culturais, o que poderia significar manter e reforçar costumes e tradições.

De uma forma geral, o governo imperial e os governos das províncias não tomaram iniciativas significativas com relação à educação nas colônias. Seyferth<sup>20</sup> lembra que “as escolas não surgiram apenas por motivos étnicos, mas, sobretudo,

20 SEYFERTH, op. Cit. p. 82. Ver também Kreutz, op. Cit.

porque o governo brasileiro não teria dado maior atenção à questão do ensino nas regiões povoadas com imigrantes. Para evitar o problema do analfabetismo, eles próprios tomaram a iniciativa de estabelecer escolas, inicialmente comunitárias e depois particulares, que, com o tempo, se transformaram em ‘escolas étnicas.’” Por consequência, milhares de descendentes de imigrantes foram instruídos na língua alemã e com precário conhecimento da língua oficial brasileira.

O resultado deste processo pode resumir-se no “teuto-brasileiro”, ou seja, pessoas que tem no horizonte seus direitos e suas obrigações perante a sociedade e, ao mesmo tempo, moldadas com entusiasmo à língua e às tradições culturais de origem. Aos poucos a língua alemã tornou-se uma espécie de símbolo. Além do ensino da língua alemã, em praticamente todas as colônias, tal fato, por consequência, acabou por estimular o crescimento de publicações de obras literárias e poéticas, de jornais, de revistas e de almanaques, num período que se estendeu até o Estado Novo (1937-1945), quando foi intensificada a campanha de nacionalização. Grande parte dos jornais, revistas e almanaques em língua alemã não se recuperou em relação à sua importância anterior, restringindo-se a alguns semanários, suplementos e publicações de caráter religioso, que continuam até hoje. Estes escritos eram divulgados, tanto para o interior dos núcleos coloniais como para outras províncias. Cabe observar que tais publicações eram sustentadas por estruturas de produção e de distribuição vinculadas a igrejas, associações, congregações religiosas, movimentos políticos e engajamentos culturais. Ou seja, vislumbra-se que havia leitores de língua alemã dispersos pelas áreas de presença de imigrantes e descendentes de alemães.

Assim como a escola, as capelas tiveram grande importância na vida dos imigrantes e descendentes, pois serviam ao mesmo tempo como um local de culto, escola e salão de festas. Esta organização em torno da capela remete a outro aspecto semelhante, desempenhado pelas associações assistenciais e recreativas. Segundo Seyferth<sup>21</sup> “as associações tiveram duplo papel: assumiram um caráter de cunho recreativo e/ou assistencial e serviram à coesão dos grupos étnicos.” Exemplo disto são as sociedades recreativas e esportivas (clubes de caça e tiro, salões de baile, jogos de bolão). Eram atividades de lazer e ao mesmo tempo um lugar de cultivo e preservação de costumes e hábitos dos imigrantes que, aos poucos, foram sendo assimilados pelos brasileiros. No entanto, muitas outras associações que, por terem assumido a divulgação de ideologias étnicas específicas, foram rechaçadas a partir de 1939.

---

21 SEYFERTH, op. Cit., p. 53.



## MARCAS DA GERMANIDADE

■ Características específicas, comunidades diferentes e homogêneas, língua e religião, Alemanha na geopolítica e nas relações internacionais são fatores que costumavam chamar a atenção de autoridades e estudiosos sobre o papel dos alemães no Brasil. Esta situação assumia conotações mais graves durante períodos de tensão, como durante as duas Guerras Mundiais. Exemplos disso foram várias ações desenvolvidas durante o Estado Novo, durante o qual ocorreram repressões e perseguições por motivos étnico-culturais, justificados por motivações políticas de caráter nacionalista.

Como resultado do processo de nacionalização, as expressões públicas de germanidade diminuíram. A língua alemã passou a ser falada menos em público. Diminuíram também as atividades das sociedades e clubes recreativos. A educação passou a ser feita na língua portuguesa. Em certos meios, ser alemão assumia uma conotação de inferioridade, de negação, de exclusão. No entanto, a memória, que não pode ser expressa publicamente, não deixou de se manifestar, até na clandestinidade, e continuou lembrada e transmitida de geração para geração.

De forma geral, a imigração e a colonização alemã no Brasil tiveram um importante papel no processo de diversificação da agricultura, urbanização das cidades, industrialização e cultura, ou seja, em grande parte, acabaram preenchendo e complementando espaços não-preenchidos na estrutura ocupacional brasileira tradicional. Na esfera da religião, muitos pastores, padres e religiosos são descendentes de alemães. Houve e há a presença de descendentes de alemães em posições nas hierarquias de várias instituições religiosas no Brasil. Várias igrejas luteranas foram implantadas com a chegada dos imigrantes e o próprio ritual católico adquiriu certas especificidades nas comunidades alemãs. A vida cultural dos imigrantes também influenciou, por meio de diversas formas a sociedade brasileira, podendo-se destacar certos hábitos alimentares, encenações teatrais, canções, corais de igrejas, bandas de música, programas radiofônicos e outras influências.

Ciro Damke<sup>22</sup> fez um estudo sobre músicas populares alemãs no sul do Brasil cantadas até os dias atuais. Ele informa que o tema da saudade seria o mais recorrente nestas letras de músicas, ou seja, “saudade da *Heimat* (terra natal): *Liebe Heimatland, ade* (querida pátria, adeus); *Tirol, Tirol, Du bist mein Heimatland* (Tirol, Tirol, você é minha terra natal)”.

---

22 DAMKE, Ciro. *Volkslieder* (músicas populares alemãs) no sul do Brasil: aspectos linguísticos, socioculturais e identitários. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

Exemplos característicos são as festas étnicas como a *Kerbfest* e a *Octoberfest*. A *Oktoberfest* foi surgindo como uma forma de manifestação contra as atitudes tomadas pelo Estado Novo em proibir atividades culturais que identificassem a germanidade. Hoje, ela é uma festa que simboliza a alegria alemã, tendo incorporado, com adaptações, modificações e invenções, a gastronomia, a música, a língua alemãs.<sup>23</sup>

## CONSIDERAÇÕES GERAIS

■ A contribuição alemã na colonização e na formação da sociedade brasileira é marcante e característico em vários aspectos. Foi uma imigração organizada que iniciou primeiro e predominou até a década de 70 do século XIX. As questões que envolvem a língua (não-latina), a escola e a religião revelam forte resistência e marca da diferença, uma vez que o alemão continua sendo falado. Instituições religiosas marcadas por tradições germânicas atuam em grande parte do território brasileiro. A escola e a imprensa alemãs contribuíram nos índices de alfabetização e de difusão de hábitos de leitura. A formação de um campesinato típico, com forte herança da Europa Central e significativa contribuição na agricultura familiar no Brasil é responsável pela criação de determinados animais e pelo cultivo de produtos agrícolas, a exemplo da suinocultura e da triticultura, e pela estruturação de uma forte agroindústria cooperativa e privada. Intercâmbios científico-tecnológicos entre a Alemanha e o Brasil vem contribuindo em avanços na academia e em inovações científico-tecnológicas.

■ **Valdir Gregory** | Doutor em História pela UFF/Niterói, Professor Associado da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná e líder do grupo de pesquisa Cultura, fronteiras e desenvolvimento regional.

---

23 Ver texto de GREGORY e STEIN. In: VITEC, Harto. Imigração alemã no Paraná: 180 anos (1929-2009). Marechal Cândido Rondon, Editora Germânica, 2011, p. 360ss.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- As relações Alemanha-América Latina no passado e no presente. In: *Perfil da Alemanha* (Publicado pelo Departamento de Imprensa e Informação do Governo Federal, Redação: Dr. Arno Kepler (texto), 1997, p. 569-604.
- BARTH, Fredrick. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. *Teorias de etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.
- CROUZET, Maurice (org.). *História Geral das Civilizações*. São Paulo: DIFEL, 1969.
- DAMKE, Ciro. *Volkslieder* (músicas populares alemãs) no sul do Brasil: aspectos linguísticos, socioculturais e identitários. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.
- GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações e identidades no Oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- HAESBERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.
- <http://www.rodriegotrespach.com/2013/01/01/ano-da-alemanha-no-brasil-2013-2014/>, acessado em 17/04/2013.
- KREUTZ, Lúcio. *Magistério e Imigração Alemã: o professor católico teuto-brasileiro da Restauração*. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica.
- MAGALHÃES, Marionilde Dias Brephol de. *Alemanha, mãe-pátria distante: utopia pangermanista no Sul do Brasil*. Campinas: 1993. Tese (Doutorado), UNICAMP, 1993.
- MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.) *Os Alemães no Sul do Brasil: Cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. Ulbra, 1994.
- MÜLLER, Estevão. *De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)*. Curitiba: Editora Champagnat, 2005.
- ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília : UnB, 1990.
- VITEC, Harto. *Imigração alemã no Paraná: 180 anos (1929-2009)*. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2011. 259 p.
- WAIBEL, Léo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.
- WILLEMS, Emílio. *A Aculturação dos Alemães no Brasil. Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.



## Brasil e Alemanha: seis décadas de intensa parceria econômica

CHRISTIAN LOHBAUER

■ Foi durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek, na segunda metade da década de 50, que a República Federal da Alemanha iniciou uma parceria econômica que foi e permanece sendo determinante para o desenvolvimento do Brasil. A então Alemanha Ocidental partira para sua trajetória de recuperação após o desastre da II Guerra. Após uma década de reorganização interna, aplicou o “Modelo Renano” de Economia Social de Mercado, que possibilitou o milagre econômico alemão, o *Wirtschaftswunder*, coordenado por Ludwig Erhard. A Alemanha investiu sua energia e capacidade na integração europeia e na condição de país produtor e exportador de produtos de valor agregado. Escolheu algumas regiões do mundo para estabelecer suas empresas, entre elas, afortunadamente, estava o Brasil. A chegada da Companhia Siderúrgica Mannesmann em 1954, e logo depois a Usina Sofunge que viria a ser parte da Mercedes Benz em 1955, além da fábrica da Volkswagen na Via Anchieta em 1959, são exemplos do início de um processo de investimento e confiança no Brasil que nunca deixou de existir.

A participação alemã no desenvolvimento econômico do Brasil fortaleceu-se a partir do início dos anos 60. Em maio de 1964, pouco mais de um mês após o movimento que mudou o regime político brasileiro, o presidente Heinrich Lübke visitou o Brasil. Embora a visita do Presidente da Alemanha não tenha a mesma importância da visita do Chanceler, tratava-se da primeira visita oficial de um chefe de Estado estrangeiro ao Brasil sob o novo regime. Lübke fez questão de confirmar financiamentos para vários projetos de infraestrutura acordados ainda durante o governo de João Goulart e garantiu que o fluxo crescente de investimentos no país não seria cortado. Na ocasião, o Brasil era o maior exportador

latino-americano para a Alemanha e o presidente reiterou o interesse de seu país em manter-se firme e comprometido com o desenvolvimento do Brasil.

O interesse e o engajamento alemães atingiram seu auge nos anos 70 quando os investimentos alemães nas indústrias de base, química, máquinas, equipamentos, e automobilística, chegaram e se fixaram no Brasil com força total. Foi a época em que o Presidente Ernesto Geisel realizou a maior missão econômico-empresarial à Europa até então. Em março de 1978 Geisel esteve na República Federal da Alemanha marcando um momento único na história bilateral, não apenas porque a última visita de um chefe de Estado brasileiro a Alemanha datava de mais de um século – em abril de 1877, Dom Pedro II esteve em Berlim visitando o Kaiser Guilherme I – ou porque o presidente viajava com uma comitiva com mais de 90 políticos, empresários, economistas e jornalistas, mas porque as expectativas de aprofundamento e cooperação eram grandes. Foi o momento histórico em que se consolidou o acordo nuclear bilateral assinado, ainda em junho 1975. Era o início do governo de Helmut Schmidt que buscava se fortalecer após a crise resultante da renúncia de Willy Brandt, em 1974. Nesse contexto, o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha foi tratado pela mídia como um grande acontecimento. Tratava-se do maior contrato de exportação da indústria alemã e deveria ter uma duração de quinze anos. Os compromissos assumidos pelas onze empresas que participavam do contrato continham o envio de oito reatores, prospecção, exploração e utilização comercial de urânio natural brasileiro, fábricas de preparação e produção de material físsil, além da construção de usinas em associação com a estatal brasileira Nuclebrás. O acordo trouxe uma outra dimensão às relações bilaterais e gerou críticas em função dos compromissos com o Tratado de Não Proliferação Nuclear. No entanto, os objetivos da Alemanha eram claros: baseavam-se em interesses comerciais e tiravam proveito de uma tecnologia que esta desenvolvera ainda nos anos 50 em função da reconstrução de sua economia e da necessidade de produzir energia que garantisse altas taxas de crescimento.

O acordo bilateral estabeleceu o que o estudioso Wolf Grabendorf iria definir como a típica e ideal relação complementar “norte-sul”, entre um país desenvolvido e um país em desenvolvimento, compreendida no contexto da Guerra Fria. Mas esta proximidade entre os dois países gerou tensão internacional. A questão nuclear juntou-se à percepção de desrespeito aos direitos humanos no Brasil pelo governo do presidente Jimmy Carter recém-eleito em 1976 ao posto máximo nos Estados Unidos. Até 1977, sistemáticas consultas e visitas entre autoridades norte-americanas e alemãs, incluindo o vice-presidente Walter Mondale e o Ministro Hans Dietrich Genscher, foram realizadas para tentar rever ou reverter o acordo

Brasil-Alemanha. Os dois países permaneceram firmes na decisão de manter os contratos e a administração Carter teve que dar sinais de moderação, considerando que sua política pacifista colidia com os interesses da própria indústria nuclear exportadora.

Apesar da euforia do milagre brasileiro, o Brasil entrou em rápida depressão no início dos anos 80. A chegada da crise econômica resultante do aumento dos juros internacionais e da explosão da dívida externa brasileira coincidiu com o processo de transição para a democracia. Ainda em maio de 1981 o Presidente João Figueiredo visitou a Alemanha e anunciou as dificuldades do país. Em Bonn, Figueiredo expôs a condição brasileira de vítima da explosão dos preços do petróleo. A Alemanha não se intimidou com a crise e a transformação institucional no seu maior parceiro latino-americano, apesar de reduzir substancialmente seus investimentos no país e verificar momentos difíceis para os grandes grupos industriais, em especial a tensão do setor automobilístico frente a greves e instabilidade econômica. Interessava à Alemanha a estabilidade no Brasil e na América Latina. Foram anos turbulentos. O endividamento e a inflação enfraqueceram o regime e a abertura política veio acompanhada de instabilidade econômica. Uma transição negociada, sob o impacto da morte repentina do presidente Tancredo Neves, foi capitaneada pelo vice-presidente José Sarney. Depois de uma década atingindo recordes de produção e lucratividade no país do milagre econômico onde bilhões de marcos foram investidos, empresas como Volkswagen, AEG, Mannesmann, Krupp, Siemens, Basf e Bayer, defrontavam-se com dificuldades que não poderiam sequer ser imaginadas alguns anos antes. Um processo de distanciamento estava em curso. No mesmo período, foi promulgada a Constituição de 1988 que trazia no seu bojo uma série de medidas que, embora ainda não regulamentadas, traziam incerteza ao investidor estrangeiro. O caráter muitas vezes repulsivo ao capital estrangeiro e o alto conteúdo “social” da nova constituição traziam incertezas que desde então fizeram da economia brasileira pouco competitiva, porque tornara-se cara em seus custos tributários e trabalhistas. Era necessário esperar para ver o que o ano de 1989 traria. Vieram a derrocada do mundo socialista, as eleições presidenciais no Brasil e a queda do Muro de Berlim.

A queda do muro de Berlim e a derrocada do socialismo soviético abriram a oportunidade para que Helmut Kohl negociasse a unificação alemã em outubro de 1990. No Brasil, a política externa priorizou sua atuação a serviço da política de desenvolvimento com um projeto de modernização. Esse projeto foi uma reação nítida (e mal conduzida) ao início do processo de globalização econômica. O Brasil abdicou da opção nuclear, anunciou a formação do Mercosul e partiu

para uma atabalhoada liberalização econômica, correta na concepção, desastrada na aplicação.

Foi nesse contexto que Helmut Kohl veio ao Brasil e a outros países da América Latina em 1991. A Alemanha buscava encontrar um novo papel após a Guerra Fria. O Brasil e a América Latina tiveram que se conformar com uma relativa queda na importância da agenda externa da Alemanha unida. O custo da unificação alemã e o aprofundamento no processo de integração europeia após o Tratado de Maastricht em 1992 foram muito altos para a sociedade germânica. A globalização trouxe a realidade da internacionalização empresarial, a interdependência econômica, a expansão dos investimentos estrangeiros e o domínio do sistema financeiro na economia mundial. A Alemanha continuou sendo pilar do conhecido “eixo funcional” das relações bilaterais, e assim como a Itália (em bem menor proporção) focou-se nas relações econômicas e no investimento produtivo no Brasil. Embora tenha sido pouco ativa no processo de privatização das comunicações e do sistema financeiro do Brasil, áreas nas quais não tem tradição, permaneceu ainda nas primeiras posições entre os investidores e abriu a nova frente de interesse no país: a defesa do meio ambiente e a indústria ambiental.

O fim da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a ECO-92, no Rio de Janeiro, e alguns meses depois a queda do Presidente Collor de Mello, acusado de corrupção por meio de um processo de *impeachment*, trouxeram instabilidade para a economia e para a implementação de projetos de defesa da Amazônia, demarcação de terras e financiamentos de projetos de defesa do meio ambiente. O tema do desenvolvimento sustentável passou a ser prioridade nas relações bilaterais, considerando que o Brasil ganhara importância no tema pelas suas dimensões e pela grande quantidade de projetos com financiamento alemão. Nos anos 90, além das tradicionais pautas de comércio e investimento, incluía-se na agenda bilateral o tema do desenvolvimento sustentável e da ecologia. Outro aspecto marcante das relações bilaterais neste período foi a relevância dos acordos regionais de livre comércio. A Alemanha permanecia junto com a França como a grande promotora da integração e aprofundamento das relações da União Europeia, assim como Brasil e Argentina se articulavam para avançar no Mercosul.

No final de 1994, ainda durante a conclusão do seu governo, o presidente Itamar Franco e seu então ex-ministro da Fazenda e novo Presidente da República eleito, Fernando Henrique Cardoso, foram a Miami participar do lançamento da Iniciativa para as Américas. Lançada pelo presidente Bush mas mantida pela gestão do presidente Clinton, a iniciativa buscava o plano audacioso de criar uma



área de livre comércio das Américas, a Alca, liberalizando o comércio em praticamente todo o continente americano com exceção de Cuba.

Foi neste contexto de proliferação de acordos de livre comércio, paralelos ao que viria ser a consolidação do processo de liberalização comercial universal através da Organização Mundial de Comércio (OMC), que foi assinado o Acordo Quadro Inter-Regional de Cooperação entre os Estados da União Europeia e do Mercosul em dezembro de 1995. Apesar da sequência de crises financeiras enfrentadas nos anos seguintes, com destaque para a crise do México em 1995, da Rússia em 1997, da Ásia em 1998, do próprio Brasil em 1999 (com o abandono do câmbio fixo do Real), das empresas virtuais em 2000 e da crise de 11 de setembro de 2001, os processos de integração regional continuaram a ser promovidos. A percepção de que o livre comércio é um dos motores da criação de riquezas se impunha sobre as administrações de muitos países e uma grande quantidade de acordos bilaterais proliferou durante o final dos anos 90 e início do século XXI, constituindo o que se denominou como *spaguetti bowl* comercial. A própria OMC lançou uma nova Rodada de negociações multilaterais em Doha, com o objetivo de ampliar a redução de tarifas de importação universais, além de aprofundar as regras de comércio para várias outras dimensões do comércio internacional.

Alemanha e Brasil entraram no século XXI dentro de um panorama de euforia com uma eventual liberalização comercial mundial que poderia ter ocorrido com as negociações da Rodada do milênio da OMC e posteriormente com a rodada de negociações comerciais de Doha. Uma euforia também guiada por um novo impulso de desenvolvimento sustentado por empresas de tecnologia recém-criadas que indicavam uma onda de avanços da sociedade universal. O exercício de integração europeia deu passo audacioso com a introdução do euro, a moeda comum europeia, em 2002. Tentativas de se consolidar negociações comerciais regionais foram realizadas entre 2001 e 2004. Mas a história pregou algumas peças naqueles projetos que pareciam garantir o sonho de integração, cooperação e desenvolvimento ocidental.

O Mercosul entrou em sua primeira crise de desvalorização cambial em 1999 com a desvalorização da moeda brasileira e, desde então, permaneceu em sistemática tensão comercial, principalmente entre Brasil e Argentina. A liberalização comercial que se vislumbrava no ano 2000 para ocorrer nos países do Mercosul nos quinze anos seguintes não se confirmaria. Pelo contrário, em vários momentos o processo de integração foi questionado na sua essência e, em inúmeras ocasiões, o Tratado de Assunção foi pisoteado, tanto na sua dimensão comercial quanto na sua dimensão política. “Mecanismos de Adaptação Competitiva” foram estabe-

lecidos nas relações comerciais, protecionismos e impedimentos burocráticos de toda a natureza foram criados, principalmente pela Argentina em relação ao Brasil, fazendo do Mercosul um processo de integração desacreditado. Até a adesão da Venezuela de Hugo Chavez foi imposta de maneira infame sobre o processo de integração, politizando-o a ponto de desmoralizá-lo.

A União Europeia também ingressou em momento nebuloso. Em 2008, uma crise financeira sem precedentes na história recente trouxe à tona o estouro de movimentos financeiros especulativos que tiveram que ser absorvidos pelos tesouros dos Estados nacionais para evitar um colapso do sistema financeiro internacional e consequências sociais trágicas para toda a sociedade universal. Tanto Estados Unidos quanto países da União Europeia tiveram que lidar com uma situação de endividamento que não conheciam desde a II Guerra Mundial. Os espaços para esforços de liberalização comercial e integrações regionais ficaram condenados por período indeterminado. Desde o Tratado de Masstricht em 1992 e depois da união monetária em 2012, a União Europeia passou definitivamente a adotar políticas comuns formuladas em Bruxelas. A crescente importância das políticas comercial e agrícola, as duas oriundas de decisões comunitárias, foi alterando a importância da agenda Brasil-Alemanha para a agenda regional, mesmo com todas as incertezas dos dois processos de integração regional, com destaque para a desorientação do Mercosul. As relações do Brasil com a Alemanha passaram a ser uma sub-relação das relações do Brasil com a União Europeia.

Na segunda década deste século as relações Brasil e Alemanha já não podem mais ser compreendidas dentro das tradicionais relações bilaterais avaliadas nas décadas anteriores. Nem tampouco dentro do espírito positivo das integrações regionais e do processo de integração inter-regional EU-Mercosul. As conjunturas regionais, principalmente a agenda europeia e as ações de política comum da UE é que definem os principais vetores da relação. Comércio e investimentos são parte de uma estratégia cada vez mais necessária na região continental europeia. A parceria econômica que já está para completar seis décadas situa-se em um mundo interconectado, interdependente e ao mesmo tempo endividado e inadimplente. No entanto, a conjuntura deixa poucas oportunidades exclusivas para Brasil e Alemanha.

Algumas delas, que podem ser vistas como uma nova dimensão de investimento e cooperação existente na relação bilateral são os interesses comuns no desenvolvimento de novas fontes de energia renovável, e o interesse alemão na expansão do agronegócio brasileiro. A energia e o agronegócio são partes de um mesmo complexo quando se pensa na produção de cana-de-açúcar, soja ou milho,

por exemplo, e a base para a substituição de parte do consumo de petróleo nos dois países e respectivas regiões em integração. Além disso, são partes essenciais da produção de carnes de aves e bovina, produtos importados em grandes volumes pela Alemanha para beneficiamento e consumo. No final da primeira década deste século esta nova dimensão se abriu nas perspectivas de intercâmbio econômico entre Brasil e Alemanha. Perspectivas que podem ser acompanhadas pela indústria química, farmacêutica e mecânica que navega a reboque do desenvolvimento agrícola e urbano brasileiros. Na agricultura está incluída a biotecnologia, que incorpora um novo mundo na transferência de conhecimento e pesquisa genética em medicamentos e sementes por exemplo; e a participação com fornecimento de produtos e serviços em grandes eventos internacionais como a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016. Mas há obstáculos a serem superados.

## ○ PERÍODO DO GOVERNO LULA E DILMA

■ O governo do Presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores assumiram o poder no Brasil em 2003. Confirmada a vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva e da democracia, a Alemanha anunciou estimativa de investimentos de mais de 7,5 bilhões de dólares das dez maiores empresas multinacionais alemãs instaladas no Brasil. Além disso, acenou interesse para investimentos de até 10 bilhões de dólares em projetos de infraestrutura até 2008. Com isso os alemães tinham intenção de retomar sua posição de segundo maior investidor, ou quem sabe ocupariam até a primeira posição, superando Estados Unidos e Espanha, maiores investidores no Brasil entre 1996 e 2002. Confirmando-se todo o investimento planejado, a Alemanha aumentaria significativamente seu estoque de capital no Brasil que somava 19 bilhões de dólares em 2003.

A iniciativa do governo da Alemanha e de sua comunidade empresarial em incentivar e promover as relações econômicas com seu tradicional parceiro sul-americano ganhava ainda mais relevância quando se verificava a difícil situação interna do país e a atual conjuntura econômica europeia. Durante a década de 90 a Alemanha sofreu duramente com os gastos da unificação. Mais de 1 trilhão de dólares foram injetados na região da ex-Alemanha oriental com o objetivo de igualar sua infraestrutura aos padrões da ex-Alemanha ocidental. O país ultrapassara o limite dos 3% de déficit fiscal exigido pela União Europeia e a Europa aguardava aflita a decisão de suas instituições comuns para definir que tipo de punição deveria ser aplicada sobre a maior economia do continente. O

desemprego atingia mais de 4 milhões de trabalhadores. Para complicar, o euro encontra-se em momento de valorização em relação dólar norte-americano o que aumentava os custos das importações e reduzia as exportações, reduzindo também o último e fundamental setor da economia que ainda apresentava algum dinamismo. Considerando a adesão de dez novos membros à União Europeia a partir de 2004, a maioria no leste europeu, poderia se supor que pouco sobraría para investir no Brasil.

Diante de tal situação interna não deixou de ser significativa a iniciativa de apoiar o Brasil e seu novo governo com medidas claras de investimento e financiamento. Esta atitude, além de confirmar uma relação histórica de parceria para o desenvolvimento, demonstrava a diferença de percepção que a Alemanha mantinha do Brasil em relação a outros países europeus e também em relação aos Estados Unidos. Enquanto o mercado internacional fixava-se em análises superficiais de risco, os alemães continuaram acreditando. Mas o período que viria se mostrou ambíguo.

Em mais de uma década no poder, considerando a eleição da presidente Dilma Rousseff em 2010 como uma sequência direta das políticas dos mandatos anteriores, pode-se considerar que as relações do Brasil com a Alemanha deixaram a desejar considerando as oportunidades que oferecem. Embora não reconheça e provavelmente não venha a reconhecer, o governo Lula sabiamente adotou a mesma política econômica que herdou do governo que o antecedeu. A política de estabilidade econômica com inflação controlada que foi iniciada em 1994 garantiu o equilíbrio necessário para provocar a explosão de consumo, o aumento das vagas de trabalho e a possibilidade de equilibrar as contas públicas. Entre 2003 e 2008 o governo Lula enfrentou uma situação externa favorável que o país não enfrentava desde a primeira metade dos anos 70. Sem enfrentar nenhuma crise internacional e com os preços das *commodities* agrícolas e minerais em alta durante o período, o governo brasileiro teve a chance histórica de realizar transformações vitais aguardadas por décadas pela sociedade, com destaque para a reforma fiscal e os investimentos em infraestrutura. Mas não foi isso que ocorreu. A demagogia, o populismo e a incompetência administrativa determinaram outro caminho. Com a riqueza disponível deu-se prioridade a maiores gastos do Estado com políticas distributivistas e “sociais”. Ao invés de investimentos em infraestrutura para ampliar as possibilidades disponíveis de estradas, ferrovias, portos e aeroportos, preferiu-se a promoção do consumo. No lugar do investimento na eficiência do Estado optou-se pela sua ampliação. Na política energética optou-se pelo fortalecimento da Petrobrás com todo o seu gigantismo e subestimou-se a importância

de outras fontes de energia renovável como o etanol, onde havia aproximação intensa com a Alemanha.

Na política externa o governo do PT encontrou espaço para as alas mais exaltadas da esquerda do partido. Desenvolveu uma política externa anacrônica, ainda em curso, refratária aos Estados Unidos da América, pouco pragmática em relação à Europa Ocidental e verdadeiramente distante do Japão. Optou por focar suas energias na região sul-americana, procurando aplicar uma liderança tímida e confusa, com regimes nitidamente suspeitos, descrentes dos princípios democráticos e alguns de orientação “bolivariana”, conceito ainda de difícil entendimento para a ciência política. Em sua orientação não exclusivista, deu prioridade à agenda “sul-sul” focando ações retumbantes com Rússia, Índia e China mas com resultados pífios. Embora ciente das agendas internacionais conflitantes e não alinhadas entre os países do grupo, insistiu em uma agenda estratégica que nunca mostrou a que veio. Em uma década, o comércio brasileiro continuou a exportar praticamente os mesmos produtos a esses e outros grandes mercados com a mudança nos volumes e preços que deram impressão de boa *performance* comercial. A realidade evidencia que o comércio brasileiro passou a importar dezenas de bilhões de dólares destes e outros países mais competitivos no setor manufatureiro sem que nada tenha sido feito internamente para garantir a competitividade da produção brasileira. Dezenas de multinacionais, incluindo as persistentes empresas alemãs com seu histórico de décadas no Brasil, algumas com mais de um século, também passaram a refletir sobre a permanência de sua produção no país.

Os tempos mudaram muito nos últimos sessenta anos. E as relações entre Brasil e Alemanha, apesar de todos os obstáculos, não deixaram de se adaptar aos tempos. Graças ao setor privado, procurou-se manter a complementaridade econômica, o compromisso dos alemães no desenvolvimento do Brasil, a tradição de confiança recíproca e as perspectivas de que o futuro reserva progresso para ambos os lados. Deve-se considerar que, com raras exceções, o empreendimento alemão no Brasil tem saldo histórico positivo. Para o futuro, no entanto, parte das relações estarão sob a responsabilidade da União Europeia e restará ao setor privado alemão focar em algumas prioridades.

## DESTAQUE PARA A OPORTUNIDADE DO AGRONEGÓCIO

■ Muito se tem escrito sobre as complementaridades das economias do Brasil e da Alemanha. Como colocado anteriormente são profundas as relações que estes dois países desenvolveram principalmente após a II Guerra Mundial, notadamen-

te no que se refere à contribuição da Alemanha ao desenvolvimento do Brasil. As máquinas e bens de capital, os equipamentos elétricos, a química, a tecnologia farmacêutica já são sinônimos da presença alemã no Brasil. Durante décadas, o Brasil tem sido fornecedor de matérias primas, alimentos e também produtos manufaturados aos alemães. De lá para cá recebemos produtos de alto valor agregado e tecnologia de ponta. Mais recentemente, Brasil e Alemanha desenvolveram uma relação no campo do desenvolvimento sustentável e das preocupações com a ecologia e preservação da natureza. Equipamentos de tratamento de águas, resíduos sólidos e reciclagem tem sido parte das transações comerciais entre os dois países.

Se existe um setor em que as relações bilaterais podem ser aprofundadas e em que oportunidades de interesse mútuo estão disponíveis, este setor é o do agronegócio, especialmente em sua vertente voltada ao fornecimento de alimentos e sua vertente energética. É evidente que não se trata de questão simples tratar do assunto com os europeus. O mundo inteiro está consciente das dificuldades que a Europa tem para tratar do acesso a mercados de produtos agrícolas e do caráter político que envolve os subsídios e o apoio interno aos agricultores europeus. Mas Alemanha e Brasil têm interesses comuns que podem ajudar a viabilizar e flexibilizar o acesso de produtos do agronegócio. Está-se referindo aqui à importância que os governos dos dois países têm dado à produção e ao uso de energias renováveis. Os dois países têm programas federais que visam promover combustíveis alternativos como o etanol e o biodiesel. Políticas públicas foram criadas para atender demandas ambientais na esfera local e global, promover o desenvolvimento rural, descentralizar a criação de empregos e garantir a segurança energética tornando as economias menos dependentes de combustíveis fósseis.

A Alemanha é hoje um dos países líderes na tecnologia e produção do biodiesel e óleo vegetal, além da bioenergia oriunda de biomassa, do vento e também do sol. O Brasil é o maior produtor de etanol do mundo, tem tecnologia em biomassa e como um dos maiores produtores de grãos também desenvolve biodiesel. Os dois países são ativos participantes dos debates internacionais para desenvolvimento sustentável, são signatários do Protocolo de Kyoto, têm legislações para controle de emissão de dióxido de carbono e apoiam, embora de forma errática no caso brasileiro, projetos para aumentar a quantidade de etanol na gasolina.

A Comissão Brasil-Alemanha de Agribusiness tem trabalhado ativamente para fazer com que o agronegócio dê nova dimensão às relações bilaterais e inter-regionais. Representantes das comunidades empresariais e dos dois governos realizam um trabalho técnico e político sistemático para que a complementaridade característica entre as economias dos dois países seja projetada também para o

agronegócio. De forma bastante pragmática, diferentes projetos de cooperação e de interesse comercial estão sendo desenvolvidos não só para biocombustíveis, mas também para suco concentrado, frutas, carnes, pesquisa em sementes e vegetais e gestão em qualidade de alimentos. Investimento conjunto para incremento comercial e garantias de energia renovável.

Os críticos mais duros têm se referido constantemente à falta de pragmatismo dos trabalhos das comissões bilaterais. Desta vez, no entanto, o esforço tem sido grande para que haja avanços práticos com projetos politicamente viáveis, apesar dos desencontros das políticas públicas brasileiras e dos marcos regulatórios incertos. O investimento no agronegócio brasileiro é um exemplo de um jogo ganha-ganha. É garantia de dividendos ao investidor, viabiliza alimentos e energia de qualidade e bom preço ao consumidor brasileiro e europeu sem necessariamente confrontar com a política agrícola europeia, e principalmente, é uma maneira relevante de se produzir alimentos com aumento de produtividade e reduzir a pobreza em países em desenvolvimento. Da perspectiva energética, contribui para a melhoria da qualidade da água e do ar, reduz o efeito estufa, e viabiliza a consolidação de projetos de energia renovável tão necessários para o desenvolvimento econômico.

## BRASIL E ALEMANHA HOJE E NO FUTURO

■ Na América Latina, o Brasil permanece sendo de longe o maior parceiro comercial da Alemanha. A Alemanha tem ocupado entre o quinto e sexto lugar entre os principais parceiros do Brasil entre 2010 e 2012, depois de China, Estados Unidos, Argentina, Holanda, e Japão. O volume de comércio bilateral com a Alemanha ultrapassou os 24 bilhões de dólares em 2011 (18% a mais do que em 2010). As exportações brasileiras chegaram a 9 bilhões de dólares em 2011. Os principais produtos de exportação permanecem sendo minério de ferro, café em grão, aviões, soja, petróleo e suco de laranja. As importações da Alemanha alcançaram volume de 15 bilhões de dólares, principalmente em automóveis, autopeças, caminhões, produtos químicos e farmacêuticos, máquinas e equipamentos. O comércio bilateral com a Alemanha alcança cerca de 25% do comércio bilateral do Brasil com a União Europeia, que gira em torno de 100 bilhões de dólares e ocupa o primeiro lugar entre os blocos econômicos.

Existem cerca de 1600 empresas de capital alemão no Brasil, e cerca de 800 estão situadas em São Paulo, o maior centro de representação industrial da economia alemã em território estrangeiro. Três Câmaras Brasil-Alemanha de Comércio

e Indústria com sede em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre e um correspondente do *Germany Trade and Invest* (Gtai) em São Paulo fazem da atividade empresarial germânica no Brasil um trabalho permanente. Anualmente, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias Alemãs (BDI) realizam o Encontro Econômico Brasil-Alemanha, que chega à sua 31ª edição em 2013, além de sua 40ª reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica. São mais de 140 anos de relações diplomáticas bilaterais, que são muito ativas tanto nos acordos quanto no grande número de delegações nacionais e regionais que visitam ambos os países. Em 2012 o capital acumulado de investimento alemão no Brasil atingia cerca de US\$ 25 bilhões e a participação do capital alemão no PIB brasileiro variava, dependendo da fonte e da metodologia de cálculo, entre 8% e 12% do PIB.

Em 2008, o então presidente Lula e a chanceler alemã Angela Merkel assinaram o Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Alemanha, no qual ratificaram sua determinação de aprofundar a parceria, por meio da intensificação das relações bilaterais em todos os níveis nas áreas de governança global, mudança do clima e diversidade biológica, desarmamento e não-proliferação, defesa, ciência e tecnologia, inovação, desenvolvimento sustentável, energia e cooperação econômica e empresarial. Estas relações estão necessariamente combinadas com a esfera de ação entre a União Europeia e o Brasil.

Durante o governo Dilma Roussef as visitas oficiais iniciaram em maio de 2011, quando o Presidente alemão Christian Wulff fez sua primeira visita ao país e foi recebido pela Presidenta no Salão Nobre do Palácio do Planalto. Lá, expressaram plena concordância sobre a intensificação da cooperação e do diálogo político em alto nível principalmente nas áreas de inovação, cooperação científica, tecnológica e cultural e anunciaram oficialmente a realização da temporada da Alemanha no Brasil, em 2013/14. Em maio de 2013, Dilma recebeu o Presidente Gauck em São Paulo e abriu oficialmente o 31º Encontro Econômico Brasil Alemanha para audiência de mais de mil pessoas, entre empresários e autoridades dos dois países. A mensagem do encontro: as relações entre os dois países permanecem intensas, a confiança é grande e a tradição de geração de riqueza está comprovada. Mas há um duro trabalho pela frente: os alemães têm consciência das dificuldades resultantes da crise financeira internacional e do endividamento crônico dos parceiros europeus. Vislumbram oportunidades de negócio e progresso no Brasil em inúmeras áreas, mas solicitam cordialmente que o Brasil conclua sua lição de casa.

Para manter-se firme investindo e transferindo tecnologia, ampliando sua presença industrial no país e treinando gente nas mais inúmeras atividades tec-



nológicas e científicas, é necessário melhorar o ambiente de negócios. O acordo de bitributação tão insistentemente negociado nas últimas décadas deve sair do campo das boas intenções. A definição de um quadro jurídico e marco regulatório mais transparente e permanente são fundamentais para que se avance nos negócios. A desburocratização e aumento da eficiência dos serviços públicos tem que se tornar realidade. As indefinições crônicas nas políticas energéticas, industrial e tributária, que têm sofrido remendos sistemáticos e medidas ad hoc por mais de uma década, têm que ser finalmente resolvidas se não encontrarem uma direção satisfatória. Somente com essas reformas, Brasil e Alemanha poderão desfrutar plenamente da complementaridade e convergência de suas agendas, especialmente em relação às oportunidades nos setores do agronegócio e da bioenergia.

O mundo da ascensão chinesa, das mudanças climáticas, das novas tecnologias na produção de energia e alimentos e da redução das distâncias através da tecnologia é um mundo apropriado para a parceria entre Brasil e Alemanha: os dois países já construíram muito juntos, e, caso haja um maior pragmatismo da política brasileira, têm como continuar juntos contribuindo ainda mais para o desenvolvimento de suas regiões e do mundo.

- **Christian Lohbauer** · Doutor em Ciência Política pela USP, foi Bolsista da Fundação Konrad Adenauer na Universidade de Bonn entre 1994 e 1997. É membro do Grupo de Análise de Conjuntura Internacional – GACINT/USP. [www.christianlohbauer.com](http://www.christianlohbauer.com)

## BIBLIOGRAFIA

- GRABENDORFF, Wolf. Brazil and West-Germany: A Modell for First World – Third World Relations? In: *Brazil in the International System: The Rise of a Middle Power*, Edited by Selcher, Wayne, Boulder, Colorado, 1981, p. 195-198.
- GUILHON Albuquerque, J.A.; LOHBAUER, C. *New and Old Challenges of the Trade Agreement between the European Union and Mercosur* [http://www.apexbrasil.com.br/publicacoes/M-UE\\_Dialogue\\_ebook.pdf](http://www.apexbrasil.com.br/publicacoes/M-UE_Dialogue_ebook.pdf), 2012.
- <http://www.ahkbrasilien.com.br/pt/publicacoes/revista-brasilalemanha/>
- LOHBAUER, Christian: *Brasil-Alemanha. Fases de Uma Parceria 1964-1994*. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung/Edusp, 2000.
- LOHBAUER, Christian. *O Brasil, o Mercosul e a União Européia: os desafios de uma relação complementar*. In: AMARAL JR., Alberto; RATTON, Michelle (Orgs.). “União Européia, Editora Aduaneiras, 2002, p. 143-189.

## Ensino Superior no Brasil: a caminho de “Ciência sem Fronteiras”?

CHRISTIAN MÜLLER

### CONQUISTAS DE UMA HISTÓRIA AINDA RECENTE

■ O sistema universitário brasileiro é jovem. Em comparação com a política educacional (se é que podemos falar de uma política educacional sistemática nas colônias) de outras potências coloniais, a coroa portuguesa não criou faculdades em seus territórios ultramarinos. A elite funcional constituída por juristas, médicos e engenheiros era educada em Coimbra e Lisboa. A mudança ocorreu somente com a fuga da família real ante as tropas napoleônicas, em 1808, e a transferência da corte para o Rio de Janeiro. As primeiras faculdades datam do século 19, especialmente nas áreas da Medicina (Salvador, 1808), Direito (Olinda e São Paulo, ambas de 1827) e Agronomia (Bahia, 1859). Apenas uma escola militar de engenharia de nível superior, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, data do século 18 (Rio de Janeiro, 1792).

Universidades, na verdadeira acepção da palavra, surgiram apenas no século 20, a partir da reunião de faculdades isoladas.

Universidade de São Paulo (USP)	Fundada em 1934
Universidade Federal do Paraná, em Curitiba (UFPR)	Fundada em 1921, após desmembramento foi restaurada em 1946
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Fundada em 1920, funcionou até 1965 com o nome de Universidade do Brasil
Universidade Federal da Bahia, em Salvador (UFBA)	Fundada em 1946

Para a estruturação das novas instituições, recorreu-se frequentemente à ajuda externa. O caso mais conhecido é o da Universidade de São Paulo, que na

década de 30 do século passado recebeu essencialmente influências de intelectuais franceses, como Claude Lévi-Strauss, Fernand Braudel e Roger Bastide, mas no que se refere à organização dos cursos optou-se pelo sistema norte-americano com os programas de graduação e pós-graduação. Isso pode ser considerado como a primeira fase da conexão das universidades a nível internacional com o objetivo de desenvolver estruturas e instituições próprias.

A expansão, modernização e profissionalização das universidades é um fenômeno ainda bem mais recente e está indissolúvelmente ligado à criação das instituições públicas para o fomento de novas gerações e da pesquisa, que são a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, uma instituição do Ministério da Educação – MEC, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, uma instituição do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação – MCTI. O trabalho dessas duas instituições e a centralização das grandes universidades nas mãos do governo federal lançaram a base para um desenvolvimento dinâmico e positivo.

As universidades federais (67 instituições mantidas e financiadas pelo governo federal) e as universidades estaduais em menor número (39 instituições dos diversos estados, em geral com diversos campi por universidade) são a espinha dorsal do sistema de ensino superior público do Brasil. Embora apenas um quarto dos seis milhões de estudantes frequente as universidades públicas, os avanços mais significativos alcançados pelo sistema de ensino superior foram no setor público:

- A larga oferta de cursos de graduação gratuitos
- O desenvolvimento sistemático de programas de mestrado e doutorado em todas as áreas
- O sistema diferenciado de bolsas, que abrange desde os cursos de graduação até o fomento de pós-doutorado
- O sistema de avaliação de qualidade, trienal, que analisa todos os programas de mestrado e doutorado e divulga resultados e análises detalhadas (CAPES)
- A elaboração de um diretório de todos os cientistas atuantes no Brasil (plataforma Lattes) na forma de um banco de dados com currículos e lista de publicações (CNPq)
- A plataforma eletrônica para solicitação de incentivos e bolsas, processos de avaliação e administração de bolsas de estudo (plataforma Carlos Chagas, CNPq)
- A biblioteca virtual (portal Periódicos) com as mais importantes publicações científicas de todo o mundo, disponibilizada gratuitamente e online para todos os estudantes e pesquisadores brasileiros (CAPES).

Nas palavras do Ministro da Ciência e Tecnologia brasileiro, trata-se de um “círculo virtuoso” que pelo menos nos últimos vinte anos levou ao desenvolvimento estável de um setor de ensino superior bom em termos qualitativos. O resultado disso é que o Brasil tem hoje condições para formar seus jovens cientistas em praticamente todas as áreas de pesquisa e na maioria das disciplinas pode financiar um conjunto de institutos, bibliotecas e laboratórios de excelência internacional. Subentende-se, que estamos tratando aqui de dez por cento das melhores instituições, de seus alunos e pessoal.

### ESTAGNAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO?

■ A internacionalização, ou melhor, as ligações com sistemas de ensino superior estrangeiros, seguiram até poucos anos atrás duas lógicas e dois modelos: na primeira etapa, procurou-se ajuda internacional para a construção de universidades e institutos. Já citamos o exemplo da USP na sua fase inicial. Até a década de 70 do século passado, as universidades alemãs também participaram decisivamente na estruturação de faculdades e institutos, como no caso da química e da medicina veterinária no estado do Rio Grande do Sul. No segundo modelo, procurou-se qualificar cientistas no exterior. É o caso típico de jovens graduados (com mestrado, mas também sem a sua conclusão) que foram para a América do Norte, Europa e alguns poucos para o Japão para realizar o doutorado. Em consequência, encontramos hoje praticamente em toda a classe acadêmica uma geração de professores que concluiu um doutorado ou um PhD no exterior e consequentemente mantém relações científicas com os países e instituições correspondentes de sua formação.

Nos últimos anos, com a enorme expansão do sistema de programas de mestrado e doutorado, o país produziu suas novas gerações de cientistas. Por um lado, isso comprova a capacidade do sistema de ensino superior, que alcançou a autonomia na formação de novas gerações e colocou o Brasil, em 2011, com a concessão de mais de 12 mil graus de doutorado por ano, entre os países com alto desenvolvimento científico. Por outro lado, um dos efeitos colaterais desta autonomia é a crescente auto-referencialidade. Os jovens acadêmicos não precisam mais ir para o exterior para fazer uma carreira na universidade e, consequentemente, já não o fazem. O resultado é uma ampla geração de cientistas doutores com menos de 35 anos que fez toda a sua formação no próprio país. Falta-lhe muitas vezes os contatos com redes internacionais, experiências no âmbito de outros sistemas científicos e também a comparação com pares de sua faixa etária.

Em uma análise simplificada, podemos constatar que a habitual temporada no exterior desapareceu das carreiras acadêmicas sem que fosse substituída por algum outro tipo de mobilidade externa bem consolidada. Em contraposição, um considerável número de bolsas foi concedido anualmente pelas CAPES (algo em torno de cinco mil bolsas individuais). Ao mesmo tempo, desde os anos 90 do século passado, houve uma forte redução do número de bolsas no exterior do CNPq. No total verificamos também na política de fomento um retrocesso da mobilidade internacional no período de dez a quinze anos.

Esta constatação faz parte das ponderações que criaram um novo enfoque no incentivo da mobilidade internacional em 2011: a precariedade da internacionalização da classe científica. O outro motor foi uma análise de risco da economia brasileira, especialmente da indústria.

## NOVAS EXIGÊNCIAS DA ECONOMIA E DA SOCIEDADE

■ A economia brasileira apresenta, desde a reforma básica do sistema monetário em meados da década de 90 do século passado, um desenvolvimento positivo. O Brasil tem um PIB que corresponde aos outros indicativos e à sua posição: quinto maior país do mundo, a quinta maior população, o sexto maior produto interno bruto (antes da Grã-Bretanha e Itália, um total de 2,5 trilhões de dólares em 2011). O século passado teve um crescimento considerável, o nível de ocupação da mão-de-obra bateu recorde, os sucessos obtidos no comércio exterior e nos investimentos diretos despertaram o interesse internacional. O Brasil superou a crise financeira e econômica de 2008 melhor e mais rapidamente que muitos outros países industrializados. Os resultados para 2012 (menos de 1% de crescimento econômico) e os prognósticos para 2013 encontram-se atualmente abaixo dos valores alcançados nos anos anteriores.

Uma das fraquezas do sistema econômico consiste na forte dependência das chamadas commodities. Matérias-primas, minérios e produtos agrícolas não beneficiados equivalem a quase 40% das exportações brasileiras, juntamente com diversos outros produtos com baixo valor agregado (por exemplo, produtos da soja da primeira etapa de beneficiamento), provenientes também do setor agrário ou de matérias-primas. Pior que este resultado é o fato de ter havido um recuo da participação de produtos com maior valor agregado nas exportações nos últimos anos. Da mesma forma houve um recuo da participação da indústria no PIB, em 2012. Fica assim patente que este sistema não pode ser sustentável.

Em resumo temos um quadro que por um lado reflete modelos muitos bem sucedidos (especialmente no setor de agronegócios com altas taxas de crescimento e no setor industrial de alta tecnologia de exploração de petróleo *offshore*), mas por outro uma indústria que não é competitiva. Na análise deste desenvolvimento podemos identificar dois pontos fracos na economia e na sociedade. No centro estão os déficits na educação, nas formações profissional e acadêmica e na sua insuficiente internacionalização.

Outros fatores que impedem um desenvolvimento dinâmico da economia brasileira são o estado desolador da infraestrutura (especialmente na rede ferroviária, nos portos, aeroportos e na produção de energia) e o excesso e a corrupção da burocracia que serve de entrave para tudo. O governo vem investindo há muitos anos também em reformas e programas de investimentos nestas áreas. No contexto da internacionalização das universidades, a questão que nos interessa e da qual trataremos a seguir é como o governo brasileiro entende a deficiência de pessoal altamente qualificado com experiência no exterior, como esta questão será colocada como ponto de partida de um amplo programa de mobilidade e o que dele se espera.

As palavras-chave para a nova estratégia pública de internacionalização são: inovação, modernização e competitividade. Só é possível alcançar maior valor agregado, menor custo, maior volume e qualidade, em especial na produção industrial, mas também nos serviços, com altos padrões tecnológicos. E para se obter estas tecnologias é indispensável ter pessoal competente. Assim a lista das prioridades da política pública brasileira é mais ou menos a seguinte:

- Fortalecimento da pesquisa aplicada
- Incentivo à transferência de tecnologia (entre suas próprias instituições de pesquisa, mas também com instituições estrangeiras)
- Aprendizagem a partir dos modelos bem sucedidos de transferência de tecnologia e aquisição do processo de conhecimento necessário
- Aumento do número de cientistas nas áreas de matemática, informática, ciências naturais e tecnologia
- Aumento do número de pessoal com formação internacional
- Aumento e fortalecimento das redes internacionais de pesquisa e desenvolvimento

## O PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS COMO EXPRESSÃO DE UMA NOVA INICIATIVA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

■ No primeiro semestre de 2011, o governo brasileiro lançou um programa que tem como principal meta a internacionalização do ensino e da pesquisa a fim de atender diretamente aos objetivos acima mencionados. O programa Ciência sem Fronteiras resultou da compreensão que através da mobilidade é possível obter uma melhor formação de cientistas e pessoal altamente qualificado, que esta mobilidade é necessária, que é urgente modernizar o ensino nas áreas de matemática, informática, ciências naturais e tecnologia, que os enormes déficits na capacidade de interação internacional precisam ser compensados e que a formação de redes de cientistas e especialistas é imprescindível.

Sendo assim, a formulação do novo programa internacional de bolsas parece refletir uma visão instrumental. A internacionalização não é visada como uma meta em si mesma, mas está enquadrada em um contexto mais amplo: ela se baseia na análise dos déficits da situação econômica descritos acima. E a ampla iniciativa de qualificação tem como objetivo a formação de jovens talentos para as empresas, a administração pública e também para as universidades, que tenham um nível de conhecimento internacional, sejam interligados globalmente e possuam competências interculturais.

É a partir desse ponto de vista que se entende o design do novo programa, baseado na mobilidade individual. Entre 2012-2015, prevê-se a concessão de até 101 mil bolsas de estudo para intercâmbio no exterior nos níveis de graduação, pós-graduação, pós-doutorado e também para pesquisadores. O governo brasileiro disponibiliza recursos para 75 mil bolsas e os restantes 26 mil devem ser financiados através de empresas e federações. Em meados de 2012, a indústria já havia se comprometido a financiar 26 mil bolsas, um sinal de que a meta será cumprida.

Hoje este programa especial é provavelmente um dos maiores do mundo. Como programa de mobilidade de um país é talvez maior que o chamado Programa dos Cinco Mil do governo chinês, que disponibiliza oferta de bolsas a cinco mil doutorandos (agora até seis mil) por ano para estudar no exterior. O quadro de planejamento das agências de fomento CAPES e CNPq mostra a intenção de conceder bolsas a até oito mil doutorandos por ano:<sup>1</sup>

---

1 Cf. números atualizados em <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/metlas>



Tipo de bolsa	Número de bolsas até 2015
Doutorado sanduíche	24.600
Doutorado integral	9.790
Pós-doutorado	11.560
Graduação sanduíche	27.100
Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior	700
Atração de Jovens Talentos (no Brasil)	860
Pesquisador Visitante Especial (no Brasil)	390
Total	75.000

A esta soma devem ser acrescentados ainda (v. acima) 26 mil bolsas da economia privada. O programa conta com 3,4 bilhões de reais (cerca de 1,3 bilhão de euros) de recursos públicos. Isso significa para um país emergente como o Brasil um esforço considerável. Se distribuírmos 1,3 bilhão de euros por quatro anos, teremos uma parcela anual de 425 milhões – um investimento que corresponde mais ou menos ao orçamento anual do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico – DAAD, sendo que nesse caso os recursos financiam não somente a mobilidade para o exterior como também o inverso.

## INTERNACIONALIZAÇÃO E O PAPEL GEOPOLÍTICO DO BRASIL

■ Desse ponto de vista também fica patente que o governo brasileiro tem claramente outras metas além da expansão dos programas de bolsas já existentes. O programa Ciência sem Fronteiras está inserido sem dúvida na busca do Brasil por um novo papel e uma nova posição em termos de política externa e global. Podemos citar uma série de exemplos que comprovam a tentativa brasileira de entrar para o círculo das nações que exercem a liderança política e econômica:

- A candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (concorrendo com a Alemanha e a Índia)
- O papel de liderança do Brasil nos blocos latino-americanos (ressaltando que blocos como o Mercosul não podem ser comparados a comunidades como a União Europeia)
- A criação de uma política pública e uma agência de cooperação para o desenvolvimento (Agência Brasileira de Cooperação – ABC, com um orçamento de cerca de 700 milhões de euros) com ênfase na cooperação com a África e o Caribe

- As candidaturas vencedoras para ser o palco de grandes eventos internacionais (Conferência Rio+20 em junho de 2012, Copa das Confederações no Brasil em junho de 2013, Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro em julho de 2013, Copa do Mundo da FIFA em diversas cidades brasileiras em junho/julho de 2014, Jogos Olímpicos no Rio em agosto de 2016)

Transpondo para o setor da educação, isso significa que o Brasil quer que os líderes de suas universidades sejam participantes com direitos iguais nas redes internacionais. É interessante para a Alemanha e seus parceiros europeus observar a direção que tomam o interesse e a mobilidade dos jovens. O programa oferece bolsas para todas as universidades de excelência a nível internacional. Uma verdadeira legião de delegações de universidades e governos estrangeiros vem visitando Brasília. CAPES e CNPq assinaram inúmeros acordos e ganharam também novos parceiros.



Distribuição mundial das universidades com bolsistas do programa Ciência sem Fronteiras, dados de setembro de 2012

O fluxo real da mobilidade mostra de todo modo onde estão os vínculos que o Brasil busca com o exterior: na América do Norte e Europa. O mapa do programa Ciência sem Fronteiras<sup>2</sup> mostra as instituições que recebem os bolsistas e pode servir de indicador da distribuição demográfica das bolsas. Estados Unidos, Canadá, França, Alemanha e Grã-Bretanha recebem a maior parte dos bolsistas. Portugal e Espanha desempenham um papel especial como destinos naturais por razões históricas e linguísticas. A mobilidade para outros países da América La-

2 Versão atualizada em <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/bolsistas-pelo-mundo>

tina, ao contrário, não é o foco dos bolsistas, do mesmo modo que não o são a África (com exceção da África do Sul) e na verdade também a Ásia. O Japão e a Coreia irão receber um pequeno número de bolsistas. A Austrália, por sua vez, é considerada atraente, especialmente porque cada vez mais brasileiros fazem intercâmbio durante o período do ensino médio na Austrália ou na Nova Zelândia. Mas considerando o número total de bolsistas, 90% dos estudantes e cientistas devem se dirigir para a América do Norte e Europa.

Existem duas razões para este mapa da mobilidade: primeiro, ele resulta de uma política das agências nacionais. A CAPES e o CNPq procuraram inicialmente os parceiros tradicionais na cooperação para implementar este programa gigantesco e eles se encontram especialmente nos Estados Unidos, Canadá, na Alemanha e França. Segundo, o comportamento dos candidatos comprova na prática uma preferência clara pelos destinos Europa e América do Norte. Um motivo que fortalece esta escolha é o pouco conhecimento de línguas estrangeiras por parte dos estudantes brasileiros. Países como Portugal e até mesmo a Espanha são considerados fáceis em termos de língua (mesmo que este não deva ser o caso, quando consideramos, por exemplo, a Catalunha), e por isso a escolha é desproporcional. O inglês é o idioma estrangeiro mais disseminado, daí a predileção pelos Estados Unidos, Canadá (com exceção de Québec) e Austrália.

Essa orientação regional do programa de internacionalização é bem elucidativa. Ela demonstra o paradigma clássico de centro e periferia. O Brasil pauta suas metas baseando-se nas nações culturais que estão tradicionalmente na liderança e que se encontram na Europa e América do Norte. Em termos numéricos, os paradigmas de uma nova cooperação Sul-Sul ou uma formação de redes entre os BRICs são completamente irrelevantes. Os estudantes brasileiros não irão para a Índia, nem para a Rússia, possivelmente uma pequena parcela irá para a China. O mais surpreendente talvez seja o total desinteresse pelos vizinhos latino-americanos. Observando estes fatos, o Ciência sem Fronteiras não será o núcleo de um programa de mobilidade regional latino-americano nos moldes do programa Erasmus com seus 25 anos de existência.

## A ATUAÇÃO DO ESTADO E O PAPEL DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

■ Qual a posição das universidades brasileiras em relação à iniciativa estatal ao projeto de internacionalização? Primeiramente, precisamos constatar que também nessa questão tanto o governo federal como as suas agências CAPES e CNPq es-

tão na vanguarda das universidades, porque dispõem dos recursos públicos e têm as ligações com os parceiros internacionais. O programa Ciência sem Fronteiras é, portanto, uma operação centralizada, política e conduzida pelo governo, na qual as universidades só têm participação ativa no momento da implementação. Mas, diga-se de passagem, que com poucas exceções as premissas nas universidades não são suficientes para que possam reclamar uma posição proativa. As tentativas de uma internacionalização institucional são limitadas pelos seguintes motivos:

- Estruturas fracas e pouco profissionalismo na internacionalização e sua aplicação operacional (Assessorias de Relações Internacionais)
- Enfoque maior na mobilidade para o exterior, poucas tentativas de posicionar internacionalmente a própria universidade e atrair estudantes e professores do exterior
- Programas sistemáticos de intercâmbio dependem até o momento de engajamento individual dos professores
- Marketing internacional das universidades ainda incipiente, pouca participação nos eventos internacionais (por exemplo, stand “Study in Brazil” na Nafsa 2012)

Conclusão: A estratégia do governo brasileiro e o programa Ciência sem Fronteiras precisam ser complementados por estratégias desenvolvidas pelas Universidades e estar mais entrosados com elas. É preciso haver paralelamente às grandes agências estatais um maior número de assessorias de relações internacionais capacitadas nas Universidades, cujas atividades estejam ancoradas numa concepção abrangente de internacionalização e que recebam o apoio sistemático e a garantia das diretorias universitárias.

- **Christian Müller** · DAAD – Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico. Diretor do DAAD no Brasil.



A Presidente Dilma Rousseff e a Chanceler da Alemanha Angela Merkel em encontro com o primeiro grupo de bolsistas do programa Ciência sem Fronteiras na Feira CeBit, em Hannover, em abril de 2012



## O papel da Fundação Konrad Adenauer na Cooperação Brasil-Alemanha

FELIX DANE  
REINALDO J. THEMOTEO

### A FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER (KAS)

■ As relações entre a Alemanha e o Brasil são antigas e estreitas, envolvendo, entre outras áreas, economia, migração e ciência. Há, contudo, um aspecto dessa cooperação que não é tão conhecido, no qual a Fundação Konrad Adenauer se insere. Trata-se da cooperação política, a qual compreende uma série de iniciativas baseadas em valores democráticos. O objetivo deste artigo é mostrar o modo como a Fundação Konrad Adenauer participa no contexto da cooperação entre Alemanha e Brasil, atuando como fundação política empenhada na divulgação de valores democráticos, justiça e cooperação internacional. Iniciaremos explicando o que é a KAS no contexto das relações Brasil-Alemanha, e em seguida falaremos das atividades da KAS Brasil e seu papel de criadora de espaços de diálogo e troca de conhecimento e experiências, e por último lançaremos um olhar para o futuro, a partir dos projetos atuais.

A Fundação Konrad Adenauer é uma fundação política vinculada à CDU (partido democrata-cristão). A KAS leva o nome do chanceler alemão que liderou a reconstrução da Alemanha no pós-guerra, reconduziu a Alemanha ao caminho da democracia e também contribuiu na elaboração dos primeiros passos na construção da União Europeia. Atuar sob tal inspiração constitui uma grande honra e ao mesmo tempo uma responsabilidade de igual magnitude, que é a de honrar os valores defendidos por Konrad Adenauer: a dignidade da pessoa humana como fator fundamental, a defesa da democracia, o princípio de subsidiariedade e os valores cristãos. A missão da KAS é estimular os valores democráticos, tendo

surgido como centro de formação política dos quadros da CDU. Promover a democracia tem sido há cinco décadas a missão da Fundação Konrad Adenauer nos mais de cem países em que atua, tanto através de projetos próprios como em colaboração com parceiros locais. Deste modo, vemos que a atuação da KAS é um esforço integrado no sentido de promover a democracia por meio da cooperação internacional.

As fundações políticas constituem um fator marcante da cultura política alemã. Sua formação se dá a partir de 1949. Elas são o resultado de esforços vigorosos na consolidação e promoção da democracia por meio de atividades de formação política. O êxito alcançado na Alemanha deu surgimento à iniciativa de levar tal experiência a outros países. A partir da década de 1960 as fundações políticas alemãs começaram a atuar em diversos países. Nascida em 1953, no começo da década de seguinte a KAS iniciou suas atividades de cooperação internacional.

No Brasil, a KAS atua desde 1969, desenvolvendo atividades norteadas pelos seguintes princípios: promoção da cultura política em bases éticas, por meio de projetos baseados numa concepção de democracia baseada na liberdade e no Estado de Direito, também o fortalecimento da política local e difundir os princípios da Economia Social de Mercado. Todos os projetos desenvolvidos pela KAS respeitam as diferenças culturais e regionais, consistindo em cursos, seminários, *workshops*, e também através do financiamento de pesquisas e da preparação de publicações, versando sobre temas da agenda política – tanto do Brasil como internacional – o diálogo entre Brasil e Europa, segurança internacional e sustentabilidade. A KAS não faz somente eventos e publicações, mas também promove intercâmbio, viagens de estudos para a Alemanha e União Europeia e bolsas. E também atua como uma plataforma de comunicação, colocando instituições e pessoas em contato, através de sua rede de parceiros.

Os projetos da KAS estão focados em temas políticos, econômicos e sociais, invariavelmente pautados nos valores fundamentais de liberdade, solidariedade e justiça. Naturalmente os princípios que são a base fundamental das atividades da KAS estendem-se às parcerias. A defesa compartilhada de valores como dignidade da vida humana, justiça social, igualdade de oportunidades e a defesa do Estado de Direito constituem pré-requisito para o estabelecimento de parcerias. A KAS conta com diversos projetos regionais para o desenvolvimento de seus projetos, como o Política Social na América Latina (SOPLA) e o Estado de Direito, articulando e estreitando o contato entre os escritórios da KAS na América Latina, além de formar ampla rede de contatos com parceiros, em nível regional, conectando atores na região.



### *Missão democrática*

A democracia é entendida como um modelo político que favorece o desenvolvimento econômico, e sobretudo como uma ordem social que facilita o florescimento das diversas potencialidades humanas. E entendemos também que, além de estarem em consonância com as aspirações humanas fundamentais, tais princípios são aplicáveis em qualquer parte, bastando para isso que haja oportunidade e condições favoráveis. A democracia é vista como um valor fundamental, que pode ser partilhado entre indivíduos que vivem numa dada sociedade e também entre nações, considerando que todo ser humano pode partilhá-lo, fomentando e sustentando uma convivência social pacífica. A consolidação de uma democracia é definida não apenas por fatores de ordem econômica, mas também sociais e culturais. A convicção de que a democracia pode ser uma realidade em todas as latitudes do planeta implica estar em permanente vigilância na defesa das conquistas alcançadas, bem como envolve a adaptação da democracia às peculiaridades de cada região. O acesso aos recursos que possibilitem melhores condições para que cada um possa desenvolver seus potenciais é parte importante na prevenção e luta contra os abusos que costumam advir de tendências autoritárias que queiram se impor, solapando as instituições democráticas.

Em tempos de globalização e governança global como o que ora vivemos, a democracia representa uma forma de governo que, se por um lado permite a constituição de sociedades abertas, onde as liberdades individuais são asseguradas por lei e incansavelmente defendidas, nas quais conflitos são resolvidos de forma pacífica e dentro do marco da lei, por outro tal configuração interna nos Estados Nacionais pode se refletir em melhores condições para as relações entre países pautando-as em valores igualmente abertos e pacíficos, norteando a configuração de instituições e leis internacionais de maneira a propiciar relações baseadas no diálogo e na lei, que possibilitem soluções pacíficas para os conflitos. Por essa razão a Fundação Konrad Adenauer se dedica a divulgar valores democráticos no Brasil, estimulando o diálogo sobre os temas mais relevantes na agenda da cooperação internacional entre Brasil, Alemanha e União Europeia, como relações econômicas internacionais e segurança internacional. Nesse cenário atual, não somente os Estados se fazem presentes, mas também outras formas de representação ganham relevância. Neste mundo multipolar novos *players* se destacam, ao lado das tradicionais organizações internacionais. Ao G-8 somam-se o G-20 e o Grupo de Grandes Cidades para Liderança do Clima (C-40), além dos países emergentes que constituem os chamados BRICS. Nesta nova configuração do cenário geopo-

lítico guardamos a convicção de que os valores democráticos são fator fundamental na condução e na solução de conflitos no plano internacional, por meio do *soft power*. O diálogo possibilita entre as partes envolvidas a troca de experiências e o fortalecimento da certeza acerca da excelência dos valores democráticos.

## A KAS NO BRASIL: OS PRIMEIROS TEMPOS

■ A Fundação Konrad Adenauer iniciou suas atividades no Brasil em um período de economicamente próspero mas bastante sombrio, no âmbito político. Nesse período da história do Brasil fazia poucos meses que o Ato Institucional Número 5 havia sido decretado pelos militares, proibindo atividades políticas. Apenas a partir de 1979 tornou-se outra vez possível fundar novos partidos políticos. Em contraposição à fase politicamente obscura a economia do país atravessava o período que ficou conhecido como o milagre econômico. Em tal conjuntura, iniciar qualquer atividade de cunho político compreensivelmente seria tarefa muito difícil. Deste modo, a estratégia utilizada pela KAS de modo a poder atuar no Brasil em tal conjuntura foi desenvolver iniciativas que teriam desdobramentos em médio e longo prazo. Em seus primeiros tempos no Brasil, a KAS desenvolveu projetos sobre tecnologia da educação e também outros com enfoque social, em parceria com instituições ligadas à Igreja Católica. Além realizar cursos, seminários e estabelecer diversas parcerias, a KAS também apoiou a aquisição de equipamentos de diversas instituições parceiras, em alguns casos financiando a aquisição de suas sedes. A seleção de bolsistas também se encontra entre as atividades iniciadas nessa época, tendo sido realizada em 1972 a primeira seleção.

O primeiro projeto da KAS no Brasil foi o Telecentro. Fruto de um acordo bilateral entre Brasil e Alemanha assinado em 1970, este acordo consistia em colaborar na instalação da Televisão Educativa no Rio de Janeiro (Atualmente TV Brasil). Tendo recebido do governo alemão a responsabilidade de cooperar com uma instituição brasileira na implementação do projeto, a KAS trabalhou em parceria com a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCBTVE), ligada ao Ministério da Educação e Cultura. A KAS financiou a criação dos primeiros estúdios do Centro Brasileiro de Televisão Educativa no Rio de Janeiro, tendo entregue os primeiros equipamentos de transmissão destinados às atividades do Telecentro em 1972.

Concomitantemente ao Telecentro, a KAS desenvolveu outras atividades sobre tecnologia educacional. A partir da realização do I Seminário Brasileiro de Teleeducação, em novembro de 1969, outros seminários foram realizados em vários

estados brasileiros. Para a organização destes eventos, que eram nacionais, regionais e locais, foi criado um grupo, o qual fundou em 1971 a Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT). A ABT tornou-se parceira da KAS, atuando na realização de eventos em vários estados brasileiros. Tais eventos de teleeducação representavam importantes fóruns nos quais aqueles que atuavam na área podiam tanto aperfeiçoar-se quanto trocar experiências. A parceria KAS-ABT foi encerrada em meados da década de 1990. A ABT obteve então outras fontes de financiamento, superou desafios e hoje segue em intensa atividade, sempre com a meta de contribuir para o desenvolvimento da educação no Brasil.

Ainda na área de educação, a KAS também colaborou nessa época com a Fundação Educacional Padre Landell de Moura (FEPLAM). Com sede em Porto Alegre, a FEPLAM promovia atividades educativas por meio de programas de rádio. Projeto idealizado por Érika Coester Kramer, entre 1967 e 1996 quase oitocentas mil pessoas – sendo mais da metade moradores da zona rural – puderam estudar através dos cursos oferecidos. A FEPLAN desenvolveu metodologia de ensino à distância que inicialmente foi denominada Colégio do Ar e Aprenda pela TV, vindo posteriormente a ser chamada teleeducação. Destacamos também a construção de um centro de treinamento para a realização de atividades de capacitação, além da participação nas atividades da Associação das escolas radiofônicas (ALER), mantendo contato com educadores de vários países da América latina. Fundada em 1967, a FEPLAM foi instituição pioneira em termos de educação à distância na região Sul do Brasil.

Em relação às parcerias com instituições ligadas à Igreja Católica, O IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável) foi um dos parceiros mais antigos. Instituição ligada à Companhia de Jesus fundada há mais de três décadas, o IBRADES desenvolveu projetos sociais, ambientais e educativos.

Em meados dos anos 1970 a Fundação Konrad Adenauer estabeleceu parceria com a ADCE (Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa do Brasil), instituição empenhada na realização de eventos de capacitação de empresários sobre questões ligadas à responsabilidade social das empresas. Outro parceiro que se destaca, já na década de 1980, é o Programa da Terra: Assessoria, Pesquisa e Educação Popular no Meio Rural (PROTER). Fundado em 1985, o PROTER realiza cursos e oferece assessoria a famílias em temas ligados ao fortalecimento da agricultura família, redução das desigualdades sociais e preservação do meio ambiente.

Os anos 1980 foram marcados pela abertura política, iniciada em meados da década anterior. O movimento Diretas Já, a promulgação da Constituição da Constituição Cidadã em 1988 e as eleições para presidente em 1989 foram alguns

dos fatos emblemáticos dessa época. E assim como o cenário político mudava, também as atividades da KAS ganhavam novos contornos. Em 1983 a Fundação Konrad Adenauer colaborou com o IBEAC (Instituto brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário) parceria que nasceu da aproximação entre a KAS e aquele que foi uma das grandes inspirações da Fundação Konrad Adenauer no Brasil: Franco Montoro. André Franco Montoro (1916-1999) foi um político cujas convicções encontravam-se em sintonia com os valores defendidos por Konrad Adenauer, por sua luta pela democracia, pela defesa da ética na política, dos direitos humanos, pelo estímulo à participação popular, bem como pela convicção acerca da importância de se valorizar e priorizar a política local.

Montoro foi senador, e eleito governador de São Paulo em 1982. Posteriormente exerceu mandato de deputado federal, tendo sido também um dos fundadores do PSDB.

Na parceria com o IBEAC, a KAS apoiou e colaborou na organização de vários tipos de projetos, nos quais foram debatidos temas específicos da realidade brasileira e também temas internacionais. Entre os tópicos de âmbito nacional estavam as questões de gênero, economia, saúde, movimento negro e cultura. Os temas internacionais encontravam-se relacionados à integração regional da América Latina. O IBEAC iniciou suas atividades em 1981, e a KAS manteve parceria com o IBEAC entre 1983 e 1989.

Na segunda metade da década de 1980 a Fundação Konrad Adenauer ampliou consideravelmente sua atuação nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

### *O Escritório para as regiões Norte e Nordeste*

Com o objetivo de melhor atuar num país com dimensões continentais como o Brasil, a KAS abriu em 1988 o escritório regional para as regiões Norte e Nordeste. Inicialmente o escritório era situado em Recife, e em 1992 foi transferido para Fortaleza. Com atividades predominantemente de formação política nos primeiros anos, em 1991 os projetos começaram a se diversificar. As atividades realizadas compreendiam capacitação e formação, de modo a colaborar no combate às desigualdades sociais por meio da inclusão social e do desenvolvimento econômico, social e político. Entre os principais temas escolhidos destacamos agricultura familiar, gestão de recursos hídricos e gestão participativa.

O escritório regional de Fortaleza contou com diversos parceiros de variados setores da sociedade, em diversos estados, como por exemplo CEAPS (que desenvolve atividades de mapeamento participativo junto a comunidades ribei-

rinhas na Amazônia, através do Projeto Saúde e Alegria), Universidade católica de Pernambuco (UNICAP), Rede Brasileira Agroflorestal (REBRAF) e AACC (Associação de Apoio às Comunidades do Campo).

O escritório regional para as regiões Norte e Nordeste encerrou suas atividades em 2010, deixando um legado de milhares de pessoas que participaram dos cursos de formação política e capacitação de diversos matizes, além de projetos que alcançaram autonomia, seguindo até hoje em atividade. Atualmente a KAS Brasil mantém parcerias com diversas instituições das regiões Norte e Nordeste.

## DO CENTRO DE ESTUDOS À REPRESENTAÇÃO NO BRASIL

### *Formação Política*

Nos anos 1990 a KAS iniciou nova fase na realização de suas atividades. As atividades de formação política e cooperação internacional ampliaram-se ainda mais. Em 1991 foi inaugurado o Centro de Estudos, em São Paulo. Diversos eventos foram realizados em vários estados brasileiros, e com novos parceiros, além das parcerias já estabelecidas, incluindo pesquisas que resultaram em publicações. Diversos cursos de formação política para jovens da Igreja Católica foram organizados, em parceria com a Arquidiocese do Rio de Janeiro. Cursos de formação de juventudes partidárias desde então tem sido realizados, uns em parceria com partidos políticos e ONG's. No estado de Tocantins a KAS tem há diversos anos uma parceria com o Centro de Direitos Humanos de Cristalândia (CDHC), que realiza anualmente o Curso de Agentes Jurídicos. Realizado em diversos módulos, este curso capacita dezenas de líderes de diversos estados da região, pessoas ligadas a sindicatos, movimentos de defesa dos direitos dos indígenas, mulheres, quilombolas, entidades religiosas e partidos políticos. Diversos cursos sobre a participação política feminina são realizados a cada ano, em parceria com partidos políticos.

Um importante legado das atividades realizadas pela KAS sobre política local em São Paulo é a Oficina Municipal (OM). O Centro de Estudos mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro no mesmo ano de fundação da Oficina, estando a Representação no Brasil situada atualmente no bairro de Botafogo. A OM, instituição fundada em 2002, realiza de cursos de capacitação e formação técnica frequentados principalmente por servidores da esfera municipal, trabalhadores de prefeituras e Câmaras Municipais. A Oficina Municipal é, conforme as palavras de José Mario Brasiliense Carneiro, “um legado institucional da

Fundação Konrad Adenauer” (Brasiliense Carneiro, 2009, p. 301). Possuindo desde o seu nascimento uma parceria estratégica com a KAS, tendo nascido a partir da própria Fundação Konrad Adenauer, a Oficina foi concebida a partir de seus cursos, pesquisas, e capacitações, que deram surgimento ao projeto de construir uma escola de cidadania e gestão local, para capacitar pessoas de maneira humanista, em gestão pública no âmbito local. Concretização deste projeto, a Oficina Municipal atende a significativo número de pessoas anualmente, em atividades pautadas pela convicção de que a política local é a instância fundamental a ser valorizada em qualquer democracia. Cerca de 13.000 pessoas ligadas à gestão local e tomadores de decisão passaram pelos cursos da Oficina Municipal até hoje.

Segurança e controle da corrupção são temáticas polêmicas que tem sido discutidas. Segurança pública foi tema que foi abordado em vários projetos da KAS com a ONG Viva Rio na década passada, assim como o tema Corrupção tem sido tratado em eventos e publicações, realizados em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais. A formação política por vezes assume alcance regional. Em 2007 e 2008 a KAS desenvolveu o projeto Diálogo e intercâmbio entre partidos políticos e sociedade civil no MERCOSUL, financiado pelo *UN Democracy Fund* (UNDEF). Este projeto reuniu, por meio de processo seletivo, um total de noventa participantes de cinco países (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela). O objetivo deste projeto foi a elaboração e realização de projetos que fortalecessem a democracia no local de atuação política dos participantes, líderes nas instituições em que atuavam. Tais projetos foram elaborados em parceria, onde membros de partidos políticos estabeleceram parceria com membros de organizações da sociedade civil, e vice-versa. Foram realizados dois eventos regionais (no Rio de Janeiro e em Buenos Aires), cinco seminários nacionais e um evento final de apresentação dos resultados dos projetos e avaliação, em Montevideu. Os resultados foram publicados em 2008.

O Dia Internacional da Democracia é um dos mais importantes eventos políticos realizados anualmente pela KAS. No dia 08 de novembro de 2007 a Assembleia Geral da ONU definiu a data de 15 de setembro como o Dia Internacional da Democracia. Em 15 de setembro de 2008 a KAS realizou o 1º Dia da Democracia, fórum onde são debatidos temas que objetivam a promoção da democracia, tanto de âmbito nacional como internacional. Em 2013 foi realizada a sexta edição do evento, com a participação de cerca de 200 pessoas discutindo de maneira interativa temas como os recentes protestos de junho, democracia virtual e os escândalos de espionagem virtual.

## Publicações e Site

Desde o início das atividades da Fundação Konrad Adenauer no Brasil, centenas de publicações foram lançadas. Nos anos 1990 destacam-se as séries *Debates*, *Papers*, *Traduções e Pesquisas*. Uma imensa gama de temas foi contemplada nas páginas dessas séries, incluindo temas de política local, economia, relações internacionais e demais temas presentes nas atividades da KAS. Na década passada novas séries surgiram, como os dois volumes da publicação *Escola política*, concebida para os cursos de formação política. O tema do primeiro volume foi marketing político e o do segundo partidos políticos. No ano 2000 a KAS lançou a série *Cadernos Adenauer*, dedicada a temas relacionados ao Brasil e também a assuntos internacionais. Ao longo dos anos algumas mudanças ocorreram. De início eram lançadas dez edições dos Cadernos por ano, atualmente são quatro, com maior número de capítulos em cada edição, assim permitindo tratar os assuntos de modo mais aprofundado. Mudanças no projeto gráfico também foram realizadas, inclusive esta edição especial apresenta o mais novo *layout* da Série Cadernos Adenauer.

A KAS também publicou, em 2005 e em 2008, dois livros sobre marketing político, ambos da autoria do especialista Rubens Figueiredo. De todas as publicações lançadas pela KAS, uma das mais conhecidas é a obra *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Trata-se da primeira obra a reunir em apenas um volume um conjunto de análises que apresentam os diversos aspectos do cenário político brasileiro. Organizado por Lúcia Avelar e Antônio Octavio Cintra, Este livro conta com mais de vinte capítulos abrangendo os mais variados aspectos da política brasileira, tornou-se referência no meio acadêmico brasileiro, na área de ciência política, sendo adotado em várias universidades. Em função da excelente acolhida que as duas primeiras edições tiveram, ambas esgotadas, a terceira edição está em preparação.

Considerando que as publicações acima mencionadas são uma amostra bem reduzida da totalidade dos títulos lá lançados até agora, para ter acesso a uma lista com todas as publicações lançadas até 2009, basta uma consulta à publicação *40 anos: política, sociedade, cooperação internacional*, que se encontra disponível *online*.

A internet tem se tornado um espaço cada vez mais importante na divulgação das publicações editadas pela Fundação Konrad Adenauer (<http://www.kas.de/brasilien/pt/publications/>). Atualmente nosso *site* encontra-se disponível em 3 línguas e conta com as versões eletrônicas de parte dos livros publicados, em formato pdf. Alguns *e-books* já foram lançados, e outros estão em

preparação. São publicados exclusivamente no *site* os artigos da série Brasil em Foco (em português), e as análises políticas em português, alemão e inglês. Gradativamente disponibilizaremos *online* mais publicações, para serem baixadas gratuitamente.

### *Cooperação Internacional*

A cooperação internacional é parte essencial do trabalho da KAS. Os dois mais importantes projetos são a Conferência de Segurança Internacional do Forte de Copacabana e o Fórum Brasil-Europa.

Em 1994 foi realizado o primeiro Fórum Brasil-Europa. Neste evento são realizados debates de alto nível sobre questões concernentes não somente à cooperação entre O Brasil e a Europa, mas também acerca das relações entre América do Sul e Europa. Em 2013 foi realizada a vigésima edição do evento, em parceria com a União Europeia. Complementando o Fórum, em 2000 a KAS lançou a publicação Anuário Brasil-Europa, reunindo em seus capítulos diversos *papers* sobre os temas abordados no ano anterior, aprofundando as análises. Em 2010 a publicação Anuário Brasil-Europa recebeu um novo projeto gráfico e um novo nome, passando a se chamar *Série Relações Brasil Europa*. A nova série contém em seus capítulos a análise correspondente aos temas discutidos no Fórum Brasil-Europa do mesmo ano. Em 2013 será lançado o terceiro volume desta série.

Em 2004 a Fundação Konrad Adenauer realizou a primeira Conferência de Segurança Internacional do Forte de Copacabana. As primeiras edições foram realizadas no próprio Forte de Copacabana, em parceria com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), o Centro de Estudos das Américas (CEAS) e com a Universidade Science-Po de Paris. Devido ao grande sucesso do evento, em 2008 a Conferência foi transferida para locais maiores. Desde então a Conferência do Forte de Copacabana tem sido realizada anualmente, reunindo militares, políticos, diplomatas, embaixadores, tendo contado com a presença de ministros da defesa em algumas de suas edições. Com o objetivo tornar os temas discutidos acessíveis a um número maior de pessoas, a cada ano é lançada durante o evento a publicação *International Security*, reunindo artigos sobre temas discutidos na Conferência. Atualmente a Conferência do Forte de Copacabana é realizada em parceria com o CEBRI e com a Comissão da União Europeia.



## UM OLHAR PARA O FUTURO

■ Lançando um olhar pra o futuro, vemos novos temas que surgem e ganham destaque junto aos projetos atuais, entre eles a influência exercida pelas redes sociais no cenário político brasileiro, segurança e privacidade na internet. Ao lado das atividades de formação política, Economia Social de Mercado e cooperação internacional, as discussões sobre sustentabilidade, mudança de matrizes energéticas e demais tópicos relacionados ao clima tem sido cada vez mais presentes nas atividades da KAS. Não são temas novos para a KAS, como bem mostram as atividades realizadas pelo escritório de Fortaleza. Contudo, à medida que as discussões sobre sustentabilidade se fazem cada vez mais presentes nos variados setores da sociedade, a KAS se empenha em acompanhar a crescente preocupação com os temas ambientais. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco92) representou um marco para o Brasil em termos de meio ambiente. Além de se sua importância histórica enquanto fórum internacional de alto nível, tendo reunido autoridades de 192 países no Rio de Janeiro, trouxe para o centro das atenções toda uma série de questões, fatos e problemas de cunho ambiental que até então não recebiam muita atenção.

Por ocasião da realização da Conferência Rio+20 a Fundação Konrad Adenauer participou da criação da CB-27, uma rede que reúne os secretários de meio ambiente das 27 capitais brasileiras, com o objetivo de trocar experiências, de modo a colaborar para um melhor enfrentamento aos principais desafios das grandes capitais brasileiras, como mobilidade urbana, gestão de resíduos sólidos e redução de emissão de carbono e eficiência energética. Este intercâmbio de ideias inclui não só os desafios a superar, mas também a troca de experiência sobre as melhores práticas empreendidas com êxito pelas capitais nas cinco regiões do Brasil. A KAS lançou em 2012 um livro apresentando projetos bem sucedidos de sustentabilidade implementados em vinte e duas capitais brasileiras, intitulado *Gestão ambiental: casos de sucesso nas capitais brasileiras*. Este livro conta experiências que deram certo na área ambiental, como projetos bem sucedidos que envolvem estímulo ao uso da bicicleta como meio sustentável de mobilidade urbana, tratamento de lixo, educação para a sustentabilidade e diversos outros, que mostram os esforços das diversas pastas de meio ambiente, no sentido de buscarem respostas eficientes às cada vez mais complexas demandas em termos ambientais nas capitais brasileiras. A CB-27 constitui um fórum permanente de troca de experiências e debates entre os gestores das capitais, tendo realizado dois encontros de secretários de meio ambiente das capitais brasileiras. O primeiro

encontro resultou na carta Rio pela sustentabilidade, assinada pelos vinte e sete secretários e enviada à C-40.

Além da CB-27, diversos outros projetos – envolvendo pesquisas, debates e publicações- na área de sustentabilidade. O mundo se renova em velocidade vertiginosa, e a KAS precisa se renovar sempre, neste sentido avalia e realiza um processo de reflexão sobre suas próprias atividades de modo a promover mudanças e desenvolver novas estratégias, para acompanhar as mudanças. Tão grande é a relevância da questão para a Fundação Konrad Adenauer que em outubro de 2013 a KAS Brasil receberá um novo projeto regional exclusivamente dedicado aos temas clima, energia e meio ambiente (KUE, na sigla em alemão).

Nessas mais de quatro décadas de atividades no Brasil a KAS tem colaborado em numerosas iniciativas, promovendo o diálogo democrático, realizando formação política, estimulando a participação política feminina, apoiando iniciativas que promovam a cooperação internacional, financiando pesquisas, concedendo bolsas de estudo. Divulgando a Economia Social de Mercado e articulando a troca de experiências e divulgando melhores métodos e práticas em sustentabilidade. Estas e outras realizações só puderam tornar-se um sucesso porque, além dos colaboradores (da própria KAS e dos parceiros) sem os quais coisa alguma seria realizada, há uma inconfundível confluência de vocações, entre Brasil e Alemanha: vocações democráticas, nascidas das lições que cada país colheu de suas experiências, lutas e traumas, que fizeram nascer em cada lado uma certeza compartilhada: a de que a democracia é um valor inegociável.

- **Felix Dane** · Representante da Fundação Konrad Adenauer no Brasil.
- **Reinaldo J. Themoteo** · Coordenador editorial da Fundação Konrad Adenauer no Brasil.

## REPRESENTANTES DA FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER NO BRASIL

<b>Período</b>	<b>Representante</b>
1969-1974	Lothar Kraft
1975-1977	Wolfgang Seeger
1977-1999	George Sperber (foi representante em 1977, e assessor de projetos de 1977 a 1999).
1977	Walter Seipp
1978-1979	Theodor Wernerus
1981-1985	Bernd Eisenblätter
1984-1994	Helmut Wittelsbürger
1986-1989	Wolfgang Thüne
1989-1991	Norbert Chauvistré
1989-1990	Karl-Josef Hollender
1990-1995	Berthold Weig
1995-1997	Winfried Jung
1999-2009	Wilhelm Hofmeister
2009-2011	Peter Fischer-Bollin
2009-2012	Olaf Jacob
2011-2012	Thomas Knirsch
2012–atual	Felix Dane

### *Representantes do escritório para as Regiões Norte e Nordeste*

1988-1992	Michael Plesch
1992-1994	Dietmar Wenz
1994-1996	Bernd Dresen
2000-2002	Hartmut Teuchle
2002-2007	Klaus Hermanns
2007-2011	Anja Czymmeck



## Alemanha e Brasil: uma convergência intencional

ESTEVÃO MARTINS

*Stets geforscht und stets gegründet,  
nie geschlossen, oft geründet,  
Ältestes bewahrt mit Treue,  
freundlich aufgefasstes Neue,  
heitern Sinn und reine Zwecke:  
Nun, man kommt wohl eine Strecke!*  
GOETHE (Gott und Welt, Motto)

■ A segunda metade do século 20 viu numerosas histórias de construção e de reconstrução de sociedades e países. O ano de 1945 foi um marco da transformação do Brasil, após a ditadura de Getúlio Vargas, e o do renascimento, lento, sofrido e doloroso, de uma Alemanha traumatizada por sua história.

Brasil e Alemanha, em circunstâncias e proporções distintas, evoluem no meio século seguinte sob a pressão de um mundo fragmentado, instável, em busca de reordenamento em meio a guerras de outro tipo, de ameaças veladas ou explícitas, de economias em reconstrução, em parcerias redimensionadas.

A Alemanha somente encontra sua personalidade pública em 1949, e mesmo assim parcialmente. O rearranjo moral, político e econômico da República Federal da Alemanha, que nasce da fusão das zonas de ocupação dos Aliados ocidentais é talvez uma história com um sucesso mais sólido do que a reconstituição da democracia brasileira nos tímidos anos entre 1946 e 1984. Desde o primeiro momento, contudo, Alemanha e Brasil firmam – malgrado as oscilações do frágil edifício democrático brasileiro – posições recíprocas de aproximação, associação, cooperação.

A paz e o desenvolvimento econômico são sentidos e defendidos como valores sem os quais ordem mundial alguma subsistiria. A fratura da Guerra Fria distorce o mundo, por decênios. Alemanha e Brasil alinham-se decididamente, no espaço atlântico, com a democracia liberal representativa. Em nenhum momento a Alemanha se afastou dessa opção, ao longo de seus quase sessenta e cinco anos de existência.

Os governos brasileiro e alemão sempre enfatizaram, com os termos e nos documentos diplomáticos usuais, a estreita parceria que une os países – aliás, a única parceria estratégica da Alemanha com um país latino-americano. Pelo histórico de cooperação econômica e cultural, a Alemanha tem no Brasil, aliás, um parceiro que, em volume de negócios e de formação de recursos humanos, supera, comparativamente, o que se dá com outros países da região. Mesmo o ‘bloco’ do Mercosul não dispõe, enquanto tal, de nível análogo de parceria.

A economia e o capital produtivo são um galardão do soerguimento da Alemanha de seus escombros, na década de 1950. O Plano Marshall e a firme decisão dos Aliados ocidentais, de inserir a Alemanha Federal de então no circuito da aliança atlântica, estratégica, econômica e política, formado e consolidado à época, ajuda a construir uma cultura política e social alemã de esforço, dedicação e solidariedade. A volta por cima que os alemães dão nesse momento demonstra uma vontade de vencer o lastro negativo do passado imediato e de deixar claro ao mundo que o período 1933-1945 é a exceção, e não a marca registrada. Virada cultural e política bem sucedida. A Alemanha da segunda metade do século 20 recupera, ou reinstaura, a pátria de Kant e de Goethe, dos irmãos Humboldt e de Gervinus, de Ranke e de Droysen, de Niebuhr e de Mommsen, de Aby Warburg e Meinecke, de Ebert e de Adenauer, e tantos outros que se distinguiram na sociedade, na cultura, na ciência e na política alemãs. O prestígio alemão se reconstitui na base de sua educação, concebida no generoso e rigoroso sentido da *Bildung*, cuja abrangência vai além da escolaridade formal e considera a formação completa do homem e do cidadão como penhor de coesão social e de crescimento pessoal e coletivo.

É fato que a Alemanha do século 21, em território e organização, em maturidade política e em desempenho econômico, não coincide com as muitas Alemanhas que já existiram anteriormente. Territorialmente, aliás, nenhum formato do estado alemão desde 1871 se superpõe exatamente ao seguinte. Assim pode-se sugerir que a realidade civilizatória alemã recuperada pela Alemanha de 1949 se sobrepõe e supera os graves e gravosos tropeços – e infelizmente não foram poucos – das Alemanhas que a precederam.

A criação da República Federal da Alemanha torna-se, pois, um dado político crucial na cena internacional. O primeiro chanceler federal dessa República, Konrad Adenauer, esgrimindo no espaço público com o líder da oposição social-democrata, Kurt Schumacher – ambos, a propósito, vítimas rudemente tratadas pelo regime nazista – insiste fortemente no papel internacional que a novel república não apenas tem de desempenhar, mas deve exercer.

Adenauer publica, em 20 de maio de 1950, no jornal *Rheinischer Merkur*, um artigo<sup>1</sup> em que discute publicamente o destino da região alemã do Sarre, objeto de uma convenção aliada que lhe confere estatuto autônomo<sup>2</sup>, sem que a recém-criada Alemanha Federal tenha conseguido fazer valer suas objeções. Como em outras ocasiões, ainda antes da criação da Alemanha Federal, Adenauer considera a inserção e o protagonismo internacionais incontornáveis – não há opção real à presença atuante na constelação mundial, por fraturada que esteja. O Sarre, tema que Adenauer enquadra nessa premissa, permite-lhe insistir: “Se não tivéssemos a República Federal da Alemanha, não poderíamos desempenhar papel algum na política internacional, especificamente em direção ao fortalecimento da paz.”. Logo adiante, referindo-se a um jornal suíço, cujo título não menciona, Adenauer comenta que a matéria aponta para uma realidade inovadora nas relações franco-alemãs: ao participar da conferência de Londres sobre o estatuto do Sarre e da Alemanha, o Ministro francês das Relações Exteriores, Robert Schuman, disputa de um ‘poderoso parceiro invisível’, a República Federal da Alemanha. É de se recordar que Schuman, impulsionado pela ação corajosa e perseverante de Jean Monnet, pronunciara perante a Assembleia Nacional francesa, havia pouco, em 9 de maio de 1950, o famoso discurso fundador do que se torna, com o tempo, a União Europeia.

Agora, não apenas a Alemanha precisa da âncora internacional, mas a ordem internacional não pode dispensar a Alemanha. A sucessão de decisões políticas conduzem a Alemanha, gradual mas firmemente, a tornar-se ator no cenário global e a manter-se tal. A opção comunitária da Alemanha insere-se em três grandes planos: (a) seu claro e incondicional engajamento no projeto europeu (a Alemanha por certo não se teria feito sem a Europa, mas tampouco esta se constrói sem aquela); (b) sua inabalável opção pela economia social de mercado, em uma notável combinação entre a moral política cristã e a tese social-democrata do Estado necessário ao re-equilíbrio das naturais derrapagens da livre iniciativa; (c) a formação da consciência cidadã na perspectiva dos direitos humanos e da paz duradoura.

Nesse momento, como hoje, na segunda década do século 21, a política internacional encontra-se em pleno torvelinho. Se as circunstâncias não são as mesmas, o apelo à responsabilidade dos Estados continua alto e forte. Dentro como

1 Ver <http://www.konrad-adenauer.de/index.php?msg=4689>

2 O Sarre é definido como protetorado do Conselho da Europa (na prática sob supervisão francesa). Plebiscito em 1955 rejeita o estatuto de protetorado e enseja a adesão do Sarre à República Federal da Alemanha, efetivo a 1º de janeiro de 1957.

fora dos países o grito das multidões clama por convergências e iniciativas, por justiça e por equilíbrio, por conciliação e reconciliação, por medida e distribuição, por prudência e persistência, por transparência e por compromisso.

Os horizontes do mundo transformam-se, nos últimos sessenta anos, em duas etapas bem marcadas: até o fim da década de 1980, prisioneira do espartilho da Guerra Fria, a política internacional é praticada sob a pressão dos receios e das ameaças, veladas ou não. Desde a década de 1990 a súbita derrocada dos constrangimentos ideológicos brutos dispersou os horizontes. Equilíbrios que pareciam intermináveis desaparecem. O mundo entra em turbulência. Nada semelhante à que acomete o Ocidente às vésperas do conflito de 1914-1918 ou de 1939-1945. Nesses casos orientações hostis e excludentes se afrontam claramente. Na Guerra Fria o fenômeno é análogo. No desordenamento desde a queda do muro de Berlim as forças centrífugas são muitas. Domesticá-las e ordená-las ainda é uma tarefa corrente.

O Brasil, de 1945 em diante, passa por três regimes políticos. Esforça-se continuamente por extrair da inércia culposa de sua economia o atraso no desenvolvimento econômico e na justiça social. No assim chamado período da democracia liberal (1946-1964), a embriaguez da política bacharelesca já começa a projetar um Estado brasileiro pensado abstratamente em situação muito além da realidade social, educacional e econômica do país. O projeto nacional-desenvolvimentista de dotar o país de infraestrutura de serviços e de produção precisa dos parceiros externos. A jovem Alemanha está presente deste os primeiros passos dessa aventura.

Com efeito, há mais de meio século a parceria política, econômica e cultural entre os dois países funciona sem praticamente nenhum passo atrás. Os ritmos de atuação e as capacidades de intervenção são obviamente distintos. O marco político maior, contudo, é a valorização da paz acima de tudo e sua preservação da melhor forma possível. Com o desaparecimento do mundo bipolar da Guerra Fria e com o rápido esmaecimento da tentação unipolar estadunidense, a plasticidade das constelações políticas, sob novas pressões, precipitam o mundo em um caleidoscópio mutante de entendimentos (ou melhor: desentendimentos) crescentes, em que alianças e acordos, parcerias e associações trepidam e oscilam ao sabor das conjunturas e crises econômicas, financeiras e monetárias.

A divisão do mundo em “mundos” (primeiro, segundo, terceiro; alinhados, desalinhados, não-alinhados, e assim por diante) perde aceleradamente sua função diretora. As linhas de partilha entre norte e sul, as costuras de solidariedade entre sul e sul, os traços de união entre comunidades de história comum (ao



menos aparentemente, como a Comunidade Britânica ou a “Françáfrica”<sup>3</sup>) se embaralham. A hegemonia dos Estados Unidos, por razões internas como externas, desgasta-se, mesmo se obviamente está muitíssimo longe de tornar-se irrelevante. O mundo sofre muitos traumas, dentre os quais os atentados de 11 de setembro de 2001 rasgam uma chaga dolorosa não apenas nas pessoas e vítimas, mas também nas consciências políticas, doravante duramente chamadas à áspera realidade de que não há recanto imune ao desvario.

A experiência dos traumas políticos e das subversões armadas feriu também as sociedades alemã e brasileira nos anos 1970 e 1980. As recuperações são sempre trabalhosas, mas a constância da sensibilidade democrática e da perseverança política é recompensada. Alemanha e Brasil mantêm-se em rumos convergentes e singram os mares procelosos da atualidade das últimas seis décadas com o norte da fidelidade aos princípios que orientam sua parceria.

Muitos aspectos dessa parceira podem ser destacados. São tantos, e em tantos campos de atividade, que arrolá-los é uma tarefa ingente. Pode ser útil eleger um desses inúmeros setores de cooperação e convergência: o da educação, ciência e tecnologia. Por que essa escolha? Em certo sentido, um fator estratégico da capacidade alemã de regeneração e de inovação advém de seu elevado cabedal educacional. Formação dos cidadãos, cultura para todos são capitais individualizados de que todos e cada um podem dispor a qualquer momento, em qualquer fase do desenvolvimento econômico, da prática política, da ação social. No Brasil, repete-se constantemente, com resultados mitigados, o quão importante é constituir um tal estoque de capital cultural em cada um de seus cidadãos. A história da cooperação teuto-brasileira nessa área é um belo exemplo da convergência e da perspectiva de amplo alcance social e de longa projeção no futuro. De ambos os lados do Atlântico, a meta é educar, formar para a humanidade – o papel da Alemanha na política de formação avançadas de recursos humanos em ensino e pesquisa no Brasil é notável. Pelo menos um bom meio século de investimento muito bem sucedido.

O sistema universitário alemão é extremamente diversificado, desde que Wilhelm von Humboldt teve a feliz ideia de propor ao Rei da Prússia uma universidade em que o ensino fosse fruto da pesquisa e que para ambos, ensino e pesquisa, reinasse a mais total e incontida liberdade, propiciando um desenvolvimento

---

3 Termo cunhado em 1955 por Félix Houphouët-Boigny (presidente da Costa do Marfim de 1960 a 1993), para exprimir a estreita vinculação dos antigos territórios coloniais com a metrópole francesa na formação da política desses territórios enquanto estados independentes. Tal perspectiva continua atual na política externa francesa.

científico e tecnológico extraordinário. Apesar das experiências duras de diversas campanhas bélicas e de regimes políticos execráveis, a Alemanha, sob a égide de uma ideologia liberal e democrática, soube investir seus talentos e fazer frutificar o apoio decisivo que recebeu. A Lei Fundamental da República Federal da Alemanha, sua constituição, além de reafirmar o princípio de Humboldt para o ensino e a pesquisa, reitera-o para a ciência, para a arte e para a cultura.<sup>4</sup>

A diversidade, a riqueza e sobretudo a capacidade produtiva fazem da Alemanha o segundo país do mundo em quantidade de prêmios Nobel. Quem conhece o sistema universitário brasileiro, e ainda outros, como o austríaco, o francês e o português, por exemplo, raramente encontra uma organização cultural de produção de conhecimento original, que contribua para o desenvolvimento econômico, político, social, histórico e educacional de um povo como o da Alemanha.

Sua potência intelectual e produtiva aparece também na organização das universidades e das escolas superiores isoladas. As assim chamadas universidades clássicas são no total, quase cem. A título informativo, vale lembrar que a Alemanha de hoje está por volta dos oitenta milhões de habitantes. Há também escolas superiores técnicas, regra geral nas áreas de Biologia, Química, Física, Matemática, Engenharia e Medicina, de tal forma desenvolvidas que se transformaram em grandes conjuntos produtores de conhecimentos científicos e foram elevadas à condição de universidades técnicas. Alguns agrupamentos alternativos de universidades são chamados escolas superiores integrais (Gesamthochschulen), reunindo condições de formação de nível superior muito adiantadas. A internacionalização dessas instituições vai em ritmo crescente, tanto pelo contexto europeu como global. A plataforma “Alemanha” de lançamento de inovação científica, tecnológica e cultural apresenta continuamente força de atração, sustentada por políticas públicas de apoio financeiro do Estado tanto interna quanto internacionalmente.

Entidades de fomento e cooperação, como a Sociedade Alemã de Pesquisa (DFG), análoga ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) brasileiro, trabalham com pessoas e projetos, sediados em institutos de pesquisa, universidades ou conjunto de universidades. São bem conhecidos dos brasileiros o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD), como as fundações de apoio à cooperação e à formação científica e cultural, como a Fundação Alexander von Humboldt (dentre outras), ou ainda as fundações criadas com a colaboração dos partidos políticos alemães, como por exemplo a Fundação

---

4 Lei Fundamental, Art. 5, § 3º; Art. 18.

Konrad Adenauer (conexa com a democracia cristã – CDU) ou a Fundação Friedrich Ebert (conexa com a social-democracia – SPD).

A produção de conhecimentos nas universidades é hoje a principal responsável pela inovação tecnológica do processo produtivo industrial alemão. Diferente da experiência que se tem no Brasil, o suporte da inovação de conhecimento e o suporte da inovação tecnológica não está em cada empresa investindo separadamente (isto também existe) mas o suporte, a espinha dorsal, a coluna de apoio é a universidade. O professor, o pesquisador, o associado, o colaborador, o assistente, o auxiliar de ensino, o estagiário, o aluno promissor encontram, no sistema de apoio financeiro e instrumental, condições de progredir e de produzir convenientemente sem precisar de trabalhar o dia inteiro para estudar à noite às carreiras. Ou encontrar a universidade em que trabalha caindo aos pedaços, com equipamentos ultrapassados ou sem manutenção.

Isso faz com que a universidade, no sentido de todas as instituições superiores de ensino e pesquisa, seja um parceiro válido do processo produtivo e um interlocutor de peso no processo de formulação da política de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico e aos seus desdobramentos no processo de produção, fazendo com que, hoje como ontem, o parceiro alemão é gerador de qualidade por seu valor intelectual.

De onde provém tal valor intelectual? Por certo não é apanágio unicamente de alemães, mas constitui um legado por eles apreciado e cultivado, em sintonia com inúmeros cidadãos cosmopolitas da cultura dos direitos e da razão pelo mundo afora. Deitemos um olhar sobre a linha de fundo de que emerge esse valor, cujo compartilhamento interessa ao Brasil – o que é reiteradamente afirmado por governantes, pesquisadores, empresários. Como anteriormente mencionado, uma de suas sedes eminentes é a universidade.

A proposta do pensamento das Luzes, na segunda metade do século 18 e em seu desdobramento na organização da universidade, no início do século 19, é um belo sonho com relevância e sentido para a contemporaneidade, cuja reinvenção constante é uma exigência da criatividade científica e tecnológica.

O mundo em que atuam os irmãos Wilhelm e Alexander von Humboldt corresponde a transformações excepcionais, nos planos político, econômico, social e cultural. Suas vidas testemunham e acompanham a Revolução Francesa, o reordenamento do mundo europeu, o vendaval napoleônico e a restauração promovida pelos Congressos de Viena sob a batuta de Metternich. O ambiente intelectual na ‘nova’ Europa é favorável também a que se repensasse o projeto de formação do cidadão em um mundo transformado. Assim, refletir sobre quem

é – ou deve ser – o ator da realização do homem, da sociedade, do estado, do mundo enfim, está, por assim dizer, na ordem do dia. Tais esforços já não são recentes, à época dos Humboldts – a segunda metade do século 18 fora pródiga em re-engenharias. Assim, uma das questões que se põem aos (re)organizadores do estado no início de século 19 é: que homem, que cidadão deve ser? Uma pergunta válida ainda no século 21, diante das oscilações, hesitações e instrumentalizações políticas praticadas pelo mundo afora.

Essa questão pode ser tratada de múltiplas maneiras. Dar-se-á aqui apenas uma indicação, de caráter estratégico, de como ela se põe e de que como dela se pode obter uma possível base – uma contribuição cultural alemã perfeitamente compossível com a realidade de um Brasil que se pretende potência emergente. Essa indicação é a ideia central que animou o pensamento e a proposta de Humboldt: educar para a humanidade.

Humanidade, aqui, é tomada em seus dois sentidos: o que representa o coletivo dos homens, a totalidade dos seres humanos concreta e empiricamente existentes, como aquele que quer exprimir a quinta essência do ser humano, sua substância, sua diferença específica. Entendida em ambos aspectos, humanidade é um conceito que passou a ser articulado de forma irreversível, na virada do século 18 para o 19, com os conceitos de cultura e educação. Friedrich Niethammer (1766-1848), na linha de pensamento de Herder, o assevera em 1808 de modo significativo: o homem inteiro é uma razão sintetizada em um todo admirável das mais diversas faculdades e disposições. Lograr a formação perfeita para constituir o todo, multiabrangente e harmônico, é o ideal da humanidade. A relação harmoniosa da unidade pessoal do homem é definida como da ação educativa e da autoformação. A educação/formação é assim considerada como um processo infinito de desenvolvimento das próprias possibilidades do homem que se enraíza na capacidade humana de aperfeiçoar-se e se desdobra gradativamente ao longo do tempo. Vista assim, a educação se enuncia como o fim mesmo da existência humana; o homem que se educa é fim de si mesmo – a autoeducação é a meta máxima a que pode aspirar. Para Wilhelm von Humboldt, formar-se (no sentido de educar-se) em si mesmo é a finalidade do homem enquanto tal. A ideia da autorealização do homem pela formação, na qual o elemento religioso pode ser inteiramente deixado de lado, encerra a tentativa de desvelar o homem como totalidade. Não apenas na integralidade dos aspectos que conformam sua existência, mas também no caráter de autonomia, de autossuficiência na efetivação de suas capacidades, fins e meios. Para Niethammer, uma vez mais, a afirmação, a preservação da razão como afirmação da humanidade é a tarefa maior da edu-

cação, sobre a qual repousa todo o sentido da formação universal, em função da qual se pode falar em ‘formação do homem ou da humanidade’, pois constitui-se em direito originário do homem e há de ser reconhecido como tal.

Friedrich Koch (1798-1872) definiu, em 1841, o princípio ampliado da formação para a humanidade como o desenvolvimento de todas as faculdades puramente humanas mediante as quais o homem enquanto tal – não como professor universitário, nem como estadista ou homem de negócios, nem ainda como comerciante ou artista, nem tampouco como cidadão ou soldado – deve tornar-se o que deve ser de acordo com sua especificidade como homem. Essa concepção do processo de formação do homem em homem articula com clareza as três dimensões da questão. A primeira é a formação, distinta do processo escolar de ensino. A segunda é a humanidade enquanto coletivo de sujeitos individuais concretos, historicamente determinados, que têm de encontrar, nos caminhos do processo formativo, o rumo da sua natureza. A terceira é a humanidade neste último sentido: o caráter humano do modo de ser, em si (real ou suposto) dos homens, singular e coletivamente. Koch tematiza ainda a discrepância existente entre o ideal clássico de formação elaborado pelo iluminismo das três últimas décadas do século 18 e o processo educativo social para produzir membros de grupos ou classes sociais ou ainda artesãos e profissionais de tal ou qual ofício, de que a pedagogia estatal utilitarista do despotismo esclarecido necessitava. Trata-se de uma discrepância que em nada perdeu sua atualidade. É a que subsiste entre “formação humana” e “formação profissional”, entre “perfeição” e “utilidade”. “Formação” não quer dizer aqui um mero produto do “isolamento” ou da “liberdade” de uma individualidade privilegiada, mas constitui-se no projeto da sociabilidade histórica. “Formação”, como unidade originária na compreensão de si próprio e do mundo se contrapõe ao sintoma da “unidimensionalidade” do homem na cultura moderna – diagnosticado como ameaçador; contrapõe-se igualmente a qualquer forma de dominação do homem, a qualquer forma de heteronomia. A formação adquire assim uma função política não negligenciável. Humboldt entende que a formação humana deve ser a mais livre possível.

Isso pode parecer paradoxal, hoje em dia e no contexto de nossa sociedade. Com efeito, em sociedades em que a experiência autoritária de certos governos estigmatizou direitos dos mais elementares, como o de exercer a cidadania política no estado, “educar para a cidadania” tornou-se uma bandeira de redenção. “Cidadão”, para Humboldt e seus contemporâneos, contudo, designa o papel político do homem na sociedade organizada sob a forma de estado – e não de qualquer estado, mas do estado que tem desenho e desígnios certos. Isso não mudou muito de lá para

cá. Convencione-se abstrair do modo contemporâneo, catártico, do uso do termo “cidadão” ou “cidadania”, para que se tenha presente que, no período de transição entre o despotismo esclarecido e o pós-napoleônico, havia fundada desconfiança para com a “educação para a cidadania” – que poderia representar meramente o colocar os homens a serviço do estado. E o estado tinha, digamos assim, “donos do poder”. Não resta dúvida que, então como hoje, certo grau de desconfiança com os “donos do poder” é sempre bem-vinda. O estado mínimo e a liberdade máxima para a formação e para a ação do homem em seu são entendimento resumem o essencial da concepção espontaneista de Humboldt, bem inserida em uma tradição esclarecida e libertária do período que emerge entre aproximadamente 1780 e 1820 e se estende até os albores do século 20, no qual se situam Johann Hamann (1730-1788) e Johann G. von Herder (1744-1803), os românticos e historicistas alemães até Wilhelm Dilthey (1833-1911), Wilhelm Windelband (1848-1915) e Friedrich Meinecke (1862-1954). A obra-referência de Humboldt, *Ideias com o fito de delimitar os limites da ação estatal*, teve influência marcante sobre o famoso tratado de John Stuart Mill (1806-1873), *On Liberty* (1859).

Somente o homem de formação plenamente livre, crítica, autônoma, independente – poder-se-ia dizer com Humboldt, e não só com ele: também com Voltaire, Rousseau, Kant, Goethe e tantos outros – pode decidir se ‘ingressa’ ou não no Estado, julgando a constituição deste por comparação a si. Há certa dose de abstração nessa visão das coisas, na medida em que, empiricamente, todos nascemos em um mundo carregado de história. E a história concreta das sociedades, pelo menos desde a idade moderna, inclui o Estado ou alguma forma dele. Mas é justamente aqui que se toca no ponto nodal da questão. A reforma da educação, a formação de agentes racionais humanos senhores de si é que permitem criar a distância crítica para que o “homem bem formado” ajuíze sobre seu mundo, sua sociedade, seu estado.

Amigo de Goethe (1749-1832) e de Schiller (1759-1805), Humboldt encarna a defesa da “humanidade” como valor principal no campo do idealismo alemão. As dificuldades políticas na construção de uma monarquia constitucional na Prússia pós-napoleônica fizeram Humboldt concentrar-se na vida acadêmica. O ideal de homem e de sua autonomia crítica, com a liberdade de pensar, de criar e de ensinar, tornou-se marca registrada do padrão de panteão da humanidade chamado de “universidade”, que Humboldt ajudou a criar em Berlim em 1811. Essa “universitas” corresponde por certo ao conceito de “universalitas” – paralelo ao de totalidade, de integridade, a que se destina a formação do homem em todas as suas aptidões e faculdades. No conceito de formação assim entendido está um

desafio à realidade social e estatal tanto quanto um alto grau de consciência dos ‘formados’ com relação a sua função social.

Ao final do século 20, no entanto, a multiplicidade dos estabelecimentos de pesquisa e ensino deixa patente, no Brasil, menos a riqueza da criatividade cognitiva ou epistêmica, mas sobretudo uma concorrência por produtividade econômica, que torna praticamente inócua a altissonante discussão pública sobre os excelsos objetivos da universidade libertadora e crítica. Uma desenfreada instrumentalização mercadológica acarreta um crescente uso em vão do nome da universidade. A crise se expressa, pois, na instabilidade do sistema e na insegurança de seus membros. O sistema acadêmico brasileiro sofre, por parte de frações não negligenciáveis de seus próprios integrantes, de uma instrumentalização. Suas instituições são utilizadas como meios de capacitação pessoal e de catapulta profissional no mercado, com perda ainda mais acentuada da perspectiva humana – à Humboldt – e com a consagração do modo privatista de relacionar-se com a instituição pública (e estatal, pelo menos em bom número de casos).

Se crises e instrumentalizações dão a impressão de conduzir a universidade a um gueto de alienação social, talvez seja o caso de se recordar que é possível construir uma concepção da missão da universidade que reúna ambos aspectos. Assim, a concepção humboldtiana de universidade assumiria a posição de ideia regulativa, de horizonte de referência, de tipo-ideal, na tradição do pensamento de inspiração kantiana e em sua versão weberiana. Como lembra Kant, o fato de uma república perfeita que se reja pelas regras da justiça não existir em sua plenitude não impõe a conclusão de sua impossibilidade nem o alibi do abandono de sua busca. O mesmo vale para a universidade, república das letras em escala menor e análoga.

Assim, para o observador e analista – no caso dos que estão engajados na vida universitária: observadores e analistas interessados diretamente na questão – a pauta de reflexão se articula em torno do papel e dos deveres do Estado. Em tese, pode-se também aceitar que a crise é provavelmente o melhor ‘meio ambiente’ para a inovação e para a reformulação. A observação lúcida e pertinente do sociólogo Pedro Demo ilustra o caráter antinômico da crise de identidade da universidade como templo do conhecimento: “... a organização curricular acadêmica hoje vigente ... [revela] uma das ironias mais sarcásticas do mundo da ciência: enquanto é responsável por inovações estrondosas e cumulativas sem parar, cristaliza-se em instituições tendencialmente rígidas, deixando aparecer contradição performativa angustiante: pretende inovar sem inovar-se”.<sup>5</sup>

---

5 Pedro Demo. *Metodologia do Conhecimento Científico*. São Paulo: Atlas, 2000, p. 73.

A emancipação da razão e do entendimento humano, com seu efeito cosmopolita de convergência entre sociedades, como a que se dá entre Alemanha e Brasil há gerações, não se restringe ao ser coetâneos, mas estende-se a uma contemporaneidade ideal-típica, a uma comunidade virtual que parece estar sediada, dentre outros lugares, na universidade. Em que consiste a atitude básica dessa reflexão emancipadora? Pode-se destacar três componentes fundamentais: (i) o engajamento esclarecedor, iluminador, desvelador; (ii) a atitude liberal-democrática; (iii) a cientificidade rigorosa e produtiva. Aos três componentes é comum a dimensão histórica. Na medida em que agente racional humano algum nasce em um mundo sem história e que toda sociedade é historicamente concreta, a consciência histórica e a cultura que a ela corresponde desempenham um papel decisivo na concepção do tempo, da origem, da evolução e das metas que organizam o agir. Assim, a perspectiva estrutural histórica é fundamental. A historiografia, por conseguinte, exerce uma função social crítica que esteia o exame do homem e de suas circunstâncias, e não apenas destas.

Alemanha e Brasil constroem, com paciência e regularidade, um espaço comum de convergência e entendimento, marcadamente bilateral, já que os contextos originários de atuação internacional não coincidem necessariamente, malgrado a sintonia.

Diferenças sociais e psicológicas entre brasileiros e alemães, as há. Por isso importa ter presente a diversidade cultural. Vale dizer: só a vivência de quem já esteve no exterior vê as coisas de outra forma, percebe-as de outra forma, percepção quase epidêmica das realidades e da sua concretude, que não implica nem rejeição nem desvirtuamento de uma integração. O aprendizado da língua, convém recordar, mesmo incompleto e desprezioso, a convivência social e a inserção cultural são fatores destacados de uma decisiva “política de reconhecimento” intencional, indispensável à integração, não apenas individual, mas comunitária e global.

■ **Prof. Dr. Estevão C. de Rezende Martins** · Professor titular, Departamento de História e Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Presidente da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia. Vice-Presidente da International Commission for the History of Parliaments and Representative Institutions. Member of the Board, International Commission for the Theory and History of Historiography. Bolsista de Produtividade em Pesquisa I, CNPq. Stipendiat des DAAD und der Humboldt Stiftung.



# Cooperação internacional para o desenvolvimento de biocombustíveis sustentáveis – um exemplo brasileiro-alemão<sup>1</sup>

MARTIN OBERMAIER  
CAREY KING  
MARCELO MOREIRA

## I. INTRODUÇÃO

■ A necessidade de reduzir a emissão de gases antropogênicos do efeito estufa (GHG) para reverter o atual aquecimento global está recebendo um novo suporte científico durante os últimos anos (IPCC, 2007; Smith et al., 2009). Particularmente importante no que diz respeito à mitigação das mudanças climáticas e da adaptação é o desenvolvimento do setor de transportes, que é um dos setores que mais emite no mundo (Ribeiro et al. 2007), e onde a grande preocupação é “*the yet perceived lack of*” substitutos competitivos aos combustíveis a base de petróleo (The Royal Society, 2008). Uma potencial alternativa que surgiu durante as últimas duas décadas são os chamados biocombustíveis líquidos, combustíveis que são baseados em recursos de biomassa renovável e podem ser prontamente usados nos motores de combustão interna sem grandes adaptações ao motor.

De fato, muitos especialistas argumentam que biocombustíveis líquidos podem se tornar uma significativa fonte de energia nas próximas décadas, em países industrializados como nos países em desenvolvimento (Berndes, Hoogwijk, e van den Broek, 2003; IEA Bioenergy, 2007). O primeiros passos comerciais ocorre-

---

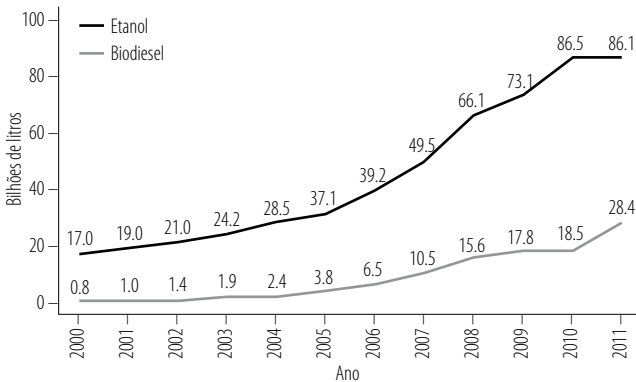
1 Com colaboração de Amaro Pereira Jr., André Nassar, Bridget Scanlon, Emilio Lèbre La Rovere, Leila Harfuch, William Wills.

Agradecimentos: Este artigo é parte da *International Climate Initiative*. O Ministério Federal Ministério de Meio Ambiente, Conservação e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU) apoia esta iniciativa com base em uma decisão aprovada pelo Bundestag alemão. Os autores gostariam de agradecer Paula Nacif de Moura pela revisão do texto.

ram em grande parte no setor de etanol (Walter et al., 2008), que é derivado da cana-de-açúcar via fermentação e processos de deslitação; podendo ser misturado com gasolina convencional ou utilizado na sua forma pura. No entanto, outras opções tecnológicas (particularmente o biodiesel), matéria-prima (milho, soja, óleo de palma, colza, etc) ou rotas tecnológicas (primeira ou segunda geração) têm diversificado o campo de ação para os biocombustíveis nas últimas décadas.

Hoje, cerca de 45% da produção de biocombustíveis origina-se de países em desenvolvimento (REN21, 2010). A figura 1 mostra o desenvolvimento da produção de etanol e biodiesel desde o ano de 2000. Como se pode perceber, o rescaldo da crise financeira de 2008 afetou fortemente o desenvolvimento do setor: o crescimento médio anual de etanol foi de -0,5% em 2011 e o do biodiesel foi de 16%, implicando uma forte diminuição em comparação com a média de taxas de crescimento de cinco anos para ambos os setores (17% para o etanol e 27% para o biodiesel) (REN21, 2012).

**Figura 1.** *Produção mundial de biodiesel e etanol, 2000-2011*



Fonte: REN21 (2012).

Mesmo assim, o setor de biocombustíveis continua a ter forte influência nos debates internacionais. A mudança climática e as preocupações ambientais não são os únicos responsáveis pelo aumento da produção de biocombustíveis. Um segundo argumento aborda a segurança energética: os preços do petróleo subiram fortemente nos últimos anos, e também se tornaram cada vez mais voláteis. Essa tendência “parece destinada a continuar” (Hazell e Pachauri, 2006), de modo que países com interesse em diversificar seu fornecimento de energia nacional devem produzir biocombustíveis líquidos como parte de estratégia

para se tornarem mais independentes no setor energético (Hazell e Pachauri 2006; Ragauskas et al. 2006). O terceiro grande argumento frequentemente usado em defesa dos biocombustíveis líquidos é promover o desenvolvimento rural. *Commodities* agrícolas sofreram durante décadas pela superoferta excessiva crônica, implicando que a procura crescente de biocombustíveis efetivamente poderia reverter essa tendência preenchendo as capacidades de produção existentes, provocando assim um aumento na renda e empregos nas zonas rurais em todo o mundo (Ugarte, 2006).

Pesquisadores tem questionado uma interpretação abertamente positiva dos biocombustíveis como uma panaceia para o desenvolvimento sustentável. Recentes evidências científicas relacionam a produção de biocombustíveis com a perda de biodiversidade, esgotamento dos recursos hídricos, insegurança alimentar e, ao contrário de estudos anteriores, um aumento das emissões de GEEs devido ao desmatamento indireto e a forte aplicação de fertilizantes à base de petróleo (Fargione et al., 2008; Gibbs et al., 2008; Searchinger et al., 2008). Além disso, violações dos direitos dos trabalhadores em plantações de matéria-prima de biocombustíveis e a expulsão de agricultores familiares de suas terras devido à expansão dos biocombustíveis (Hall, Matos, e Langford, 2008; Butler e Laurance, 2008) levantaram novas dúvidas sobre a adequação dos biocombustíveis para um desenvolvimento mais sustentável; todos problemas que inclusive se refletem hoje fortemente nas discussões públicas na Alemanha. Diferentemente ao Brasil, a opinião pública na Alemanha em relação aos impactos socioambientais dos biocombustíveis tem sido majoritariamente cético, se não abertamente crítico nos últimos anos. A influencial ONG Greenpeace Alemanha chamou em 2012 para um moratório imediato do E10 para diminuir as pressões no mercado de cereais, e reduzir problemas de segurança alimentar, uma posição que contou com o apoio de uma coalizão pouco provável incluindo organizações de assistência humana como a Miserior ou Brot für die Welt (“Pão para o Mundo”) até o atual Ministro do Desenvolvimento, Dirk Niebel do governo conservador-liberal, entre outros (Zeit, 18 agosto 2012). Em outras palavras, a discussão sobre biocombustíveis virou uma questão ética – enquanto problemas de fome e segurança alimentar, não necessariamente na Alemanha, mas particularmente em países subdesenvolvidos, não são resolvidos, a criação de novas pressões sobre os mercados internacionais de alimentos não é moralmente defensível. Isso inclusive porque a Alemanha, diferente do Brasil, não é autossuficiente em toda sua produção de matérias-primas para a produção de biocombustíveis. Embora a posição atual do Governo da Alemanha continue ser a favor da produção de biocombustíveis, fica óbvio que num

contexto onde um grande número de países – incluindo também o Brasil – continua a focar no desenvolvimento de biocombustíveis através da implementação de misturas obrigatórias (ver Tabela 1), os impactos globais sobre a sustentabilidade podem ser potencialmente consideráveis.

**Tabela 1.** *Misturas obrigatórias para biocombustíveis no mundo*

<b>País</b>	<b>Mandatos</b>
Alemanha	B5,2 e E10
Argentina	E5 e B7
Austrália	New South Wales: E6 e B2; Queensland: E5
Bélgica	E4 e B4
Brasil	E18–25 e B5
Canadá	Nacional: E5 e B2. Provincial: E5 e B3–5 em British Columbia; E5 e B2 em Alberta; E7.5 e B2 em Saskatchewan; E8.5 e B2 em Manitoba; E5 em Ontario
China	E10 em nove províncias
Colômbia	E8 e B7; B20 até 2012
Coreia do Norte	B2,5
Espanha	Mandato para mistura de biocombustível: 6,2% atualmente, de 6,5% para 2012 e 2013; B6 e B7 atualmente para 2012
Estados Unidos	Nacional: Os Combustíveis Renováveis Padrão 2 (RFS2) requerem 36 bilhões de galões de combustível renovável para ser misturado com o combustível de transporte anualmente até 2022. Nível do Estado: E10 no Missouri e Montana; E9-10 na Flórida; E2 e B2 em Louisiana; B2, em 2010, até 2011 B3, B4 B5 em 2012, até 2013 (todos até 1 de julho do ano dado), em Massachusetts, E10 e B10 B5, em 2012, B20 até 2015, em Minnesota; B5 após 1 de Julho de 2012 no Novo México; E10 e B5 em Oregon; B2 após um ano no estado produção de biodiesel chega a 40 milhões de litros, B5, um ano após 100 milhões de galões B10, um ano depois de 200 milhões de litros, e um ano depois B20 400 milhões de litros na Pensilvânia; E2, B2, B5 aumentando para 180 dias, após um estado de matéria-prima e óleo de semente de capacidade de moagem pode cumprir a exigência de 3% no Estado de Washington.
Etiópia	E10
Filipinas	E10 e B2
Guatemala	E5
Índia	B2,5 e E3
Jamaica	E10 e B5
Malásia	B5
Malawi	E20
Paraguai	E24 e B5
Peru	B5 e E7.8
Reino Unido	B4
Tailândia	E5 and B5
Uruguai	B2; B5 até 2012; E5 até 2012
Zâmbia	E10 e B5

Fonte: REN21 (2012).

Nesse contexto, o Brasil, um dos maiores produtores mundiais de biocombustíveis continua a ser considerado em grande parte um caso de sucesso, dadas as baixas emissões de gases de efeito estufa, pouco desmatamento induzido devido à alta disponibilidade de terras para culturas energéticas, e metas de inclusão social de agricultores familiares (Goldemberg, Coelho, e Guardabassi, 2008; Schaffel et al., 2012). Um exemplo é o caso da União Europeia que, devido ao aumento da pressão por parte da sociedade civil crítica em relação ao desenvolvimento de um mercado de biocombustíveis com produção interna, discute a promoção de um acordo bilateral com o Brasil para fornecer grandes quantidades de etanol sustentável. O Brasil seria, assim, visto como um caso de teste, com critérios rígidos tanto na área social como ambiental (EurActiv, 2008).

De fato, a Alemanha por sua vez atualmente já é um grande importador de etanol brasileiro para cumprir o seu mandato atual de mistura E10 (DBFZ, 2012), mas se poderia tornar no futuro, em princípio, também para o biodiesel brasileiro, que se destina, ainda, apenas ao mercado interno. Desde 2007, quando a Alemanha atingiu uma capacidade de produção de 5 milhões t por ano de biodiesel, houve uma relativa estagnação no setor, com menos impacto no caso do etanol, onde a produção atingiu 1 milhão t por ano, mas onde houve ainda maiores taxas de crescimento. Importante ainda é de constatar que houve uma mudança no mercado alemão de biocombustíveis no sentido de sair de uma situação de dominação quase total de óleos vegetais puros e biodiesel puro para um mercado de misturas ou *blend*, com forte atuação da indústria de petróleo (DBFZ, 2012): para reduzir seus custos operacionais, vários multinacionais como a Shell ou BP tem investido fortemente no mercado brasileiro, para atingir as misturas obrigatórias particularmente na UE (Oberling et al., 2012).

Um breve histórico dos biocombustíveis brasileiros, e a necessidade de estudar as partes interdependentes do que constitui uma sustentabilidade de biocombustíveis, são discutidos a seguir, a fim de promover uma maior conscientização e cooperação entre o Brasil e a Alemanha nestas questões. Neste contexto, o artigo apresenta os primeiros passos de um projeto internacional de pesquisa chamado *Integrated Modeling of the Land Use, Water and Energy Nexus of Brazilian Biofuels Expansion under Climate Change*, apoiado pelo Ministério de Meio Ambiente, Conservação e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU) sob sua International Climate Initiative (ICI).

## 2. UMA BREVE HISTÓRIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS NO BRASIL

■ O Brasil é um dos principais atores na produção de biocombustíveis desde a década de 1970, quando o país começou a implementar o programa Proálcool, o primeiro programa governamental do mundo em larga escala voltado para o uso de etanol no setor de transportes. O programa foi adotado após o primeiro choque do petróleo, visando não só proteger o país dos altos preços do petróleo, mas também ajudar a indústria de açúcar do país, que estava numa considerável crise neste momento (Jull et al., 2007; Nitsch e Giersdorf, 2005; Oliveira, 2002). Assim, o Proálcool iria aumentar a independência energética, e melhorar os termos de intercâmbio e receitas (Jull et al., 2007).

No início do programa, o etanol foi misturado com gasolina (também chamada de etanol anidro) para uso em veículos leves convencionais, mas a segunda crise do petróleo em 1978–1979 estimulou o uso de etanol “puro” (ou hidratado) como substituto da gasolina, exigindo mudanças técnicas mais abrangentes nos carros para continuar a operar com segurança. Uma variedade de diferentes medidas foi adotada no Proalcóol para promover a sua aplicação. Por exemplo, a companhia nacional de petróleo Petrobras garantiu a compra de volumes fixos de etanol, enquanto o governo subscreveu o preço do etanol, incentivou investimentos em novas unidades de produção através de taxas de juros preferenciais, e subsidiou a compra de veículos que rodavam com etanol puro (His, 2004). O Proalcóol foi, de forma geral, bem aceito, de forma que na década de 1980 a frota nacional de veículos a etanol subiu para mais de 90% em alguns anos (Walter et al., 2008). O total de investimentos foi substancial e alcançou 11 bilhões de dólares, eventualmente levando a uma produção anual de 16 bilhões de litros (Walter et al., 2008).

O colapso dos preços de petróleo em 1986 e o fato de que a Petrobras ter sido bem sucedida na descoberta de campos de petróleo mudou a economia do Proalcóol no Brasil consideravelmente. A preocupação de se tornar menos dependente da importação de petróleo caiu, e o suporte de preço para o etanol tornou-se cada vez mais inviável, já que os preços da gasolina caíram fortemente (His, 2004). Além disso, o apoio financeiro através do Proalcóol, que tinha também beneficiado produtores ineficientes, gerou fortes críticas (Walter et al., 2008) num momento em que o governo sofreu dificuldades financeiras severas, cada vez mais afetando a solvência do país. Adicionando a estas pressões, uma evolução favorável do preço do açúcar no mercado internacional desviou a produção de matéria-prima para o setor de alimentos, levando-o à escassez de etanol e, com

isso, a problemas de credibilidade sérios com os consumidores. Como consequência deste desenvolvimento, o etanol teve de ser importado durante a crise de abastecimento de 1990 a 1991 e vários anos mais tarde, entre 1993 e 1997, quando os preços do açúcar novamente foram favoráveis para a exportação da matéria-prima (Junginger et al., 2008).

Devido a estes problemas, o Proalcóol passou por uma reformulação profunda durante a década de 1990. Subsídios públicos para a compra de veículos leves que rodavam com etanol puro foram eliminados, os preços dos combustíveis foram liberalizados, e todos os subsídios para a indústria de etanol e cana-de-açúcar foram removidos (Walter et al., 2008), incluindo qualquer garantia de preço (His, 2004). O uso do etanol hidratado diminuiu drasticamente – apenas cerca de 1.000 carros movidos a etanol puro foram vendidos em 1997–1998 (Walter et al., 2008). Ao contrário deste desenvolvimento, o uso de álcool anidro tornou-se cada vez mais importante: em 1993, o governo estabeleceu que 22% de etanol anidro teria que ser adicionado à gasolina de forma obrigatória.

Neste momento, os custos de produção de álcool ainda superavam os de gasolina derivada de importações de petróleo, mesmo em destilarias mais eficientes. No entanto, as vendas de veículos movidos a etanol começaram a crescer novamente em 2001 devido a uma maior diferença de preço entre etanol e gasolina, causada pela combinação do aumento dos preços do petróleo e os custos do etanol. Igualmente importante, o lançamento de veículos leves de combustível flexível, os chamados carros *flex-fuel* (FFV), ou seja, carros que funcionam alternativamente com etanol puro ou em qualquer mistura, virou um sucesso com os consumidores. Em 2006 já 85% das vendas de veículos novos foram do tipo FFV o que, conseqüentemente, aumentou novamente a demanda por etanol.

Devido a este desenvolvimento, cientistas preveem um crescente mercado doméstico de etanol para o futuro próximo (Walter et al., 2008). Aqui a atual política brasileira sobre biocombustíveis limita a intervenção do estado para o desenvolvimento do etanol para três áreas distintas: misturas obrigatórias de etanol-gasolina, menores taxas de impostos para os combustíveis misturados e incentivos fiscais para encorajar o uso de veículos movidos a etanol (Jull et al., 2007). As políticas nacionais em relação ao etanol ainda são bastante flexíveis: o governo brasileiro aumentou a mistura obrigatória de etanol de 22% para 25% a fim de reduzir as reservas de álcool no final da década passada. Mais recentemente, reduziu esta mistura para 18% a 20% devido à oferta doméstica restrita induzida pelo aumento da demanda de álcool e redução da produção de cana-de-açúcar devido

a secas em algumas regiões produtoras, mas novamente aumentou o percentual para 25% em maio de 2013 para apoiar a indústria do etanol e contribuir para a redução de importações de gasolina (REN21, 2012).

De modo geral, o Proálcool é hoje considerado uma história de sucesso já que tem mostrado a viabilidade da produção em grande escala do etanol de cana-de-açúcar e sua utilização como combustível automotivo para veículos leves (Goldemberg, Coelho, e Guardabassi, 2008; Kojima e Johnson, 2006). Também é o único caso onde se criou uma indústria de etanol comercialmente competitiva. O relatório do Banco Mundial de Kojima e Johnson (2006) nomeou cinco fatores principais para este desenvolvimento: (1) o plantio da cana-de-açúcar no Brasil ainda não depende da irrigação, mas é feita majoritariamente em sequeiro, em contraste com a produção de açúcar em outros países, como Austrália e Índia; (2) há ainda muita terra disponível para a expansão da cana-de-açúcar no país; (3) a pesquisa e desenvolvimento (P&D) e produção comercial tem estimulado uma maior produtividade há três décadas; (4) as usinas e destilarias de açúcar são frequentemente integradas e flexíveis para ajustar a relação da produção de açúcar para a produção do etanol – assim, os proprietários das plantações são capazes de tirar proveito da mudança dos preços relativos entre os dois produtos; e (5) veículos FFV reduziram o medo dos consumidores em relação a uma possível escassez de etanol, e, além disso, estimularam investimentos em complexos industriais de açúcar integrados<sup>2</sup>.

Uma outra alternativa muito importante para o desenvolvimento de biocombustíveis no Brasil tem sido a criação de um mercado de biodiesel interno pelo Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), que foi instituído em 2004. O PNPB inicialmente foi considerado como uma contraproposta ao programa Proálcool devido ao pouco desempenho do Proálcool em incluir agricultores familiares pobres nas cadeias de *commodities* do programa (Hall et al., 2009). Embora primeiros projetos-piloto no Proálcool incluíssem a produção de mandioca para etanol em nível comunitário, as esperanças de tornar viável economicamente este tipo de produção não se concretizou. De fato, os benefícios sociais diretos do etanol hoje parecem estar ligados muito mais à contratação temporária de trabalhadores rurais de baixa qualificação na época da colheita, mas não na sua integração como produtores autônomos. O PNPB, por outro lado, iria incidir especificamente sobre a inclusão social dos agricultores familia-

2 No entanto, deve ser notado que as tendências no mercado global de açúcar podem ser esperadas para ter um impacto permanente sobre o desenvolvimento do mercado de etanol (His, 2004).



res pobres em regiões menos favorecidas do país, particularmente no semiárido nordestino (o *Sertão*), usando como mecanismo o Selo Combustível Social (SCS) para estabelecer acordos contratuais entre agricultores familiares e produtores de biodiesel. Estes acordos – ativos ainda hoje – incluem, entre outros, preços garantidos para os agricultores familiares, assim como a prestação de assistência técnica e o fornecimento de sementes de qualidade. Como resultado, a participação de agricultores familiares no programa é hoje muito mais articulada do que no Proálcool, embora o PNPB não tenha conseguido a integrar os agricultores da região pobre do Nordeste do Brasil de acordo com suas metas ambiciosas iniciais (Schaffel et al., 2012).

A soja do agronegócio é hoje a matéria-prima mais relevante dentro do PNPB, fornecendo cerca de 80% da matéria-prima para a atual mistura obrigatória de 5% (B5), enquanto a matéria-prima escolhida para a agricultura familiar do Nordeste, a mamona, está basicamente ausente da produção. Este desenvolvimento causou e continua causando impactos socioambientais muito diferenciados. No caso da soja, o desenvolvimento de novas variedades aptas para o cultivo em latitudes mais baixas, a disponibilidade de terras baratas assim como fortes reduções no custo de transporte começando com os anos 90 gradualmente propulsou a dispersão da produção para as áreas na fronteira agrícola do Cerrado central (Jank et al., 1999; Smaling et al., 2008; Hall et al. 2009). Essa região hoje concentra em torno de 60% da produção nacional, com domínio de grandes terras proprietários, plantio de monocultura e altos graus de mecanização, frequentemente organizado por grandes grupos privados (Smaling et al., 2008). Além disso, o desenvolvimento da soja hoje está sendo criticada por promover o desmatamento induzido na fronteira agrícola do país, com potenciais impactos devastadores para a biodiversidade nessa região (Lapola et al., 2010).

Por final, o óleo do dendê é outra matéria-prima que pode ser destacado no contexto do PNPB, embora sua produção nacional ainda seja incipiente. Enquanto que há a opinião de que o plantio do dendê poderia promover a recuperação de áreas degradadas principalmente no estado do Pará, há também vozes que advertem que um crescimento rápido da produção pode levar a um novo desmatamento na região Amazônica, com fortes impactos sobre a biodiversidade e as emissões de GEE.

Dessa forma, torna-se necessário estudar cuidadosamente os impactos socioambientais e econômicos da expansão da cana-de-açúcar e de matérias-primas do biodiesel, para entender como elas podem ajudar no desenvolvimento de um mer-

cado sustentável de biocombustíveis, no nível nacional e internacional, no curto assim como longo prazo. Nesse contexto, o próximo tópico apresenta uma revisão bibliográfica dos estudos mais importantes a este respeito, mostrando também as lacunas existentes em termos de conhecimento e formulação de políticas públicas à base de evidências, o chamado “*evidence-based policymaking*” em inglês.

### 3. CENÁRIOS PARA BIOCOMBUSTÍVEIS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL E LACUNAS EM PESQUISA E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

■ Modelos que analisam os impactos da expansão de biocombustíveis no Brasil têm avançado consideravelmente nos últimos anos. Isso inclui estudos sobre a expansão da cana e soja (Margulis, Dubeux, e Marcovitch, 2011; Lapola et al., 2010) bem como avaliações de riscos agroecológicos de produção de matérias-primas sob crescente impactos de mudança de clima (Pinto e Assad, 2008; Lobell et al., 2008). Consequências socioambientais dessas tendências são também cada vez mais estudadas. Por exemplo, La Rovere al. (2011) usam uma análise multicritério para estudar assuntos como a segurança alimentar e pressões sobre recursos hídricos devido à expansão da cana.

Os estudos publicados em Margulis, Dubeux, e Marcovitch (2011) e outros (Lapola et al., 2010) indicam que a soja e cana-de-açúcar irão expandir na região Centro-Oeste do Brasil, mas não são conclusivos sobre os impactos sobre o desmatamento indireto ou direto e segurança alimentar. O estudo realizado por Pinto e Assad (2008) descobre que safras de cana são susceptíveis de se beneficiar de mudança climática enquanto outras culturas podem sofrer quedas consideráveis de produtividade. No entanto, essa informação ainda não está integrada em modelos de uso da terra. La Rovere et al. (2010) identificam altas pressões sobre recursos hídricos para várias regiões do estado de São Paulo, mas pouco impactos na segurança alimentar. No entanto, conclusões deste estudo são limitadas devido à falta de dados confiáveis. Estudos semelhantes nos Estados Unidos sobre a demanda de água para produção de biocombustíveis (C. W. King, M. E. Webber, e Duncan, 2009; Carey W. King e Webber, 2008) indicam que há fortes ligações entre as políticas públicas federais e impactos regionais até locais sobre a disponibilidade de recursos hídricos. Enquanto o ciclo de vida dos biocombustíveis consome claramente mais água do que os combustíveis fósseis (Carey W. King e Webber 2008), estas análises não abordam como a mudança do uso da terra e o desenvolvimento de biocombustíveis pode afetar a sustentabilidade de recursos

hídricos locais. Scanlon et al. (2007) indicam que as mudanças no uso da terra de sistemas naturais para sistemas agrícolas pode alterar significativamente a distribuição de água entre a água verde (humidade do solo) e azul (córregos e aquíferos). Outros impactos potenciais da mudança no uso da terra devido à expansão dos biocombustíveis que foram encontradas em muitos estudos fora do Brasil incluem a segurança alimentar, biodiversidade e liberações líquidas de emissões de GEE (Gibbs et al, 2008; Searchinger et al, 2008; Rosegrant, 2008; Butler e Laurance, 2008; Braun, 2008).

Dessa forma, apesar dos recentes avanços em pesquisa sobre biocombustíveis e modelagem, as inter-relações entre a expansão dos biocombustíveis, a disponibilidade de recursos hídricos, e diferentes impactos de uso da terra são ainda pouco compreendidas no Brasil, causando sérios problemas para a formulação de políticas públicas no país. Sumarizamos estas lacunas nos próximos parágrafos.

**Em primeiro lugar**, os impactos das mudanças climáticas sobre a produtividade de culturas agrícolas e recursos hídricos ainda não estão integrados nos estudos citados. Isso é relevante porque a disponibilidade de água e produtividade agrícola tendem a diminuir significativamente (aumento no caso da cana-de-açúcar) já no curto a médio prazo (2020–2030), o que pode causar conflitos novos ou aumentar os já existentes entre diferentes setores e usos dessas matérias-primas. Além disso, essas tendências podem resultar em alocações de recursos abaixo do ideal, políticas contra-produtivas, e levar ao desenvolvimento insustentável a longo prazo. Em casos extremos, os locais ideais para a produção de matérias-primas de biocombustíveis pode empurrar outras culturas ou usos da terra para regiões de *hotspots* de biodiversidade, onde mesmo cenários ainda mais sustentáveis poderiam envolver *trade-offs* entre a colocação de biocombustíveis e a produção de alimentos. Isto também tem consequências para a concepção de estratégias apropriadas de adaptação às mudanças climáticas no país.

**Em segundo lugar**, como a agricultura brasileira, incluindo o plantio de matéria-prima para produção de biocombustíveis, é predominantemente feita em sequeiro, existe ainda uma carência de estudos sobre os impactos da irrigação sobre os recursos hídricos locais e regionais. Aqui, a irrigação deve ser estudada ao mesmo tempo como uma opção para (1) melhorar a produtividade agrícola e (2) como parte de uma estratégia de adaptação às mudanças climáticas, dadas as crescentes temperaturas de superfície e, potencialmente, maiores necessidades de recursos hídricos para as plantas em todo o Brasil.

**Em terceiro lugar**, os estudos existentes não analisam recursos hídricos, uso da terra e questões energéticas em uma abordagem integrada, mas aplicam abordagens tematicamente restritas a questões específicas como, por exemplo, os impactos da expansão sobre a segurança alimentar ou as mudanças de uso da terra causadas pela expansão da cana ou a soja. Isto implica que os potenciais efeitos retroalimentais (*feedback*) de diferentes usos da terra não são devidamente contabilizados, e que as recomendações políticas tiradas desses estudos são menos robustas, dado os focos limitados (ou seja, tematicamente restritos) desses estudos.

**Em quarto lugar**, cenários de produção e uso de biocombustíveis são majoritariamente de curto prazo (até 2020) que tem limitado valor para o planejamento estratégico do setor no Brasil, já que os processos de mudança de uso da terra, os impactos da mudança climática e políticas de biocombustíveis são particularmente relevantes num prazo maior (2030 e além).

**Quinto e último**, a expansão de biodiesel de óleo de palma, que está a ocorrer em terras degradadas na região amazônica, ainda não foi estudada por meio de qualquer modelo de aplicação. Portanto, é necessário compreender se, e se sim, como, o biodiesel de óleo de palma pode repetir experiências de sucesso feitas com etanol de cana na região Sudeste do país.

Juntas, estas deficiências criam incertezas consideráveis para o compromisso voluntário do Brasil de reduzir entre 36,1% e 38% as suas emissões projetadas até 2020, já que este plano está baseado na expectativa de um forte crescimento de biocombustíveis no país. Os estudos existentes não são conclusivos sobre se, quando, e em que grau as mudanças diretos ou indiretos no uso da terra podem tornar-se relevantes devido à expansão dos biocombustíveis no país, como os recursos hídricos podem ser afetados, se a segurança alimentar pode se tornar um problema, e até que ponto o desenvolvimento do setor poderia promover o desenvolvimento de uma economia verde no país como um todo. Estratégias brasileiras para exportar biocombustíveis sustentáveis, por exemplo, através de critérios robustos de certificação, assim também são limitadas por falta de evidências empíricas robustas de médio prazo.

#### 4. PRÓXIMOS PASSOS: INTEGRANDO CIÊNCIA E POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO DE BIOCOMBUSTÍVEIS SUSTENTÁVEIS

■ O governo brasileiro respondeu às preocupações de sustentabilidade dos biocombustíveis de forma proativa, incluindo através de planos ministeriais ou setoriais para a expansão dos biocombustíveis e/ou outros usos da terra (inclusive os planos para o desenvolvimento da cana-de-açúcar do etanol, o PNPB, os planos de agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA), desenvolvimento de padrões de certificação (INMETRO, ISO/ABNT), inovação tecnológica (CTBE), conselhos ou comitês de bacias hidrográficas (ANA), ou através da implementação de planos de zoneamento agroecológico (para diferentes matérias-primas de biocombustíveis). No entanto, a produção sustentável de biocombustíveis no Brasil também é agora posta à prova, já que tanto a demanda nacional como a internacional para os biocombustíveis produzidos no Brasil está aumentando – provocando a produção de biocombustíveis em terras e condições microclimáticas novas. Além disso, a mudança climática está agora prevista para afetar de forma significativa a produtividade agrícola e disponibilidade de recursos hídricos no Brasil, aumentando potencialmente conflitos entre os diferentes usos da terra, incluindo os de alimentos versus combustíveis.

Neste contexto, o projeto *Integrated Modeling of the Land Use, Water and Energy Nexus of Brazilian Biofuels Expansion under Climate Change*, recentemente iniciado dentro da International Climate Initiative (ICI) do Ministério de Meio Ambiente, Conservação e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU), tem como objetivo de **informar os tomadores de decisão e as partes interessadas sobre os potenciais cenários de expansão dos biocombustíveis no Brasil, considerando as mudanças climáticas, a fim de permitir a formulação de políticas sensíveis que consigam mitigar impactos adversos no uso da terra, recursos hídricos e segurança alimentar, promovendo simultaneamente a produção sustentável de biocombustíveis**. O trabalho será feito através de um esforço de modelagem multi-institucional que integra a avaliação de impactos sobre recursos hídricos no nível de bacias, a análise de mudança no uso da terra, e a modelagem energética e socioeconômica de impactos macroeconômicos assim como impactos sobre as emissões de GEE na economia brasileira. A análise quantitativa é suportada por um processo de consulta e disseminação estratégica de conhecimento, a fim de integrar os conhecimentos de especialistas na parte de análise e facilitar a divulgação dos resultados do projeto para dentro do planejamento estratégico de políticas públicas no setor, assim como iniciativas de sustentabilidade.

Acreditamos que os resultados deste estudo serão altamente relevantes no contexto brasileiro. Oportunidades de exportação de biocombustíveis dependem do cumprimento estrito de critérios de certificação, tais como os critérios de sustentabilidade da União Europeia. O compromisso voluntário do país de reduzir as suas emissões nacionais em até 38% até 2020 é baseado no desenvolvimento significativo de biocombustíveis, mas os benefícios climáticos dependem da capacidade de evitar, entre outros, o desmatamento induzido pela expansão dos biocombustíveis. A irrigação é uma opção tecnológica que pode aumentar fortemente a produtividade de matérias-primas, reduzindo assim potencialmente as consequências das mudanças no uso da terra, mas seus impactos sobre o abastecimento de água para o consumo humano, a segurança alimentar e outras demandas prioritárias devem ser avaliados antes que esta tecnologia seja amplamente adotada.

É neste contexto que o aumento da consciência e base de conhecimentos sobre onexo entre uso da terra, água e energia num cenário de expansão de biocombustíveis no Brasil irá beneficiar significativamente a formulação de políticas públicas e o monitoramento e avaliação dirigida a essas questões. Isso também é relevante para o caso da Alemanha: para o futuro são previstos requisitos mínimos mais severos em relação à capacidade de biocombustíveis de efetivamente mitigar emissões de GEE comparado com suas alternativas fósseis, o que deve também aumentar a demanda para biocombustíveis, e dessa forma potencialmente criar novos conflitos entre uso da terra, recursos hídricos, segurança alimentar e a produção de combustíveis líquidos renováveis. Esse ponto é ainda mais fortalecido quando levando em consideração as discussões públicas críticas na Alemanha em relação ao desenvolvimento de biocombustíveis no país.

Vale destacar ainda que os resultados previstos do projeto são de interesse da União Europeia e do Governo da Alemanha, assim como complementares às estratégias e iniciativas recentes do Governo Brasileiro. O projeto irá fornecer informações relevantes para a formulação de uma economia verde e o planejamento de desenvolvimento rural sustentável, bem como a mitigação da mudança climática e planos nacionais de adaptação (liderado pelo Ministério do Meio Ambiente, MMA, sob coordenação do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, FBMC) e outras iniciativas setoriais ou regionais (por exemplo, os planos de agricultura e pecuária ou o Plano de Agricultura de Baixo Carbono do MAPA), entre outros. O projeto também irá fornecer resultados generalizados que podem se tornar uma referência para iniciativas de sustentabilidade como ISO/ABNT, INMETRO, a Mesa-Redonda sobre Biocombustíveis Sustentáveis (RSB), Bonsucro, Certificação Internacional de Sustentabilidade e Carbono (ISCC) e outros padrões de cer-

tificação nacionais e internacionais, bem como apoiar o atual zoneamento agroecológico para matérias-primas de biocombustíveis, liderada pelo Governo do Brasil. Além disso, os resultados do projeto serão uma poderosa ferramenta para os formuladores de políticas públicas e iniciativas dedicadas a recursos hídricos e segurança alimentar, incluindo também as discussões em curso sobre REDD/REDD+. Finalmente, o projeto também irá adicionar às discussões sobre se (e se for sim, em que circunstâncias) os esforços brasileiros atuais em biocombustíveis podem ser transferidos ou replicados para outras regiões do mundo, incluindo especialmente os países em desenvolvimento. Ou seja, é um exemplo de como a cooperação internacional pode apoiar o desenvolvimento de biocombustíveis sustentáveis para proteção do meio ambiente, garantindo também a realização de amplos benefícios socioeconômicos.

- **Martin Obermaier** · Doutor em Planejamento de Energia (UFRJ, Brasil), é um especialista em adaptação à mudança climática e energias renováveis. Economista por formação, ele tem mais de 10 anos de experiência em gestão de projetos. Recentes projetos de pesquisa incluem desenvolvimento social no sertão brasileiro, questões de governança e proteção ambiental na América Latina e África. Recentemente ele moderou uma comunidade de prática internacional sobre adaptação em regiões semiáridas e áridas com mais de 450 especialistas nacionais e internacionais. Também frequentemente presta consultoria ao Banco Mundial, OECD, IEA e BNDES. Martin é responsável pela gestão geral do projeto aqui apresentado e pela execução da sua estratégia de disseminação de conhecimento. [martin@ppe.ufrj.br](mailto:martin@ppe.ufrj.br)
- **Carey W. King** · PhD em Engenharia Mecânica (Universidade do Texas em Austin), é um pesquisador associado com o International Energy and Environmental Policy da Jackson School of Geosciences, na Universidade do Texas em Austin. Ele é especialista em modelagem de interações de sistemas de energias e tecnologias com a economia e o meio ambiente. Tem particular experiência em políticas e tecnologias na área do nexo energia-água ligada à água nos ciclos de vida de combustíveis e energia elétrica e análise de energia líquida (particularmente como métricas de energia líquida se relacionam com ambas métricas de micro- e macroeconomia). Ele tem artigos publicados em revistas multidisciplinares como Environmental Science and Technology, Sustainability, e Environmental Research Letters. [careyking@mail.utexas.edu](mailto:careyking@mail.utexas.edu)
- **Marcelo M. R. Moreira** formou-se em Economia na Universidade Pontifícia Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), possui mestrado em Economia da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e é candidato à D.S.c em Planejamento de Energia na Universidade de Campinas (FEM-UNICAMP). Ele é especialista em bioenergia com experiência em modelagem econômica, previsões e simulações. Como pesquisador no Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE) ele desenvolveu o módulo de biocombustíveis do Brazilian Land Use Model (BLUM). Ele é agora coordenador de açúcar e biocombustíveis na Agroicone. [marcelo@agroicone.com.br](mailto:marcelo@agroicone.com.br)

REFERENCIAS

- BERNDES, Göran; HOOGWIJK, Monique e VAN DEN BROEK, Richard. The contribution of biomass in the future global energy supply: a review of 17 studies". *Biomass and Bioenergy* 25 (1) (julho), p. 1–28, 2003. doi:10.1016/S0961-9534(02)00185-X.
- BRAUN, J. von. Food and Financial Crisis: Implications for Agriculture and the Poor. Brief prepared for the CGIAR Annual General Meeting. Maputo: IFPRI, 2008.
- BUTLER, R. A. e LAURANCE, W. F. Is oil palm the next emerging threat to the Amazon? *Tropical Conservation Science* 2, p. 1–10, 2008.
- DBFZ. Monitoring Biokraftstoffsektor. DBFZ Report 11. Leipzig: DBFZ Deutsches Biomasseforschungszentrum, 2012.
- EURACTIV. Biofuels not an obligation, say EU ministers. *EurActiv.com*. julho 2008. <http://www.euractiv.com/transport/biofuels-obligation-eu-ministers-news-220222>.
- FARGIONE, J.; HILL, J.; TILMAN, D.; POLASKY, S., e HAWTHORNE, P. Land clearing and the biofuel carbon debt. *Science* 319, p. 1235–1238, 2008.
- GIBBS, H. K.; JOHNSTON, M.; FOLEY, J. A.; HOLLOWAY, T.; MONFREDA, C.; RAMANKUTTY, N. e ZAKS, D. Carbon payback times for crop-based biofuel expansion in the tropics: the effects of changing yield and technology. *Environmental Research Letters* 3, p. 1–10, 2008.
- GOLDEMBERG, J.; COELHO, S. e GUARDABASSI, P. The sustainability of ethanol production from sugarcane. *Energy Policy* 36, p. 2086–2097, 2008.
- HALL, J.; MATOS, S. e C. LANGFORD, H. Social exclusion and transgenic technology: the case of Brazilian agriculture. *Journal of Business Ethics* 77, p. 45–63, 2008.
- HALL, J.; MATOS, S.; SEVERINO, L. e BELTRÃO, N. Brazilian biofuels and social exclusion: established and concentrated ethanol. *Journal of Cleaner Production* 17, p. 577–585, 2009.
- HAZELL, P. e R. PACHAURI, K. Overview. In *Bioenergy and Agriculture: Promises and Challenges*, organizado por P. Hazell e R. K. Pachauri. 2020 Focus 14. Washington, D.C.: IFPRI/Teri, 2006.
- HIS, A. Biofuels Worldwide. Panoramie 2005. Paris: IFP, 2004.
- IEA Bioenergy. Potential of Bioenergy to the World's Future Energy Demand. Exco 2007:02. Whakarewarewa: IEA, 2007.
- IPCC. *Climate Change 2007. Vol. 1: The Physical Science Basis. Vol. II: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Vol. III: Mitigation of Climate Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- JANK, Marcos Sawaya, PAES LEME, Maristela Franco, NASSAR, André Meloni, e FAVERET FILHO, Paulo. Concentration and internationalization of Brazilian agribusiness exporters. *International Food and Agribusiness Management Review* 2, p. 359–374, 1999.
- JULL, C., P. C. REDONDO, V. MOSOTI, e J. VAPNEK. Recent Trends in the Law and Policy of Bioenergy Production, Promotion and Use. FAO Legal Papers Online 68. Roma: FAO, 2007.



- JUNGINGER, M.; BOLKESJO, T.; BRADLEY, B.; DOLZAN, P.; FAAIJ, A.; HEINIMO, J.; HEKTOR, B. et al. Developments in international bioenergy trade". *Biomass and Bioenergy* 32, p. 717–729, 2008.
- KING, C. W.; WEBBER, M.E.; e DUNCAN, I. J.. The water needs for LDV transportation in the United States. *Energy Policy* 38, p. 1157–1167, 2009.
- KING, Carey W.; e WEBBER, Michael E. Water Intensity of Transportation. *Environmental Science & Technology* 42 (21) (novembro 1), p. 7866–7872, 2008. doi:10.1021/es800367m.
- KOJIMA, M., e T. JOHNSON. Potential for biofuels for transport in developing countries. Knowledge Series 4. Washington, D.C.: ESMAP, 2006.
- LA ROVERE, Emílio Lèbre; OBERLING, D. F.; OBERMAIER, M.; SOLARI, R.; e WILLS, W. Aspectos socioambientais da expansão da cana-de-açúcar. In: MARGULIS, S.; DUBEUX, C. B. S. e MARCOVITCH, J. J. (Orgs.). *Economia da Mudança Climática no Brasil: Custos e Oportunidades*, p. 62–67. São Paulo: IBEP Gráfica, 2010.
- LAPOLA, D. M.; SCHALDACH, R.; ALCAMO J.; BONDEAU, A.; KOCH, J.; KOELKING, C.; e PRIESS, J. A. Indirect land-use changes can overcome carbon savings from biofuels in Brazil. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 107, p. 3388–3393, 2010.
- LOBELL, D. B.; BURKE, M. B.; TEBALDI, C.; MASTRANDREA, M. D.; FALCON, W. P. e NAYLOR, R. L. Prioritizing climate change adaptation needs for food security in 2030. *Science* 319, p. 607–610, 2008.
- MARGULIS, Sergio; SCHMIDT DUBEUX, Carolina Burle, e MARCOVITCH, Jacques. *Economia da Mudança do Clima no Brasil*. Rio de Janeiro: Synergia Editora, 2011.
- NAUMANN, Karin, Katja OEHMICHEN, Martin ZEYMER, Franziska MÜLLER-LANGER, Mattes SCHEFTELOWITZ, Philipp ADLER, Kathleen MEISEL, e Michael SEIFFERT. Monitoring Biokraftstoffsektor. DBFZ Report 11. Leipzig: Deutsches Biomasseforschungszentrum, 2011.
- NITSCH, M., e J. GIERSDORF. Biokraftstoffe in Brasilien. Volkswirtschaftliche Reihe 12/2005. Berlím: Freie Universität Berlin, 2005.
- OBERLING, Daniel Fontana; OBERMAIER, Martin; SZKLO, Alexandre e LA ROVERE, Emílio Lèbre. Investments of oil majors in liquid biofuels: The role of diversification, integration and technological lock-ins". *Biomass and Bioenergy* 46 (novembro), p. 270–281, 2012. doi:10.1016/j.biombioe.2012.08.017.
- OLIVEIRA, J. A. P. The policymaking process for creating competitive assets for the use of biomass energy: the Brazilian alcohol programme. *Renewable and Sustainable Energy Reviews* 6, p. 129–140, 2002.
- PINTO, Hilton Silveira e ASSAD, Delgado Eduardo, org. *Aquecimento Global e a Nova Geografia da Produção Agrícola no Brasil*. São Paulo: Embrapa, UNICAMP, 2008.
- RAGAUSKAS, A. J.; WILLIAMS, C. K.; DAVISON, B. H.; CAIRNEY, J.; ECKERT, C. A.; FREDERICK, W. J.; HALLETT, J. P. et al. The path forward for biofuels and biomaterials. *Science* 311, p. 484–489, 2006.

- REN21. *Renewables 2010 Global Status Report*. Paris: GTZ/REN21 Secretariat, 2010.
- . *Renewables 2012 Global Status Report*. Paris: REN21 Secretariat, 2012.
- RIBEIRO, S. K.; KOBAYASHI, S.; BEUTHE, M.; GASCA, J.; GREENE, D.; LEE, D. S.; MUROMACHI, P. J.; NEWTON, P. J.; PLOTKIN, S. e SPERLING D. . Transport and its infrastructure. In *Climate Change 2007: Mitigation. Contribution of Working Group III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*, organizado por B. Metz, O. Davidson, P. Bosch, R. Dave, e L. Meyer, p. 323–386. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- ROSEGRANT, M. Biofuels and grain prices: impacts and policy responses. Washington, D.C.: Testimony for the U.S. Senate Committee on Homeland Security and Government Affairs, 2008.
- SCANLON, Bridget R.; JOLLY, Marios; SOPHOCLEOUS, Ian e ZHANG, Lu. “Global Impacts of Conversions from Natural to Agricultural Ecosystems on Water Resources: Quantity Versus Quality”. *Water Resources Research* 43 (3), p. n/a–n/a, 2007. doi:10.1029/2006WR005486.
- SCHAFFEL, Silvia B.; HERRERA, Selena; OBERMAIER, Martin e LA ROVERE, Emílio L. Can family farmers benefit from biofuel sustainability standards? Evidence from the Brazilian Social Fuel Certificate. *Biofuels*, 3ª edição, 2012.
- SEARCHINGER, T.; HEIMLICH, R.; HOUGHTON, R.A.; DONG, F.; ELOBEID, A.; FABIOSA, J.; TOKGOZ, S.; HAYES, D. e YU, T. Use of U.S. croplands for biofuels increases greenhouse gases through emissions from land-use change. *Science* 319, p. 1238–1240, 2008.
- SMALING, E. M. A.; ROSCOE, R.; LESSCHEN, J. P.; BOUWMAN, A. G. e COMMUNELLO, E. From forest to waste: assessment of the Brazilian soybean chain, using nitrogen as a marker. *Agriculture, Ecosystems and Environment* 128, p. 186–197, 2008.
- SMITH, Joel B.; SCHNEIDER, Stephen H.; OPPENHEIMER, Michael; YOHE, Gary W.; HARE, William; MASTRANDREA, Michael D.; PATWARDHAN, Anand, et al. Assessing dangerous climate change through an update of the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) ‘reasons for concern’. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 2009. doi:10.1073/pnas.081235106.
- THE ROYAL SOCIETY. Sustainable Biofuels: Prospects and Challenges. Policy Document 01/08. London: The Royal Society, 2008.
- UGARTE, D. G. De La Torre. Developing bioenergy: economic and social issues”. In *Bioenergy and Agriculture: Promises and Challenges*, organizado por P. Hazell e R. K. Pachauri. 2020 Focus 14. Washington, D.C.: IFPRI/Teri, 2006.
- WALTER, Arnaldo; ROSILLO-CALLE, Frank; DOLZAN, Paulo; PIACENTE, Erik e BORGES DA CUNHA, Kamyła. Perspectives on fuel ethanol consumption and trade. *Biomass and Bioenergy* 32 (8) (agosto), p. 730–748, 2008. doi:10.1016/j.biombioe.2008.01.026.
- DIE ZEIT, 18 agosto 2012. “Biokraftstoff E10 hat nie funktioniert”. <http://www.zeit.de/wirtschaft/2012-08/biokraftstoff-e10-verbot>

## Controle de Constitucionalidade: uma experiência da Alemanha e do Brasil

RICARDO SICHEL

■ O Brasil, com o advento da Constituição de 1988, separou a competência, que até então se concentrava no Supremo Tribunal Federal, com o estabelecimento de uma Corte cuja atribuição consiste em harmonizar a aplicação das leis infraconstitucionais (Superior Tribunal de Justiça) e outra em fixar a interpretação e implementação das normas constitucionais (Supremo Tribunal Federal). Apesar desta divisão, não se pode afirmar ter sido criado um Tribunal Constitucional, nos moldes da Alemanha, porém houve, sem dúvida, uma aproximação dos modelos, que, em ambos os casos, teve como resultado o estabelecimento de mecanismos de estabilização do Estado Democrático de Direito.

A Alemanha, com o surgimento da República de Weimar, discutia o modelo de controle judicial a ser implementado, o que decorria de duas correntes, a primeira, que defendia o controle concentrado de constitucionalidade, através do estabelecimento de uma Corte Constitucional, propugnada pelo jurista austríaco Hans Kelsen e a segunda, baseada na concepção do legalismo, defendida pelo jurista alemão Carl Schmidt. A segunda tese prevaleceu na República de Weimar, enquanto a primeira veio a ser a adotada pela Constituição da Áustria de 1919.

A instabilidade institucional da Alemanha, com a ausência de mecanismos de controle adequados, possibilitou a ascensão de Adolf Hitler e o estabelecimento de uma ditadura nazista, sem que formalmente fosse a Constituição de Weimar revogada. Somente com o término da 2ª Guerra Mundial, e a criação da República Federal da Alemanha, com o advento da Carta Fundamental (Grundgesetz) que se passa a adotar as ideias defendidas por Hans Kelsen e se estabelece em Karlsruhe uma Corte Constitucional, o que propiciou a estabilização do Estado Democrático de Direito.

Já no Brasil, com o advento da proclamação da República, em 1889, foi criado um Supremo Tribunal Federal, nos moldes da Suprema Corte dos Estados Unidos da América, que concentrava em si o exame de questões de natureza infraconstitucional e constitucional. Da mesma forma como ocorrido na Alemanha, na época da República de Weimar, a ausência de uma Corte de viés constitucional específico, viabilizou a ruptura dos princípios constitucionais vigentes, como o ocorrido em 1930, 1937 e mais recentemente em 1964 e 1969. As Constituições passadas primavam por serem de curta duração, valendo observar que, somente no período Republicano, foram promulgadas as de 1889, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969 e atualmente a de 1988. Esta última estabeleceu, no Supremo Tribunal Federal, uma Corte com competência específica de ser o guardião da Constituição (art. 102).

Assim, o que se propõe é estabelecer os paralelos da história política da Alemanha e do Brasil, seus momentos de instabilidade e crise políticas, limitando-se esta ao período posterior a proclamação da República e os passos dados no sentido de se obter a estabilidade do Estado Democrático de Direito.

Quando do Evento do Dia de Lembrança do Holocausto, a Presidente Dilma Rousseff, em seu discurso, citou que tanto Brasil como Alemanha, ao longo de sua história passaram por períodos de Ditadura, onde os princípios que norteiam o Estado Democrático de Direito foram rompidos, com flagrantes violações aos direitos humanos.

A história, entretanto, com suas coincidências, acaba por evidenciar com certas opções institucionais, principalmente após experiências traumáticas, acabam por servir de base para o estabelecimento de instituições políticas estáveis, de forma a se evitar equívocos feitos e como consequência destes, a ruptura do sistema democrático, com o estabelecimento de períodos de exceção, que, como aconteceu na Alemanha, foi estabelecido dentro da legalidade vigente, porém esta não foi o suficiente para impedir a sua quebra.

O estabelecimento de um controle da atividade estatal sempre mereceu a atenção dos juristas, sendo que esta questão já foi abordada em uma passagem, como a que retrata uma ocorrência com o Imperador Frederico o Grande, em seu Palácio de Verão, que reclamou de um moleiro, exigindo a demolição de um Moinho. O moleiro não se impressionou com a ordem imperial e respondeu: “Majestade, ainda há juízes em Berlim” O moleiro confiava no sistema democrático e na limitação do poder real, para ele vigia o império da lei e não a vontade do soberano.

O estudo das normas legais, dentro da tradição do Direito Romano, obriga ao exame do constitucionalista austríaco Hans Kelsen, que se baseou na existência

de uma “Norma Fundamental”. Estabeleceu, como consequência, a existência de uma pirâmide, onde esta “Norma Fundamental” ocupa o ápice e que balizaria e limitaria o alcance das normas inferiores. Estabelece-se, desta forma, o controle concentrado de constitucionalidade, tendo como primeiro texto legal a Constituição da Áustria de 1920.

O Estado desta forma passa a ser considerado como “de Direito”, isto é, as regras de convivência não passariam mais a decorrer da vontade do soberano, estando reguladas e limitadas pela Lei. O Estado de Direito passa a ser considerado todo aquele ente onde a Lei regulamenta as relações jurídicas. Entretanto, este conceito passa a ser insuficiente, em especial, após a 2ª Guerra Mundial, onde a ocorrência de crimes contra a humanidade, praticados por Estado, dentro de uma ótica jurídica, torna o conceito de Estado de Direito como insuficiente, estabelecendo a necessidade de que este “Estado de Direito” também seja “Democrático”, passando a denominá-lo “Estado Democrático de Direito”. A inclusão da expressão “Democrático” se prende à necessidade de que a formalidade de normas legais não garante a dignidade da pessoa humana. Não basta a existência de um normativo legal, este deve ter cunho democrático, garantindo direitos elementares, como a liberdade de expressão e movimentação, a inexistência de juízos de exceção e a garantia de que o processo siga aos ditames legais, garantindo-se às partes o contraditório e a defesa, em suma a legitimação pela Democracia. Respeitadas estas premissas, não tem o cidadão como fugir do chamado “Império da Lei”.

O estabelecimento da Lei tem o condão de garantir a paz social, evitando que as pessoas recorram a “Juízos Privados”, tornando transparentes os processos e estabelecendo a coexistência de pessoas em sociedade, de forma que esta não seja ditada pela força, pelo poder econômico, mas sim pela igualdade jurídica dos indivíduos. Esta igualdade pode e deve ser relativizada em face do poder econômico de uns em detrimento de outros, uma vez que o Estado protege os desiguais de forma não igual, porém não criando a existência de “cidadãos de segunda classe”, mas dando aos menos favorecidos a possibilidade de se tornarem “iguais” aos mais favorecidos.

Neste contexto, pergunta-se qual o papel de um grupo organizado, em face da discordância deste, sobre algum preceito legal e de que forma pode e deve agir. A ação, a crítica não podem ser suprimidas, porém a discordância não pode implicar na violação de um preceito legal. Dentro do regime democrático devem os grupos organizados, em primeiro lugar, cumprir a lei, uma vez que esta decorre da aprovação pelos Poderes do Estado, sendo estes legitimados através da repre-

sentação popular. O cumprimento à lei, atendendo ao preceito da legalidade, é de vital importância para a manutenção das liberdades democráticas.

Entretanto, o fato de observar a lei não implica na concordância com os seus termos, cabendo à sociedade, através de seus organismos, promover a alteração desta. Normalmente, os Estados Democráticos são constituídos por três Poderes: o Executivo, a quem incumbe implementar as leis, bem como propor a alteração destas, o Legislativo, a quem é atribuído a prerrogativa de aprovar as Leis e o Judiciário, cuja competência se centra em fazer aplicar e valer a norma legal. Deve ser observado que os dois primeiros Poderes têm os seus titulares eleitos pelo sufrágio direto universal, sendo representantes da sociedade civil e, desta forma, um retrato desta.

Assim, em havendo discordância com um determinado preceito legal, incumbe aos grupos organizados mobilizar os seus simpatizantes para que, quando das eleições, obtenham uma representação parlamentar simpatizante a sua ideia e desta forma promover a pretendida alteração. Caso entretanto a questão se centre na forma com que determinada norma legal vem sendo implementada ou interpretada, incumbe o acionamento do Poder Judiciário, para que este fixe a interpretação adequada e dê a necessária organicidade ao Sistema Jurídico como um todo.

A pressão popular é válida, porém respeitados os limites legalmente estabelecidos. Não se pode cair na falácia dos que clamam pelo denominado “clamor popular”, uma vez que este, historicamente, foi distorcido e manipulado. Por outro lado, o anseio da sociedade civil, no Brasil, pode acarretar, na forma como autoriza a Constituição Federal, na apresentação de Projeto de Lei por iniciativa popular, como ocorreu no caso da Lei denominada de “Ficha Limpa”. O fato é que houve a iniciativa de grupos organizados, mas o processo legislativo foi respeitado.

Voltando para a comparação a ser estabelecida entre o Brasil e a Alemanha, temos que verificar que durante o período republicano, o Brasil vivenciou períodos de exceção de 1937 até 1945 e de 1964 até 1988. A estabilidade democrática nunca foi um marco da história brasileira, mesmo durante períodos democráticos, com o entre 1946/1964, em especial após o suicídio do Presidente Getúlio Vargas, em 1954, até a posse, em 1956 do Presidente Juscelino Kubitschek, onde o país foi governado por Café Filho, seguido por Carlos Luz e posteriormente por Nereu Ramos, isto no período de agosto de 1954 até janeiro de 1956. Caso tomemos a situação de um presidente eleito, que tenha recebido o cargo de um anteriormente eleito e tenha também transmitido, dentro destas normas, o perí-

odo que tal não ocorreu foi de Hermes da Fonseca (1910/1914), até o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002/2010), senão vejamos” Hermes da Fonseca foi sucedido por Venceslau Brás, que deveria ser sucedido por Rodrigues Alves, que não veio a ocorrer em virtude de seu falecimento. Após a interinidade de Delfim Moreira, assume a Presidência o Sr. Eptácio Pessoa, que vem a ser sucedido por Artur Bernardes, que não havia recebido o cargo daquele originalmente eleito, mas o transmite para Washington Luís, que não conclui o mandato, ao ser deposto por Getúlio Vargas, que se estabelece no poder até 1945, quando é deposto pelo Marechal Eurico Gaspar Dutra, em 1945, que transmite o cargo, em 1950, para Getúlio Vargas, que se suicida em 1954, sendo sucedido por uma série de interinos, até a posse de Juscelino Kubitschek, que vem a ser sucedido por Jânio Quadros. Este por seu turno, renuncia em agosto de 1961, quando é sucedido por João Goulart, que vem a ser deposto em 1964, quando se inicia o período da ditadura militar. O primeiro presidente militar, portanto não tendo recebido o cargo de seu antecessor democraticamente eleito, foi o Marechal Castello Branco, que transmite o cargo para o Marechal Costa e Silva, que não conclui o seu mandato, em função de moléstia, não sendo sucedido por seu vice-presidente (Pedro Aleixo) e sim por uma junta militar, que transmite o cargo para o General Emílio Médici, que transmite o cargo para o General Geisel e este para o General Figueiredo, que não transmite o cargo para seu sucessor eleito, o Presidente Tancredo Neves, em virtude de moléstia, sendo empossado no cargo o Sr. José Sarney, que transmite a presidência para Fernando Collor de Mello, que em virtude de *impeachment* é substituído por Itamar Franco. Este é sucedido por Fernando Henrique Cardoso, que conclui o mandato e o transmite para Luiz Inácio Lula da Silva, que igualmente conclui o seu mandato e o transmite para Dilma Rousseff.<sup>1</sup>

Este período longo, como o acima demonstrado, evidencia a estabilidade trazida pela Constituição de 1988, onde as crises como as ocorridas em 1954, 1964 e 1969 não levaram à ruptura dos regimes implantados. O Brasil passou pelo período do *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello sem que houvesse abalo das instituições democráticas, muito pelo contrário houve um amadurecimento da democracia e dos poderes constituídos em função do papel assumido pelo Supremo Tribunal Federal, na condução, através de seu Presidente, do processo perante o Senado Federal.

---

1 <http://www.duplipensar.net/dossies/historia-das-eleicoes/todos-os-presidentes-da-republica-federativa-do-brasil.html>, acesso em 03/02/2013

Portanto, cabe a pergunta, o que mudou no Brasil, de forma a favorecer o estabelecimento da democracia, inclusive com a possibilidade de alternância do poder, quando da eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando, pela primeira vez, um operário chegou ao cargo mais alto da Nação, sem que houvesse o estabelecimento de uma crise de governabilidade, como a ocorrida, quando da renúncia do Presidente Jânio Quadros, onde se cogitou evitar a posse do Sr. João Goulart, sendo estabelecido o compromisso da redução dos poderes presidenciais, através da implantação do parlamentarismo. Mesmo sem ter termos de comparação, não há como se negar a violação de direitos humanos, durante a Ditadura Militar, com casos emblemáticos da violação de direitos humanos, como o assassinato do Deputado Federal Rubens Paiva, além das suspeitas nas mortes de Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, João Goulart, além do próprio Marechal Castello Branco, isto sem falar do número ainda incerto de desaparecidos, cuja história agora deve ser revelada através da Comissão da Verdade, instituída pelo Governo Federal. Segundo a Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário<sup>2</sup> a Comissão da Verdade tem por escopo investigar os “atos perversos da ditadura”, estabelecendo a responsabilidade do Estado pela prática da tortura, de forma a esclarecer os fatos ocorridos.

Passando para a Alemanha, temos a primeira tentativa de estabelecimento da democracia através da Revolução de 1848, período que marcou uma série de movimentos em todo o continente Europeu, porém este não veio a ter sucesso. Os movimentos sociais que ocorreram a partir do ano de 1848 objetivavam alterar as estruturas sociopolíticas buscando terminar com privilégios e garantindo a igualdade de todos perante o Estado. O êxito desses movimentos se deu numa primeira etapa na constituição de Weimar de 1919 e a Austríaca de 1920 cuja consolidação só irá ocorrer no final dos anos 40. De acordo com a concepção Kelseniana para o ordenamento jurídico as normas se posicionam conforme uma pirâmide, na qual uma norma constitui o fundamento de validade da outra, destacando-se a Constituição que é o fundamento de validade de todo o sistema infraconstitucional, ou seja, é o ápice da pirâmide. Ao ser a Constituição a Lei Maior, exige esta a conformidade das demais normas perante seus preceitos, assim criou o legislador mecanismos por meio dos quais se controlam os atos normativos, denominado em nosso ordenamento jurídico como controle de constitucionalidade.

---

2      Jornal O Globo, 01/03/2012



A Constituição do Reich alemão (*Die Verfassung des Deutschen Reichs*) conhecida como a Constituição de Weimar (*Weimarer Verfassung*) foi a constituição que governou a Alemanha durante a República de Weimar (1919 – 1933). A Constituição declarou que a Alemanha fosse uma república democrática parlamentar e o seu primeiro Presidente também veio como representante do movimento sindical, Friedrich Ebert. Ela tecnicamente permaneceu em vigor durante toda a existência do terceiro Reich (1933 – 1945). A Constituição de Weimar representou o auge da crise do Estado Liberal do séc. XVIII e a ascensão do Estado Social do séc. XX. Foi o marco do movimento constitucionalista que consagrou direitos sociais, de 2ª geração/dimensão (relativos às relações de produção e de trabalho, à educação, à cultura, à previdência) e reorganizou o Estado em função da Sociedade e não mais do indivíduo. Apesar disto a constituição de Weimar não foi suficiente para resguardar a democracia e acabou por legitimar um governo totalitário. A democracia alemã só se estabilizou após a 2ª guerra mundial com a constituição de 1949. Comparando-se com a Constituição Austríaca de 1919, que adotou o sistema de controle de constitucionalidade e que teve a mesma contextualização social e histórica que a Constituição de Weimar observamos que a constituição da Áustria permanece em vigor passados quase 100 anos de sua promulgação.

A mesma instabilidade vivida pelo Brasil, veio a ocorrer na primeira experiência democrática alemã, onde os Gabinetes se sucediam e a desconfiança do eleitorado em geral aumentava, na medida em que partia do pressuposto que as alternativas políticas, no espectro democrático não respondiam as suas necessidades prementes. Entre 1918 e 1933, o número de Gabinetes foi de 8, alguns como Adam Stegerwald com uma duração de 7 meses, outros como Otto Braun, por um período mais estável de 7 anos. Mas a crise de 1929 fulminou a Alemanha, em especial por conta dos termos do Tratado de Versailles e do pagamento das reparações de guerra. A multiplicidade partidária impedia a formação de Gabinetes estáveis, merecendo destaque o quadro a seguir, relativo ao número de representantes no Reichstag.

Interessante de observar a ascensão do Partido Nazista que, mesmo na eleição de 1933, não conseguiu obter a maioria absoluta, tendo sofrido uma queda na segunda eleição de 1932, ficando atrás do somatório dos Partidos Social Democrático e do Comunista. Porém a fragilidade das instituições e os primeiros resultados pelo Governo Nazista, sem encontrar qualquer resistência da Comunidade Internacional, em especial quando da suspensão do pagamento das reparações de guerra e do restabelecimento do serviço militar obrigatório, somente vieram

a alimentar mais a propaganda oficial, abrindo o caminho para a ditadura e a consequente tragédia humanitária, através do genocídio perpetrado contra a comunidade judaica europeia, isto é a da Alemanha e dos países ocupados, além da perseguição sistemática de inimigos políticos, onde merecem destaque o teólogo Dietrich Bohnhoeffer e os irmãos Sophie e Hans Scholl, que foram assassinados em virtude da sua resistência a ditadura, como também de ciganos e homossexuais. Neste ponto, merece destaque, de forma a fazer a devida justiça, a colaboração do Governo Getúlio Vargas que extraditou, muito embora ciente das consequências, Olga Benario Prestes, nascida na Alemanha que, como comunista e judia, foi assassinada no Centro de Eutanásia de Bernburg, após detenção no Campo de Concentração de Ravensbruck.

Tabela I. *Panorama das Eleições Federais*

	<u>19</u>	<u>20/22</u>	<u>24 I</u>	<u>24 II</u>	<u>28</u>	<u>30</u>	<u>32 I</u>	<u>32 II</u>	<u>33</u>	
Wahlbeteil.	83,02	79,18	77,42	78,76	75,60	81,95	84,06	80,58	88,74	Wahlbeteil.
NSDAP	.	.	6,55 <sup>a</sup>	3,00 <sup>b</sup>	2,63	18,33	37,36	33,09	43,91	NSDAP
DVFP	.	.			0,87	.	.	.	.	VNB
Landvolk	.	.	.	.	1,89	3,17	0,25	0,30 <sup>c</sup>	.	Landvolk
WP	.	.	1,71	2,29	4,54	3,95	0,40	0,31	.	WP
BBB	0,91	0,78	0,64	1,03	1,56	0,97	0,37	0,42	0,29	DBP
DNVP	10,27	15,07	19,45	20,49	14,25	7,03	5,93	8,66	7,97	DNVP
CSVd	.	.	.	.	0,20	2,49	1,10	1,48	0,98	CSVd
DVP	4,43	13,90	9,20	10,07	8,71	4,75	1,18	1,86	1,10	DVP
DDP	18,56	8,28	5,65	6,34	4,90	3,78	1,01	0,95	0,85	DStP
BVP	19,67	4,39	3,23	3,74	3,07	3,03	3,26	3,09	2,73	BVP
Zentrum		13,64	13,37	13,60	12,07	11,81	12,44	11,93	11,25	Zentrum
SPD	37,86	21,92	20,52	26,02	29,76	24,53	21,58	20,44	18,25	SPD
USPD	7,62	17,63	0,80	0,33	0,07	0,03	.	.	.	USPD
KPD	.	2,09	12,61	8,94	10,62	13,13	14,56	16,86	12,32	KPD
Sonstige	0,68	2,30	6,25	4,15	4,86	3,02	0,56	0,61	0,35	Sonstige

Sobre este quadro de tragédia humana, após o julgamento ocorrido em Nurenberg, com a condenação a morte de vários líderes nazistas, ressurgue uma nova Alemanha, que desde 1949 ocupa lugar de destaque na Comunidade Internacional, no que diz respeito à dignidade da pessoa humana, valendo observar que esta obrigação decorre do artigo 1º do Grundgesetz, onde estabelece que esta

é intocável.<sup>3</sup> Este comprometimento encontra normas de natureza penal, que criminalizam não só o racismo, como também a negação do holocausto, mesmo que fora do território alemão.<sup>4</sup> Estas medidas, aliadas a liberalidade do direito de asilo político acabam por transformar uma sociedade e transformá-la no elemento transformador no que se refere ao respeito à liberdade.

A Constituição Brasileira de 1988 estabeleceu uma nova sistemática no âmbito do Poder Judiciário. Anteriormente a sua promulgação, competia ao Supremo Tribunal Federal o julgamento de questões relativas a violação de preceito constitucional e de norma federal.<sup>5</sup> Com o advento da Constituição de 1988<sup>6</sup> passou esta competência a se limitar a questão constitucional, ficando aquela relativa a norma infraconstitucional para o Superior Tribunal de Justiça.<sup>7</sup> Ensina Gilmar Mendes sobre o controle de constitucionalidade da Constituição de 1988:

■ “A Constituição preservou a representação interventiva, destinada à aferição da compatibilidade de direito estadual com os chamados princípios sensíveis (CF, art. 34, VII, c/c o art. 36, III). Esse processo constitui pressuposto da intervenção federal, que, nos termos do art. 36, III, e § 1º, da Constituição, há de ser executada pelo Presidente da República. Tradicionalmente, é o Supremo Tribunal Federal competente para conhecer as causas e conflitos entre a União e os Estados, entre a União e o Distrito Federal ou entre os Estados entre si (art. 102, I, f). Tal como os outros países da América Latina, não dispõe a ordem jurídica brasileira de instrumento único para defesa de direitos subjetivos públicos”.

A adoção do modelo austríaco, onde a legitimidade ativa é limitada, sem a necessidade de demonstração do interesse pessoal ou de uma situação subjetiva individual, dota o sistema de mais estabilidade. Nesse sentido, explica Hans Kelsen:

3 Art. 10 – (1) Die Würde des Menschen ist unantastbar. Sie zu achten und zu schützen ist Verpflichtung aller staatlichen Gewalt. (2) Das Deutsche Volk bekennt sich darum zu unverletzlichen und unveräusserlichen Menschenrechten als Grundlage jeder menschlichen Gemeinschaft, des Friedens und der Gerechtigkeit in der Welt.

4 BGH, 2000 – Az.: 1 StR 184/00: Stellt ein Ausländer von ihm verfasste Äußerungen, die den Tatbestand der Volksverhetzung im Sinne des § 130 Abs. 1 oder des § 130 Abs. 3 StGB erfüllen (“Auschwitzlüge”), auf einem ausländischen Server in das Internet, der Internetnutzern in Deutschland zugänglich ist, so tritt ein zum Tatbestand gehörender Erfolg (§ 9 Abs. 1 3. Alternative StGB) im Inland ein, wenn diese Äußerungen konkret zur Friedensstörung im Inland geeignet sind.

5 Art. 114, III da Const. de 1967, art. 101, III da Const. de 1946

6 Art. 102, III da Const. de 1988

7 Art. 105, III da Const. de 1988

- “Ao requerer o exame e anulação de uma lei, por inconstitucionalidade, o Governo federal ou os Governos estaduais não estão obrigados a demonstrar que a lei violou uma situação subjetiva. A União e os Estados – mediante um controle recíproco – fazem valer o interesse da constitucionalidade da lei. Qualquer Estado poderá arguir a inconstitucionalidade de qualquer lei federal, ainda que aplicável a um único Estado”.

Inicialmente, o modelo austríaco somente previa o controle como decorrente de uma lide em curso, inexistindo controle concreto. Competia ao Tribunal apreciar a questão constitucional como pressuposto de uma controvérsia pendente. Não existia previsão de controle concreto relativo aos processos existentes perante outros juízos ou Tribunais. Esse tipo de controle somente foi introduzido em 1929. A utilização da ação direta cuja titularidade fora deferida a determinados órgãos políticos e o efeito *erga omnes* das decisões proferidas pela Corte Constitucional são traços inequívocos da idealização de Kelsen para o modelo concentrado.<sup>8</sup>

Uma crítica que pode estabelecida ao modelo austríaco foi a inexistência da sistemática do controle concreto de constitucionalidade, este passou a ser adotado em 1929. O Texto Constitucional, inspirado em Kelsen, implementa uma Corte Constitucional, como órgão vinculado ao Parlamento, passando este a exercer o controle de constitucionalidade a partir da Reforma de 1929, permitindo que a segunda instância, incidentalmente arguissem esta questão, valendo estabelecer que até uma decisão acerca deste ponto, os Juízes de 1ª instância eram obrigados a cumprir a Lei vigente.<sup>9</sup> Acerca da questão, vale transcrever o que preleciona Gilmar Mendes<sup>10</sup>

- “Também no Direito alemão consagra-se o controle concreto de normas (Richtervolage), estabelecendo-se que quando um Tribunal considerar inconstitucional uma lei de cuja validade dependa a decisão, terá de suspender o processo e submeter a questão à decisão do Tribunal estadual competente em assuntos constitucionais, quando se tratar de violação da Constituição de um Estado, ou à do Tribunal Constitucional Federal, quando se tratar de violação da Lei Fundamental (Lei Fundamental, art. 100, I)”. (GANDRA; MENDES, 2005, p. 18).

8 Mendes In: GANDRA; Ives,. Controle concentrado de constitucionalidade: comentários à Lei n. 9.868, de 10-II-1999, p. 14).

9 Slaibi, Filho, Nagib. Breve História do Controle da Constitucionalidade, p. 9 (www.tjrj.jus.br, acesso em 03/02/2013)

10 Mendes, op. cit, p. 18

A partir de 1949, com o estabelecimento de novo Texto Constitucional a República Federal da Alemanha (Grundgesetz), em primeiro nas zonas de ocupação dos Estados Unidos, França e Reino Unido e a partir de 2001 em todo o território, em função da unificação havida, passou a conhecer um período de estabilidade democrática, onde esta também decorre da existência uma Corte responsável pelo controle de constitucionalidade, o que acaba por criar um grande entrave em qualquer tentativa de ruptura do mesmo.

Desta forma, não há como se concluir que o estabelecimento dos controles concretos de constitucionalidade na Alemanha e no Brasil, além do aprendizado com as experiências históricas, transformaram as sociedades destas nações, de forma a permitir que o sistema democrático se implementasse, onde a estabilidade institucional se tornou presente e o Estado consciente da importância institucional do Poder Judiciário, como visto no recente caso brasileiro, quando do julgamento da Ação Penal 470. Tanto a Corte Constitucional Alemã (Bundesverfassungsgericht) como o Supremo Tribunal Federal têm o papel de guardiães da Constituição e desta forma a manutenção do Estado Democrático de Direito, trata-se de uma missão que ganha especial importância em função da história e da necessária observância dos preceitos básicos para o respeito da dignidade humana, como dito pela Chanceler Angela Merkel, no Parlamento Alemão, quando da celebração do Dia de Recordação do Holocausto, a democracia e a liberdade não se mantêm por si só.<sup>11</sup>

■ **Ricardo Sichel** · Procurador Federal localizado na Procuradoria Especializada do INPI, Professor Adjunto da UNIRIO e do Programa de Mestrado em Direito da UCAM, Doutor e Mestre em Direito da Propriedade Intelectual da Westfälische Wilhelms Univ. em Münster.

---

11 [www.bundesregierung.de](http://www.bundesregierung.de), acesso em 04/02/2013: Denn das muss uns Deutschen eine immerwährende Mahnung sein: Menschenrechte behaupten sich nicht von allein, Freiheit bewahrt sich nicht von allein, Demokratie gelingt nicht von allein. Nein, all das, was eine lebendige Gesellschaft mit menschlichem Antlitz ausmacht, braucht Menschen, die Achtung und Respekt voreinander haben, die Verantwortung für sich und andere übernehmen, die couragiert und offen Position beziehen und damit auch bereit sind, Kritik und Gegenwind in Kauf zu nehmen

## REFERÊNCIAS

- MENDES, Gilmar Ferreira. Análise do direito comparado e nacional. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira. *Controle concentrado de constitucionalidade: comentários à Lei n. 9.868, de 10-11-1999*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Controle de constitucionalidade: aspectos jurídicos e políticos*. São Paulo: Saraiva, 1990.
- \_\_\_\_\_. Controle de constitucionalidade. In: BRANCO, P. G. G.; COELHO, I. M.; MENDES, G. M. *Curso de direito constitucional*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

## Präsentation

■ Die Beziehungen zwischen Brasilien und Deutschland sind freundschaftlich und zudem umfassend, einschließlich Bereichen wie Kultur, Wirtschaft und Wissenschaft. Dazu teilen wir so wichtige gemeinsame Werte wie die Demokratie. Am 13. Mai 2013 wurde durch den Präsidenten der Bundesrepublik Deutschland, Joachim Gauck, das „Deutschland + Brasilien-Jahr 2013-2014“ eröffnet, das unter dem Motto steht: „Wo Ideen sich verbinden.“ Mit einem umfangreichen und vielfältigen Veranstaltungsprogramm beabsichtigt das Deutschlandjahr in Brasilien, die Beziehungen zwischen den beiden Ländern weiter zu vertiefen und die bestehende Zusammenarbeit sichtbar zu machen, sowie neue Partnerschaften aufzubauen, um die Herausforderungen des 21. Jahrhunderts zu bewältigen. Darüber hinaus möchte das Deutschlandjahr in Brasilien dazu beitragen, dass die brasilianische Bevölkerung mehr über Deutschland erfahren kann.

Seit mehr als vier Jahrzehnten ist die Konrad-Adenauer-Stiftung Teil dieser Erfolgsgeschichte, die bei der Förderung der Demokratie und der Stärkung der internationalen Zusammenarbeit wertvolle Arbeit leistet. Darum ist es uns eine große Freude, diese Sonderausgabe der Serie „Cadernos Adenauer“ zu veröffentlichen, die über die Beziehungen zwischen Brasilien und Deutschland informiert. Es behandelt dabei Themen wie die deutsche Einwanderung in Brasilien, Wirtschaft, akademischer Austausch, die KAS in den deutsch-brasilianischen Beziehungen, Geschichte, rechtliche Aspekte sowie Biokraftstoffe. Um die Reichweite dieser Publikation zu erhöhen, haben wir uns entschieden, eine zweisprachige Ausgabe herauszugeben, damit das Verständnis auf beiden Seiten steigt. Viel Spaß beim Lesen .

FELIX DANE

*Vertreter der Konrad-Adenauer-Stiftung in Brasilien*





# Zur deutschen Einwanderung in Brasilien

VALDIR GREGORY

## EINFÜHRUNG

■ Die Thematik der deutschen Einwanderung in Brasilien soll in einer Sonderausgabe der *Cadernos Adenauer* über „Die deutsch-brasilianischen Beziehungen“ im Rahmen des Deutschlandjahres in Brasilien aufgenommen werden, denn sie erklärt die langfristigen Aspekte in den Beziehungen zwischen beiden Ländern. Diese Beziehungen reichen lange zurück, denn Brasilien wurde von Deutschsprachigen „besucht, erforscht und studiert“ seitdem die Europäer den amerikanischen Kontinent betreten.<sup>1</sup>

Die Anwesenheit der Deutschen in Brasilien setzt Migrationen voraus. Deutsche sind von Deutschland nach Brasilien ausgewandert und sind demnach gleichzeitig Auswanderer und Einwanderer, also Migranten.

Migration an sich ist also die Umsiedlung eines Menschen von einem Ort zum anderen, eine Erfahrung, die sowohl die alte wie auch die neue Welt mit einschließt und deren Auswirkungen sich während des gesamten Lebens der Migranten sowie der nachfolgenden Generationen zeigen. Wenn sich die Migranten in neuen Ländern niederlassen, müssen althergebrachte Lebensweisen neu überdacht und verändert werden.<sup>2</sup>

---

1 Siehe <http://www.rodrigotrespach.com/2013/01/01/ano-da-alemanha-no-brasil-2013-2014/>, Zugriff am 17.04.2013.

2 THOMSON, Alistair. Bewegende Geschichten: mündliche Geschichte und Migrationsstudien. *Revista Brasileira de História*. SP, Ausgabe 22, Nr. 44, (Seite. 341-363), 2002, Seite 341.

Wir können Migration unter verschiedenen Aspekten beleuchten. In diesem Text möchte ich aufzeigen, was die Auswanderung aus Deutschland motivierte und welche Faktoren Brasilien als Ziel besonders attraktiv machte, es soll ein Panorama dieses Phänomens, die Migrationsflüsse sowie die Anzahl von Einwanderern in den verschiedenen Perioden gezeichnet werden. Es sollen individuelle und gemeinschaftliche Erlebnisse in Brasilien herausgestellt werden. Es werden die Beziehungen zwischen deutschen Einwanderern und der brasilianischen Bevölkerung sowie zwischen Deutschen und Einwanderern anderer Nationalitäten beleuchtet. Es können kulturelle Aspekte, Identitätsfindung und viele weitere Aspekte diskutiert werden.

Dieser Text liefert also einige Daten über die Einwanderung in Brasilien, eine kurze Analyse und die Einschätzung des Autors.

#### ALLGEMEINES PANORAMA

■ Die Migrationen von Deutschen lassen sich in den Rahmen von europäischen Migrationen anlässlich der Expansion durch Seefahrt und Handel und der Europäisierung von Amerika einordnen. Das Territorium des heutigen Brasiliens war von unterschiedlichen Kulturen bevölkert, wir können sie unter dem Sammelbegriff indigene Völker zusammenfassen. Ab dem 16. Jahrhundert kamen Einwanderer aus Europa, Afrika, dem Mittleren Osten und später aus Asien nach Südamerika. Insofern war die Bildung des brasilianischen Volkes ein komplexer Prozess mit Menschen verschiedener Herkunft, vielfältiger Kulturen, die das brasilianische Gebiet besetzten und ethnische/ kulturelle Gruppen bildeten. Dieser Prozess erstreckte sich nicht nur auf bestimmte Räume sondern auch auf fünf Jahrhunderte, ein Zeitraum der in dieser Bevölkerungsdynamik ein wichtiges Element ist. So kann man die Entstehung des brasilianischen Volkes als einen Prozess aus Zusammenleben, Konflikten, Austausch, Einflüssen, Widerstände und Beiträge sehen, die in die Verhandlung der Identitäten Einfluss nahmen. Wir sollten uns die Niederlassung der Deutschen vor diesem Hintergrund ansehen.

#### ÜBERLIEFERUNGEN AUS DER KOLONIALZEIT

■ Erste Hinweise über die Einwanderung Deutscher sind bereits aus dem 16. Jahrhundert überliefert, aus der Zeit als Brasilien portugiesische Kolonie war. Zwei Deutsche begleiteten Pedro Álvares Cabral in seiner Flotte, ein Koch und ein Navigator (Meister Johann). Es gibt auch Unterlagen über religiöse Missio-

nare in der Kolonie. Eroberer, Reisende, Schriftsteller, Intellektuelle, Künstler, deutsche Wissenschaftler sind in verschiedenen Dokumenten aufgeführt. Ulrich Schmidel, Hans Staden, Johan Baptist von Spix, Karl Friederich Philipp von Martius, Alexander von Humboldt (dem der Aufenthalt in Brasilien verweigert wurde, weil er unter Spionageverdacht stand), Johan Moritz Rugendas, Georg Heinrich von Langsdorff, Otto Grashoff und noch andere werden in vielen Büchern genannt, ihnen wurde bei der Bildung der brasilianischen Nation eine wichtige Rolle zugeschrieben.<sup>3</sup> Die Anwesenheit von Deutschen zu diesem Zeitpunkt sei nur kurz erwähnt, ich werde in einem anderen Zusammenhang hierauf noch näher eingehen, obgleich sie zahlenmäßig im Vergleich zu Indianern, Portugiesen und Afrikanern relativ wenige waren.

## DIE DEUTSCHE EINWANDERUNG IN BRASILIEN

■ Ab dem 19. Jahrhundert und vor allem mit der politischen Emanzipation in Brasilien in den 1820er Jahren kam die Einwanderung auf die (geo)politische Tagesordnung des brasilianischen Kaiserreiches. Auf politischer Ebene versuchte man die Sklaven durch europäische Einwanderer zu ersetzen, um Arbeitskräfte für die Kaffeeplantagen zu erhalten, Landwirte in den sich bildenden Kolonialzentren bereitzustellen und die so genannten „demographischen Leerräume“ in den Grenzgebieten zu besiedeln. Die Unternehmen und Infrastrukturen, die aus dem Sklavenhandel stammten, beispielsweise Unternehmen, Reedereien, Kontakt- und Geschäftsnetze wurden genutzt, um den massiven Migrationsströmen von Europäern nach Amerika Herr zu werden. Es handelt sich um Phänomene eines sich selbst verändernden Systems.

Allerdings ging nur ein kleiner Anteil der europäischen Auswanderer, darunter auch Deutsche, nach Brasilien: es waren etwa 4500000 aus einer Gesamtzahl von etwa 35000000 europäischen Auswanderern. Laut Lúcio Kreutz<sup>4</sup>, „sind bis 1929 in Brasilien 1485000 Italiener, 1321000 Portugiesen, 583000 Spanier, 223000 Deutsche (*vermutlich deutschsprachige* – Ergänzung von uns), 86000 Japaner eingewandert.“ Die weiteren sind in die Vereinigten Staaten, nach Uruguay, Argentinien, Australien u.a. ausgewandert.

3 Siehe *As relações Alemanha-América Latina no passado e no presente*. In: *Perfil da Alemanha* (Veröffentlicht von der Abteilung für Presse und Information der Bundesregierung, Text: Dr. Arno Kepler, 1997, Seite 570 bis 584.

4 KREUTZ, Lúcio. *Magistério e Imigração Alemã: o professor católico teuto-brasileiro da Restauração*. São Paulo, 1985. Doktorarbeit (Promotion in Erziehungswissenschaft) – Pontifícia Universidade Católica, Seite 62.

Die Beweggründe deutscher Auswanderer lassen sich in den Kontext der allgemeinen europäischen Auswanderung einordnen, sie waren von politischen, wirtschaftlichen, sozialen und kulturellen Veränderungen motiviert. Mit dem Voranschreiten des industriellen Kapitalismus und der damit einhergehenden Auflösung von Feudalstrukturen setzte sich der Auswanderungsgedanke und der amerikanische Traum angesichts einer offenen Grenze durch. Gefördert wurde dies durch die Entwicklung des Schienentransports und der Dampfschiffahrt sowie des Verbots des Sklavenhandels.<sup>5</sup> Die sozialen Probleme im Zusammenhang mit dem mangelnden Zugang zu Landbesitz sowie der Schwierigkeit, in den Städten angemessene Beschäftigung zu finden, führte dazu, dass große Teile der Bevölkerung bereit waren auszuwandern. Dies kam den Interessen von Schiffahrtsunternehmen, Ausreiseagenten sowie der Einschätzung politischer, sozialer und religiöser Organisationen entgegen, die ein günstiges Klima zur Auswanderung der Deutschen geschaffen haben. Dennoch wurde diese Politik, die die Auswanderung begünstigte, auch in Frage gestellt. Bei den Auswanderungen von Deutschland nach Brasilien bewirkten Berichte über die prekäre Lebenssituation der Migranten, dass die Migrationsströme eingeschränkt wurden. Millionen Menschen sind ohne eine genaue Planung wegen des demographischen Wachstums, persönlicher Umstände, Unzufriedenheit und dem Impuls, sich auf die Suche nach einem besseren Leben zu machen, ausgewandert.

Nach Aussage von Arno Keppler erfolgte die deutsche Auswanderung nach Lateinamerika nachdem die südamerikanischen Länder ihre Unabhängigkeit erlangten. Hauptzielland war „Brasilien, als günstigster Option“ weil das Land von den europäischen Mächten, einschließlich Preußen „früher anerkannt wurde als die ehemaligen spanischen Kolonien“. Er erwähnt ferner „eine organisierte Politik der Besiedlung durch deutsche Einwanderer“. Georg von Schäffer habe „ein Netz von Stützpunkten aus kleinen landwirtschaftlichen Betrieben geplant“, um die Grenzen zu schützen und landwirtschaftliche Erzeugnisse zu liefern.<sup>6</sup> In Brasilien erfolgte die Einwanderung vorwiegend in den Südosten und Süden des Landes und nahm ab 1824, als die deutsche Kolonie São Leopoldo in Rio Grande do Sul gegründet wurde, an Bedeutung zu. Am Ende jenes Jahrzehnts, ließen sich deutsche Einwanderer auf Initiative der kaiserlichen Regierung im Jahr 1829 auch in São Pedro de Alcântara und Mafra (SC) sowie in Rio Negro (PR) nieder.

Neben diesen Gruppen von Deutschen, die sich im Süden des Landes niedergelassen haben, wurden weitere Kolonien über das Land verteilt gegründet,

5 Siehe CROUZET, Maurice (Hrg.) *História Geral das Civilizações*. São Paulo, DIFEL, 1969.

6 Siehe *As relações Alemanha-América Latina*, a. a.O., Seite. 582 und 583.

beispielsweise Nova Friburgo (RJ) im Jahr 1818, Santo Amaro (SP) 1828, Santa Izabel und Santa Leopoldina (ES) wurden jeweils 1847 und 1857 gegründet; Nova Friburgo und Petrópolis (RJ) jeweils 1819 und 1845; Teófilo Otoni und Juiz de Fora (MG) jeweils 1847 und 1852 sowie São Jorge dos Ilhéus (BA) 1818. Von diesen Kolonien haben, neben den Gemeinden im Süden des Landes, die im Staat Espírito Santo am meisten die deutsche Identität bewahrt.<sup>7</sup> Die meisten deutschen Einwanderer in Espírito Santo in dieser Anfangsphase, stammten aus Pommern (Santa Maria und Domingos Martins) sowie aus dem Rheinland.

Eine verstärkte Einwanderung erfolgte nach 1850, als die Regierungen der Bundesstaaten die Verantwortung für die Kolonialisierung übernahmen und die deutschen Einwanderer, die anfangs fast alleine und in steigenden Zahlen kamen, von anderen Völkern, darunter Portugiesen, Italiener und Spanier abgelöst wurden. Die Privatinitiative leistete einen Beitrag zur Gründung von Kolonien in Santa Catarina vor allem der Kolonie Blumenau (Hermann Blumenau und Ferdinand Hackradt) im Jahr 1850, und der Kolonie Dona Francisca, heute Joinville (Sociedade Hamburguesa) im Jahr 1851.

Im Staat Paraná gab es Einwanderungen nach Castro 1855, und von 1877 bis 1879 kam eine beachtliche Zahl Wolgadeutscher und Deutschrussen. Die deutsch-russischen Einwanderer gründeten Kolonien in der Nähe von Curitiba und in Teilen von Campos Gerais. Estevão Müller<sup>8</sup> untersucht die Einwanderer deutscher Herkunft in Paraná. Sie stammten „aus anderen Gegenden Europas, vor allem Russland und aus dem Wolgagebiet“. Er nennt in seiner Arbeit die Buchen aus dem Buchenland, die Schwaben aus dem Donauegebiet sowie Einwanderer aus dem Wolgagebiet, aus Sibirien, aus der Ukraine und anderen Gegenden des grossen sowjetischen Reiches. Nach Aussage des Autors sind 1887/1888 die Buchen nach Rio Negro gekommen. Sie seien 1840/1841 von Bayern ins Buchenland ausgewandert. Von Rio Negro zogen sie nach Lapa und in die Nachbarkolonien. Sie waren vorwiegend katholisch. In der Gemeinde Palmeira wurden weitere Siedlungen deutsch-russischer Einwanderer gegründet. Sie teilten sich nach Konfession auf: die Katholiken gingen in die Zentren Pugas, Lago, Santa Quitéria und Alegrete und die Protestanten nach Papagaios Novos und Quero-Quero.

Die meisten Deutschen kamen zu Beginn des 20. Jahrhunderts und ließen sich in Curitiba, Ponta Grossa, Palmeira, Rio Negro, Ivaí, Irati, Cruz Machado

7 MAGALHÃES, Marionilde Dias Brehol de. *Alemanha, mãe-pátria distante: utopia pangermanista no Sul do Brasil*. Campinas: 1993. Doktorarbeit, UNICAMP, 1993, Seite 12

8 MÜLLER, Estevão. *De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)*. Curitiba, Editora Champagnat, 2005, Seite 19 und 38 bis 40.

nieder. Später sind im Rahmen der Kriegswirren noch die Schwaben aus dem Donaugebiet nach Guarapuava ausgewandert, sie haben sich in Entre Rios niedergelassen und die Einwanderer aus Danzig gingen nach Cambé und Rolândia.<sup>9</sup>

## UNTERSCHIEDLICHE HEIMATORTE UND ZIELE

■ Diese Einwanderung orientierte sich an der Siedlungspolitik der kaiserlichen Regierung mit dem Ziel, das Land mit seinen „demografischen Leerräumen“ zu besiedeln. Auch die Provinzen verfolgten eine Einwanderungspolitik um ihr Land zu besiedeln und „verfügbare Arbeitskräfte für die Kaffeeplantagen zu gewinnen. Regierungen, Kolonisationsgesellschaften und Agenten investierten in Werbung, um Einwanderer anzulocken. Die Vermittlung, der Transport, die Einwanderung, die Erfüllung von Pflichten, die Akzeptanz von Bräuchen und religiösen Praktiken gestalteten sich schwierig, was zu Reaktionen und Kritik führte bis hin zu Versuchen, die Einwanderung Deutscher nach Brasilien zu verbieten und zu verhindern.

**Tabelle 02.** *Herkunft einiger deutschen Gruppen nach Brasilien*

Ort	Gründung	Herkunft
São Leopoldo RS	1824	Hunsrück, Sachsen, Württemberg, Sachsen-Coburg
Santa Cruz RS	1849	Rheinland, Pommern, Schlesien
Santo Ângelo RS	1857	Rheinland, Sachsen, Pommern
Nova Petrópolis RS	1859	Pommern, Sachsen, Böhmen
Teutônia RS	1868	Westfalen
São Lourenço RS	1857	Pommern, Rheinland
Blumenau SC	1850	Pommern, Holstein, Hannover, Braunschweig, Sachsen
Brusque SC	1860	Baden, Oldenburg, Rheinland, Pommern, Schleswig-Holstein, Braunschweig
Joinville SC	1851	Preussen, Oldenburg, Schleswig-Holstein, Hannover, Schweiz.
Curitiba PR	1878	Wolgadeutsche
Santa Isabel ES	1847	Hunsrück, Pommern, Rheinland, Preussen, Sachsen
Santa Leopoldina ES	1857	Pommern, Rheinland, Preussen, Sachsen

Hinweis: Die Tabelle wurde von Autor mit Grundlage auf den Informationen von Willems, 1980, Seite 38-39 organisiert.

Die deutschen Gruppen, die im 19. Jahrhundert nach Brasilien kamen, stammten aus verschiedenen Regionen, was zu einer großen kulturellen Vielfalt führte. In der Tabelle 02 finden Sie Informationen über die Herkunft der ersten

9 Siehe STEIN, Marcos. In: VITEC, Harto. *Imigração alemã no Paraná: 180 anos (1929-2009)*. Marechal Cândido Rondon, Editora Germânica, 2011.

Einwanderer in verschiedenen Kolonien in Brasilien im 19. Jahrhundert gemäss den Forschungen von Emílio Willems.

Die Zusammensetzung der Auswanderergruppen und die Zielorte hingen von den deutschen Agenten – die diese überreden, organisieren und auf den Weg bringen sollten – und von den brasilianischen Auffangstellen ab, die die Einwanderer nach ihren Fähigkeiten sowie (geo)politischen und wirtschaftlichen Interessen aufteilten. Die Einreise der Deutschen nach Brasilien während des ersten Kaiserreiches erfolgte über Rio de Janeiro. Von da aus wurden sie aufgeteilt und zu ihren jeweiligen Zielorten geleitet. Später kamen andere Häfen hinzu, wie zum Beispiel Santos, Itajaí und Rio Grande. Nachdem die Kolonien einmal gegründet waren, kamen Einwanderer unterschiedlicher Herkunftsländer hinzu. Auf diese Weise konnten Kolonien aus deutschsprachigen Einwanderern entstehen, die aus verschiedenen Orten Europas kamen. Aus dem Hunsrück kam eine beachtliche Anzahl von Landarbeitern in die Kolonien in den Süden von Brasilien. Die meisten von ihnen waren katholisch und sprachen hunsrücker Dialekt.

Was die Heterogenität und Pluralität der in Brasilien vertretenen Nationalitäten durch die fast durchgängigen Einwanderungsströme bis 1940 betrifft, so zeigt der Einwanderungs- und Kolonisationsprozess in den Staaten Rio Grande do Sul, Santa Catarina und Paraná einige besondere Eigenschaften. Hier führte die Ankunft von nicht-portugiesischen Europäern zur Bildung von Zentren ethnischer Gruppierungen mit eigener Identität und unterschiedlichen Kulturen. Wichtigen Einfluss hatten auch die Ziele und Formen der Kolonialisierung des brasilianischen Südens, man strebte eine Besiedlung durch Siedler und Kleinbauern an, die auf ihrem eigenen Gut Nahrungsmittel anbauen sollten. Die Einwanderungspolitik in der Provinz São Paulo sollte wiederum den Mangel an Arbeitskräften in den großen Kaffeeplantagen ausgleichen. Im Süden sollten Waldgebiete in der Nähe der Flussläufe besiedelt werden, insbesondere der Flüsse Jacuí und Itajaí und durch Besiedelung und Kolonialisierung diese Gebiete erschließen und nutzbar machen.

Wichtig ist auch, dass die Konzentration von Siedlern gleicher ethnischer Herkunft zur Bildung von relativ homogenen und isolierten Gruppen innerhalb der Kolonien beitrug. Die Integration von anderen Ethnien oder von Brasilianern erfolgte vor allem nach der Gründung der Republik 1889. Zu dieser Zeit strebten die Behörden die Bildung von gemischten Kolonien an, was den privaten Kolonialgesellschaften sowohl in Rio Grande do Sul als auch in Santa Catarina zuwider lief, da Grundstücke in homogenen Kolonien erfahrungsgemäß leichter zu verkaufen waren. Die Gemeinden, die sich in den Kolonialisationszentren

bildeten, neigten dazu, Kolonisten ähnlicher ethnischer und religiöser Herkunft aufzunehmen, was die Bildung von homogenen Gemeinden förderte.

Dieses Thema finden wir im Kontext der Rassendiskussion in Brasilien wieder. Auf der einen Seite sah die Ideologie der „Aufhellung“ durch die Mischung zwischen Brazilianern und Deutschen eine Möglichkeit die „brasilianische Rasse“ zu verbessern. Andererseits stieg die Sorge um die Gefahr der Bildung von „ethnischen Zysten“ in Brasilien. Der kulturelle Widerstand und der Assimilierungsversuch in die brasilianische Nation führte zu Spannungen, die je nach nationaler und internationaler (geo)politischer Situationen unterschiedliche Intensität und Schwere aufwiesen. Der Einflussbereich dieser Kolonialzentren umfasste und beeinflusste sehr viel mehr Gebiete als nur die jeweiligen Gemeinden. Außerdem besetzten Nachkommen die umliegenden Gebiete in sehr viel größerem Maße als in den nachfolgenden Jahrzehnten und Jahrhunderten.

#### EINIGE ANGABEN UND DEREN BEDEUTUNGEN

■ Dokumente und Quellen über die Anwesenheit Deutscher an den verschiedenen Orten zeigen, dass die Einwanderung Deutscher nach Brasilien vor allem im 19. und 20. Jahrhundert erfolgte. Diese Quellen stammen einerseits aus unterschiedlichen Institutionen und Behörden und gelten als authentische Zeitdokumente. Die Informationen und Daten können als echt angesehen werden. Andererseits sind Migrationen komplexe Phänomene und die Unterlagen hierzu sind meist unzureichend. Die Statistiken über Einwanderungszahlen stammen aus zuverlässigen Quellen, allerdings sind diese im Fall der deutschen Einwanderung auch recht komplex. Die Bemühungen, die deutschen Migrationsbewegungen nach Brasilien zu erfassen und in Statistiken, Berichten und Dokumenten festzuhalten, brachte Unterlagen in Deutschland, Brasilien und anderen Orten zu Tage. Daher weise ich in diesem Zusammenhang auf den großen Informationsumfang mit unterschiedlichen Dokumenten hin, die in einen Zusammenhang gebracht werden müssen und die Herkunft der Unterlagen ist nur ein Aspekt.

Wichtig sind natürlich auch die Zeit- und Raumbedingungen. Ich habe keine genaue Antwort auf die Frage: Was bedeutet es, im 19. Jahrhundert oder Mitte des 20. Jahrhunderts deutscher Einwanderer zu sein? Deutschlands Grenzen und Hoheitsgebiet wechselte in den letzten Jahrhunderten häufig. Da gab es beispielsweise die deutsche Reichsgründung (1870), die instabilen Landesgrenzen in Europa, Menschen mit unterschiedlichen deutschen Sprachvarianten und Dialekten, außerdem die historischen Grenzen Deutschlands, die Binnenmigrationen



in Europa und die ethnisch-kulturellen Destabilisierungen durch Konflikte und Entwurzelte aus Mitteleuropa. Auf diese Fragen werde ich später näher eingehen.

Dennoch können wir die Daten von Mauch aus der Tabelle 01, für die Zeit zwischen 1824 und 1969, als Parameter verwenden, um die Dynamik der deutschen Migrationsflüsse nach Brasilien zu verschiedenen Zeiten darzustellen. Wenn man sich die Zeiträume, die Gesamtzahlen und die Jahresdurchschnitte betrachtet, kann man feststellen, dass die Migration zwischen 1872 und 1939 am stärksten war. In den Jahrzehnten zwischen 1910 und 1939 fallen besonders die Zahlen im Jahresdurchschnitt auf.

**Tabelle 01.** *Deutsche Einwanderung in Brasilien*

<b>Zeitraum</b>	<b>Gesamtzahl</b>	<b>Jahresdurchschnitte</b>
1824-47	8.176	355
1848-72	19.523	813
1872-79	14.325	2046
1880-89	18.901	2100
1890-99	17.084	1898
1900-09	13.848	1539
1910-19	25.902	2878
1920-29	75.801	8422
1930-39	27.497	3055
1940-49	6.807	756
1950-59	16.643	1849
1960-69	5.659	629

Quelle: Mauch et al., 1994, Seite 165.

Laut brasilianischem Statistikamt IBGE lag die Bevölkerung deutschstämmiger Herkunft in den 1940er und 1950er Jahren bei etwa 20% der Gesamtbevölkerung in den Staaten Santa Catarina und Rio Grande do Sul, 7% in Paraná und 2,5% in São Paulo. Diese Hunderttausenden deutschen Einwanderer in Brasilien lassen sich natürlich nicht über einen Kamm scheren. Hier finden wir – und das ist sicher – Gruppen und Individuen aus unterschiedlichen wirtschaftlichen und sozialen Verhältnissen, mit unterschiedlichen Fähigkeiten und Berufen. Sie unterscheiden sich in Glauben, politischen Meinungen, usw. Es sind Landwirte ohne eigenes Land, Handwerker, freie Arbeiter, Fachleute, Unternehmer, politisch Verfolgte sowie Menschen, die angeworben wurden, um in den Kolonien in

Regierungen zu arbeiten oder zu kämpfen. Wir sehen Migranten mit vielfältigen Erfahrungen.

Aber auch ihre Erlebnisse in Brasilien waren vielfältig. Eine signifikante Anzahl von deutschen Einwanderern in Brasilien waren Landwirte. Ein Teil der deutschen Einwanderer in Brasilien erwarb bei seiner Ankunft und/oder später Landbesitz. Es wurden auch verschiedene Berufe ausgeübt: als Handwerker, Industrielle, Händler, Fachleute in den Städten sowie Theologen und Lehrer. Andere blieben in den Städten, teils wegen der mangelnden Infrastruktur in den Kolonien, wegen Anpassungsschwierigkeiten an die Lebensbedingungen auf dem Land und die landwirtschaftliche Tätigkeit in Brasilien oder einfach, weil sie keine Erfahrungen in der Landwirtschaft hatten. Insgesamt verteilen sich die deutschen Nachkommen innerhalb der brasilianischen Landesgrenzen ähnlich wie andere ethnische/kulturelle Gruppen aus Europa. Auch sie sind von der ungleichen Verteilung von Einkommen und Landbesitz nicht ausgeschlossen. Sie sind in das brasilianische Sozialgefüge integriert. Sie haben in der Regel Zugang zu höheren Einkommens- und Bildungsebenen im Vergleich zu den Nachfahren von afrikanischen Sklaven, Indianern und Caboclos.<sup>10</sup>

## DIE BINNENMIGRATIONEN

■ Die eingewanderten Siedler (Deutsche, Italiener, Polen, Ukrainer und andere) haben ihre Werte, Kulturen und Lebensstile mitgebracht. Vor diesem Hintergrund haben sie sich angepasst und einen neuen sozialen Raum errichtet, der in einen weiteren Kontext integriert ist, der das Leben der Migranten und deren Nachfahren bis heute bestimmt.

Zahlenmäßig heben sich die Einwanderer, die sich als Landwirte in den Kolonien im Süden Brasiliens niedergelassen haben, nicht in der brasilianischen Einwanderung hervor. Es muss aber auch die Zeit der Gründung der Kolonien, vor allem der deutschen, berücksichtigt werden, die fünf Jahrzehnte vor den anderen Ethnien kamen. Sie begannen, die bewaldeten Gebiete im Süden zu kolonialisieren und angesichts der Nachkommen kommt ihrer Anwesenheit eine andere Bedeutung zu. Die Deutschen wanderten Jahrzehnte vor den anderen ethnischen Gruppen nach Brasilien aus und gründeten ihre Kolonien. Als Ende des 19. Jahrhunderts Einwanderer anderer Nationalitäten ihre massiven Migra-

---

<sup>10</sup> Siehe ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1969. E WAIBEL, Léo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2. Auflage Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

tionswellen nach Brasilien begannen, hatten sich bereits verschiedene deutsche Gemeinden fest etabliert. Es gab bereits in Brasilien geborene Nachkommen. Magalhães<sup>11</sup> zeigt, ohne sich auf eine gewisse Zeit festzulegen, dass die Fruchtbarkeit der deutschen bei etwa 8 bis 9 Kindern lagen, wenn die Frauen zwischen 15 und 19 Jahren heirateten und bei 7 Kindern, wenn sie zwischen 20 und 24 Jahren heirateten. Dieses Wachstum war, zusammen mit den sozioökonomischen Bedingungen, verantwortlich für die steigende Anzahl von Kolonien und für die Migration nach Rio Grande do Sul, Santa Catarina und Paraná sowie in andere brasilianische Regionen. Erwähnenswert ist auch die Migration von deutschen Nachfahren von Brasilien nach Argentinien, Paraguay und Bolivien.

Diese Binnenmigration begann zum Ende des 19. Jahrhunderts und verstärkte sich noch nach dem zweiten Jahrzehnt des 20. Jahrhunderts. Die Ländereien für die Nachkommen europäischer Einwanderer von Rio Grande do Sul und Santa Catarina wurden knapp und die Eliten des Südens versuchten die Besiedelung der Waldgebiete durch Einwanderer und deren Nachkommen in dieser Gegend einzuschränken. Die deutschen, italienischen und polnischen Einwanderer, die bereits Kolonien in Rio Grande do Sul gebildet und durch einen sogenannten *Schwarmtrieb*<sup>12</sup> erweitert haben, besetzten die Waldgebiete im Norden und Nordosten von Rio Grande do Sul bis Ende 1940. Die landwirtschaftlichen Nutzflächen in der Mitte und im Süden gehörten Viehzüchtern und Großgrundbesitzern und standen zur Bildung von Kolonien für die Nachfahren von Einwanderern nicht zur Verfügung. Für die Viehzucht in der gemischten Landwirtschaft stand wenig Land zur Verfügung nachdem die Weideländer vor der Ankunft der Einwanderer traditionell bewirtschaftet wurden, so dass diese die Kolonien mit den neuen Generationen teilen oder in den Westen von Santa Catarina, sowie in den Südwesten und Westen von Paraná auswandern mussten. In Santa Catarina und in Paraná gab es ähnliche Situationen wie in den Kolonien von Rio Grande do Sul, allerdings waren die Ländereien und Felder proportional kleiner.

Aus diesem Grund führte die Suche nach neuen Ländern zu einer Binnenmigration von Rio Grande do Sul nach Paraná. In Santa Catarina waren die Einwanderer in der Küstenregion nicht gern gesehen, wohl aber im Westen des Staates. Paraná war ein Einwanderungsstaat par excellence.<sup>13</sup> Dieser Prozess hat

---

11 MAGALHÃES, a.a. O., 1993, Seite 12.

12 ROCHE, a.a. O.

13 GREGORY, Valdir. Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações e identidades no Oeste do Paraná. Cascavel, Edunioeste, 2002, Seite 68.

sich nach 1920 noch verstärkt und die Binnenmigration in den Staat Paraná erhöht. In den 60er und 70er Jahren sind neben den Einwanderungswellen nach Paraguay, in den Norden von Argentinien und in Bolivien, Kolonialisierungsfronten im mittleren Westen und im Norden Brasiliens, vor allem in den Staaten Mato Grosso und Rondônia entstanden. Mit den Einwanderungsströmen aus dem Süden kam eine große Anzahl Europa-Brasilianer in die Expansionsfronten. So finden wir Nachfahren deutscher Einwanderer in großer Zahl im ganzen Land verteilt, zwar nicht mehr in homogenen Gruppen, die aber dennoch die deutsche Identität beibehalten, anpassen oder wiederaufbauen.

Wichtig ist ferner die Tatsache, dass deutsche Einwanderer auch in die Stadtzentren der Kolonien oder in die großen Städte des Landes eingewandert sind und im Handel, in der Industrie und im Dienstleistungssektor tätig waren. Nach der Entwicklung der Kolonien und des demographischen Wachstums erfolgte, neben den Umsiedlungen in neue Kolonien und Expansionsfronten auch eine konstante Landflucht, die ab der landwirtschaftlichen Mechanisierung in den sechziger Jahren des 20. Jahrhunderts noch zunahm. In einigen Kolonien war die deutsche Bevölkerung in der Mehrheit und hielt ihre kulturellen Wesensmerkmale aufrecht. Häufig werden diese Wesensmerkmale deutscher Einwanderer glorifiziert. Die deutschen Architekturstile werden sowohl in den öffentlichen als auch privaten Häusern beibehalten, angepasst und weiterentwickelt. In den Familien sowie in Gemeindetreffen und Familienfeiern wird die Sprache weiter gepflegt. An einigen Orten werden Volksfeste zu ethnisch-touristischen Manifestationen der deutschen Einwanderung.<sup>14</sup>

Einige Daten sind wichtig, um den geographischen Expansionsprozesses deutscher Einwanderer in Brasilien zu verstehen. Das eine ist die Anwesenheit der „ethnischen Religionsgemeinschaften“ in Brasilien, beispielsweise der evangelischen Glaubensgemeinschaften Igreja Evangélica Luterana do Brasil (ICLB), der Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) sowie der Igreja Evangélica Congregacional do Brasil (IECB). 1992 gab es 375 Pfarreien der IECLB in Brasilien, von denen 237 (63%) im Süden des Landes lagen, 64 im Südosten (31 im Staat Espírito Santo), 29 im Norden, 26 im Mittleren Westen, 18 im Nordosten. Die IECLB gründete in den letzten Jahrzehnten Pfarreien in den Kolonisationsfronten im mittleren Westen: Mato Grosso, Rondonat (Südosten von Rondônia und Nordosten von Mato Grosso), Alto Rio Madeira (Norden von Rondônia und Acre) sowie Rio Machado (Zentrum von Rondônia): Goiã-

14 Siehe STEIN und GREGORY. In: VITEC, Harto. *Imigração alemã no Paraná: 180 anos (1929-2009)*. Marechal Cândido Rondon, Editora Germânica, 2011.

nia (1953), Brasília (1958), Taguatinga (1969), Mineiros (1982), Planaltina (1985), Barreiras (1986), Porto dos Gaúchos (1961), Cuiabá (1971, Sinop (1975), Jaciara (1978), Alta Floresta (1985), Canarana, Matupá, Primavera do Leste und Sorriso (nach 1986), Vilhena (1976), Colorado d Oeste (1977), Juína und Juruena (nach 1986), Cacoal (vier Pfarreien: 1974, 77, 78), Pimenta Bueno (1976), Rolim de Moura und Alta Floresta d Oeste (1978), Espigão d Oeste und Nova Brasilândia d Oeste (pós-1986), Ji-Paraná (1976), Porto Velho (1983), Itapuí d Oeste und Rio Branco ( nach 1986).<sup>15</sup>

An der Binnenmigration aus den Kolonialisierungsgebieten und anderen Teilen des Landes in die neuen landwirtschaftlichen Expansionsgebiete beteiligten sich Nachfahren unterschiedlicher Ethnien und viele deutsche Nachfahren waren auch keine Protestanten, sondern katholisch, konfessionslos oder andersgläubig. Dennoch ist die Bildung eines lutherischen Kirchennetzes in den Kolonisationsfronten bezeichnend für die Anwesenheit Deutscher und ihrer Nachfahren, auch von Katholiken in Brasilien und den umfassenden deutschen Einfluss.

## DIE VERHANDLUNG VON IDENTITÄTEN

■ Die Deutschen haben sich über das Land und in der brasilianischen Bevölkerung verteilt, manche Gegenden sind durch sie stark gekennzeichnet, andere beeinflusst. Diese Verbreitung machte also die Integration und das Zusammenleben mit Brasilianern anderer Ethnien notwendig, so dass die brasilianischen kulturellen Elemente vorherrschend werden. Dies erinnert an die Debatten der ethnischen Grenzen von Frederick Barth, wenn auch diese in einem anderen Kontext zu sehen sind.<sup>16</sup> Außerdem nehmen Massenkommunikationsmittel und die Globalisierung stark auf die Identität von Minderheiten Einfluss.

Häufig haben Familienstrukturen und der Wunsch, auch nach der Gründung einer eigenen Familie in der Nähe von Familienmitgliedern und Bekannten zu bleiben, dazu beigetragen, dass Großfamilien Ländereien in den neuen Expansionsfronten erwerben und als Gruppe umsiedeln. Dies konnten wir vor allem in den Kolonien im Nordosten von Rio Grande do Sul, im Westen von Santa Catarina und im Südwesten von Paraná beobachten. Die Großfamilie kann auch durch Nachbarschaftsbeziehungen erweitert und/oder ersetzt werden. Auf

15 HAESBERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói, EDUFF, 1997.

16 BARTH, Fredrick. Grupos étnicos e suas fronteiras. In POUTIGNAT, Philippe. Teorias de etnicidade. São Paulo UNESP, 1998.

der anderen Seite bemühten sich die in den alten Kolonien verbliebenen, die nahe gelegenen Ländereien der auswandernden Siedler für die eigenen Kinder und Enkelkinder aufzukaufen.

Sowohl die Einwanderer als auch deren Nachfahren behielten im Allgemeinen unabhängig vom Assimilationsdruck eine Verbindung zur Herkunftskultur und -gesellschaft. Giralda Seyferth<sup>17</sup> bestätigt, dass „sie immer eine Art ethnischer Identifikation aufrechterhalten hat, auch wenn sich die Beziehungen zu den Herkunftsländern verwässern. Insofern verhindern die von den Fachleuten ‚Absorption‘, ‚Assimilation‘ und ‚kulturelle Integration‘ genannten Phänomene nicht die Aufrechterhaltung der ethnisch-sozialen Identität der Nachfahren der Einwanderer, auch wenn diese in der neuen Gesellschaft integriert sind.“

Meistens wird die Zugehörigkeit zu einer ethnischen Identität durch Elemente wie die innerhalb der Familie gesprochene Sprache, Gewohnheiten und Bräuche, Stereotypen der ethnischen Situation und anderen Faktoren definiert. So weist Seiferth<sup>18</sup> darauf hin, dass „der Einsatz der deutschen Sprache in den Familien, bestimmte Ernährungsgewohnheiten und andere Eigenschaften der deutsch-brasilianischen ethnischen Ideologie (wie die Vorstellung, dass Effizienz und Arbeitseifer deutsche Eigenschaften sind, das Ideal der *Wohnkultur* – der Tradition gut zu wohnen und zu leben) Elemente sind, die deutschstämmige Kolonisten ihrer eigenen Ansicht nach von den Anderen unterscheiden.“

Eine „Assimilation“ und die „kulturelle Integration“ der ursprünglichen Kultur der Einwanderer findet dennoch statt. Einige kulturelle und ideologische Werte wurden aufgegeben, andere wurden beibehalten oder angepasst. Die meistgeschätzten kulturellen Elemente sind, sowohl für die Siedler als auch für die Stadtbewohner, die Sprache und bestimmte Traditionen. Unterschiede finden wir in religiöser, moralischer und familiärer Hinsicht, sowohl zwischen den Einwanderern verschiedener Ethnien als auch zu Brasilianern. Das Zusammenleben ist gekennzeichnet durch mehr und/oder weniger starke Spannungen, Vorurteile, Interaktionen, die auch von der innerpolitischen Situation in Brasilien und/oder den geopolitischen Krisen der westlichen Welt zusammen hängen. Das heißt, der Aufbau und die Entwicklung von Identitäten schwanken im Kampf um Hegemonien und diskursive Ideologien im sozialen Gefüge in Brasilien. Hier sei besonders der Diskurs auf politischer und akademischer Ebene zu nennen. Wer neue oder fremde Werte in die Kultur einer Gruppe einführt, muss mit Instabi-

---

17 SEYFERTH, a. a.O., Seite 79.

18 SEIFERTH, a. a.O., Seite 91.

lität und Verhaltensänderungen rechnen. Laut Emílio Willems<sup>19</sup> wirken die Versuche, bestimmte kulturelle Werte aus dem Herkunftsland aufrecht zu erhalten manchmal wie Widerstandszentren gegen eine Assimilation, beispielsweise, die Schule, die deutsche evangelische Kirche und die Presse. So führte die Verteidigung der ethnischen und kulturellen Identität von bestimmten Bevölkerungsschichten deutscher Herkunft oder ihrer Nachfahren zu einer Art Ideologie: dem *Deutschtum* oder „Germanismus“. Dieser Begriff hat in den Texten zu diesem Thema zuweilen eine ethisch-nationale Bedeutung übernommen und zuweilen eine kulturelle.

Eines der wichtigsten Beispiele kulturellen Widerstandes war die Gründung und Aufrechterhaltung von Schulen in den evangelischen und katholischen Gemeinden der deutschen Kolonien.

**Tabelle 03.** *Statistik deutscher Schulen in Brasilien – 1931*

Staat	Evangelisch		Katholisch		Gemischt		GESAMT	
	Schule	Schüler	Schule	Schüler	Schule	Schüler	Schule	Schüler
RS	549	18.938	362	16.666	41	1474	952	37.078
SC	116	4.874	80	4.920	82	3.052	297	12.346
PR	10	309	7	1.142	17	731	34	2.182
SP	6	295	2	609	21	2.261	29	3.165
RJ	1	30?	-	-	4	400?	5	430?
ES	21	705	-	-	1	12	22	717
MG	2	76	-	-	-	-	2	76
BA	-	-	-	-	2	67	2	67
PE	-	-	-	-	1	20?	1	20?
GO	-	-	-	-	1	15?	1	15?
GESAMT	705	25.227	451	23.337	169	8.032	1.345	56.596

Quelle: Mauch et al., 1994, Seite 157.

Um die Schule, die Kirche und die Vereine erstreckten sich die Pflege und die Wahrung kultureller Elemente auf verschiedene Generationen bis zum heutigen Tag. Man kann sagen, dass die Gründung von Schulen, Presse, das Vereinsleben, die Organisation der Kirchengemeinden und ähnliches wichtige Elemente darstellten zur Pflege und Verbreitung der deutschen Sprache und Kultur durch die deutschen Einwanderer und deren Nachfahren. Nachdem die deutschen Einwanderer und ihre Nachkommen einige Jahrzehnte lang relativ isoliert gelebt ha-

19 WILLEMS, Emílio. *A Aculturação dos Alemães no Brasil. Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil.* 2 ed. São Paulo : Ed. Nacional, 1980, S. 149.

ben, wurden die ersten Schulen und Kirchengemeinden von ihnen selbst organisiert. Die Lehrkräfte waren meist die Siedler selbst, aber im Laufe der Zeit kamen Geistliche, die dann häufig auch den Unterricht übernahmen. Aus Deutschland kamen Lehrer, die von den Siedlern angestellt waren um Lesen und Schreiben zu unterrichten und gemeinschaftliche und kulturelle Werte zu vermitteln, also Bräuche und Traditionen aufrechtzuerhalten und zu stärken.

Die kaiserliche Regierung und die Regierungen der Provinzen haben zur Erziehung in den Kolonien nicht wirklich Initiative ergriffen. Seyferth<sup>20</sup> erinnert, dass „die Schulen nicht aus ethnischen Gründen gegründet wurden, sondern vor allem, weil die brasilianische Regierung sich nicht um die Erziehung in den von Einwanderern besiedelten Gebieten kümmerte. Um Analphabetentum zu verhindern, haben sie selbst die Initiative ergriffen und Schulen gegründet, anfangs öffentliche und später private, die sich im Laufe der Zeit zu ‚ethnischen Schulen‘ entwickelt haben.“ In der Folge wurden Tausende von Nachkommen der Einwanderer auf Deutsch unterrichtet und hatten nur prekäre Kenntnisse der brasilianischen Landessprache.

Das Ergebnis dieses Prozesses lässt sich unter dem Begriff „Deutschbrasilianer“ zusammenfassen, das heißt Menschen, die Rechte und Pflichten in der Gesellschaft haben und sich gleichzeitig für die Sprache und die kulturellen Traditionen des Herkunftslandes begeistern. Nach und nach wurde die deutsche Sprache zu einer Art Symbol. So wurde sie nicht nur in fast allen Kolonien unterrichtet, sondern es führte zu wachsenden Publikationen von Literatur und Lyrik, von Zeitungen, Zeitschriften und Jahrbücher in einem Zeitraum bis zum sogenannten Estado Novo (1937-1945) als die Nationalisierungskampagne verstärkt wurde. Nach diesem Einbruch konnte ein großer Teil der deutschsprachigen Zeitungen, Zeitschriften und Jahrbücher ihre ursprüngliche Bedeutung nicht wiedererlangen, es gibt nur noch einige Wochenzeitungen, Beilagen und religiöse Veröffentlichungen, die bis heute fortbestehen. Diese Schriften wurden sowohl im Inneren der Kolonien wie auch in anderen Provinzen veröffentlicht. Man muss beachten, dass diese Publikationen, Produktions- und Vertriebsstrukturen von Kirchen, Verbänden, religiösen Kongregationen, politischen Bewegungen und kulturellen Engagements nutzten. Insofern gibt es deutschsprachige Leser in allen Gebieten, in denen es deutsche Einwanderer und deren Nachfahren gab.

So wie die Schulen hatten auch die Kapellen eine große Bedeutung im Leben der Einwanderer und deren Nachkommen, denn es waren Orte an denen Gottes-

---

20 SEYFERTH, a. a.O. Seite 82. siehe auch Kreuz, a.a. O.



dienste und Feste gefeiert und Unterricht abgehalten wurde. Diese Organisation um die Kapelle herum hat eine ähnliche Funktion wie die Hilfs- und Freizeitverbände. Laut Seyferth<sup>21</sup> „hatten die Verbände eine Doppelrolle: sie nahmen einen Freizeit- und/oder Unterstützungscharakter an und förderten den Zusammenhalt ethnischer Gruppen.“ Ein Beispiel hierfür sind die Freizeit- und Sporteinrichtungen (Jagd- und Schützenvereine, Ballsäle, Kegelvereine). Es handelte sich um Freizeitaktivitäten, die gleichzeitig die Möglichkeit boten, Traditionen und Gewohnheiten der Einwanderer zu pflegen, die nach und nach auch von Brasilianern übernommen wurden. Allerdings wurden viele andere Verbände ab 1939 zurückgedrängt, da sie die Veröffentlichung besonderer ethnischer Ideologien übernommen haben.

## WESENSMERKMALE DES DEUTSCHTUMS

■ Besondere Eigenschaften, unterschiedliche und homogene Gemeinden, Sprache und Religion, die geopolitische Situation und die internationalen Beziehungen Deutschlands sind Themen, die Behörden und Gelehrte über die Rolle der Deutschen in Brasilien besonders interessierte. Diese Situation verschärfte sich während der Krisenzeiten, beispielsweise während der beiden Weltkriege. So gab es verschiedene Aktionen während des Estado Novo. In dieser Zeit gab es Repressionen und Verfolgungen aus ethnisch-kulturellen Gründen, motiviert durch politische und nationalistische Beweggründe.

Im Zuge dieses Nationalisierungsprozesses sind die öffentlichen Manifestationen des Deutschtums zurückgegangen. Die deutsche Sprache wurde in der Öffentlichkeit weniger gesprochen, auch die Aktivitäten der Gesellschaften und Freizeitvereine sind zurückgegangen. Der Unterricht erfolgte auf portugiesisch. In bestimmten Kreisen wurden Deutsche gering geschätzt, verleugnet und ausgeschlossen. Dennoch manifestierten sich die Erinnerungen, die nicht mehr öffentlich geäußert werden durften, weiterhin auch im Untergrund. Sie wurden aufrechterhalten und von Generation zu Generation weitergeleitet.

Die Einwanderung und die deutsche Kolonialisierung spielte in Brasilien eine wichtige Rolle in der Diversifizierung der Landwirtschaft, der Besiedelung der Städte, Industrialisierung und Kultur. Das heißt, es wurden zum großen Teil die nicht in der traditionellen brasilianischen Besiedelungsstruktur besetzten Räume ausgefüllt und ergänzt. Auch im Bereich der Religion sind viele Pasto-

---

21 SEYFERTH, a. a.O., Seite 53.

ren, Priester und Geistliche Nachfahren von Deutschen. Es gab und gibt Nachkommen deutscher Einwanderer in der Hierarchie verschiedener religiöser Institutionen in Brasilien. Mit der Ankunft der Einwanderer wurden verschiedene lutherische Kirchengemeinden gegründet und auch die katholischen Gemeinden waren stark von den deutschen Traditionen beeinflusst. Das kulturelle Leben der Einwanderer hat auch in vielfältiger Weise die brasilianische Gesellschaft beeinflusst, beispielsweise durch Ernährungsgewohnheiten, Theaterstücke, Lieder, Kirchenchöre, Musikkapellen, Radioprogramme und anderes.

Ciro Damke<sup>22</sup> untersuchte deutsche Volkslieder im Süden von Brasilien, die bis zum heutigen Tag gesungen werden. Ihm zufolge sei Heimweh das häufigste Thema in den Musiktexten, beispielsweise, „die Sehnsucht nach der *Heimat: Liebe Heimatland, ade, Tirol, Tirol, Du bist mein Heimatland*“.

Weitere typische Beispiele sind das traditionelle *Kerbfest* und das *Oktoberfest*. Das *Oktoberfest* entstand als eine Art von Protest gegen die Assimilierungspolitik des Estado Novo, welche kulturelle Aktivitäten, die Deutschtum zeigten, verboten hatte. Heute symbolisiert dieses Fest die deutsche Lebensfreude und hat – wenn auch mit Anpassungen, Veränderungen und Erfindungen – die deutsche Gastronomie, Musik und Sprache übernommen.<sup>23</sup>

## ABSCHLIESSENDE ÜBERLEGUNGEN

■ Der deutsche Beitrag zur Kolonialisierung und Bildung der brasilianischen Gesellschaft war in verschiedenen Aspekten prägend und charakteristisch. Es war die erste organisierte Einwanderung und bis in die 70er Jahre des 19. Jahrhunderts die bedeutendste. Durch ihre (nicht-lateinische) Sprache, ihre Schule und ihre Religion zeigen diese Einwanderer einen starken Widerstand und sie unterscheiden sich dadurch, dass sie weiterhin Deutsch sprechen. Von deutschen Traditionen gekennzeichnete religiöse Institutionen finden sich in weiten Teilen des Landes. Die deutsche Schule und die Presse haben dazu beigetragen, die Alphabetisierungszahlen zu erhöhen und die Lesegewohnheiten zu stärken. Die Bildung einer typischen Landbevölkerung mit einem starken zentraleuropäischen Erbe leistete einen signifikanten Beitrag zur Entwicklung von Familienbetrieben in Brasilien, zur Züchtung bestimmter Arten und zum Anbau landwirtschaftli-

22 DAMKE, Ciro. *Volkslieder* (músicas populares alemãs) no sul do Brasil: aspectos linguísticos, socioculturais e identitários. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

23 Siehe Text von GREGORY und STEIN. In: VITEC, Harto. *Imigração alemã no Paraná: 180 anos (1929-2009)*. Marechal Cândido Rondon, Editora Germânica, 2011, Seite 360ss.

cher Produkte, beispielsweise die Schweinezucht und der Weizenanbau und die Strukturierung einer starken genossenschaftlichen und privaten Landwirtschaft. Wissenschaft-technologischer Austausch zwischen Deutschland und Brasilien trägt zum Fortschritt der Akademie und der wissenschaftlich-technischen Entwicklung bei.

- **Valdir Gregory** · Doktor in Geschichte an der UFF/Niterói, Dozent an der UNI-OESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná und Leiter der Forschungsgruppe Kultur, Grenzen und regionale Entwicklung.

LITERATURNACHWEIS

- As relações Alemanha-América Latina no passado e no presente. In: *Perfil da Alemanha* (Publicado pelo Departamento de Imprensa e Informação do Governo Federal, Redação: Dr. Arno Kepler (Text), 1997, Seite 569-604.
- BARTH, Fredrick. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. *Teorias de etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.
- CROUZET, Maurice (Hrsg.). *História Geral das Civilizações*. São Paulo: DIFEL, 1969.
- DAMKE, Ciro. *Volkslieder* (músicas populares alemãs) no sul do Brasil: aspectos linguísticos, socioculturais e identitários. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.
- GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações e identidades no Oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- HAESBERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.
- <http://www.rodrigotrespach.com/2013/01/01/ano-da-alemanha-no-brasil-2013-2014/>, Zugriff am 17.04.2013.
- KREUTZ, Lúcio. *Magistério e Imigração Alemã: o professor católico teuto-brasileiro da Restauração*. São Paulo, 1985. Doktorarbeit (Erziehungswissenschaften) – Pontifícia Universidade Católica.
- MAGALHÃES, Marionilde Dias Brehphol de. *Alemanha, mãe-pátria distante: utopia pangermanista no Sul do Brasil*. Campinas: 1993. Doktorarbeit, UNICAMP, 1993.
- MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Hrg.) *Os Alemães no Sul do Brasil: Cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. Ulbra, 1994.
- MÜLLER, Estevão. *De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)*. Curitiba: Editora Champagnat, 2005.
- ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília : UnB, 1990.
- VITEC, Harto. *Imigração alemã no Paraná: 180 anos (1929-2009)*. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2011. 259 p.
- WAIBEL, Léo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2. Auflage Rio de Janeiro, IBGE, 1979.
- WILLEMS, Emílio. *A Aculturação dos Alemães no Brasil. Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2. Auflage São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

## Brasilien und Deutschland: sechs Jahrzehnte intensiver wirtschaftlicher Partnerschaft

CHRISTIAN LOHBAUER

■ Während der Amtszeit von Präsident Juscelino Kubitschek in der zweiten Hälfte der 50er Jahre, begann zwischen der Bundesrepublik Deutschland und Brasilien eine Wirtschaftspartnerschaft, die für die brasilianische Entwicklung bestimmend war und ist. Im damaligen Westdeutschland war der Wiederaufbau aus den Trümmern des 2. Weltkrieges in vollem Gange. Nach einem Jahrzehnt interner Neuordnungen etablierte sich das „Rheinische Modell“ der sozialen Marktwirtschaft, das dem deutschen *Wirtschaftswunder* in der Amtszeit von Ludwig Erhard Vorschub leistete. Deutschland investierte seine Energie und Fähigkeiten in die europäische Integration und in seine Fähigkeit als Herstellungs- und Exportland von Mehrwertprodukten. Deutschland suchte Länder, um Niederlassungen seiner Industrie einzurichten, unter ihnen glücklicherweise auch Brasilien. Die Ankunft des Stahlunternehmens Mannesmann 1954 und gleich darauf der Fabrik Sofunge, die später Teil von Mercedes Benz werden sollte (1955), sowie das Volkswagenwerk an der Via Anchieta (1959) sind Beispiele für den Beginn eines nicht mehr endenden Investitions- und Vertrauensprozesses in Brasilien.

Das deutsche Engagement in die wirtschaftliche Entwicklung Brasiliens verstärkte sich noch zu Beginn der 60er Jahre. Im Mai 1964, nicht ganz ein Monat nach dem Umsturz des politischen Regimes in Brasilien, besuchte Bundespräsident Heinrich Lübke Brasilien. Obwohl der Besuch eines Bundespräsidenten nicht dieselbe Bedeutung hat wie der eines Kanzlers, so war es doch der erste offizielle Besuch eines ausländischen Staatsoberhauptes in Brasilien unter der neuen Regierung. Lübke sagte bei dieser Gelegenheit Finanzierungen für verschiedene Infrastrukturprojekte zu, die noch während der Regierung von João Goulart verein-

bart worden waren und versicherte, dass der steigende Investitionsfluss ins Land nicht abgeschnitten werde. Damals war Brasilien der größte lateinamerikanische Exportpartner für Deutschland und der deutsche Bundespräsident bestätigte das Interesse seines Landes, die Entwicklung in Brasilien zu unterstützen.

Das deutsche Interesse und Engagement erreichte in den 70er Jahren seinen Höhepunkt, als deutsche Unternehmen aus der Schwerindustrie, der chemischen Industrie, sowie der Maschinenbau-, Anlagen- und Automobilindustrie investierten und sich in großer Anzahl in Brasilien niederließen. Damals führte Präsident Ernesto Geisel die größte Wirtschafts- und Unternehmerdelegation nach Europa. Im März 1978 war Geisel in der Bundesrepublik Deutschland und setzte einen Meilenstein der bilateralen Geschichte, nicht nur weil der letzte Besuch eines brasilianischen Staatsoberhauptes in Deutschland schon über ein Jahrhundert zurück lag – im April 1877, hat Dom Pedro II. Kaiser Wilhelm I. in Berlin besucht – oder weil der Präsident mit einer 90-köpfigen Delegation von Politikern, Unternehmern, Wirtschaftsleuten und Journalisten reiste, sondern weil die an die Vertiefung und Kooperation geknüpften Erwartungen hoch waren. Es war ein historischer Augenblick, der sich durch die im Juni 1975 unterzeichnete bilaterale Nuklearvereinbarung manifestierte. Es war der Beginn der Amtszeit von Helmut Schmidt, der nach der Krise und dem Rücktritt von Willy Brandt 1974 vor allem um Stabilität bemüht war. In diesem Zusammenhang wurde die Nuklearvereinbarung zwischen Brasilien-Deutschland von den Medien als großes Ereignis gefeiert. Es handelte sich dabei um den größten Exportvertrag der deutschen Industrie mit einer Laufzeit von fünfzehn Jahren. Die Verpflichtungen, die von den elf Vertragsunternehmen übernommen wurden, beinhalteten die Lieferung von acht Reaktoren, die Erschließung, Förderung und kommerzielle Nutzung von brasilianischem Uran, Fabriken zur Vorbereitung und Produktion von fossilen Brennstoffen und den Bau der Kraftwerke gemeinsam mit dem brasilianischen Staatsunternehmen Nuclebrás. Die Vereinbarung brachte eine neue Dimension in die bilateralen Beziehungen und geriet im Zusammenhang mit dem Atomwaffensperrvertrag ins Kreuzfeuer der Kritik. Die Ziele Deutschlands waren klar: Handelsinteressen standen im Vordergrund sowie die Nutzung einer Technologie, die noch in den 50er Jahren im Rahmen des Wiederaufbaus der deutschen Wirtschaft und der Notwendigkeit Energie zu gewinnen, die den großen Wachstumsraten gerecht wird entwickelt wurde.

Im bilateralen Abkommen wurde festgelegt, dass der Politologe Wolf Grabendorf die typische und ideale Beziehung zwischen „Nord-Süd“, zwischen einem entwickelten Land und einem Entwicklungsland vor dem Hintergrund des

kalten Krieges beschreiben sollte. Diese Nähe beider Länder führte zu internationalen Spannungen. Vor allem Präsident Jimmy Carter, der 1976 ins höchste Amt der USA gewählt wurde, problematisierte die nukleare Frage vor dem Hintergrund der Menschenrechtsverletzungen in Brasilien. Bis 1977 gab es systematische Beratungen und Treffen zwischen US-amerikanischen und deutschen Politikern, einschließlich eines Treffens zwischen dem Vize-Präsidenten Walter Mondale und dem Außenminister Hans Dietrich Genscher, im Bestreben, die Vereinbarung zwischen Brasilien und Deutschland rückgängig zu machen. Beide Länder blieben jedoch standhaft in ihrer Entscheidung, die Verträge aufrechtzuerhalten und die Regierung Carter musste sich zurücknehmen, zumal diese pazifistischen Bestrebungen im Widerspruch standen zu den Exportinteressen der Nuklearindustrie im eigenen Land.

Trotz der anfänglichen Euphorie des „brasilianischen Wunders“, erlebte das Land in den 80er Jahren einen schnellen Konjunkturrückgang. Die plötzliche brasilianische Wirtschaftskrise auf Grund der Erhöhung der Auslandszinsen und der Explosion der Auslandsschulden erfolgte zeitgleich mit dem Demokratisierungsprozess. Noch im Mai 1981 besuchte der Präsident João Figueiredo Deutschland und berichtete über die Schwierigkeiten des Landes. In Bonn stellte Figueiredo die Situation Brasiliens als Opfer der Explosion der Erdölpreise dar. Deutschland ließ sich von der Krise und der Regierungswende seines größten Partners in Lateinamerika nicht einschüchtern, obwohl die Investitionen in Brasilien stark zurückgefahren wurden und die großen Industriekonzerne schwierige Momente erlebten – vor allem die Spannungen im Automobilsektor mit Streiks und wirtschaftlicher Instabilität. Deutschland war an der Stabilität in Brasilien und in Lateinamerika interessiert. Es waren bewegte Jahre. Die Verschuldung und die Inflation schwächten die Regierung und mit der politischen Öffnung kam gleichzeitig wirtschaftliche Instabilität. Der nach dem plötzlichen Tod des Präsidenten Tancredo Neves ausgehandelte Regierungswechsel erfolgte unter der Leitung des stellvertretenden Präsidenten José Sarney. Nach einem Jahrzehnt, in dem im Land des Wirtschaftswunders Produktions- und Rentabilitätsrekorde erzielt und Milliarden DM investiert wurden, sahen sich Unternehmen wie Volkswagen, AEG, Mannesmann, Krupp, Siemens, BASF und Bayer Schwierigkeiten gegenüber, die einige Jahre vorher unvorstellbar waren. Es begann eine Distanzierung. In derselben Zeit wurde die Verfassung von 1988 mit einer Reihe von Maßnahmen verkündet, die zwar noch nicht reglementiert waren, die ausländischen Investoren jedoch verunsicherten. Die teilweise kritische Haltung gegenüber ausländischem Kapital und der stark „soziale“ Inhalt der neuen Ver-

fassung verunsicherten und beeinträchtigten die Wettbewerbsfähigkeit der brasilianischen Wirtschaft durch hohe Steuerlasten und gestiegene Lohnnebenkosten. Es galt abzuwarten und zu sehen, was das Jahr 1989 bringen würde. Es folgten der Zusammenbruch der sozialistischen Welt, die Präsidentschaftswahlen in Brasilien und der Fall der Berliner Mauer.

Letzteres sowie der Niedergang des sowjetischen Sozialismus führte dazu, dass Helmut Kohl im Oktober 1990 die deutsche Wiedervereinigung unterzeichnete. Außenpolitisch setzte man in Brasilien auf eine Entwicklungspolitik mit einem Modernisierungsprojekt. Dieses Projekt stellte eine klare, wenn auch wenig zielgerichtete Reaktion auf den Beginn der wirtschaftlichen Globalisierung dar. Brasilien verzichtete auf die Kernenergie, verkündete die Gründung des Mercosur und begann eine übereilte Liberalisierung der Wirtschaft, mit einer gelungenen Planung aber wenig erfolgreichen Umsetzung.

Vor diesem Hintergrund besuchte Helmut Kohl 1991 Brasilien und andere lateinamerikanische Länder. Deutschland definierte seine Rolle nach dem kalten Krieg neu. Brasilien und Lateinamerika rutschten auf der außenpolitischen Agenda des vereinten Deutschlands ziemlich weit nach unten. Die Kosten der Wiedervereinigung und die stärkere europäische Integration nach Unterzeichnung des Vertrags von Maastricht 1992 waren für das deutsche Volk sehr hoch. Die Globalisierung brachte die Internationalisierung von Unternehmen, wirtschaftliche Wechselwirkungen, die Ausweitung der ausländischen Investitionen und die Beherrschung der Weltwirtschaft durch das Finanzsystem mit sich. Deutschland blieb weiterhin die Säule der bekannten „Funktionsachse“ der bilateralen Beziehungen, und ähnlich wie Italien (in einem kleineren Umfang) konzentrierte man sich auf die Wirtschaftsbeziehung und auf die produktiven Investitionen in Brasilien. Obwohl sich Deutschland an der Privatisierung der Kommunikation und des Finanzsystems in Brasilien nicht beteiligte – zwei Bereiche, in denen Deutschland keine Tradition hat – spielt es als Investor immernoch eine herausragende Rolle, mittlerweile in einem neuen Interessensgebiet: Umweltschutz und Umweltindustrie.

Der Abschluss der UNO-Umweltkonferenz ECO-92 in Rio de Janeiro und einige Monate später der Sturz des Präsidenten Collor de Mello, der in einem *Impeachmentprozess* der Korruption angeklagt wurde, versetzte die Wirtschaft ins Ungleichgewicht und gefährdete die Projekte zum Schutz des Amazonas, die Einrichtung von Schutzgebieten und die Finanzierung von Umweltschutzprojekten. Das Thema der nachhaltigen Entwicklung wurde zu einer Priorität in den bilateralen Beziehungen, zumal Brasilien in dieser Hinsicht wegen seiner Größe und



der großen Anzahl von Projekten mit deutscher Finanzierung besondere Bedeutung zukommt. In den 90er Jahren wurde neben den traditionellen Themen wie Handel und Investition auch das Thema nachhaltige Entwicklung und Ökologie in die bilaterale Agenda aufgenommen. Ein weiterer wichtiger Aspekt der bilateralen Beziehungen in dieser Zeit waren die regionalen Abkommen über Freihandelszonen. Deutschland ist – gemeinsam mit Frankreich – ein großer Verfechter der europäischen Integration und der Vertiefung innereuropäischer Beziehungen, so wie Brasilien und Argentinien sich besonders für den Fortschritt des Mercosur engagieren.

Ende 1994 reisten der Präsident Itamar Franco – in den letzten Wochen seiner Legislaturperiode – und sein ehemaliger Finanzminister sowie neu gewählter Präsident Fernando Henrique Cardoso, zum ersten Amerika-Gipfel nach Miami. Die Initiative wurde von Präsident Bush ins Leben gerufen und während der Amtszeit von Präsident Clinton weiterverfolgt mit dem ehrgeizigen Ziel, eine neue Freihandelszone in Amerika (FTAA bzw. ALCA) einzurichten, um den Handel auf dem gesamten amerikanischen Kontinent – mit Ausnahme von Kuba – zu erleichtern.

Vor diesem Hintergrund – sich parallel zur Konsolidierung der universalen Handelsliberalisierung durch die Welthandelsorganisation (WTO) entspinnder Freihandelsabkommen – wurde im Dezember 1995 die interregionale Rahmenvereinbarung zur Kooperation zwischen den Staaten der Europäischen Union und des Mercosur unterzeichnet. Trotz der aufeinanderfolgenden Finanzkrisen in den nachfolgenden Jahren – insbesondere der Mexiko-Krise 1995, der Russland-Krise 1997, der Asien-Krise 1998, der Krise in Brasilien 1999 (mit der Abschaffung des festen Wechselkurses für den Real), der Spekulationskrise der dotcom-Unternehmen 2000 und der Krise vom 11. September 2001 – wurden die regionalen Integrationsprozesse weiterverfolgt. Die Bedeutung des freien Handels als Motor zur Vermögensgenerierung wurde von den Regierungen vieler Ländern erkannt und erzeugte eine große Anzahl bilateraler Abkommen Ende der 90er Jahre und zu Beginn des 21. Jahrhunderts, was schließlich zur sogenannten *Spaghetti Bowl-Problematik* führte. Auch die WTO selbst organisierte eine neue Runde multilateraler Verhandlungen in Doha zur allgemeinen Verminderung von Zolltarifen und zur Erstellung von Handelsregeln für verschiedene andere Dimensionen des internationalen Handels.

Der Eintritt in das 21. Jahrhundert in Deutschland und Brasilien war geprägt von Vorfreude auf eine weltweite Liberalisierung des Handels, die man sich von der Millenniumsrunde der WTO und später von den Doha-Verhandlungen

erhoffte. Eine Euphorie, die noch durch die Entwicklungsfortschritte neu gegründeter Technologieunternehmen verstärkt wurde, die als Anzeichen für den Fortschritt der Gesellschaften weltweit gesehen wurden. Auch die europäische Integration erhielt eine neue Dimension mit der Einführung der europäischen Gemeinschaftswährung Euro im Jahr 2002. Zwischen 2001 und 2004 gab es Versuche, regionale Handelsvereinbarungen zu konsolidieren. Aber die Geschichte spielte manchen Projekten, die den Traum der Integration, Kooperation und der westlichen Entwicklung zu gewährleisten schienen, einen Streich.

Der Mercosur geriet 1999 mit der Abwertung des brasilianischen Real in eine erste Währungskrise, seitdem bestehen vor allem zwischen Brasilien und Argentinien Handelsspannungen. Die für das Jahr 2000 erwartete Handelsliberalisierung, bei der die Länder des Mercosur in den fünfzehn darauffolgenden Jahren nachziehen sollten, bestätigte sich nicht. Das Gegenteil erfolgte: der Integrationsprozesses an sich wurde verschiedentlich in Frage gestellt und der Vertrag von Asuncion wurde verschiedentlich, sowohl in kommerzieller als auch in politischer Hinsicht mit Füßen getreten. „Mechanismen zum Wettbewerbsschutz“ wurden in den Handelsbeziehungen eingeführt, Protektionismus und bürokratische Hindernisse aller Art wurden vor allem von Argentinien gegenüber Brasilien errichtet, was die Integration im Mercosur insgesamt unglaubwürdig machte. Auch die unsaubere Aufnahme von Venezuela unter Hugo Chavez belastete den Integrationsprozess, der – derart politisiert – seine Glaubwürdigkeit verlor.

Aber auch die Europäische Union durchläuft schwierige Zeiten. 2008 brachte eine in der modernen Geschichte nie dagewesene Finanzkrise die Spekulationsblase zum Platzen und die Staatskassen mussten einspringen, um einen Zusammenbruch des internationalen Finanzsystems und tragische soziale Konsequenzen für die Gesellschaft weltweit zu vermeiden. Sowohl die Vereinigten Staaten als auch die Europäische Union mussten mit einer Schuldensituation umgehen, wie sie seit dem 2. Weltkrieg nicht mehr vorgekommen war. Die Liberalisierung des Handels und die regionale Integration wurden auf unbegrenzte Zeit ausgesetzt. Seit den Maastricht-Verträgen 1992 und der Währungsunion 1999 verfolgte die Europäische Union definitiv eine in Brüssel formulierte gemeinschaftliche Politik. Die wachsende Bedeutung der Handels- und Landwirtschaftspolitik, beide von gemeinschaftlichen Entscheidungen geprägt, machten die deutsch-brasilianische Agenda zu einer regionale Agenda, die allen Unsicherheiten der beiden regionalen Integrationsprozesse ausgesetzt war – insbesondere der Ziellosigkeit des Mercosur. Die Beziehungen zwischen Brasilien und Deutschland wurden zu „Unterbeziehungen“ der Beziehungen zwischen Brasilien und der Europäischen Union.

Im zweiten Jahrzehnt dieses Jahrhunderts können die deutsch-brasilianischen Beziehungen schon nicht mehr als traditionelle bilaterale Beziehungen wie in den vorangegangenen Jahrzehnten verstanden werden – auch nicht innerhalb des positiven Geistes der regionalen Integrationen und des interregionalen Integrationsprozesses EU-Mercosur. Die regionalen Konjunkturen, vor allem die europäische Agenda und die Aktionen der gemeinsamen EU-Politik definieren die wichtigsten Richtlinien der Beziehung. Handel und Investitionen sind Teil einer immer notwendiger werdenden Strategie in Kontinentaleuropa. Die schon fast sechs Jahrzehnte alte Wirtschaftspartnerschaft ist einer Welt voller Wechselwirkungen und Abhängigkeiten, Verschuldung und Zahlungsunfähigkeit ausgesetzt. Und die konjunkturelle Lage lässt Brasilien und Deutschland nur wenige gemeinsame Chancen.

Einige neue Dimensionen für Investition und Kooperation gibt es allerdings doch, darunter beispielsweise das gemeinsame Interesse an der Entwicklung von erneuerbaren Energiequellen und das deutsche Interesse am wachsenden Agrobusiness in Brasilien. Energie und Agrobusiness gehören natürlich thematisch zusammen, denkt man beispielsweise an den Anbau von Zuckerrohr, Soja oder Mais als Grundlage, um einen Teil des Erdölkonsums in beiden Ländern und in den jeweiligen Integrationsgebieten zu ersetzen. Auch hängen sie eng mit der Geflügel- und Rindfleischproduktion zusammen, beides Produkte, die in großen Mengen von Deutschland zur Weiterverarbeitungen oder zum eigenen Verbrauch importiert werden. Am Ende des ersten Jahrzehnts dieses Jahrhunderts zeigt sich diese neue Dimension in den wirtschaftlichen Perspektiven zwischen Brasilien und Deutschland. Perspektiven, die auch von der chemischen Industrie, der Pharmaindustrie und dem Maschinenbau aufgegriffen werden können, die mit der landwirtschaftlichen und städtischen Entwicklung in Brasilien einhergehen. Zur Landwirtschaft gehört natürlich auch die Biotechnologie, die eine ganz neue Dimension von Wissenstransfer und Genforschung, von Medikamenten und Saatgut einschließt; sowie die Lieferung von Produkten und Dienstleistungen zu internationalen Großveranstaltungen wie der Fußball-WM 2014 und den Olympischen Spiele in Rio de Janeiro 2016. Aber es gibt noch Hindernisse, die überwunden werden müssen.

## DIE AMTSZEIT VON LULA UND DILMA

■ 2003 haben Präsident Lula und seine Arbeiterpartei in Brasilien die Macht übernommen. Nach dem Wahlsieg des Kandidaten Luiz Inácio Lula da Silva

und der Bestätigung der Demokratie kündigte Deutschland Investitionen von mehr als 7,5 Milliarden Dollar durch die zehn größten deutschen Konzerne in Brasilien an. Außerdem signalisierte Deutschland Interesse, bis 2008 bis zu 10 Milliarden Dollar in Infrastruktur-Projekte zu investieren. Die Deutschen schienen bestrebt, ihre Position als zweitgrösster Investor wiederzuerlangen oder vielleicht sogar die USA und Spanien zu überholen, die zwischen 1996 und 2002 die größten Investoren in Brasilien waren und die erste Position besetzten. Sollten sich alle geplanten Investitionen konkretisieren, würde Deutschland seinen Kapitalbestand in Brasilien, der 2003 insgesamt 19 Milliarden Dollar ausmachte, signifikant erhöhen.

Die Initiative der deutschen Regierung und ihrer Unternehmergemeinschaft, die wirtschaftlichen Beziehungen zu ihrem traditionellen südamerikanischen Partner zu fördern und zu verstärken, gewann angesichts der schwierigen internen Situation des Landes und der aktuellen europäischen Wirtschaftskonjunktur noch an Bedeutung. In den 90er Jahren litt Deutschland stark unter den Kosten der Wiedervereinigung. Über eine Billion Euro wurden in die ehemalige DDR investiert, um die Infrastruktur der neuen Bundesländer den Standards der Bundesrepublik anzupassen. Deutschlands Haushaltsdefizit hat die im Europäischen Stabilitätspakt festgelegte Grenze von 3% überschritten und Europa erwartete angstvoll die Entscheidung der gemeinsamen Institutionen, welche Art von Sanktionen über die größte Volkswirtschaft des Kontinents verhängt werden sollten. Die Arbeitslosenzahlen erreichten über vier Millionen. Um die Situation noch zu erschweren, war der Euro im Vergleich zum US-Dollar überbewertet, was die Exporte verteuerte und diese somit reduzierte, so dass nun auch der letzte und wichtigste Sektor der Wirtschaft, der noch eine gewisse Dynamik zeigte, ausgebremst wurde. Auch die Aufnahme zehn neuer Mitgliedstaaten in die Europäische Union ab 2004, die meisten aus Osteuropa, legte die Vermutung nahe, dass für Brasilien nur wenig Investitionsmittel übrig bleiben würden.

Vor diesem innenpolitischen Hintergrund setzte die Initiative, Brasilien und seine neue Regierung mit klaren Investitions- und Finanzierungsmaßnahmen zu unterstützen, ein positives Zeichen. So wurde nicht nur eine historische Entwicklungspartnerschaft bestätigt, sondern man zeigte auch, dass Deutschland im Vergleich zu anderen europäischen Staaten und auch zu den Vereinigten Staaten eine andere Wahrnehmung von Brasilien hatte. Während sich der internationale Markt auf oberflächliche Risikoanalysen konzentrierte, glaubte Deutschland an Brasilien. Aber der folgende Zeitraum erwies sich als schwierig.

In über einem Jahrzehnt hat die aktuelle Regierung – wenn man die Wahl der Präsidentin Dilma Rousseff 2010 als eine direkte Fortsetzung der Politik ihres Amtsvorgängers betrachtet – die gebotenen Chancen aus den Beziehungen zwischen Deutschland und Brasilien nicht richtig genutzt. Wenn es auch nicht zugegeben wird, so hat die Regierung Lula wohlweislich die von seinem Amtsvorgänger geerbte Wirtschaftspolitik weiter geführt. Die wirtschaftliche Stabilitätspolitik mit kontrollierter Inflation seit 1994 sicherte das notwendige Gleichgewicht für eine Konsumexplosion, einen Anstieg der Beschäftigungszahlen und den Ausgleich des Staatshaushaltes. Zwischen 2003 und 2008 war die außenpolitische Situation für die Regierung Lula so günstig wie seit der ersten Hälfte der 70er Jahre nicht mehr. Ohne von der internationalen Krise mitgerissen zu werden und durch die durchgängig hohen Preise der *Commodities*, erhielt die brasilianische Regierung die historische Chance die vitalen Veränderungen durchzuführen, die von der Gesellschaft seit Jahrzehnten erwartet wurden – beispielsweise die Steuerreform und Investitionen in Infrastruktur. Diese Hoffnung sollte sich jedoch nicht erfüllen. Demagogie, Populismus und mangelnde administrative Kompetenzen wiesen einen anderen Weg. Von den reichhaltig verfügbaren Mitteln wurde mehr in Umverteilungs- und „soziale“ Maßnahmen investiert. Statt in Infrastruktur zu investieren, um die bestehenden Straßen, Schienen, Häfen und Flughäfen zu erweitern, wurde der Konsum gefördert. Statt in die Effizienz des Staatsapparates zu investieren, wurde dieser erweitert. In der Energiepolitik entschied man sich für die Unterstützung des Erdölgiganten Petrobrás und unterschätzte die Bedeutung anderer erneuerbarer Energiequellen wie Ethanol, wo Deutschland bereits Kooperationsinteresse signalisierte.

In der Außenpolitik gab die Regierung der PT besonders dem radikalen linken Flügel Raum. Man entschied sich für eine anachronistische Außenpolitik – ein Kurs der bis heute beibehalten wird – geprägt von einer gleichgültigen Haltung gegenüber den USA, einer wenig sachlichen Haltung gegenüber Westeuropa und einer distanzierten Haltung gegenüber Japan. Im Gegensatz dazu konzentrierte man sich auf die südamerikanische Region und nahm eine zunächst schüchterne und undurchschaubare Anführerrolle gegenüber eindeutig zwielichtigen Regierungen ein, die nicht an demokratische Prinzipien glaubten, teilweise auch mit einer „bolivaristischen“ Ausrichtung, einer Theorie, die für die Politikwissenschaft nur schwer nachzuvollziehen ist. In einer nicht unflexiblen Orientierung wurde eine „Süd-Süd“ Agenda bevorzugt mit einer aufseherregenden Annäherung an Russland, Indien und China, die aber nur wenig Konkretes vorweisen kann. Obwohl man wusste, dass die internationalen Ziele

der Staatengruppe gegensätzlich sind und wenig gemeinsam haben, beharrte man auf einer strategischen Agenda, deren Sinn sich nie erschloss. In diesen zehn Jahren exportierte Brasilien weiterhin dieselben Produkte in diese und andere große Märkte, die Volumen- und Preisänderungen erweckten den Eindruck einer guten Handelsleistung. Tatsächlich aber begann Brasilien Milliarden Dollar von diesen und anderen Ländern mit einem wettbewerbsfähigeren Produktionssektor zu importieren, ohne dass in irgendeiner Weise die Wettbewerbsfähigkeit der brasilianischen Produkte verbessert wurde. Dutzende multinationaler Unternehmen, einschließlich der wirklich entschlossenen deutschen Unternehmen mit jahrzehntelanger teilweise sogar hundertjähriger Tradition in Brasilien stellten mittlerweile die Aufrechterhaltung der Produktion im Land in Frage.

Die Zeiten haben sich in den letzten sechzig Jahren geändert. Und die Beziehungen zwischen Brasilien und Deutschland haben sich trotz aller Hindernisse, den Zeiten angepasst. Dem Privatsektor ist es zu verdanken dass, die Wirtschaftsbeziehungen aufrechterhalten wurden, das Engagement der Deutschen in der brasilianischen Entwicklung, die Tradition des gegenseitigen Vertrauens und die Perspektiven, dass die Zukunft für beide Länder Fortschritte bereithält. Und wenn man von wenigen Ausnahmen absieht, schreiben die deutschen Unternehmen in Brasilien positive Zahlen. In der Zukunft wird jedoch ein Teil der Beziehungen der Verantwortung der Europäischen Union unterstellt und es bleibt dem deutschen Privatsektor überlassen, seine Prioritäten zu setzen.

## GESCHÄFTSMÖGLICHKEITEN IM AGROBUSINESS

■ Es wurde bereits viel darüber geschrieben, wie sich die brasilianische und die deutsche Wirtschaft ergänzen. Wie oben dargestellt, haben beide Länder vor allem nach dem 2. Weltkrieg tiefe Beziehungen aufgebaut und Deutschland leistete einen wichtigen Beitrag zur Entwicklung Brasiliens. Die Maschinen und Kapitalgüter, die elektrischen Anlagen, die Chemie- und Pharmaindustrie sind bereits Synonym deutscher Präsenz in Brasilien. Jahrzehntlang hat Brasilien Rohmaterial, Nahrungsmittel und auch Fertigprodukte an Deutschland geliefert. Von Deutschland wiederum erhielten wir Produkte mit hohem Mehrwert und Spitzentechnologie. In der letzten Zeit haben Brasilien und Deutschland Kooperationen im Bereich der nachhaltigen Entwicklung, Ökologie und Umweltschutz vorangebracht. Kläranlagen, Anlagen zur Abfallbehandlung und Recycling hatten ihren Platz in den Handelsbeziehungen beider Länder.

Wenn es jedoch einen Sektor gibt, in dem die bilateralen Beziehungen mit interessanten Geschäftschancen für beide Seiten noch vertieft werden können, dann ist es das Agrobusiness – besonders was die Lieferung von Nahrungsmitteln und Energie betrifft. Es ist klar, dass es nicht einfach sein wird, dieses Thema mit Europa zu verhandeln. Es ist weltweit bekannt, dass es für Europa schwierig ist, Themen wie den Zugang zu landwirtschaftlichen Märkten und den politischen Charakter der Hilfszahlungen und die internen Subventionen an europäische Landwirte zu verhandeln. Deutschland und Brasilien haben jedoch gemeinsame Interessen, die den Zugang zu Agrarprodukten erleichtern und flexibilisieren können. Es geht auch um die Bedeutung, die die Regierungen beider Länder der Gewinnung und Nutzung erneuerbarer Energien beimessen. Beide Länder haben Bundesprogramme, um alternative Treibstoffe wie Ethanol und Biodiesel zu fördern. Öffentliche Mittel wurden eingesetzt, um die lokalen und globalen Umweltanforderungen zu erfüllen, die landwirtschaftliche Entwicklung zu fördern, die Schaffung von Arbeitsplätzen zu dezentralisieren und die Energiesicherheit zu gewährleisten, so dass die Volkswirtschaften von fossilen Brennstoffen weniger abhängig werden.

Deutschland ist heute führend in der Technologie und Produktion von Biodiesel und Pflanzenöl, der Energiegewinnung aus Biomasse, Wind und auch Sonne. Brasilien ist der größte Ethanolproduzent der Welt, verfügt über Technologien für Biomasse und entwickelt – als einer der größten Getreideproduzenten der Welt – auch Biodiesel. Beide Länder nehmen aktiv an den internationalen Debatten über nachhaltige Entwicklung teil, beide sind Unterzeichner des Kyoto Protokolls, in beiden Ländern gibt es Gesetze zur Emissionskontrolle von Kohlendioxyd und beide unterstützen Projekte, um den Ethanolanteil im Benzin zu erhöhen – wenn auch in Brasilien wenig zielgerichtet.

Die Deutsch-Brasilianische Agrobusiness-Kommission hat sich aktiv engagiert, um das Agrobusiness den bilateralen und interregionalen Beziehungen eine neue Dimension zu verleihen. Unternehmens- und Regierungsvertreter beider Seiten führen eine systematische technische und politische Arbeit durch, um die charakteristische Kooperation zwischen den Volkswirtschaften beider Länder auch auf das Agrobusiness auszudehnen. Auf recht pragmatische Art und Weise werden verschiedene Kooperationsprojekte und Projekte mit kommerziellem Interesse – nicht nur für Biotreibstoffe, sondern auch für konzentrierten Saft, Obst, Fleisch, Untersuchung von Saatgut und Pflanzen und Lebensmittelqualität entwickelt. Es gibt gemeinschaftliche Investitionen zur Stärkung des Handels und der Sicherung erneuerbarer Energien.

Die mangelnde Sachlichkeit der bilateralen Kommissionen wird scharf kritisiert. Diesmal bemühte man sich aber, trotz der abweichenden Politik in Brasilien und der unsicheren Vorschriften, besonders um praktische Fortschritte und politisch machbare Projekte. Investitionen im brasilianischen Agrobusiness sind eine Beispiel für Win-Win-Situationen. Sie garantieren dem Investor Dividenden, erzeugen qualitativ hochwertige Nahrungsmittel und Energie sowie einen guten Preis für den brasilianischen und europäischen Verbraucher, ohne notwendigerweise mit der europäischen Agrarpolitik auf Konfrontationskurs zu gehen. Und es kann vor allem die Produktivität in der Nahrungsmittelproduktion erhöhen und gleichzeitig die Armut in Entwicklungsländern vermindert werden. Umweltpolitisch tragen sie zu einer Verbesserung der Wasser- und Luftqualität bei, sie vermindern den Treibhauseffekt und ermöglichen die Konsolidierung von Projekten für erneuerbare Energie, die für die Wirtschaftsentwicklung so notwendig sind.

#### BRASILIEN UND DEUTSCHLAND, HEUTE UND IN ZUKUNFT

■ In Lateinamerika ist Brasilien immernoch bei weitem der wichtigste Handelspartner Deutschlands. Deutschland steht zwischen fünfter und sechster Stelle unter den wichtigsten Handelspartnern Brasiliens zwischen 2010 und 2012, nach China, USA, Argentinien, Holland und Japan. Das bilaterale Handelsvolumen mit Deutschland überstieg 2011 24 Milliarden Dollar (18% mehr als im Vorjahr). Die brasilianischen Exporte erreichten 2011 9 Milliarden Dollar. Die wichtigsten Exportprodukte sind weiterhin Eisenerz, Kaffeebohnen, Flugzeuge, Soja, Erdöl und Orangensaft. Die Importe aus Deutschland erreichten ein Volumen von 15 Milliarden Dollar, darunter sind vor allem Fahrzeuge, Autoteile, LKWs, chemische und pharmazeutische Produkte, Maschinen und Anlagen zu nennen. Der bilaterale Handel mit Deutschland beträgt etwa 25% des bilateralen Handels zwischen Brasilien und der EU, der etwa bei 100 Milliarden Dollar liegt und an erster Stelle der Wirtschaftsblöcke ist.

Es gibt etwa 1600 Unternehmen mit deutschem Kapital in Brasilien, von denen etwa 800 in São Paulo liegen, dem größten deutschen Industriezentrum außerhalb Deutschlands. Drei deutsche Außenhandelskammern mit Sitz in São Paulo, Rio de Janeiro und Porto Alegre sowie eine Zweigstelle von *Germany Trade and Invest* (Gtai) in São Paulo unterstützen die deutschen Unternehmer in Brasilien. Jährlich führen die Confederação Nacional da Indústria (CNI) und der Bund Deutscher Industrie (BDI) die Deutsch-Brasilianischen Wirtschaftstage



durch, die 2013 zum 31. Mal stattfanden, außerdem das 40. Treffen der gemischten Kommission zur Wirtschaftskooperation. Es sind über 140 Jahre sehr aktiver bilateraler diplomatischer Beziehungen, sowohl in den Vereinbarungen sowie in der großen Anzahl nationaler und regionaler Delegationen, die beide Länder besuchen. 2012 erreichte das deutsche Investitionskapital in Brasilien etwa US\$ 25 Milliarden und der Anteil deutschen Kapitals am brasilianischen BIP schwankte, je nach Quelle oder Rechnungsmethode, zwischen 8% und 12%.

2008 haben der damalige Präsident Lula und die deutsche Kanzlerin Angela Merkel den Aktionsplan der strategischen Partnerschaft zwischen Brasilien und Deutschland unterzeichnet. Hierin bestätigten sie ihren Willen, die Partnerschaft durch die Intensivierung der bilateralen Beziehungen auf allen Ebenen der Global Governance zu vertiefen: Klimaveränderung und biologische Vielfalt, Abrüstung und Sperrverträge, Verteidigung, Wissenschaft und Technologie, Innovation, nachhaltige Entwicklung, Energie sowie wirtschaftliche und Unternehmenskooperation. Diese Beziehungen werden notwendigerweise mit den Beziehungen zwischen der EU und Brasilien verknüpft.

Während der Regierung von Dilma Roussef begannen die offiziellen Besuche im Mai 2011, als der deutsche Präsident Christian Wulff Brasilien seinen ersten Besuch abstattete und von der Präsidentin im Besuchsraum Salão Nobre des Palácio do Planalto empfangen wurde. Dort bestätigten beide ihre Absicht, ihre Kooperation und den politischen Dialog auf höchster Ebene zu verstärken – vor allem in den Bereichen Innovation, wissenschaftliche, technische und kulturelle Kooperation. Außerdem kündigten sie offiziell das Deutschlandjahr in Brasilien 2013/14 an. Im Mai 2013 empfing Präsidentin Dilma den Bundespräsidenten Gauck in São Paulo und eröffnete offiziell die 31. Deutsch-Brasilianischen Wirtschaftstage vor über tausend Besuchern – darunter Unternehmer und Amtsinhaber beider Länder. Die Botschaft des Treffens: die Beziehungen zwischen beiden Ländern sind weiterhin eng, das Vertrauen ist groß und die Tradition in der Vermögenbildung ist bekannt. Wir haben jedoch noch eine harte Arbeit vor uns: den Deutschen sind die Schwierigkeiten aus der internationalen Finanzkrise und der chronischen Überschuldung ihrer europäischen Partner bewusst. Sie sehen Möglichkeiten für Geschäfte und Fortschritt in Brasilien in unzähligen Bereichen, bitten aber höflich darum, dass auch Brasilien seine Hausaufgaben macht.

Für weitere Investitionen und einen weiteren Technologietransfer, die Erweiterung der deutschen Industrien in Brasilien und um Menschen in unzähligen technischen und wissenschaftlichen Tätigkeiten zu qualifizieren, muss das Verhandlungsklima verbessert werden. Das Doppelbesteuerungsabkommen, das

in den letzten Jahrzehnten so beharrlich diskutiert wurde, muss endlich in die Praxis umgesetzt werden. Ein transparenter und zuverlässiger Rechtsrahmen und Regelwerke sind für die Verhandlungsfortschritte grundsätzlich. Die Entbürokratisierung und Verbesserung der Effizienz der öffentlichen Dienstleistungen muss endlich Realität werden. Die chronischen Unsicherheiten in der Energiepolitik, der Industrie- und Steuerpolitik, die seit über einem Jahrzehnt systematisch durch ad hoc Maßnahmen ausgebessert werden, müssen endlich gelöst werden, wenn sie keine befriedigende Richtung finden. Erst wenn diese Reformen umgesetzt werden, können Brasilien und Deutschland ihre Kooperations- und Geschäftsagenda, vor allem die Chancen im Bereich Agrobusiness und Bioenergie richtig nutzen.

Die Welt des chinesischen Aufschwungs, der Klimaveränderungen, der neuen Technologien in der Energie- und Nahrungsmittelproduktion und die durch technische Mittel verminderten Entfernungen ist eine Welt, in der die Partnerschaft zwischen Brasilien und Deutschland Sinn macht: beide Länder haben schon viel gemeinsam erlebt und, wenn die brasilianische Politik noch ein wenig mehr Sachlichkeit an den Tag legt, können sie gemeinsam einen höheren Beitrag zur Entwicklung ihrer Regionen und der Welt leisten.

- **Christian Lohbauer** · Doktor in Politikwissenschaft an der USP, ehemaliger Stipendiat der Konrad-Adenauer-Stiftung an der Universität Bonn zwischen 1994 und 1997. Er ist Mitglied der Arbeitsgruppe für internationale Konjunkturanalyse – GACINT/USP – [www.christianlohbauer.com](http://www.christianlohbauer.com)

## LITERATURHINWEISE

GRABENDORFF, Wolf. Brazil and West-Germany : A Modell for First World – Third World Relations? In: *Brazil in the International System: The Rise of a Middle Power*, Edited by Selcher, Wayne, Boulder, Colorado, 1981, Seiten 195-198.

GUILHON ALBUQUERQUE, J.A.; LOHBAUER, C. *New and Old Challenges of the Trade Agreement between the European Union and Mercosur* [http://www.apexbrasil.com.br/publicacoes/M-UE\\_Dialogue\\_ebook.pdf](http://www.apexbrasil.com.br/publicacoes/M-UE_Dialogue_ebook.pdf), 2012.

<http://www.ahkbrasilien.com.br/pt/publicacoes/revista-brasilemanha/>

LOHBAUER, Christian: *Brasil-Alemanha. Fases de Uma Parceria 1964-1994*. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung/Edusp, 2000.

LOHBAUER, Christian *O Brasil, o Mercosul e a União Européia: os desafios de uma relação complementar*. In: AMARAL JR., Alberto; RATTON, Michelle (Herausgeber). "União Européia, Editora Aduaneiras, 2002, Seite 143-189.



# Brasilien – Hochschulsystem und Internationalisierung

CHRISTIAN MÜLLER

## I. ERRUNGENSCHAFTEN EINER NOCH JUNGEN GESCHICHTE

■ Das brasilianische Hochschulwesen ist jung. Im Unterschied zu der Bildungspolitik (soweit man von einer systematischen Bildungspolitik in Kolonien überhaupt sprechen kann) anderer Kolonialmächte hat die portugiesische Krone in ihren Überseegebieten keine Universtitäten gegründet. Die Funktionselite wurde in Coimbra und Lissabon selbst ausgebildet: Juristen, Mediziner, Ingenieure. Erst mit der Flucht des Königshauses vor den napoleonischen Truppen 1808 und der Verlegung des Hofes nach Rio de Janeiro änderte sich dies. Erste Fakultäten datieren daher aus dem 19. Jahrhundert, insbesondere in der Medizin (Salvador, 1808), in Jura (Olinda und São Paulo, beide 1827) und in den Agrarwissenschaften (Bahia, 1859); lediglich eine militärische Hochschule für (Festungs-)Bauwesen datiert noch aus dem 18. Jahrhundert (Rio de Janeiro, 1792).

Erst im 20. Jahrhundert entstehen in Brasilien durch die Zusammenlegung von Einzelfakultäten Universitäten im eigentlichen Sinne.

Universidade de São Paulo (USP)	Gegr. 1934
Universidade Federal do Paraná in Curitiba (UFPR)	Gegr. 1912, nach Auflösung wieder gegr. 1946
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Gegr. 1920, bis 1965 unter dem Namen „Universidade do Brasil“
Universidade Federal da Bahia in Salvador (UFBA)	Gegr. 1946

Beim Aufbau dieser neuen Institutionen wurde häufig Beratung aus dem Ausland gesucht. Der bekannteste Fall ist die Universidade de São Paulo, die in den 30er Jahren im wesentlichen Einflüsse französischer Gelehrter aufnimmt (u.a. Claude Lévi-Strauss, Fernand Braudel, Roger Bastide), hinsichtlich der

Studienorganisation aber dem amerikanischen Modell mit undergraduate und graduate programmes folgt. Dies kann als eine erste Phase internationaler Vernetzung der Universitäten gelten mit dem Ziel der Entwicklung eigener Strukturen und Institutionen.

Die Ausweitung, Modernisierung und Professionalisierung der Hochschulen ist ein noch wesentlich jüngeres Phänomen. Es ist mit der Gründung staatlicher Institutionen für Nachwuchs- und Forschungsförderung untrennbar verknüpft. Diese sind CAPES (Stiftung zur Koordinierung der Ausbildung des wissenschaftlichen Nachwuchses, Einrichtung des Bildungsministeriums MEC) und CNPq (Nationaler Rat für Forschung und Technologie, Einrichtung des Forschungsministeriums MCTI). Mit der Arbeit dieser beiden Institutionen sowie mit der Zentralisierung der großen Universitäten in der Hand der Bundesregierung wurden die Grundlagen für eine dynamische und positive Entwicklung geschaffen.

Das Rückgrat des öffentlichen brasilianischen Hochschulsystems bilden heute die Universitäten in der Verantwortung und Finanzierung der Bundesregierung („Universidades Federais“, 67 Institutionen) und die kleinere Zahl der Universitäten der einzelnen Bundesstaaten („Universidades Estaduais“, 39 Institutionen, in der Regel mit mehreren Campi pro Universität). Zwar studiert nur ein Viertel der gut sechs Millionen Studierenden an den öffentlichen Universitäten. Aber die wichtigsten Errungenschaften des Hochschulsystems liegen hier, im staatlichen Sektor:

- ein breites Angebot an gebührenfreien grundständigen Studiengängen
- eine systematische Entwicklung von Master- und Promotionsprogrammen in allen Fachrichtungen
- ein abgestuftes System von Stipendien, die bereits im Bachelor-Studium ansetzen und bis in den Post-Doc Bereich Förderung anbieten
- ein Qualitätssicherungs-Verfahren, in dem in dreijährlichem Rhythmus alle Master- und Promotionsprogramme evaluiert und dessen Ergebnisse und Detailanalysen öffentlich zugänglich gemacht werden (CAPES)
- der Aufbau eines Gesamtverzeichnisses aller in Brasilien arbeitenden Wissenschaftler als Online-Datenbank mit CVs und Publikationslisten (CNPq)
- eine Online-Plattform für Förderanträge, für Beurteilungsverfahren und Stipendienverwaltung (CNPq)
- eine virtuelle Bibliothek mit den wichtigsten wissenschaftlichen Journalen der Welt, die allen brasilianischen Studenten und Forschern gratis und online zur Verfügung stehen

In den Worten des brasilianischen Wissenschaftsministers blickt man hier auf einen „circulus virtuosus“ zurück, der mindestens in den letzten zwanzig Jahren zu einer stabilen Weiterentwicklung eines qualitativ guten Hochschulsektors geführt hat. Im Ergebnis ist Brasilien heute in der Lage, aus eigener Kraft den wissenschaftlichen Nachwuchs in praktisch allen Disziplinen auszubilden und in den allermeisten Fächern eine Ausstattung von Instituten, Bibliotheken und Labors zu finanzieren, die internationales Niveau hat. Es versteht sich, dass wir hier über etwa die besten zehn Prozent der Institutionen, ihrer Studenten und ihres Personals sprechen.

## 2. STAGNIERENDE INTERNATIONALISIERUNG?

■ Die Internationalisierung – oder besser: die Verbindung zu ausländischen Hochschulsystemen – folgte bis vor wenigen Jahren nach der Logik von folgenden beiden Modellen: im ersten Schritt wurde beim Aufbau von Universitäten und Instituten internationale Hilfe gesucht. Das Beispiel der USP in ihrer Gründungsphase wurde bereits erwähnt. Bis in die 70er Jahre hinein waren auch deutsche Universitäten entscheidend beteiligt beim Aufbau von Fakultäten und Instituten wie im Fach Chemie oder in der Veterinärmedizin im Bundesland Rio Grande do Sul. Im zweiten Modell wurde die Qualifikation von Wissenschaftlern im Ausland vorangetrieben: Typischerweise reisten junge Graduierte (mit Master-Abschluss oder auch noch ohne) zur Promotion nach Nordamerika, nach Europa und ganz vereinzelt auch nach Japan. So findet man heute praktisch in der gesamten Academia eine Generation der Professoren, die einen Doktorgrad oder PhD im Ausland erworben haben und auf dieser Grundlage oft wissenschaftliche Beziehungen zu den jeweiligen Ländern und Institutionen pflegen.

Mit dem enormen Ausbau des Systems von Master- und Promotionsprogrammen hat das Land in den letzten Jahren ganz neue Generationen von Wissenschaftlern aus eigener „Produktion“ ausgebildet. Einerseits ist das ein Ausweis für die Leistungsfähigkeit des Hochschulsystems – Brasilien rangierte 2011 mit über 12.000 Doktorgraden im Jahr unter einigen der großen Wissenschaftsnationen. Andererseits ist ein Nebeneffekt dieser Autarkie eine zunehmende Selbstreferenzialität. Die jungen Akademiker müssen nicht ins Ausland gehen, um eine Laufbahn an den Universitäten einzuschlagen, und tun es daher auch nicht. Im Ergebnis sehen wir heute eine breite Generation promovierter Wissenschaftler unter 35 Jahren, die ihre komplette Ausbildung im Inland absolviert haben. Ihnen fehlen häufig Kontakte in die internationalen Netzwerke. Es fehlen ihnen Erfah-

rungen im Umfeld anderer Wissenschaftssysteme und auch der Vergleich mit den *peers* ihrer Altersgruppe.

In einer vereinfachenden Analyse kann man feststellen, dass der habituierte Auslandsaufenthalt aus den Akademikerkarrieren verschwunden ist und keiner neuen, breit verankerten Mobilität über die Grenzen hinaus Platz gemacht hätte. Diesem Befund stehen zwar erhebliche Stipendien entgegen, die durch die Agentur CAPES jährlich vergeben wurden (in der Größenordnung von 5.000 Individualstipendien). Gleichzeitig sind aber, seit den 90er Jahren, die komplementären Stipendien durch CNPq stark zurückgefahren wurden. In der Summe ist also auch in der Förderpolitik ein Rückgang der internationalen Mobilität über zehn bis fünfzehn Jahre zu verzeichnen.

Der Befund der mangelhafte Internationalisierung des wissenschaftlichen Personals ist die eine Seite der Überlegungen, die 2011 zu einem neuen Ansatz in der Förderung der internationalen Mobilität geführt haben. Die andere treibende Kraft ist eine Risikoanalyse der brasilianischen Wirtschaft, insbesondere der Industrie.

### 3. NEUE ANFORDERUNGEN AUS WIRTSCHAFT UND GESELLSCHAFT

■ Die Wirtschaft Brasiliens weist seit grundlegenden Reformen im Währungssystem in der Mitte der 90er Jahre eine stetig positive Entwicklung auf. Brasilien erwirtschaftet ein BIP, das seinen anderen Kennzahlen und seinem Rang etwa entspricht: Fünftgrößtes Land der Erde, fünftgrößte Bevölkerung, sechstgrößtes Bruttoinlandsprodukt (noch vor Großbritannien und Italien, rund 2.500 Mrd. US-Dollar 2011). Ein hohes Wachstum war für das letzte Jahrzehnt kennzeichnend, Rekorde konnten beim Stand der Beschäftigung erreicht werden, Erfolge im Außenhandel und bei ausländischen Direktinvestitionen weckten internationales Interesse. Die Finanz- und Wirtschaftskrise von 2008 hat Brasilien besser und schneller überwunden als die meisten Industrieländer. Das Wirtschaftswachstum in 2012 (ca. 1 %) lag jedoch unter den erreichten Vorjahreswerten und auch gegenwärtig hat das Wachstum weniger als erwartet zugenommen.

Eine der Schwächen des Wirtschaftssystems besteht in der starken Abhängigkeit von sogenannten „commodities“. Rohstoffe, Bodenschätze und Agrarprodukte bilden einen Anteil von fast 40% an den Exporten Brasiliens. Dazu kommen zahlreiche Produkte mit geringer Wertschöpfung (zum Beispiel Sojaprodukte aus der ersten Verarbeitungsstufe), die ebenfalls aus dem Agrar- und Rohstoffsektor stammen. Schlimmer noch als dieser Befund ist die Tatsache, dass



der Anteil von Produkten mit höherer Wertschöpfung an den Exporten in den letzten Jahren rückläufig war. Ebenso rückläufig war der Beitrag der Industrie zum Bruttoinlandsprodukt. Es ist nur zu offensichtlich, dass dieses System nicht nachhaltig sein kann.

In der Summe ergibt sich hier ein Bild, das einerseits sehr erfolgreiche Modelle widerspiegelt (besonders der Agrarsektor mit hohen Zuwächsen sowie der Hochtechnologiesektor Erdölförderung in der Off-shore-Variante), andererseits aber eine nicht wettbewerbsfähige Industrien aufweist. In der Analyse dieser Entwicklung lassen sich einige Schwachstellen in Wirtschaft und Gesellschaft identifizieren. In deren Kern stehen die Defizite in schulischer, beruflicher und akademischer Ausbildung und deren unzureichende internationale Ausrichtung.

Weitere Faktoren, die eine dynamischere Entwicklung der brasilianischen Wirtschaft behindern, liegen in der desolaten Infrastruktur (insbesondere Güterverkehr auf Schienen, Häfen, Flughäfen und Stromerzeugung) und in einer alles behindernden, korrupten Bürokratie. Auch an diesen Fronten setzen die Regierungen seit vielen Jahren mit Reformen und Investitionsprogrammen an. Im Zusammenhang mit der Frage der Internationalisierung der Hochschulen soll aber im Folgenden nur die Frage interessieren, wie die brasilianische Regierung den Mangel an hochqualifiziertem Personal mit Auslandserfahrung als Herausforderung begreift, wie sie diese Frage als Ausgangspunkt eines groß angelegten Mobilitätsprogramms definiert und welche Hoffnungen sich damit verbinden.

Die Schlüsselwörter für die neue öffentliche Internationalisierungs-Strategie lauten: Innovation, Modernisierung, Wettbewerbsfähigkeit. Höhere Wertschöpfungen, niedrigere Kosten, höhere Volumina und höhere Qualität besonders in der Industrieproduktion, aber auch bei Dienstleistungen sind nur über höhere technologische Standards zu erreichen. Und der Schlüssel zu diesen Technologien liegt in kompetentem Personal.<sup>1</sup> Insofern ist die Liste der Ansatzpunkte für die brasilianische *public policy* in etwa die Folgende:

- Verstärkung angewandter Forschung
- Förderung des Technologie-Transfers (aus den eigenen Forschungseinrichtungen, aber auch aus dem Ausland)

---

1 Einer Studie des IPEA zufolge (Juli 2011) müsste Brasilien in den Jahren bis 2020 im Durchschnitt 70.000 bis 95.000 Ingenieure jährlich ausbilden. Hingegen haben im Jahr 2010 nur 41.000 Ingenieure ein Studium abgeschlossen. Damit ist weder der Ersatzbedarf abzudecken noch ein erhöhter Bedarf durch Wachstum und höhere Nutzung von Technologien.

- Lernen aus erfolgreichen Modellen des Technologietransfers und Erwerb des nötigen Prozess-Wissens
- Erhöhung der Zahl ausgebildeter Wissenschaftler in MINT-Fächern
- Erhöhung des Anteils international ausgebildeten Personals
- Vermehrung und Verstärkung internationaler Netzwerke in FuE

#### DAS PROGRAMM „SCIENCE WITHOUT BORDERS“ ALS AUSDRUCK EINER NEUEN INTERNATIONALISIERUNGS-INITIATIVE

■ Im ersten Halbjahr 2011 formulierte die brasilianische Bundesregierung ein Programm, das im Kern bei der Internationalisierung von Bildung und Forschung als Hebel ansetzt, um die oben formulierten Ziele mittelbar anzusprechen. „Ciência sem fronteiras“, im portugiesischen Original, oder „Wissenschaft ohne Grenzen“ entstand aus der Einsicht, dass eine bessere Ausbildung von Wissenschaftlern und hochqualifizierten Fachkräften durch Mobilität möglich und nötig ist, dass eine Modernisierung des Studiums in den MINT-Fächern dringlich ist, dass erhebliche Defizite in der internationalen Handlungsfähigkeit vorhanden, weshalb eine Vernetzung der Wissenschaftler und Fachkräfte ein zentrales Desiderat darstellt.

Insofern scheint die Formulierung des neuen internationalen Stipendienprogramms einer instrumentalen Sicht zu entspringen. Die Internationalisierung wird nicht als Ziel per se adressiert, sondern steht in einem größeren Zusammenhang: Das „*rationale*“ basiert auf der oben beschriebenen Defizit-Analyse der wirtschaftlichen Lage, und die umfangreiche Qualifizierungs-Initiative zielt darauf ab, für Unternehmen, öffentliche Verwaltung und auch die Universitäten Nachwuchskräfte auszubilden, die auf einem internationalen Wissensstand sind, die global vernetzt und interkulturell handlungsfähig sind.

Aus diesem Ansatz heraus versteht sich auch das Programm-Design, das im Kern auf individueller Mobilität beruht. In den Jahren 2012-2015 sollen bis zu 101.000 Stipendien für Auslandsaufenthalte im grundständigen Studium (Bachelor), in der Promotion, als Post-Doc und auch als Forscher vergeben werden. Dabei stellt die brasilianische Bundesregierung Mittel für 75.000 Stipendien zur Verfügung. Die weiteren 26.000 sollen von Industrieunternehmen und – verbänden finanziert werden. Mitte des Jahres 2012 lagen bereits Zusagen aus der Industrie in einer Größenordnung von 26.000 Plätzen vor, so dass das Gesamtziel des Stipendienangebots erreicht werden wird.

Mithin ist dieses Sonderprogramm vermutlich eines der größten weltweit. Als Mobilitätsprogramm eines einzelnen Landes ist es sogar größer als das sogenannte „5.000er“ Programm der chinesischen Regierung, mit dem jährlich 5.000 Doktoranden (mittlerweise wohl bis zu 6.000) pro Jahr im Ausland studieren sollen. Ein Blick auf die Planungstabelle der durchführenden Agenturen CAPES und CNPq zeigt, dass hier sogar eine jährliche Zahl von bis zu 8.000 Doktoranden beabsichtigt ist:

Stipendientyp	Zahl der Stipendien bis 2015
Teil-Promotion	24.600
Voll-Promotion	9.790
Post-Doc	11.560
Undergraduate-Stipendien	27.100
Fachkräfte-Training an Unternehmen im Ausland	700
Junior Scientist (Stipendium nach Brasilien)	860
Visiting Senior Scientist (nach Brasilien)	390
Gesamt	75.000

Zu diesen Zahlen kommen noch die (s.o.) 26.000 Förderungen aus der privaten Wirtschaft. Insgesamt ist das Programm mit 3.4 Mrd. R\$ (entspricht etwa 1,1 Mrd. Euro) öffentlicher Mittel ausgestattet. Dies ist auch für ein Schwellenland wie Brasilien eine erhebliche Kraftanstrengung. Wenn man die 1,1 Mrd. Euro auf vier Jahre verteilt, kommt man auf einen jährlichen Ansatz von 275 Mio. Euro – mithin einer jährlichen Investition, die etwas unterhalb des Haushalts des DAAD für ein Jahr entspricht (wobei aus dem DAAD-Budget ja nicht nur die outgoing-, sondern auch die incoming-Mobilität zu finanzieren sind).

## INTERNATIONALISIERUNG UND DIE GEOPOLITISCHE ROLLE BRASILIENS

■ Auch aus dieser Betrachtung wird klar, dass die Regierung Brasiliens eindeutig auf mehr abzielt als nur die Erweiterung bereits vorhandener Stipendienprogramme. „Science without borders“ ist eindeutig im Zusammenhang zu sehen mit der Suche Brasiliens nach einer neuen außenpolitischen, globalen Position und Rolle. Eine Reihe von Beispielen ließe sich anführen, die belegen, dass Brasilien den Sprung in den Kreis der führenden Nationen in Politik und Wirtschaft probt. Dazu sind zu zählen:

- Brasiliens Bewerbung um einem ständigen Sitz im UN-Sicherheitsrat (in Konkurrenz zu Deutschland und beispielsweise Indien)
- Brasiliens führende Rolle in lateinamerikanischen Bündnissen (ohne dass Bündnisse wie der „Mercosul/ Mercosur“ auch nur im weitesten Sinne mit der Europäischen Union vergleichbar wären)
- Der Aufbau einer eigenen Entwicklungspolitik und –agentur (Agência Brasileira de Cooperação, ABC, mit einem Haushalt von ca. 700 Mio Euro) mit Schwerpunkten der Zusammenarbeit in Afrika und der Karibik
- Erfolgreiche Bewerbungen als Schauplatz großer internationaler Ereignisse (UN-Nachhaltigkeitskonferenz Rio+20 im Juni 2012, Confed-Cup in Brasilien im Juni 2013, Weltjugendtag in Rio de Janeiro im Juli 2013, FIFA-WM in mehreren Städten Brasiliens im Juni-Juli 2014, Olympische Spiele in Rio im August 2016)

Übertragen auf den Bildungssektor heißt das, dass Brasilien mit der Spitze seiner Hochschulen in internationalen Netzwerken gleichberechtigt teilnehmen will. Für Deutschland und die Partner in Europa ist interessant zu beobachten, in welche Richtung das Interesse und die Mobilität der jungen Brasilianer zielen. Das Programm ist zunächst für alle „hervorragenden Universitäten“ weltweit ausgeschrieben worden. Eine ganze Legion ausländischer Hochschul- und Regierungsdelegationen haben die Hauptstadt Brasília besucht, um über Kooperationen zu beraten. CAPES und CNPq haben zahlreiche Abkommen geschlossen und auch ganz neue Partner aufgenommen.

Gleichwohl zeigen die tatsächlichen Ströme der Mobilität, wo Brasilien seine Verbindungen ins Ausland sucht: In Nordamerika und in Europa. Die Status-Karte des Programms „Science without borders“ (vgl. Abbildung, aktueller Stand unter <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/bolsistas-pe-lo-mundo>) bildet die Gastinstitutionen der Stipendiaten ab und kann als Indikator für die geographische Distribution der Stipendien gelten. USA, Kanada, Frankreich, Deutschland und das Vereinte Königreich nehmen das Gros der Stipendiaten auf; eine besondere Rolle spielen Portugal und Spanien, die aus geschichtlicher wie sprachlicher Hinsicht als „natürliche“ Destinationen gelten. Gar nicht wiederum steht die Mobilität in die anderen Länder Lateinamerikas im Fokus, ebenso nicht Afrika (mit Ausnahme von drei Universitäten in Südafrika) und im Grunde auch Asien nicht. Japan und Korea werden kleine Zahlen von Stipendiaten aufnehmen; Australien wiederum gilt als attraktiv, zumal immer mehr Brasilianer ein „High school year abroad“ in Australien oder

auch Neuseeland absolviert haben. Auf die Gesamtzahl der Stipendiaten gesehen werden aber ca. 85 Prozent der Studenten und Wissenschaftler den Weg nach Nordamerika und Europa antreten.



Verteilung der Hochschulen mit CsF-Stipendiaten weltweit, Stand September 2012.

Dieses Mobilitätsbild hat zwei Ursachen: Zum einen liegt dem eine Politik der nationalen Agenturen zugrunde. CAPES und CNPq haben für die Umsetzung des Mammutprogramms zunächst die Zusammenarbeit mit den bewährten Partnern gesucht. Diese liegen nun einmal in den USA, in Kanada, in Deutschland und Frankreich. Zweitens bestätigt das tatsächliche Verhalten der Bewerber die klare Bevorzugung von Zielen in Europa und Nordamerika. Als verstärkendes Moment kommt die schwache Ausbildung brasilianischer Studenten in Fremdsprachen zum Tragen: Länder wie Portugal oder sogar Spanien gelten als sprachlich „einfach“ (auch wenn das bei näherer Betrachtung in Katalonien nicht der Fall sein dürfte), und werden daher überproportional nachgefragt. Englisch wiederum ist die am weitesten verbreitete Fremdsprache – daher die Wunschländer USA, Kanada (mit Ausnahme von Québec) und Australien.

Diese regionale Orientierung des Internationalisierungs-Programms ist aufschlussreich. Sie zeigt, wenn man so will, das klassische Paradigma von Zentrale und Peripherie. Brasilien richtet seine Ziele an den traditionell führenden Wissenschaftsnationen aus, die in Europa und Nordamerika identifiziert werden. Zahlenmäßig völlig unbedeutend sind dagegen Paradigmen einer neuen Süd-Süd-Kooperation oder auch einer Netzbildung der BRICS-Staaten. Brasilianische Studenten werden nicht nach Indien gehen, auch nicht nach Russland,

möglicherweise in geringer Zahl nach China. Das vielleicht meisten überraschende ist das komplette Desinteresse an den lateinamerikanischen Nachbarn. Insofern wird „Science without borders“ nicht der Nukleus eines regionalen lateinamerikanischen Mobilitätsprogramms nach dem Muster des 25jährigen ERASMUS-Programms sein.

## STAATLICHES HANDELN UND DIE ROLLE DER BRASILIANISCHEN UNIVERSITÄTEN

■ Wie stehen die brasilianischen Universitäten zu dem staatlichen Vorstoß und dem Konzept der Internationalisierung? Zunächst muss man konstatieren, dass die Bundesregierung und ihre Agenturen CAPES und CNPq die Hochschulen auch in dieser Frage „vor sich hertreiben“. Sie sind hier in der Vorhand, haben die öffentlichen Mittel zu ihrer Verfügung und die guten Arbeitsbeziehungen zu internationalen Partnern. Insofern ist das Programm „Science without borders“ eine zentrale, regierungsgetriebene und politisch geführte Operation, in der die Hochschulen erst bei ihrer Umsetzung einen aktiven Part übernehmen. Allerdings sind, von wenigen Ausnahmen abgesehen, die Voraussetzungen an den Universitäten auch nicht ausreichend, um eine pro-aktive Position zu reklamieren. Ansätze zu einer institutionellen Internationalisierung sind bislang eingeschränkt durch folgende Gegebenheiten:

- Schwach ausgebildete Strukturen und geringe Professionalität in der Internationalisierung und ihrer operationalen Umsetzung (akademische Auslandsämter)
- Schwerpunkte bisher vor allem auf dem „outgoing“, kaum Ansätze zu einer internationalen Positionierung der eigenen Hochschule und zur Anwerbung von Studenten oder Professoren
- Systematische Austauschprogramme bislang abhängig von individuellem Engagement einzelner Professoren
- Nur ansatzweise internationales Hochschulmarketing, sehr wenige Auftritte auf internationalen Bühnen (z.B. Nafsa 2012 Stand „Study in Brazil“)

Zusammenfassend: Brasiliens Regierungs-Strategie und das Programm „Science without borders“ müssen durch eigene Strategie-Entwicklungen der Hochschulen ergänzt und mit diesen stärker verwoben werden. Neben die großen staatlichen Agenturen müssen zunehmend handlungsfähige akademische

Auslandsämter treten, deren Aktivitäten in einer hochschulweiten Konzeption zur Internationalisierung verankert sind und von den Hochschulleitungen auch systematisch gefördert und abgesichert werden.



Die brasilianische Staatspräsidentin Dilma Rousseff (dritte von links) und Bundeskanzlerin Angela Merkel treffen die erste Gruppe von Stipendiaten des Programms „Science without borders“ auf der Messe CeBit, Hannover, im April 2012.

Lesehinweis: Schwartzman, Simon: Economic Growth and Higher Education Policies in Brazil: A Link? In: International Higher Education, Nr. 67 / Spring 2012, The Boston College Center for International Higher Education (Hrsg.), S. 21 ff.





# Die Rolle der Konrad-Adenauer-Stiftung in der deutsch-brasilianischen Kooperation

FELIX DANE  
REINALDO J. THEMOTEO

## DIE KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG (KAS)

■ Die engen Beziehungen zwischen Deutschland und Brasilien reichen weit zurück und erstrecken sich unter anderem auf die Bereiche Wirtschaft, Migration und Wissenschaft. Es gibt allerdings einen Aspekt dieser Kooperation, der nicht so bekannt ist, um den sich vor allem die Konrad-Adenauer-Stiftung verdient gemacht hat. Es handelt sich um die politische Kooperation mit einer Reihe von Initiativen, die auf demokratischen Werten gründen. Mit diesem Artikel möchten wir zeigen, wie die Konrad-Adenauer-Stiftung an der Kooperation zwischen Deutschland und Brasilien als eine politische Stiftung mitgewirkt hat, die vor allem um die Stärkung der demokratischen Werte, Gerechtigkeit und internationale Kooperation bemüht war. Zunächst erklären wir die Bedeutung der KAS im Kontext der Beziehungen zwischen Brasilien und Deutschland, danach gehen wir näher auf die Aktivitäten der KAS Brasilien und ihre Rolle in der Vermittlung von Dialogräumen und Austausch von Wissen und Erfahrungen ein und schließlich werfen wir – ausgehend von unseren aktuellen Projekten – einen Blick in die Zukunft.

Die Konrad-Adenauer-Stiftung ist die politische Stiftung der CDU (Christlich Demokratischen Union). Die KAS ist nach dem Kanzler benannt, der den deutschen Wiederaufbau in der Nachkriegszeit anführte, Deutschland auf den Weg der Demokratie zurückführte und sogar die ersten Schritte zur Gründung der Europäischen Union mit einleitete. Unter so einem großen Namen zu arbeiten, ist einerseits inspirierend und eine Ehre, andererseits eine ebenso große Ver-

antwortung, um die Werte, für die Konrad Adenauer kämpfte, hoch zu halten: die Würde des Menschen als grundsätzlicher Aspekt, der Schutz der Demokratie, das Subsidiaritätsprinzip und die christlichen Werte. Die Bestimmung der KAS, die als Zentrum für politische Bildung der CDU-Mitglieder entstanden ist, ist die Verbreitung der demokratischen Werte. Dieser Förderung der Demokratie hat sich die Konrad-Adenauer-Stiftung seit fünf Jahrzehnten in den über hundert Ländern, in denen sie tätig ist, verschrieben, sowohl durch eigene Projekte als auch durch die Zusammenarbeit mit lokalen Partnern. Man kann also sagen, dass die KAS ganzheitlich handelt, um die Demokratie durch eine internationale Kooperation zu fördern.

Die politischen Stiftungen sind ein wichtiger Bestandteil der politischen Kultur Deutschlands. Sie wurden ab 1949 sukzessive gegründet und sind das Ergebnis engagierter Bemühungen in der Konsolidierung und Förderung der Demokratie durch Aktivitäten der politischen Bildung. Der in Deutschland erzielte Erfolg trug zur Entscheidung bei, diese Erfahrung in andere Länder zu bringen. Ab den 1960er Jahren begannen die deutschen politischen Stiftungen in verschiedenen Ländern zu arbeiten. Die KAS wurde 1953 gegründet und leitete bereits zu Beginn des darauf folgenden Jahrzehnts ihre Aktivitäten in der internationalen Kooperation ein.

In Brasilien ist die KAS seit 1969 mit Aktivitäten vertreten, die sich an den folgenden Prinzipien ausrichten: Förderung einer auf ethischen Werten gegründeten politischen Kultur im Rahmen von Projekten, die das Demokratiekonzept von Freiheit und Rechtsstaatlichkeit verteidigen sowie die Stärkung der lokalen Politik und der Prinzipien der sozialen Marktwirtschaft. Alle von der KAS entwickelten Projekte achten die kulturellen und regionalen Unterschiede. Durchgeführt werden vor allem Kurse, Seminare, *Workshops* und auch die Finanzierung von Forschungen und die Vorbereitung von Publikationen über Themen der politischen Agenda – sowohl in Brasilien als auch international – der Dialog zwischen Brasilien und Europa, internationale Sicherheit und Nachhaltigkeit. Die KAS organisiert nicht nur Veranstaltungen und Publikationen, sondern unterstützt auch den Austausch, Studienreisen nach Deutschland und die Europäische Union sowie Stipendien. Sie handelt als Kommunikationsplattform und schafft durch ein Netz aus Partnerschaften Kontakte zwischen Institutionen und Menschen.

Die Projekte der KAS haben ihren Schwerpunkt auf politischen, wirtschaftlichen und sozialen Themen und richten sich immer nach den Grundwerten Freiheit, Solidarität und Gerechtigkeit. Natürlich erstrecken sich die Prinzipien,

die den Aktivitäten der KAS zugrunde liegen, auch auf die Partnerschaften. Die gemeinsame Verteidigung von Werten wie Menschenwürde, soziale Gerechtigkeit, Chancengleichheit und der Schutz des Rechtsstaates sind Bedingungen für eine Partnerschaft. Die KAS arbeitet mit unterschiedlichen regionalen Partnern zur Entwicklung ihrer Projekte zusammen, beispielsweise mit der Sozialen Ordnungspolitik in Lateinamerika (SOPLA) und dem Rechtsstaat; diese artikulieren und stärken den Kontakt mit den KAS-Büros in Lateinamerika. Ferner wurde ein weites Netz an Kontakten mit Partnern auf regionaler Ebene gebildet, in welchem die Akteure der Region zusammenarbeiten.

### *Demokratische Aufgabe*

Wir verstehen Demokratie als ein politisches Modell, das die wirtschaftliche Entwicklung und vor allem eine soziale Ordnung fördert und in welchem sich unterschiedliche menschliche Potentiale entwickeln können. Wir glauben ferner, dass diese Prinzipien mit den grundsätzlichen menschlichen Bedürfnissen im Einklang stehen, es sind Prinzipien, die sich überall anwenden lassen, man muss nur die Gelegenheit in einem günstigen Umfeld ergreifen. Die Demokratie ist ein Grundwert für die Menschen, die in einer Gesellschaft leben und für Nationen. Sie kann von jedem Menschen gelebt werden, so dass ein friedliches Zusammenleben in der Gesellschaft gefördert und aufrechterhalten wird. Die Konsolidierung einer Demokratie wird nicht nur durch wirtschaftliche, sondern auch durch soziale und kulturelle Faktoren definiert. Die Überzeugung, dass Demokratie in allen Breitengraden des Planeten eine Realität werden kann, erfordert einen wachsamten Schutz der erreichten Erfolge sowie die Anpassung der Demokratie an die Besonderheiten jeder Region. Der Zugang zu Mitteln, die jedem Einzelnen bessere Lebensbedingungen sichern, damit jeder sein Potential entwickeln kann, ist ein wichtiger Aspekt um Missbrauch vorzubeugen und zu bekämpfen, der üblicherweise dann entsteht, wenn sich autoritäre Tendenzen durchsetzen und demokratische Institutionen untergraben werden.

In unseren aktuellen Zeiten der Globalisierung und der globalen Governance stellt die Demokratie eine Regierungsform dar, die die Bildung offener Gesellschaften fördert, in denen die individuellen Freiheiten gesetzlich zugesichert und unermüdlich verteidigt werden und Konflikte friedlich und innerhalb der Gesetze gelöst werden. Gleichzeitig führt diese interne Ordnung in den Nationalstaaten zu einer besseren Ausgangslage für die Beziehungen zwischen den Ländern: durch die Verteidigung von ehrlichen und friedlichen Werten, in denen Insti-

tutionen und internationale Gesetze so ausgerichtet sind, dass sie Beziehungen durch den Dialog und Gesetz fördern, um friedliche Lösungen von Konflikten zu ermöglichen. Aus diesem Grund widmet sich die Konrad-Adenauer-Stiftung der Verbreitung von demokratischen Werten in Brasilien und fördert den Dialog über die relevantesten Themen in der Agenda der internationalen Zusammenarbeit zwischen Brasilien, Deutschland und der Europäischen Union, so zum Beispiel die internationalen Wirtschaftsbeziehungen und die internationale Sicherheit. In diesem aktuellen Szenario sind nicht nur die Staaten gegenwärtig, sondern auch andere Formen der Vertretung gewinnen an Bedeutung. In unserer multipolaren Welt tauchen neue *Player* neben den traditionellen internationalen Organisationen auf. Zu den G-8 kommen nun die G-20 und die Cities Climate Leadership Group (C-40), sowie die Schwellenländer – die sogenannten BRICS. In dieser neuen Konfiguration im geopolitischen Szenario behalten wir die Überzeugung bei, dass die demokratischen Werte, die so genannte *Soft Power* für die Austragung und Lösung von Konflikten auf internationalem Parkett elementar ist. Im Dialog können die beteiligten Parteien ihre Erfahrungen austauschen in der Gewissheit, dass die demokratischen Werte hoch gehalten werden.

#### DIE KAS IN BRASILIEN: DIE ANFANGSZEITEN

■ Die Konrad-AdenauerStiftung begann ihre Aktivitäten in Brasilien zu einer Zeit der wirtschaftlichen Blüte aber einer wenig ruhmvollen politischen Situation. Es war wenige Monate nach der Ausrufung des Ausnahmegesetzes AI5 (Ato institucional Número 5), das alle politischen Aktivitäten verbot. Erst nach 1979 war es wieder möglich, neue politische Parteien zu gründen. Trotz dieser misslichen politischen Lage befand sich die Wirtschaft in einer Phase der Hochkonjunktur – die Zeit wurde als Wirtschaftswunder bekannt. Unter diesen Umständen war jegliche politisch orientierte Aktivität verständlicherweise eine sehr schwierige Aufgabe. Daher setzte die KAS auf die Entwicklung von mittel- und langfristigen Initiativen, um im Brasilien unter diesen Bedingungen überhaupt die Arbeit aufnehmen zu können.

So entwickelte die KAS in den ersten Zeiten in Brasilien Projekte über Erziehungstechnologie sowie andere sozialorientierte Projekte gemeinsam mit Institutionen, die der katholischen Kirche nahe standen. Neben der Durchführung von Kursen, Seminaren und der Bildung unterschiedlicher Partnerschaften unterstützte die KAS auch den Erwerb von Anlagen für unterschiedliche Partnerinstitutionen und finanzierte in einigen Fällen den Kauf von Büros. Auch die

Auswahl von Stipendiaten begann in dieser Zeit, im Jahr 1972 fand die erste Auswahl statt.

Das erste Projekt der KAS in Brasilien war das Telecentro. Es entstand aus einem 1970 unterzeichneten bilateralen Abkommen zwischen Brasilien und Deutschland und beinhaltete die Zusammenarbeit zur Gründung des Fernsehsenders *Televisão Educativa* in Rio de Janeiro (Heute TV Brasil). Nachdem die KAS von der deutschen Regierung den Auftrag erhielt, das Projekt mit einer brasilianischen Institution zusammen einzuführen, arbeitete sie mit der Stiftung *Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCBTVE)* zusammen, die dem brasilianischen Erziehungsministerium unterstand. Die KAS finanzierte die ersten TV-Studios des *Centro Brasileiro de Televisão Educativa* in Rio de Janeiro. Die ersten Übertragungsanlagen für die Aktivitäten des Telecentro wurden 1972 übergeben.

Gleichzeitig zum Telecentro entwickelte die KAS weitere Aktivitäten in der Erziehungstechnologie. Nach der Durchführung des 1. Brasilianischen Seminars für Fernerziehung im November 1969 wurden andere Seminare in verschiedenen brasilianischen Staaten durchgeführt. Zur Organisation dieser nationalen, regionalen und lokalen Veranstaltungen wurde eine Arbeitsgruppe gebildet, aus der 1971 die *Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT)* hervor ging. Die ABT wurde Partnerin der KAS und nahm an der Durchführung von Veranstaltungen in verschiedenen brasilianischen Staaten teil. Diese Veranstaltungen zum Thema Bildungsfernsehen stellten wichtige Foren dar, in denen sich Fachleute des Sektors weiter qualifizieren sowie Erfahrungen austauschen konnten. Die Partnerschaft zwischen KAS und ABT lief Mitte der 1990er Jahre aus. Damals erhielt die ABT andere Finanzierungsquellen, konnte Herausforderungen überwinden und ist heute noch aktiv, um einen Beitrag zur Entwicklung der Erziehung in Brasilien zu leisten.

Noch im Bereich der Bildung unterstützte die KAS damals auch die Erziehungsstiftung *Fundação Educacional Padre Landell de Moura (FEPLAM)*. Mit Sitz in Porto Alegre, führte FEPLAM Bildungsmaßnahmen über Radioprogramme durch. Das Projekt wurde von Érika Coester Kramer ins Leben gerufen und zwischen 1967 und 1996 erreichten die angebotenen Kurse fast achthunderttausend Menschen – mehr als die Hälfte Landbevölkerung. Die FEPLAM entwickelte eine Bildungsmethode, die zunächst *Colégio do Ar* [Schule auf Sendung] und *Aprenda pela TV* [Lernen im TV] genannt wurde und später unter dem Begriff Fernerziehung zusammengefasst wurde. Es wurde ferner ein Schulungszentrum gebaut, um die Mitarbeiter zu qualifizieren. Außerdem nahm die KAS

an den Aktivitäten des Verbands der Radio- und TV Lehreinrichtungen (ALER) teil, wodurch der Kontakt mit Erziehern verschiedener Länder Lateinamerikas aufrechterhalten wird. Die FEPLAM wurde 1967 gegründet und leistete Pionierarbeit im Bereich Fernunterricht im Süden von Brasilien.

Was die Partnerschaften mit Institutionen der Katholischen Kirche angeht, so war IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável) einer der ältesten Partner. Als eine Institution, die vor über drei Jahrzehnten gegründet wurde und der Companhia de Jesus angegliedert ist, entwickelte IBRADES soziale, Umwelt- und Bildungsprojekte.

Mitte der 1970er Jahre ging die Konrad-Adenauer-Stiftung eine Partnerschaft mit der ADCE (Verband der christlichen Unternehmensleiter Brasiliens) ein. Eine Institution, die sich in der Durchführung von Veranstaltungen zur Qualifikation von Unternehmern über Fragen zur sozialen Verantwortung von Unternehmen engagiert. Ein weiterer Partner seit den 1980er Jahren ist das „Programa da Terra“ mit Beratung, Forschung und Volkserziehung im ländlichen Gebiet (PROTER). PROTER wurde im Jahr 1985 gegründet, führt Fortbildungen durch und bietet zu Themen, die mit der Stärkung der landwirtschaftlichen Familienbetriebe, der Verminderung der sozialen Ungleichheiten und dem Schutz der Umwelt zusammenhängen, Beratung an.

Die 1980er Jahre waren gekennzeichnet durch die politische Öffnung, die Mitte des vorangegangenen Jahrhunderts begann. Der Aufruf zu Direktwahlen (Diretas Já), die Verabschiedung der neuen Verfassung „Constituição Cidadã 1988“ und die Präsidentschaftswahlen 1989 waren die wichtigsten Fakten dieser Zeit. Und in dem Maße, in dem sich das politische Szenario veränderte, bekamen auch die Aktivitäten der KAS neues Profil. 1983 arbeitete die Konrad-Adenauer-Stiftung mit dem IBEAC (Instituto brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário) zusammen, eine Partnerschaft aus der Annäherung zwischen der KAS und einem Mann, der eine der großen Inspirationen der Konrad-Adenauer-Stiftung in Brasilien war: Franco Montoro. André Franco Montoro (1916-1999) war ein Politiker, dessen Überzeugungen mit den von Konrad Adenauer vertretenen Werten – dem Kampf um die Demokratie, der Verteidigung einer ethischen Politik, den Menschenrechten, der Förderung einer Bürgerpartizipation und dem festen Glauben an die Bedeutung und Vorrangstellung der lokalen Politik – im Einklang standen.

Montoro war Senator und wurde 1982 zum Gouverneur von São Paulo gewählt. Danach war er Bundesabgeordneter und einer der Gründer der Partei PSDB.

In Partnerschaft mit dem IBEAC unterstützte die KAS die Durchführung verschiedener Projekte, um spezifische Themen der brasilianischen Realität sowie internationale Themen zu diskutieren. Die Themen auf nationaler Ebene sind die Geschlechterfrage, Wirtschaft, Gesundheit, die Bewegung der farbigen Bevölkerung und die Kultur. Die internationalen Themen waren mit der regionalen Integration Lateinamerikas verbunden. Das IBEAC begann seine Aktivitäten 1981 und die KAS unterhielt Partnerschaften mit dem IBEAC zwischen 1983 und 1989.

In der zweiten Hälfte der 1980er Jahre erweiterte die Konrad-Adenauer-Stiftung ihre Aktivitäten in den Norden und Nordosten Brasiliens.

### *Das Büro für die Regionen Norden und Nordosten*

Um in einem Land mit kontinentalen Dimensionen handlungsfähiger zu werden, eröffnete die KAS 1988 ein regionales Büro für die Regionen Norden und Nordosten. Zunächst lag das Büro in Recife und wurde 1992 nach Fortaleza verlegt. In den ersten Jahren konzentrierten sich die Aktivitäten vor allem auf die politische Bildung. 1991 begann eine Diversifizierung der Projekte. Zu den durchgeführten Aktivitäten gehörten Aus- und Fortbildung um durch die soziale Integration und die wirtschaftliche, soziale und politische Entwicklung einen Beitrag zur Bekämpfung sozialer Ungleichheiten zu leisten. Zu den wichtigsten Themen gehören die landwirtschaftlichen Familienbetriebe, das Management der Wasserreserven und die partizipative Verwaltung.

Im Regionalbüro Fortaleza konnten wir Partner der verschiedenen Sektoren der Gesellschaft in unterschiedlichen Staaten gewinnen, beispielsweise das Erziehungszentrum CEAPS (mit einer partizipativen Bestandsaufnahme der Gemeinden an den Flussufern im Amazonasgebiet im Rahmen des Projektes „Gesundheit und Freude“), die katholische Universität Pernambuco (UNICAP), das brasilianische Land- und Forstwirtschaftsnetz (REBRAF) und der AACC (Verband zur Unterstützung der ländlichen Gemeinden).

Das Regionalbüro für die Gebiete Norden und Nordosten stellte seine Tätigkeiten 2010 ein und hinterließ ein Erbe von Tausenden von Menschen, die an Kursen zur politischen Bildung und Qualifikation in unterschiedlichen Bereichen teilgenommen haben. Ausserdem sind die Projekte zur Selbsthilfe zu nennen, die bis heute aktiv sind. Aktuell unterhält die KAS Brasilien Partnerschaften mit unterschiedlichen Institutionen der Gebiete Norden und Nordosten.

## VOM STUDIENZENTRUM ZUR VERTRETUNG IN BRASILIEN

### *Politische Bildung*

In den 1990er Jahren begann die KAS eine neue Phase in der Durchführung ihrer Aktivitäten. Die Aktivitäten der politischen Bildung und internationaler Kooperation wurden noch erweitert. 1991 wurde in São Paulo das Studienzentrum eingerichtet. Verschiedene Veranstaltungen fanden in unterschiedlichen Staaten in Brasilien und mit neuen Partnern, zusätzlich zu den bereits geschlossenen Partnerschaften statt – einschließlich der Forschungen, die zu Publikationen führten. Unterschiedliche Kurse zur politischen Bildung wurden für Jugendliche der katholischen Kirche in Partnerschaft mit der Erzdiözese Rio de Janeiro organisiert. Seitdem werden Kurse zur Bildung von Jugendparteien, teilweise in Partnerschaft mit politischen Parteien und NGOs, durchgeführt. Im Bundesstaat Tocantins hat die KAS seit vielen Jahren eine Partnerschaft mit dem Zentrum der Menschenrechte von Cristalândia (CDHC), wo jährlich der Kurs für Rechtspfleger durchgeführt wird. Dieser Kurs wird in verschiedenen Modulen angeboten und bildet dutzende von Führungskräften in unterschiedlichen Staaten der Region aus: Gewerkschafter, Bewegungen zur Verteidigung der Rechte der Indianer, Frauen, Nachfahren von Sklaven (Quilombolas), Religionsgemeinschaften und politische Parteien. Verschiedene Kurse über die politische Integration von Frauen werden jährlich gemeinsam mit politischen Parteien durchgeführt.

Ein wichtiges Vermächtnis der Aktivitäten der KAS in Zusammenarbeit mit der lokalen Politik ist die kommunale Werkstatt (Oficina Municipal = OM) in São Paulo. Die Werkstatt wurde 2002 gegründet. Im gleichen Jahr ist das Studienzentrum nach Rio de Janeiro umgezogen, wo die KAS derzeit mit dem Auslandsbüro für Brasilien im Stadtteil Botafogo vertreten ist. Diese Institution führt Kurse zur Qualifikation und technischen Ausbildung durch, die vor allem von Beamten auf Gemeindeebene, Mitgliedern der Stadtverwaltung und Stadträten besucht werden. Die Oficina Municipal ist laut José Mario Brasiliense Carneiro, „ein institutionelles Erbe der Konrad-Adenauer-Stiftung“ (Brasiliense Carneiro, 2009, Seite 301). Die Oficina verbindet seit ihrem Entstehen eine strategische Partnerschaft mit der KAS. Sie wurde aus der Konrad-Adenauer-Stiftung selbst und ihren Kursen, Forschungen und Qualifikationen gegründet und konzipiert, als Projekt, eine Schule für Bürgerbewusstsein und Gemeindeverwaltung zu bauen und die Mitarbeiter zu einer menschlichen Gemeindeverwaltung anzuleiten. In der Konkretisierung dieses Projektes bietet die Oficina Municipal jährlich



einer großen Anzahl von Fachleuten Fortbildungsmaßnahmen in der Überzeugung, dass die lokale Politik die Grundinstanz jeder Demokratie ist. Etwa 13.000 Mitarbeiter von Gemeindeverwaltungen sowie Entscheidungsträger haben bis heute die Kurse der Oficina Municipal besucht.

Sicherheit und Korruptionskontrolle sind strittige Themen, die diskutiert wurden. Öffentliche Sicherheit war ein Thema, das mit der NGO Viva Rio im letzten Jahrzehnt in verschiedenen Projekten der KAS angesprochen wurde. Außerdem wurde das Thema Korruption in Veranstaltungen und Publikationen diskutiert, die in Partnerschaft mit der Bundesuniversität von Minas Gerais durchgeführt wurden. Die politische Bildung übernimmt teilweise regionale Aufgaben. Zwischen 2007 und 2008 entwickelte die KAS das Projekt Dialog und Austausch zwischen politischen Parteien und der Zivilgesellschaft im MERCOSUR, finanziert vom *UN Democracy Fund* (UNDEF). Dieses Projekt vereinte nach einem Auswahlprozess insgesamt neunzig Teilnehmer aus fünf Ländern (Argentinien, Brasilien, Paraguay, Uruguay und Venezuela). Mit diesem Projekt sollten Einzelprojekte geplant und durchgeführt werden, um die Demokratie in den Handlungssphären der Teilnehmer zu stärken, die alle leitende Positionen in ihren Institutionen innehatten. Diese Projekte wurden gemeinsam durchgeführt, Mitglieder von politischen Parteien arbeiteten zusammen mit Mitgliedern von Organisationen der Zivilgesellschaft und umgekehrt. Es wurden zwei regionale Veranstaltungen durchgeführt (in Rio de Janeiro und in Buenos Aires), fünf nationale Seminare und eine Abschlussveranstaltung in Montevideo zur Darstellung und Bewertung der Projektergebnisse. Die Ergebnisse wurden 2008 veröffentlicht.

Der Internationale Tag der Demokratie ist eine der wichtigsten politischen Veranstaltungen, die jährlich von der KAS durchgeführt wird. Am 08. November 2007 bestimmte die UNO-Vollversammlung den 15. September als internationalen Tag der Demokratie. Am 15. September 2008 führte die KAS zum 1. Tag der Demokratie ein Forum durch, auf dem Themen zur Förderung der Demokratie sowohl auf nationaler wie auch internationaler Ebene diskutiert wurden. 2013 erfolgte diese Veranstaltung zum sechsten Mal mit 200 Teilnehmern die interaktiv Themen wie die Proteste im Juni, die virtuelle Demokratie und die virtuellen Spionageskandale.

### *Veröffentlichungen und Homepage*

Seit Beginn der Aktivitäten der Konrad-Adenauer-Stiftung in Brasilien wurden hunderte von Publikationen veröffentlicht. In den 1990er Jahren gaben

wir die Serien *Debatten, Papers, Übersetzungen und Forschungen* heraus. Eine enorme Bandbreite von Themen wurde in diesen Serien behandelt – einschließlich Themen der lokalen Politik, Wirtschaft, internationale Beziehungen und die weiteren Themen, die zum Themenspektrum der KAS gehören. Im letzten Jahrzehnt sind neue Serien entstanden, beispielsweise die beiden Bände der Publikation *Escola política*, die für Veranstaltungen zur politischen Bildung erstellt wurden. Der erste Band beschäftigte sich mit politischem Marketing und der zweite Band mit politischen Parteien. Im Jahr 2000 legte die KAS die Serie *Cadernos Adenauer* auf mit Themen, die mit Brasilien zu tun haben sowie internationale Themen. Diese Publikation veränderte sich im Laufe der Jahre: anfangs wurden zehn Ausgaben der Cadernos im Jahr veröffentlicht, aktuell sind es vier, jedoch mit einer größeren Anzahl von Kapiteln in jeder Ausgabe, so dass die Themen eingehender behandelt werden können. Es erfolgten Änderungen im Projekt und schließlich die vorliegende Sonderausgabe im neuesten *Layout* der Cadernos Adenauer.

Die KAS veröffentlichte 2005 und 2008 zwei Bücher über politisches Marketing, beide aus der Feder des Fachmanns Rubens Figueiredo. Die wohl bekannteste Publikation der KAS ist das Werk *Sistema Político Brasileiro: uma introdução [Einleitung zum politischen System in Brasilien]*. In diesem Werk werden zum ersten Mal in nur einem Band eine Reihe von Analysen zu unterschiedlichen Aspekten des brasilianischen politischen Szenarios zusammengefasst. Das Buch wurde von Lúcia Avelar und Antônio Octavio Cintra herausgegeben und es besteht aus mehr als zwanzig Kapiteln zu den unterschiedlichsten Themen der brasilianischen Politik. Es ist mittlerweile ein akademisches Referenzwerk in Brasilien und wird in verschiedenen Universitäten im Studiengang Politikwissenschaft als Lehrwerk verwendet. Nach der hervorragenden Akzeptanz der ersten beiden Auflagen, die bereits vergriffen sind, wird die dritte gerade vorbereitet.

Allerdings stellen die oben genannten Publikationen nur einen kleinen Ausschnitt aller bisher veröffentlichten Titel dar, wenn Sie eine Liste aller Publikationen bis 2009 einsehen möchten, schauen Sie in die Publikation *40 anos: política, sociedade, cooperação internacional [40 Jahre Politik, Gesellschaft und internationale Kooperation]*, die online verfügbar ist.

Das Internet entwickelte sich zu einem immer wichtigeren Publikationsraum der Konrad-Adenauer-Stiftung (<http://www.kas.de/brasilien/pt/publications/>). Unsere Homepage ist zurzeit dreisprachig eingerichtet und ein Teil der veröffentlichten Bücher ist im pdf-Format vorhanden. Es wurden auch bereits einige E-Books veröffentlicht, andere werden vorbereitet. Die Artikel der Serie

Brasil em Foco (auf Portugiesisch) und die politischen Analysen auf Portugiesisch, Deutsch und Englisch werden ausschließlich auf unserer Homepage veröffentlicht. Schritt für Schritt werden wir weitere Publikationen online stellen, die dann kostenlos heruntergeladen werden können.

### *Internationale Kooperation*

Die internationale Kooperation ist ein wesentlicher Teil der Arbeit der KAS. Die beiden wichtigsten Projekte sind die Konferenz für internationale Sicherheit „Forte de Copacabana“ und das Forum Brasilien-Europa.

1994 wurde das erste Forum „Brasilien-Europa“ organisiert. Bei dieser Veranstaltung erfolgen Debatten auf höchster Ebene nicht nur über Fragen zur Kooperation zwischen Brasilien und Europa, aber auch über die Beziehungen zwischen Südamerika und Europa. 2013 wurde die Veranstaltung gemeinsam mit der Europäischen Union zum zwanzigsten Mal durchgeführt. Um das Forum zu ergänzen, veröffentlichte die KAS 2000 das Jahrbuch Brasilien-Europa mit verschiedenen Artikeln über die in der Veranstaltung angesprochenen Themen und vertiefende Analysen. 2010 erhielt das Jahrbuch „Brasilien-Europa“ eine neue Gestalt und einen neuen Namen: es nennt sich nun *Serie Relações Brasil Europa*. Die neue Serie beinhaltet in ihren Kapiteln Kommentare zu den im Forum „Brasilien-Europa“ im selben Jahr diskutierten Themen. 2013 wird der dritte Band dieser Serie veröffentlicht.

2004 organisierte die Konrad-Adenauer-Stiftung zum ersten Mal die Konferenz für internationale Sicherheit „Forte de Copacabana“. Die ersten Veranstaltungen fanden im Fort von Copacabana gemeinsam mit dem Brasilianischen Zentrum für Internationale Beziehungen (CEBRI), dem Zentrum für Amerikanische Studien (CEAS) und der Universität Science-Po von Paris statt. Nach dem großen Erfolg der Veranstaltung 2008 findet die Konferenz nun an einem größeren Veranstaltungsort statt. Seit damals wurde die Konferenz „Forte de Copacabana“ jährlich durchgeführt und vereint Angehörige des Militärs, Politiker, Diplomaten, Botschafter und zuweilen auch Verteidigungsminister. Um die diskutierten Themen mehreren Personen zugänglich zu machen, wird jährlich während der Veranstaltung die Publikation *International Security* veröffentlicht mit Artikeln, in denen die während der Konferenz diskutierten Themen zusammengefasst sind. Aktuell wurde die Konferenz „Forte de Copacabana“ in Partnerschaft mit dem CEBRI und der EU Kommission durchgeführt.

## EIN BLICK IN DIE ZUKUNFT

■ Der Blick in die Zukunft zeigt uns neue Themen, die auftauchen und mit den aktuellen Projekten an Bedeutung gewinnen – beispielsweise der Einfluss der sozialen Netze im politischen Szenario in Brasilien, Sicherheit und Datenschutz im Internet. Dazu kommen die Aktivitäten der politischen Bildung, die sozialen Marktwirtschaft und internationale Kooperation, die Diskussionen über Nachhaltigkeit, Änderungen im Energiemix und weitere klimabezogene Themen, die in den Aktivitäten der KAS immer präsenter werden. Ganz neu sind diese Themen für die KAS nicht, wie wir aus den Aktivitäten des Büros in Fortaleza entnehmen können. In dem Maße, in dem die Diskussionen über Nachhaltigkeit in den verschiedenen Sektoren der Gesellschaft immer gegenwärtiger werden, engagiert sich auch die KAS in zunehmendem Maße in Umweltthemen. Die **UNO-Konferenz** über Umwelt und Entwicklung (Eco92) war für Brasilien ein Meilenstein in der Umweltpolitik. Neben der historischen Bedeutung als hochrangiges internationales Forum, in dem sich Persönlichkeiten aus 192 Ländern in Rio de Janeiro trafen, wurde eine Reihe von umweltbezogenen Fragen, Tatsachen und Problemen in den Mittelpunkt gerückt, die bis dato vernachlässigt wurden.

Anlässlich der Konferenz Rio+20 unterstützte die Konrad-Adenauer-Stiftung die Bildung des CB-27: ein Netz der Umweltdezernate der 27 brasilianischen Hauptstädte, in dem Erfahrungen ausgetauscht werden, um in der Bewältigung der wichtigsten Herausforderungen der brasilianischen Landeshauptstädte besser zusammenzuarbeiten, beispielsweise in der städtischen Mobilität, dem Abfallmanagement und der Verminderung der CO<sub>2</sub> Emissionen und der Energieeffizienz. Bei diesem Ideenaustausch geht es nicht nur um die Herausforderungen, die vor uns liegen, sondern auch um den Erfahrungsaustausch zu den „Best Practices“, die in den Landeshauptstädten der fünf Regionen in Brasilien erfolgreich umgesetzt werden. Die KAS veröffentlichte in 2012 ein Buch mit erfolgreichen nachhaltigen Projekten, die in zweiundzwanzig brasilianischen Hauptstädten durchgeführt wurden, mit dem Titel *Gestão ambiental: casos de sucesso nas capitais brasileiras*. Dieses Buch berichtet von erfolgreichen Erfahrungen im Umweltbereich, beispielsweise von Projekten, die den Einsatz von Fahrrädern als nachhaltiges Verkehrsmittel in den Städten fördern, das Abfallmanagement, Erziehung zur Nachhaltigkeit und weitere Bemühungen aus den verschiedenen Umweltsektoren darstellen, um effiziente Antworten auf die immer komplexeren Umweltsorgen in den brasilianischen Hauptstädten zu finden. CB-27 ist ein ständiges Forum zum Erfahrungsaustausch und zu Debatten zwischen den Regierungsverantwort-

lichen der Hauptstädte. Es wurden zwei Treffen mit Umweltdezernenten brasilianischer Städte durchgeführt. Ergebnis des ersten Treffens war die Rio-Erklärung für Nachhaltigkeit, die von den 27 Umweltdezernenten unterzeichnet und an die C-40 geschickt wurde.

Neben der CB-27 erfolgten noch weitere Projekte – einschließlich Forschung, Debatten und Publikationen – im Bereich Nachhaltigkeit. Die Welt verändert sich mit hoher Geschwindigkeit und auch die KAS muss mit diesen Veränderungen Schritt halten. Sie steht daher in einem kontinuierlichen Reflexionsprozess über ihre eigenen Aktivitäten, um neue Strategien für diese veränderten Situationen zu entwickeln. Diese Frage ist für die Konrad-Adenauer-Stiftung so relevant, dass im Oktober 2013 die KAS Brasilien ein neues regionales Projekt einleitet, das sich ausschließlich mit den Themen Klima, Energie und Umwelt (abgekürzt KUE) beschäftigt.

Seit über vier Jahrzehnten hat die KAS in Brasilien in vielen Initiativen mitgearbeitet, um den demokratischen Dialog und die politische Bildung zu fördern, die Teilnahme von mehr Frauen in der Politik und andere Bewegungen zu unterstützen, die internationale Kooperation zu fördern, Forschungen zu finanzieren und Stipendien zu vergeben. Die KAS trat für die soziale Marktwirtschaft ein, artikulierte den Erfahrungsaustausch und veröffentlichte die „Best Practices“ zur Nachhaltigkeit. Diese und andere Aktionen konnten nur erfolgreich sein, weil neben den Mitarbeitern (der KAS und ihren Partnern), die dies ermöglichten, Brasilien und Deutschland einer unverwechselbaren gemeinsamen Berufung folgten: der demokratischen Berufung, gestärkt durch die Lehren, die beide Länder aus ihren Erfahrungen, Kämpfen und Traumata gezogen haben und die in beiden Ländern die Sicherheit stärkt, dass die Demokratie ein unverhandelbarer Wert ist.

- **Felix Dane** · Vertreter der Konrad-Adenauer-Stiftung in Brasilien.
- **Reinaldo J. Themoteo** · Koordinator für Publikationen der Konrad-Adenauer-Stiftung in Brasilien.

## VERTRETER DER KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG IN BRASILIEN

<b>Zeitraum</b>	<b>Vertreter</b>
1969-1974	Lothar Kraft
1975-1977	Wolfgang Seeger
1977-1999	George Sperber (war Vertreter 1977, und Projektberater von 1977 bis 1999).
1977	Walter Seipp
1978-1979	Theodor Wernerus
1981-1985	Bernd Eisenblätter
1984-1994	Helmut Wittelsbürger
1986-1989	Wolfgang Thüne
1989-1991	Norbert Chauvistré
1989-1990	Karl-Josef Hollender
1990-1995	Berthold Weig
1995-1997	Winfried Jung
1999-2009	Wilhelm Hofmeister
2009-2011	Peter Fischer-Bollin
2009-2012	Olaf Jacob
2011-2012	Thomas Knirsch
2012–aktuell	Felix Dane

### *Vertreter des Büros für die Regionen Norden und Nordosten*

1988-1992	Michael Plesch
1992-1994	Dietmar Wenz
1994-1996	Bernd Dresen
2000-2002	Hartmut Teuchle
2002-2007	Klaus Hermanns
2007-2011	Anja Czymmeck

## Deutschland und Brasilien: eine gewollte Annäherung

ESTEVÃO MARTINS

*Stets geforscht und stets gegründet,  
nie geschlossen, oft geründet,  
Ältestes bewahrt mit Treue,  
freundlich aufgefasstes Neue,  
heitern Sinn und reine Zwecke:  
Nun, man kommt wohl eine Strecke!*  
GOETHE (Gott und Welt, Motto)

■ In der zweiten Hälfte des 20. Jahrhunderts erlebten wir zahlreiche Geschichten, in denen es um den Aufbau und Neuaufbau von Gesellschaften und Länder ging. Das Jahr 1945 stellte einen Meilenstein der Umkehr dar: in Brasilien, nach der Diktatur von Getúlio Vargas und in Deutschland eine langsame, leidvolle und schmerzhaft Wiedergeburt eines von seiner Geschichte traumatisierten Landes.

Brasilien und Deutschland entwickeln sich im darauffolgenden halben Jahrhundert unter unterschiedlichen Umständen und in unterschiedlichem Maße, unter dem Druck einer zersplitterten und instabilen Welt, auf der Suche nach Neuordnung mitten unter andersartigen Kriegen, versteckten und offenen Bedrohungen, Ökonomien im Wiederaufbau und neudimensionierten Partnerschaften.

Deutschland entdeckt erst 1949 seine öffentliche Persönlichkeit, wenn auch nur teilweise. Die moralische, politische und wirtschaftliche Neuordnung der Bundesrepublik Deutschland, geboren aus dem Zusammenschluss der Besatzungszonen der westlichen Alliierten ist möglicherweise eine Geschichte mit einem nachhaltigeren Erfolg als der zaghafte Wiederaufbau der brasilianischen Demokratie in den Jahren zwischen 1946 und 1984. Von Anfang an erlebten Deutschland und Brasilien – trotz der Schwankungen des noch verletzlichen brasilianischen demokratischen Gebäudes – wechselseitige Annäherung, Bündnisse und Kooperation.

Friede und wirtschaftlicher Fortschritt sind Werte, die geachtet und verteidigt werden. Ohne sie könnte keine Weltordnung überleben. Jahrzehntlang war die Welt durch die Spaltung des kalten Kriegs verzerrt. Deutschland und Brasilien ordnen sich – mit einer liberalen und repräsentativen Demokratie – entschieden in das Atlantische Bündnis ein und die Bundesrepublik Deutschland hat sich in den fünfundsiebzehn Jahren ihrer Existenz keinen Augenblick von dieser Entscheidung entfernt.

Die brasilianischen und deutschen Regierungen haben in den üblichen diplomatischen Erklärungen und Dokumenten stets die enge Partnerschaft betont, die die Länder verbindet – im Übrigen die einzige strategische Partnerschaft Deutschlands mit einem lateinamerikanischen Land. Angesichts der langen Geschichte wirtschaftlicher und kultureller Kooperation zwischen Deutschland und Brasilien, hat Deutschland in Brasilien einen Partner mit einem größeren Handelsvolumen und Bildungskooperationen als mit anderen Ländern der Region. Selbst mit dem Mercosur als „Block“ wurde noch keine vergleichbare Partnerschaft erreicht.

Die Wirtschaft und das produktive Kapital sind der Lohn für Deutschlands Aufstieg aus den Ruinen in den 1950er Jahren. Der Marshallplan und die feste Entscheidung der westlichen Alliierten, die Bundesrepublik in das neu gebildete strategische, wirtschaftliche und politische Bündnis aufzunehmen, trägt dazu bei, in Deutschland eine politische und soziale Kultur aus Arbeit, Engagement und Solidarität zu entwickeln. Der Aufstieg Deutschlands in dieser Zeit zeigt den Willen, den negativen Ballast der nahen Vergangenheit hinter sich zu lassen und der Welt deutlich zu machen, dass der Zeitraum zwischen 1933-1945 eine Ausnahme war und nicht die Regel: eine erfolgreiche kulturelle und politische Wende. Das Deutschland der zweiten Hälfte des 20. Jahrhunderts erholt und erneuert sich, ist Heimat von Kant und Goethe, der Gebrüder Humboldt und Gervinus, Ranke und Droysen, von Niebuhr und Mommsen, von Aby Warburg und Meinecke, von Ebert und Adenauer und so viele andere, die sich in der Gesellschaft, der Kultur, der Wissenschaft und der Politik ausgezeichnet haben. Das deutsche Ansehen entsteht aus den Grundlagen der Erziehung, einer umfassenden und ernst genommenen Bildung, deren Reichweite über die formelle Schulbildung hinaus geht und die vollständige Bildung des Menschen und Bürgers anstrebt – zur Sicherung des sozialen Zusammenhalts und des persönlichen und kollektiven Wachstums.

Tatsache ist, dass das Deutschland des 21. Jahrhunderts in seinen Grenzen und seiner Organisation, seiner politischen Reife und wirtschaftlichen Leistung



nichts mit den vorher bestehenden „deutschen Staaten“ gemein hat. Auch von den Grenzen her stimmt übrigens kein deutscher Staat seit 1871 genau mit den folgenden überein. So kann man sagen, dass die nach 1949 wiedererlangte Realität der deutschen Gesellschaft die schweren und schwerwiegenden Fehler – und das waren leider nicht wenige – der vorangegangenen deutschen Staaten überwunden hat.

Die Gründung der Bundesrepublik Deutschland wird also zu einem wichtigen politischen Ereignis im internationalen Szenario. Der erste Bundeskanzler dieser Republik, Konrad Adenauer, der sich in seiner Amtszeit mit dem sozialdemokratischen Oppositionsführer Kurt Schumacher auseinandersetzen muss – beide übrigens Opfer des Naziregimes – verteidigt vehement die internationale Rolle, die die neue Republik nicht nur übernehmen, aber auch ausfüllen muss.

Adenauer veröffentlicht am 20. Mai 1950 in der Zeitung Rheinischer Merkur einen Artikel,<sup>1</sup> in dem er öffentlich das Schicksal des Saarlandes diskutiert – Gegenstand einer alliierten Konvention, die das Gebiet für selbstständig erklärte,<sup>2</sup> ohne dass die neu-gegründete Bundesrepublik ihre Einwände durchsetzen konnte. Wie auch schon vorher, noch vor der Gründung der Bundesrepublik, erklärt Adenauer die Integration und das internationale Engagement für unausweichlich – es gibt keine echte Alternative zum gemeinsamen Handeln in der globalen Konstellation, so gespalten sie auch sein mag. Adenauer schließt auch das Saarland in diese Prämisse mit ein und besteht darauf: „Ohne die Bundesrepublik Deutschland hätten wir keine Rolle in der internationalen Politik, vor allem im Engagement zur Stärkung des Friedens.“ Wenig später nimmt er Bezug auf eine nicht näher bezeichnete Schweizer Zeitung und erklärt, dass der Artikel auf eine neue Realität der französisch-deutschen Beziehungen hinweist: während der Teilnahme an der Londoner Konferenz über das Saarstatut und Deutschland, hatte der französische Außenminister Robert Schuman einen ‚machtvollen unsichtbaren Partner‘, die Bundesrepublik Deutschland. Wir erinnern uns daran, dass Schuman – angeregt durch das mutige und beharrliche Engagement von Jean Monnet – kurz zuvor, am 9. Mai 1950 vor der französischen Nationalversammlung die berühmte Schuman-Erklärung abgab, aus der später die Europäische Union hervorgehen sollte.

---

1 Siehe <http://www.konrad-adenauer.de/index.php?msg=4689>

2 Das Saarland wird als Protektorat des Europarates definiert (in der Praxis unter französischer Verwaltung). Die Volksbefragung 1955 sprach sich gegen das Saarstatut aus und für den Beitritt zur Bundesrepublik Deutschland, der am 1. Januar 1957 wirksam wurde.

Mittlerweile ist Deutschland nicht nur auf den internationalen Anker angewiesen, sondern auch für die internationale Ordnung unverzichtbar geworden. Eine Reihe von politischen Entscheidungen bringt Deutschland langsam aber sicher wieder als Akteur auf die globale Bühne und es ist von dort auch nicht mehr wegzudenken. Die deutsche Politik stützt sich hier auf drei wichtige Säulen: (a) ein klares und bedingungsloses Engagement in Europa (Deutschland hätte sich ganz sicher nicht ohne Europa entwickelt, aber auch Europa wäre ohne Deutschland nicht denkbar); (b) eine klare Entscheidung für die soziale Marktwirtschaft, welche die christlich-politische Moral mit der sozialdemokratischen Staatstheorie verbindet und die notwendig ist, um die natürlichen Entgleisungen der freien Initiative ins Gleichgewicht zu bringen; (c) die Bildung eines Bürgerbewusstseins zur Sicherung der Menschenrechte und des Friedens.

Damals wie heute, im zweiten Jahrzehnt des 21. Jahrhunderts, ist die Politik starken Stürmen ausgesetzt. Wenn die Umstände auch nicht dieselben sind, so ist der Appell an die Verantwortung des Staates weiterhin laut und deutlich. In- und außerhalb der Staaten fordern Völker Annäherung und Initiativen, Gerechtigkeit und Gleichgewicht, Versöhnung und Harmonie, Besonnenheit und gerechte Verteilung, Vorsicht und Ausdauer, Transparenz und Bekenntnis.

Der Welthorizont in den letzten sechzig Jahren lässt sich in zwei Abschnitte unterteilen: bis zum Ende der 1980er Jahre unterlag die internationale Politik dem Joch des Kalten Krieges mit seinen offenen oder latenten Sorgen und Bedrohungen. In den 1990er Jahren hat der plötzliche Einsturz der brutalen ideologischen Zwänge die Blickwinkel zerstreut. Das endlose Bemühen um Gleichgewicht schwindet. Die Welt gerät in Turbulenzen. Keine Ähnlichkeiten mit den Geschehnissen am Vorabend der Kriege von 1914-1918 oder 1939-1945. Damals gab es eine klare Konfrontation mit den feindlichen Kräften. Im Kalten Krieg ist das Phänomen analog. Die Instabilität seit dem Fall der Berliner Mauer jedoch verursacht viele Zentrifugalkräfte. Diese in den Griff zu bekommen und zu ordnen ist eine kontinuierliche Aufgabe.

Brasilien erlebt nach 1945 drei politische Regierungsformen. Das Land bemüht sich ständig, die selbstverschuldete Rückständigkeit in seiner wirtschaftlichen Entwicklung und soziale Gerechtigkeit aufzuholen. Während der so genannten liberalen Demokratie (1946-1964), plant eine sich selbstüberschätzende Politik einen brasilianischen Staat unter derart abstrakten Voraussetzungen, für die die soziale, Bildungs- und wirtschaftliche Situation des Landes noch gar nicht reif war. Für das nationale Entwicklungsprojekt, im Land eine Dienstleistungs-

und Produktionsinfrastruktur aufzubauen, benötigte man ausländische Partner. Das junge Deutschland ist von Anfang an bei diesem Abenteuer mit dabei.

Und in der Tat funktioniert die politische, wirtschaftliche und kulturelle Partnerschaft zwischen beiden Ländern praktisch ohne einen Rückschritt. Obgleich sich die Handlungsfähigkeit und Steuerkapazität beider Länder unterscheiden, ist das übergeordnete politische Ziel die Friedenssicherung in der bestmöglichen Form. Mit dem Verschwinden der bipolaren Welt des Kalten Krieges und der schnellen Ermattung der US-amerikanischen Dominanzversuche verwandeln die unter neuen Machtverhältnissen veränderten politischen Konstellationen die Welt in ein Kaleidoskop von Einsichten (oder vielleicht Uneinsichtigkeiten) mit Allianzen und Vereinbarungen, Partnerschaften und Bündnissen, die von wirtschaftlichen, finanziellen und geldpolitischen Konjunkturen und Krisen erschüttert werden.

Die Aufteilung der Welt in „Welten“ (erste, zweite, dritte; konform, unzuverlässig, nicht konform und so weiter) verliert schnell ihre Funktion. Die Trennungslinien zwischen Nord und Süd, die Solidaritätsbeziehungen zwischen Süd und Süd, die Gemeinsamkeiten zwischen Gesellschaften mit einer gemeinsamen Geschichte (oder nur scheinbar wie die Britische Gemeinschaft oder „*Françafrique*“<sup>3</sup>) vermischen sich. Innen- und außenpolitische Ereignisse mindern die Hegemonie der Vereinigten Staaten, die dennoch nicht unterschätzt werden sollten. Die Welt erlebt viele Erschütterungen, allen voran die Anschläge am 11. September 2001, die nicht nur unter den Menschen und Opfern, sondern auch im politischen Bewusstsein einen schmerzhaften Bruch hervorgerufen haben durch die Erkenntnis, dass es keinen Ort gibt, an dem man vor diesem Wahn geschützt ist.

Auch in Deutschland und Brasilien litt die Gesellschaft in den 1970er und 1980er Jahren unter politischen Erschütterungen und bewaffneten Untergrundkämpfen. Der Erholungsprozess ist immer arbeitsintensiv, aber ein konstantes demokratisches Verständnis und politische Ausdauer werden belohnt. Deutschland und Brasilien stehen im Einklang und bleiben in den stürmischen Zeiten der letzten sechs Jahrzehnte den Prinzipien, die ihre Partnerschaft ausmachen, treu.

---

3 Der Begriff wurde 1955 von Félix Houphouët-Boigny geprägt (von 1960 bis 1993 Staatspräsident der Elfenbeinküste) um die engen Beziehungen der ehemaligen Kolonialgebiete zur französischen Hauptstadt in der Formatierung der Politik dieser Gebiete als unabhängige Staaten auszudrücken. Diese Perspektive setzt sich in der heutigen französischen Außenpolitik fort.

Wir könnten nun viele Aspekte dieser Partnerschaft nennen. Aber deren Anzahl und Vielfalt würden diese Aufzählung endlos machen. Vielleicht sollte man aber einen dieser unzähligen Kooperationsbereiche doch nennen: die Erziehung, Wissenschaft und Technologie. Warum gerade dieser? Ein strategischer Faktor für die deutsche Regenerations- und Innovationsfähigkeit ist sicherlich sein hohes Bildungskapital. Ein hoher Bildungsstand der Bürger, ein freier Zugang zu Kultur sind Vermögenswerte, über die alle jederzeit verfügen können, in jeder wirtschaftlichen Entwicklungsphase, in der politischen Praxis und im sozialen Handeln. In Brasilien wird ständig aber mit eher schwachen Ergebnissen wiederholt, wie wichtig es sei, dieses kulturelle Kapital allen Bürgern zugänglich zu machen. Die Geschichte der deutsch-brasilianischen Kooperation in diesem Gebiet ist ein schönes Beispiel für eine Zusammenarbeit mit hoher sozialer Reichweite und einer weitreichenden Wirkung in die Zukunft. Auf beiden Seiten des Atlantiks wird die Erziehung zur Menschlichkeit angestrebt – und die Rolle Deutschlands in der Aus- und Fortbildung von Fachleuten in Lehre und Forschung in Brasilien ist beachtenswert. Hier blicken wir auf ein gutes halbes Jahrhundert erfolgreicher Investitionen zurück.

Das deutsche Hochschulsystem ist extrem vielfältig, eigentlich seit der Zeit als Wilhelm von Humboldt dem preußischen König die Gründung einer unabhängigen Universität vorschlug, die durch Forschung lehrte und in der sowohl für die Forschung als auch für die Lehre absolute und unbegrenzte Freiheit gelte, was eine beeindruckende wissenschaftliche und technische Entwicklung förderte. Trotz der schmerzhaften Erfahrung von Kriegen und einer grausamen Diktatur gelang es Deutschland unter dem Schutz einer liberalen und demokratischen Ideologie Talente zu fördern und sicherzustellen, dass die erhaltene Unterstützung Früchte trägt. Im Grundgesetz der Bundesrepublik Deutschland wird das Humboldt'sche Prinzip für Lehre und Forschung nicht nur bestätigt, sondern auf Wissenschaft, Kunst und Kultur ausgeweitet.<sup>4</sup>

Durch diese Vielfalt, diesen Reichtum und vor allem diese Produktionskapazität steht Deutschland an zweiter Stelle bei der Vergabe von Nobelpreisen. Wer das brasilianische Hochschulsystem, sowie einige andere wie beispielsweise das österreichische, das französische und das portugiesische Hochschulsystem kennt findet kaum eine Kultur der wissenschaftlichen Produktion die so sehr zur wirtschaftlichen, politischen, sozialen, geschichtlichen und erzieherischen Entwicklung eines Volkes beiträgt wie in Deutschland.

---

4 Lei Fundamental, Artikel 5, § 3; Artikel 18.

Diese intellektuelle und produktive Macht zeigt sich auch in der Organisation der Universitäten und der einzelnen Hochschulen. Von den so genannten klassischen Universitäten gibt es insgesamt fast einhundert. Nebenbei sei noch darauf hingewiesen, dass Deutschland heute etwa 80 Millionen Einwohner hat. Darüber hinaus gibt es technische Hochschulen, im Allgemeinen in den Bereichen Biologie, Chemie, Physik, Mathematik, Ingenieurwesen und Medizin, die so entwickelt sind, dass sie als große Produktionszentren der Wissenschaft gelten und mittlerweile den Status technischer Universitäten haben. Dann gibt es noch die alternativen Gesamthochschulen mit sehr fortschrittlichen Studienmodellen. Die Internationalisierung dieser Institutionen schreitet, sowohl im europäischen Kontext als auch weltweit voran. „Deutschland“ als Plattform für die Veröffentlichung wissenschaftlicher, technologischer und kultureller Innovationen wird immer attraktiver, nicht zuletzt wegen der öffentlichen finanziellen Förderung durch die Regierung, sowohl national als auch international.

Institutionen zur Förderung und Kooperation, wie z.B. die Deutsche Forschungsgesellschaft (DFG) – als Pendant zur brasilianischen Forschungsgesellschaft CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) – arbeiten mit Menschen und Projekten, die ihren Sitz in Forschungsinstituten, Universitäten oder gemeinsam mit Universitäten haben. Hier in Brasilien kennt man den Deutschen Akademischen Auslandsdienst (DAAD) sowie die Stiftungen zur Förderung von Kooperation und wissenschaftlicher und kultureller Bildung, beispielsweise die Stiftung Alexander von Humboldt (unter anderen), oder die Stiftungen der deutschen Parteien, beispielsweise die Konrad-Adenauer-Stiftung (der christdemokratischen CDU) oder die Friedrich-Ebert-Stiftung (der sozialdemokratischen SPD).

Die Produktion von akademischem Wissen ist heute verantwortlich für die technischen Innovationen im industriellen Produktionsprozess in Deutschland. Anders als die Erfahrungen in Brasilien, wird die Wissensinnovation und die technische Innovation nicht von den jeweiligen Unternehmen in eigenen Investitionen gefördert (obwohl es das auch gibt), sondern das Rückenmark und die Säule der Innovation ist die Hochschule. Professoren, Forscher, Mitglieder, Mitarbeiter, Assistenten, Tutoren, Praktikanten und talentierte Studenten finden im System finanzielle und materielle Unterstützung, sowie alle Bedingungen für Fortschritt und Produktivität in ihrer Karriere, ohne dass sie den ganzen Tag arbeiten und abends studieren müssen. Und ohne dass in der Universität, in der sie arbeiten, die veralteten und schlecht gewarteten Anlagen auseinanderfallen.

Dies führt dazu, dass die Universität – stellvertretend für alle Hochschul- und Forschungseinrichtungen – ein echter Partner im Produktionsprozess ist und

ein ernstzunehmender Gesprächspartner in der Formulierung einer Bildungspolitik zur Unterstützung der wissenschaftlichen und technologischen Entwicklung sowie deren Einsatz im Produktionsprozess, so dass heute wie gestern deutsche Partner für intellektuelle Qualität stehen.

Woher kommt dieser intellektuelle Reichtum? Er ist sicherlich nicht nur den Deutschen vorbehalten, ist aber ein Erbe, das in Deutschland besonders geschätzt und kultiviert wird – gemeinsam mit unzähligen kosmopolitischen Bürgern, die weltweit das Recht auf Kultur und Vernunft verteidigen. Betrachten wir die Grundlage für diesen intellektuellen Reichtum, an dem Brasilien – was wiederholt von Politikern, Forschern und Unternehmern bestätigt wird – gerne teilhaben möchte. Wie bereits erwähnt, ist die Universität hierzu der geeignete Ort.

Der Ansatz der Aufklärung in der zweiten Hälfte des 18. Jahrhunderts und deren Auswirkungen auf die Organisation der Universität zu Beginn des 19. Jahrhunderts ist ein schöner Traum, der auch heute noch Gültigkeit hat und durch wissenschaftliche und technologische Kreativität immer neu erfunden werden muss.

Die Welt der Brüder Wilhelm und Alexander von Humboldt durchläuft außergewöhnliche Transformationen auf politischer, wirtschaftlicher, sozialer und kultureller Ebene. Sie haben die Französische Revolution erlebt, die Neuordnung der europäischen Welt, die napoleonischen Feldzüge und die Wiederherstellung der Ordnung durch den Wiener Kongress unter Metternich. Das intellektuelle Umfeld im ‚neuen‘ Europa ist gezwungen, das Bildungsprojekt in einer veränderten Welt zu überdenken. Insofern steht das Nachdenken über die Akteure der Erfüllung des Menschen, der Gesellschaft, des Staates und schliesslich der ganzen Welt auf der Tagesordnung. Diese Bemühungen sind nicht neu, zur Zeit der Humboldts – in der zweiten Hälfte des 18. Jahrhunderts – waren Neuerfindungen gängig. Und eine der Fragen, die sich die Neuorganisatoren des Staates zu Beginn des 19. Jahrhunderts stellen, lautete: Was wollen wir für einen Menschen, einen Bürger? Eine Frage, die angesichts der Veränderungen, Unsicherheiten und politischen Instrumentalisierungen weltweit auch im 21. Jahrhundert ihre Gültigkeit behalten hat.

Dieses Thema erlaubt unterschiedliche Herangehensweisen. Wir möchten hier nur eine strategische Deutung für diese Frage anführen, um eine mögliche Grundlage zu schaffen – einen deutschen Bildungsbeitrag der vollkommen kompatibel ist mit der Realität eines im Aufstieg begriffenen Brasiliens. Es handelt sich um den zentralen Gedanken, welcher der Theorie und Absicht Humboldts innewohnt: Erziehen für die Menschheit.

Menschheit kann man hier in doppeltem Sinne verstehen: einmal als Kollektiv der Menschen, als alle tatsächlich und empirisch existierenden Menschen

oder auch als fünfte Essenz des Menschen, als Substanz, als besonderer Unterschied. Unter beiden Aspekten wurde die Menschheit zu einem Begriff, der zur Jahrhundertwende vom 18. zum 19. Jahrhundert unwiderrufflich mit den Kultur- und Erziehungskonzepten verknüpft wurde. Friedrich Niethammer (1766-1848) – aus derselben Schule wie Herder – bestätigt diesen im Jahr 1808: Der Mensch ist der zu einem bewundernswerten Ganzen verschmolzene Verstand mit unterschiedlichsten Fähigkeiten und Bestimmungen. Das Ideal der Menschheit ist eine perfekte Bildung zu einem umfassenden und harmonische Ganzen. Die harmonische Einheit des Menschen setzt sich zusammen aus Erziehungshandlung und Selbstbildung. Aus diesem Grund gilt die Erziehung/ Bildung als ein immerwährender Prozess der Entwicklung der eigenen Möglichkeiten des Menschen, verwurzelt in der menschlichen Fähigkeit sich zu verbessern und Schritt für Schritt zu entwickeln. So gesehen, kündigt sich die Erziehung als Ende der menschlichen Existenz an sich an. Der Mensch, der sich erzieht, ist das Ende seiner selbst – die Selbsterziehung ist das höchste Ziel, das man anstreben kann. Für Wilhelm von Humboldt ist die Selbstbildung (im Sinne von Selbsterziehung) der Zweck des Menschseins an sich. Der Gedanke der Selbstverwirklichung des Menschen durch die Bildung, bei der das religiöse Element ganz beiseite gelassen werden kann, beendet den Versuch, den Menschen als Ganzes aufzuklären. Nicht nur in der Ganzheit der Aspekte seiner Existenz, sondern auch hinsichtlich der Autonomie, der selbstständigen Umsetzung seiner Fähigkeiten, Ziele und Mittel. Für Niethammer ist die Bestätigung und Bewahrung der Vernunft als Bestätigung der Menschheit die größte Aufgabe der Erziehung. Hier ruht der gesamte Sinn der universellen Bildung und daher kann man von der ‚Bildung des Menschen oder der Menschheit‘ sprechen, denn es geht um ein ursprüngliches Recht des Menschen, das als solches anerkannt werden muss.

Friedrich Koch (1798-1872) definierte 1841 das erweiterte Prinzip einer Bildung für die Menschheit mit der Entwicklung aller rein menschlichen Fähigkeiten, mit denen der Mensch als solcher – und nicht als Hochschullehrer, auch nicht als Staatsmann oder Geschäftsmann, nicht als Kaufmann oder Künstler und auch nicht als Bürger oder Soldat – das werden soll, was ihm in seiner Besonderheit als Mensch bestimmt ist. Dieses Konzept des Bildungsprozesses des Menschen als Mensch stellt ganz klar die drei Dimensionen der Frage heraus. Die erste ist die Bildung, die sich vom schulischen Ausbildungsprozess unterscheidet. Die zweite ist die Menschheit als Kollektiv historisch vorbestimmter konkreter individueller Subjekte, die aus den Wegen des Bildungsprozesses, die Richtung ihrer Natur finden müssen. Die dritte ist die Menschheit in diesem

letzten Sinn: der menschliche Charakter des menschlichen Seins an sich (tatsächlich oder angenommen) individuell oder gemeinschaftlich. Koch thematisiert noch die bestehende Diskrepanz zwischen dem klassischen Bildungsideal der Aufklärung der letzten drei Jahrzehnte des 18. Jahrhunderts und dem sozialen Erziehungsprozess, der Mitglieder bestimmter Gruppen oder sozialen Klassen, Handwerker oder Fachleute in dem einen oder anderen Beruf hervorbringen sollte, die die utilitaristische staatliche Pädagogik des aufgeklärten Despotismus benötigte. Es handelt sich um eine Diskrepanz, die nichts an Aktualität verloren hat. Sie besteht weiter zwischen „Bildung zum Menschen“ und „Berufsbildung“, zwischen „Perfektion“ und „Nützlichkeit“. „Bildung“ bedeutet in diesem Kontext nicht nur ein Produkt der „Isolierung“ oder der „Freiheit“ eines privilegierten Individuums, sondern besteht im Projekt der historischen Gesellschaftsfähigkeit. „Bildung“ als Einheit, die ihren Ursprung im Verständnis ihrer selbst und der Welt hat, steht dem Symptom der „Eindimensionalität“ des Menschen in der modernen Kultur gegenüber, die als bedrohlich diagnostiziert wurde. Sie widersetzt sich gleichermaßen irgendeiner Form von Dominierung des Menschen, irgendeiner Form von Heteronomie. Die Bildung erhält so eine nicht vernachlässigbare politische Funktion. Humboldt sagt: die menschliche Bildung müsse so frei wie möglich sein.

Das mag heutzutage und im Kontext unserer Gesellschaft paradox wirken. Und tatsächlich, in Gesellschaften, in denen die autoritäre Erfahrung bestimmter Regierungen die elementarsten Rechte stigmatisiert hat – beispielsweise die Ausübung von Bürgerrechten im Staat – wurde die „Erziehung zum Staatsbürger“ zu einem Banner der Erlösung. Allerdings bezeichnen Humboldt und seine Zeitgenossen mit „Bürger“ eine politische Rolle des Menschen in einer als Staat organisierten Gesellschaft – und nicht irgendein Staat sondern der Staat mit der richtigen Form und Bestimmung. Das hat sich seit damals nicht geändert. Wenn wir uns von der zeitgenössischen, kathartischen Verwendung des Begriffs „Staatsbürger“ oder „Staatsbürgerschaft“ verabschieden, so stellen wir fest, dass in der Übergangszeit zwischen dem aufgeklärten und dem post-napoleonischen Despotismus das Misstrauen gegenüber der „Erziehung zum Staatsbürger“ begründet war, die einfach nur den Einsatz der Menschen in den Staatsdienst bedeutete. Und der Staat hatte, sozusagen die „Machtinhaber“. Es bleibt kein Zweifel, dass – damals wie heute – ein gewisses Misstrauen gegen die „Machtinhaber“ immer willkommen ist. Der Minimalstaat und die höchste Freiheit zur Bildung und Handlung des Menschen nach seinem eigenen Gutdünken stellen das Wesen der Theorie der Spontanzeugung von Humboldt dar: eingebettet in eine aufgeklärte und freiheitliche Tradition, die



zwischen 1780 und 1820 beginnt und sich bis in die Anfänge des 20. Jahrhunderts erstreckt. Hier finden wir Johann Hamann (1730-1788) und Johann G. von Herder (1744-1803), die deutschen Romantiker und Historiker bis Wilhelm Dilthey (1833-1911), Wilhelm Windelband (1848-1915) und Friedrich Meinecke (1862-1954). Das Referenzwerk von Humboldt „Ideen zu einem Versuch, die Grenzen der Wirksamkeit des Staates zu bestimmen“ beeinflusste auch die berühmte Abhandlung von John Stuart Mill (1806-1873), *On Liberty* (1859).

Allein ein Mensch mit vollkommen freier, kritischer, selbständiger und unabhängiger Bildung – hier könnte man Humboldt nennen, aber nicht nur ihn: auch Voltaire, Rousseau, Kant, Goethe und so viele andere – kann entscheiden, ob er in den Staat ‚eintritt‘ oder nicht, und die Bildung dieses im Vergleich zu sich selbst bewerten. Diese Sicht der Dinge entbehrt sicher nicht einer gewisse Dosis Abstraktion, in dem Maße, in dem wir empirisch alle in einer geschichtsträchtigen Welt geboren werden. Und die konkrete Geschichte der Gesellschaften, zumindest seit der modernen Zeit, beinhaltet auch den Staat oder eine seiner Formen. Aber genau hier kommen wir zum Kern der Frage. Die Bildungsreform, die Bildung von vernunftbegabten menschlichen Akteuren, die Herr ihrer selbst sind, lässt eine kritische Distanz zu, damit der „gebildete Mensch“ über seine Welt, seine Gesellschaft, seinen Staat urteilen kann.

Als Freund von Goethe (1749-1832) und Schiller (1759-1805) inszeniert Humboldt die Verteidigung der „Menschheit“ als wichtigstes Gut im deutschen Idealismus. Die politischen Schwierigkeiten beim Aufbau einer konstitutionellen Monarchie im post-napoleonischen Preussen führten dazu, dass sich Humboldt auf das akademische Leben konzentrierte. Das Ideal des Menschen und seiner kritischen Autonomie mit der Freiheit zu denken, zu schaffen und zu lehren wurde zu einem Markenzeichen im Pantheon der Menschheit, der so genannten „Universität“, die von Humboldt 1811 in Berlin miterrichtet wurde. Diese „universitas“ entspricht sicherlich dem Konzept der „universalitas“ – parallel zum Konzept der Totalität, Ganzheitlichkeit, das sich der Bildung des Menschen in all seinen Talenten und Fähigkeiten widmet. Ein so verstandenes Bildungskonzept fordert die soziale und staatliche Realität heraus und beinhaltet ein hohes Bewusstsein der ‚Gebildeten‘ hinsichtlich ihrer sozialen Funktion.

Zum Ende des 20. Jahrhunderts zeigt jedoch die Vielfalt der Forschungs- und Lehreinrichtungen in Brasilien weniger einen Reichtum an kognitiver oder epistemischer Kreativität, sondern vor allem eine Konkurrenz um wirtschaftliche Produktivität, die die öffentliche Debatte um die hehren Ziele der befreienden und kritischen Universität harmlos und hochtrabend klingen lässt. Eine unge-

bremste marktorientierte Instrumentalisierung führt zu einem wachsenden Missbrauch der Bezeichnung Universität. Die Krise drückt sich demnach in der mangelnden Stabilität des Systems und in der Unsicherheit seiner Mitglieder aus. Das brasilianische akademische System wird von nicht zu vernachlässigenden Teilen seiner eigenen Mitglieder instrumentalisiert. Die Universitäten bilden Fachleute aus, die ins Berufsleben geworfen werden und einen immer stärkeren Verlust der menschlichen Perspektive – nach Humboldt – in Kauf nehmen einschließlich einer privatistischen Form sich mit der öffentlichen – und in vielen Fällen staatlichen – Einrichtung auseinander zu setzen.

Wenn Krisen und Instrumentalisierungen den Eindruck vermitteln, dass sie die Universität in ein Ghetto sozialer Entfremdung führen, sollte man sich vielleicht daran erinnern, dass es möglich ist, eine Vision der Universität zu erstellen, die beide Aspekte in sich vereint. So würde das humboldtsche Universitätskonzept die Aufgabe eines regulativen Ideals übernehmen, als Bezugshorizont, Idealtypus, in der Tradition des Kant'schen Gedankenguts in ihrer Weber'schen Version. Wie Kant schon sagte, führt die Tatsache, dass es eine perfekte Republik, die von den Regeln der Justiz regiert wird, so nicht gibt, nicht unbedingt zum Schluss, dass sie unmöglich sei und sie ist auch keine Entschuldigung, die Suche aufzugeben. Dasselbe gilt für die Universität, eine Republik der Schriften in einem kleineren und analogen Maßstab.

So konzentriert sich für den Beobachter und Untersucher – und im Fall der im akademischen Leben engagierten Beobachter und Untersucher, die direkt an der Frage interessiert sind – die Reflexion auf die Rolle und Pflichten des Staates. Theoretisch kann man auch akzeptieren, dass eine Krise voraussichtlich ein geeigneter „Nährboden“ für Innovation und Neuformulierung ist. Die klare und passende Bemerkung des Soziologen Pedro Demo zeigt den antinomen Charakter der Identitätskrise der Universität als Tempel des Wissens: „... , der aktuell gültige akademische Lehrplan ... [zeigt] eine der sarkastischen Ironien der wissenschaftlichen Welt: während er für massenhafte, lautstarke Innovationen ohne Ende verantwortlich ist, kristallisiert er sich in tendenziell starren Institutionen und lässt einen beängstigenden Leistungswiderstand durchschimmern: sucht Innovation, ohne sich selbst zu innovieren“.<sup>5</sup>

Die Emanzipation der Vernunft und des menschlichen Verstandes einschließlich seiner kosmopolitischen Wirkung der Annäherung zwischen den Gesellschaften, wie sie zwischen Deutschland und Brasilien seit Generationen

---

5 Pedro Demo. *Metodologia do Conhecimento Científico*. São Paulo: Atlas, 2000, Seite 73.

besteht, beschränkt sich nicht auf den zeitgenössische Menschen, sondern erstreckt sich auf eine idealtypische Gegenwärtigkeit, eine virtuelle Gemeinschaft die scheinbar unter anderem an der Universität ihren Sitz gefunden hat. Worin besteht die Grundhaltung dieser emanzipatorischen Reflexion? Man kann drei grundsätzliche Komponenten herausstellen: (i) das erklärende, aufklärende, aufzeigende Engagement; (ii) die freiheitlich-demokratische Haltung; (iii) die strenge und produktive Wissenschaft. Die drei Komponenten haben eine geschichtliche Dimension gemein. In dem Maße, in dem kein Verstandesmensch in eine Welt ohne Geschichte geboren wird und jede Gesellschaft historisch konkret ist, bestimmen das geschichtliche Bewusstsein und die entsprechende Kultur in entscheidendem Maße das Konzept der Zeit, des Ursprungs, der Entwicklung und der Ziele, die das Handeln bestimmen. Insofern kommt der strukturellen historischen Perspektive grundsätzliche Bedeutung zu. So übt die Geschichtsschreibung eine sozialkritische Funktion aus, die die Untersuchung des Menschen und seiner Umstände, und nicht nur diese, untermauert.

Deutschland und Brasilien errichten mit Geduld und Regelmäßigkeit einen gemeinsamen Raum der Annäherung und Verständnis und zwar von beiden Seiten, zumal die originalen Kontexte internationalen Handelns trotz guten Willens nicht unbedingt übereinstimmen.

Soziale und psychologische Unterschiede zwischen Brasilianern und Deutschen gibt es natürlich und daher müssen wir auch die kulturellen Unterschiede vor Augen haben. Wichtig hierbei: nur jemand, der schon mal im Ausland war, sieht die Dinge anders, nimmt sie anders wahr, in einer fast epidemischen Wahrnehmung der Realität und ihrer Konkretheit, ohne eine Integration jedoch abzulehnen oder gering zu schätzen. Das Erlernen der Sprache, wenn auch bruchstückhaft und anspruchslos, das gesellschaftliche Zusammenleben und die kulturelle Integration sind wichtige Faktoren einer entschiedenen und zielgerichteten „Erkenntnispolitik“, die für die Integration unerlässlich ist, nicht nur für jeden Einzelnen, sondern auch gemeinschaftlich und global.

- **Estevão de Rezende Martins** · Ordentlicher Professor der Abteilung Geschichte und des Instituts für Internationale Beziehungen der Universität Brasília. Vorsitzender der Brasilianischen Instituts für Theorie und Geschichte der Geschichtsschreibung. Stellvertretender Vorsitzender der International Commission for the History of Parliaments and Representative Institutions. Member of the Board, International Commission for the Theory and History of Historiography. Bolsista de Produtividade em Pesquisa I, CNPq . Stipendiat des DAAD und der Humboldt Stiftung



# Internationale Kooperation zur Entwicklung nachhaltiger Biokraftstoffe – ein deutsch-brasilianisches Beispiel<sup>1</sup>

MARTIN OBERMAIER  
CAREY KING  
MARCELO MOREIRA

## I. EINLEITUNG

■ Die Notwendigkeit, die Emission anthropogener Treibhausgase (GHG) zu reduzieren, um die aktuelle globale Erwärmung umzukehren erhält in den letzten Jahren neue wissenschaftliche Grundlagen (IPCC, 2007; Smith et al., 2009). Besonders wichtig, um Klimaveränderungen zu vermindern, sind die Entwicklungen auf dem Transportsektor, einer der Sektoren mit dem höchsten Ausstoß (Ribeiro et al. 2007) und der damit einhergehenden großen Sorge um den Mangel („*the yet perceived lack of*“) an wettbewerbsfähigem Ersatz für erdölbasierte Kraftstoffe (The Royal Society, 2008). Eine mögliche Alternative, die sich in den letzten beiden Jahrzehnten abzeichnete, sind die so genannten flüssigen Biokraftstoffe, also Kraftstoffe die aus erneuerbarer Biomasse gewonnen werden und spontan und ohne große Veränderungen am Motor in Verbrennungsmotoren eingesetzt werden können.

Tatsächlich argumentieren viele Fachleute, dass die flüssigen Biokraftstoffe eine wichtige Energiequelle in den nächsten Jahrzehnten sowohl in Industrieländern als auch in Entwicklungsländern (Berndes, Hoogwijk und van den Broek, 2003; IEA Bioenergy, 2007) sein werden. Die ersten kommerziellen Entwicklungen gab es vor allem beim Ethanol (Walter et al., 2008), das durch Fermentierung und Destillationsprozesse aus Zuckerrohr gewonnen wird; Ethanol kann konventionellem Benzin zugesetzt oder in Reinform verwendet werden. Jedoch haben

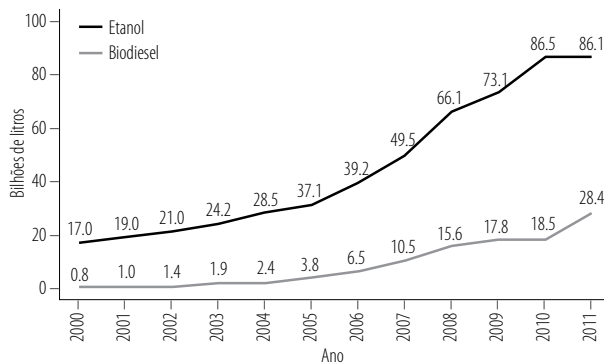
---

1 Unter Mitwirkung von Amaro Pereira Jr., André Nassar, Bridget Scanlon, Emilio Lèbre La Rovere, Leila Harfuch, William Wills.

neue technische Alternativen (insbesondere Biodiesel), Rohstoffe (Mais, Soja, Palmöl, Raps, usw.) oder technische Verfahren (erster oder zweiter Generation) das Handlungsfeld für die Biokraftstoffe in den letzten Jahrzehnten diversifiziert.

Mittlerweile stammt etwa 45% der Biokraftstoffproduktion aus Entwicklungsländern (REN21, 2010). Auf dem Bild 1 sehen wir die Entwicklung der Ethanol- und Biodieselproduktion seit 2000. Wie man sehen kann, beeinträchtigten die Nachwehen der Finanzkrise von 2008 stark die Entwicklung des Sektors: das durchschnittliche Jahreswachstum von Ethanol lag bei  $-0,5\%$  im Jahr 2011 und von Biodiesel bei  $16\%$ , es kam also in den letzten fünf Jahren in beiden Sektoren zu einem starken Abfall der Wachstumsraten ( $17\%$  für Ethanol und  $27\%$  für Biodiesel) (REN21, 2012).

**Bild 1.** Weltweite Biodiesel- und Ethanolproduktion, 2000-2011



Quelle: REN21 (2012).

Trotzdem sind die Biokraftstoffe stark in den internationalen Debatten präsent. Der Klimawandel und die Umweltprobleme sind nicht allein verantwortlich für die ansteigende Produktion von Biokraftstoffen. Ein zweites Argument betrifft die Energiesicherheit: die Erdölpreise haben in den letzten Jahren stark angezogen und sind sehr volatil. Diese Tendenz scheint „zur Fortsetzung verdammt“ (Hazell e Pachauri, 2006) und Länder, die die Energiequellen im Land diversifizieren möchten, werden wohl als Teil der Strategie, sich vom Energiesektor unabhängiger zu machen, flüssige Biokraftstoffe produzieren (Hazell e Pachauri 2006; Ragauskas et al. 2006). Das dritte große und häufig gehörte Argument um die flüssigen Biokraftstoffe zu verteidigen ist die Förderung der ländlichen Entwicklung. Landwirtschaftliche *Commodities* litten Jahrzehntlang an einem chronischen Überangebot was nahe legt, dass die wachsende Nachfrage nach

Biokraftstoffen diese Tendenz wirkungsvoll umkehren und die vorhandenen Produktionskapazitäten erfüllen könnte, um so die Einkommen und Arbeitsplätze in ländlichen Gebieten weltweit zu erhöhen (Ugarte, 2006).

Mittlerweile stellen Forscher dieses positive Bild der Biokraftstoffe als Allheilmittel für die nachhaltige Entwicklung in Frage. Neue wissenschaftliche Beweise verbinden die Produktion von Biokraftstoffen mit dem Verlust der Artenvielfalt, dem exzessiven Verbrauch der Wasserreserven und der Nahrungsmittelunsicherheit, so dass im Gegensatz zu vorangegangenen Studien mit einer Erhöhung der Treibhausgase wegen der indirekte Abholzung und den vermehrten Einsatz von Düngemittel auf Erdölbasis (Fargione et al., 2008; Gibbs et al., 2008; Searchinger et al., 2008) zu rechnen ist. Außerdem haben die rechtlosen Arbeitsbedingungen im Anbau der Rohstoffe für Biokraftstoffe und die Verdrängung der landwirtschaftlichen Familienbetriebe von ihren Ländereien, um den Biokraftstoffen Raum zu geben (Hall, Matos, und Langford, 2008; Butler und Laurance, 2008) weitere Zweifel geweckt, ob die Biokraftstoffe für eine nachhaltigere Entwicklung wirklich geeignet sind, das sind Probleme, die sich heute in den öffentlichen Diskussionen in Deutschland niederschlagen. Anders als in Brasilien, war die öffentliche Meinung in Deutschland hinsichtlich der sozialen und ökologischen Auswirkungen von Biokraftstoffen in den letzten Jahren zum großen Teil skeptisch, teils auch offen ablehnend. Die einflussreiche NGO Greenpeace Deutschland hat 2012 zu einem sofortigen E10-Moratorium aufgerufen, um den Druck auf den Getreidemarkt und die Probleme für die Nahrungsmittelsicherheit zu reduzieren, ein Standpunkt der von einer eher ungewöhnlichen Koalition aus Hilfsorganisationen wie Misereor oder Brot für die Welt bis hin zum aktuellen Entwicklungsminister Dirk Niebel der konservativ-liberalen Regierung (Zeit, 18. August 2012) geteilt wurde. Mit anderen Worten, die Diskussion über Biokraftstoffe nimmt ethische Züge an – so lange die Probleme des Hungers und der Nahrungsmittelsicherheit, nicht unbedingt in Deutschland sondern vor allem in den unterentwickelten Ländern, nicht gelöst wurden, ist die Schaffung von neuem Druck auf die internationalen Nahrungsmittelmärkte moralisch nicht vertretbar. Vor allem weil Deutschland, im Gegensatz zu Brasilien, nicht hinsichtlich der Rohstoffe für die Herstellung von Biokraftstoffen unabhängig ist. Obwohl sich die aktuelle Bundesregierung immer noch für die Produktion von Biokraftstoffen ausspricht, ist es offensichtlich, dass in einem Kontext, in dem eine große Anzahl von Ländern – einschließlich Brasilien – den Schwerpunkt durch die Einführung von verpflichtenden Beimischungen (siehe Tabelle 2) weiterhin auf die Entwicklung von Biokraftstoffen legt, die globalen Auswirkungen auf die Nachhaltigkeit beachtlich sein können.

**Tabelle I.** *Verpflichtende Beimischungen für Biokraftstoffe weltweit*

<b>Land</b>	<b>Verpflichtungen</b>
Deutschland	B5,2 und E10
Argentinien	E5 und B7
Australien	New South Wales: E6 und B2; Queensland: E5
Belgien	E4 und B4
Brasilien	E18–25 und B5
Kanada	Landesweit: E5 und B2. Provinzen: E5 und B3–5 in British Columbia; E5 und B2 in Alberta; E7.5 und B2 in Saskatchewan; E8.5 und B2 in Manitoba; E5 in Ontario
China	E10 in neun Provinzen
Kolumbien	E8 und B7; B20 bis 2012
Nordkorea	B2,5
Spanien	Die Beimischung von Biokraftstoffen ist verpflichtend: aktuell 6,2% und für 2012 und 2013 6,5%; B6 und B7 aktuell bis 2012
USA	Landesweit: Für die erneuerbaren Standardkraftstoffe 2 (RFS2) sind 36 Milliarden Gallon erneuerbare Kraftstoffe erforderlich, die dem Transportkraftstoff jährlich bis 2022 beigemischt werden müssen. In den Bundesstaaten: E10 in Missouri und Montana; E9–10 in Florida; E2 und B2 in Louisiana; B2, in 2010, bis 2011 B3, B4 B5 in 2012, bis 2013 (jeweils bis zum 1. Juli des genannten Jahres), in Massachusetts, E10 und B10 B5, in 2012, B20 bis 2015, in Minnesota; B5 nach dem 1. Juli 2012 in New Mexico; E10 und B5 in Oregon; B2 nach einem Jahr erreicht der Produktionsstand von Biodiesel 40 Millionen Liter, B5, ein Jahr später 100 Millionen Gallon B10, ein Jahr später 200 Millionen Liter, und ein Jahr später B20 400 Millionen Liter in Pennsylvania; E2, B2, B5 mit einem Anstieg auf 180 Tage, nach einem Zustand von Rohstoffen und mahlfähiges Saatöl kann die Anforderung von 3% im Staat Washington erfüllt werden.
Äthiopien	E10
Philippinen	E10 und B2
Guatemala	E5
Indien	B2,5 und E3
Jamaica	E10 und B5
Malaysien	B5
Malawi	E20
Paraguay	E24 und B5
Peru	B5 und E7.8
Vereinigtes Königreich	B4
Thailand	E5 und B5
Uruguay	B2; B5 bis 2012; E5 bis 2012
Zambia	E10 und B5

Quelle: REN21 (2012).

In diesem Kontext gilt Brasilien, einer der größten weltweiten Kraftstoffproduzenten, weiterhin zum Teil als Erfolgsgeschichte, wenn wir uns die niedrigen Treibhausgasemissionen, die geringe Abholzung angesichts der verfügbaren landwirtschaftlichen Flächen für Energiekulturen und die Ziele für die soziale Integration von landwirtschaftlichen Familienbetrieben (Goldemberg, Coelho,



e Guardabassi, 2008; Schaffel et al., 2012) ansehen. Ein Beispiel hierfür ist die Europäische Union, die auf Grund des ansteigenden Drucks der Zivilgesellschaft, die der Entwicklung eines Biokraftstoffmarktes mit interner Produktion kritisch gegenüber steht, den Abschluss eines bilateralen Abkommens mit Brasilien diskutiert, um große Mengen nachhaltiges Ethanol zu liefern. So könnte man Brasilien als Testfall mit strengen Kriterien sowohl nach sozialen wie auch Umweltaspekten (EurActiv, 2008) sehen.

Und tatsächlich ist Deutschland aktuell ein grosser Importeur von brasilianischem Ethanol, um die aktuelle Beimischungspflicht E10 (DBFZ, 2012) zu erfüllen, könnte aber dies möglicherweise in Zukunft auch für Biodiesel sein, das derzeit nur für den Binnenmarkt produziert wird. Seit 2007, als Deutschland eine Produktionskapazität von 5 Millionen t Biodiesel im Jahr erreichte, gibt es eine relative Stagnation auf dem Sektor, die sich jedoch weniger auf das Ethanol auswirkt, wo die Produktion 1 Million t jährlich erreichte und noch höhere Wachstumsraten zu verzeichnen waren. Außerdem müssen wir feststellen, dass sich die Biokraftstoffe auf dem deutschen Markt veränderten, von einer Situation, in der die reinen Pflanzenöle und reine Biodiesel vorherrschend waren zu einem Markt der Mischungen und *Blends*, mit einem starken Einfluss der Erdölindustrie (DBFZ, 2012): um ihre Betriebskosten zu vermindern haben viele multinationale Unternehmen wie Shell oder BP stark in dem brasilianischen Markt investiert, um die vor allem in der EU verpflichtenden Mischungen zu erreichen (Oberling et al., 2012).

Wir zeichnen eine kurze Geschichte der brasilianischen Biokraftstoffe und der Notwendigkeit, die verschiedenen Wechselwirkungen zu prüfen, die eine Nachhaltigkeit von Biokraftstoffen ausmachen, um ein größeres Bewusstsein und eine stärkere Kooperation zwischen Brasilien und Deutschland in diesen Fragen zu erreichen. In diesem Zusammenhang zeigt der Artikel die ersten Schritte eines internationalen Forschungsprojektes mit dem Namen *Integrated Modeling of the Land Use, Water and Energy Nexus of Brazilian Biofuels Expansion under Climate Change*, das vom deutschen Ministerium für Umwelt, Naturschutz und Reaktorsicherheit (BMU) im Rahmen der International Climate Initiative (ICI) unterstützt wird.

## 2. EIN KURZER ABRISS DER BOKRAFTSTOFFE IN BRASILIEN

■ Brasilien ist einer der wichtigsten Akteure in der Produktion von Biokraftstoffen seit den 1970er Jahren mit der Einführung des Proálcool, es handelt sich

hierbei um das erste Regierungsprogramm, das in großem Umfang den Einsatz von Ethanol auf dem Transportsektor vorsah. Das Programm wurde nach der ersten Erdölkrise aufgelegt um das Land nicht nur vor den hohen Erdölpreisen zu schützen, sondern auch die Zuckerindustrie im Land zu unterstützen, die sich in einer ernsten Krise befand (Jull et al., 2007; Nitsch e Giersdorf, 2005; Oliveira, 2002). So sollte Proálcool eine gewisse Energieunabhängigkeit sichern und die brasilianische Position im Technologeaustausch und die Einnahmen verbessern (Jull et al., 2007).

Zu Beginn des Programms wurde Ethanol mit Benzin (das so genannte Anhydridethanol) für den Einsatz in konventionellen PKWs vermischt, aber die zweite Erdölkrise zwischen 1978–1979 förderte den Einsatz von „reinem“ (oder hydrierten) Ethanol als Benzinersatz, was umfassendere technische Veränderungen an den Fahrzeugen notwendig machte, um alle Fahreigenschaften zu gewährleisten. Eine Vielfalt unterschiedlicher Maßnahmen wurde beim Proalcóol umgesetzt um dessen Einsatz zu fördern. So sicherte beispielsweise der brasilianische Erdölriese Petrobras den Einkauf von festen Mengen Ethanol zu, während die Regierung den Ethanolpreis festlegte, Investitionen in neuen Produktionseinheiten durch Zinsvergünstigungen förderte und den Kauf von rein ethanolbetriebenen Fahrzeugen (His, 2004) steuerlich begünstigte. Das Proalcóol-Programm erfreute sich hoher Akzeptanz, so dass in den 1980er Jahren in wenigen Jahren die Anzahl alkoholbetriebener Fahrzeuge auf über 90% gestiegen ist (Walter et al., 2008). Die Gesamtzahl an Investitionen erreichte 11 Milliarden Dollar und sollte eine jährliche Produktion von 16 Milliarde Liter sicherstellen (Walter et al., 2008).

Der Zusammenbruch der Erdölpreise 1986 und Entdeckung neuer Erdölvorkommen durch Petrobras veränderte die Wirtschaft des Proalcóol in Brasilien nachhaltig. Die Sorge um die Unabhängigkeit vom Erdöl ist gesunken und eine Preissubvention für Ethanol wurde immer unmöglicher, nachdem die Benzpreise so stark gestürzt sind (His, 2004). Außerdem löste die finanzielle Unterstützung im Rahmen des Proalcóol-Programms, die auch ineffiziente Produzenten förderte, starke Kritik aus (Walter et al., 2008) in einer Zeit, in der die Regierung große finanzielle Schwierigkeiten hatte und die Zahlungsfähigkeit des Landes immer stärker gefährdet war. Zusätzlich zu diesem Druck hat eine günstige Entwicklung des Zuckerpreises auf dem internationalen Markt die Produktion auf den Nahrungsmittelsektor verlagert, was zu einem Mangel an Ethanol führte, der auch die Glaubwürdigkeit gegenüber den Verbrauchern in Frage stellte. Als Folge dieser Entwicklung musste Ethanol während der Versorgungskrise zwischen 1990

und 1991 importiert werden, ebenfalls viele Jahre später, zwischen 1993 und 1997, als die Zuckerpreise für den Export von Rohstoffen (Junginger et al., 2008) wieder günstig waren.

Auf Grund dieser Probleme musste Proalcóol in den 1990er Jahren tiefgreifend neu formuliert werden. Öffentliche Zuschüsse für den Kauf von PKWs, die mit reinem Ethanol betrieben werden, wurden aufgehoben, die Kraftstoffpreise wurden frei gegeben und alle Zuschüsse für die Ethanol- und Zuckerrohrindustrie wurden aufgehoben (Walter et al., 2008), einschließlich jeglicher Preisgarantie (His, 2004). Der Einsatz von hydriertem Ethanol wurde drastisch reduziert – nur etwa 1.000 Fahrzeuge die mit reinem Ethanol betrieben wurden, wurden zwischen 1997–1998 (Walter et al., 2008) verkauft. Im Gegenzug zu dieser Entwicklung wurde der Einsatz von Anhydridalkohol immer bedeutsamer: 1993 legte die Regierung fest, dass 22% Anhydridethanol dem Benzin verpflichtend beigemischt werden sollte.

In diesem Moment überstiegen die Kosten der Alkoholproduktion noch die Benzinkosten aus Erdölimporten, selbst in den effizientesten Destillen. Dennoch stieg der Verkauf von ethanolbetriebenen Fahrzeugen ab 2001 durch den Preisunterschied zwischen Ethanol und Benzin, verursacht durch eine Kombination von Erdölpreise und Ethanolkosten. Ebenso wichtig war die Markteinführung der so genannten *Flex-Fuel* (FFV) Technologie für PKWs, das heißt, Fahrzeuge, die wahlweise mit reinem Ethanol oder Benzin und Ethanol in einem beliebigen Mischungsverhältnis fahren, wurden zum Verkaufsschlager unter den Verbrauchern. 2006 waren bereits 85% der verkauften Neuwagen FFVs, was in der Folge die Nachfrage nach Ethanol noch einmal ansteigen ließ.

Auf Grund dieser Entwicklung sehen die Wissenschaftler einen starken Binnenmarkt für Ethanol in naher Zukunft voraus (Walter et al., 2008) particularly in US and Brazil. Ethanol trade represented about 10% of world consumption in 2005, Brazil being the main exporter. The most important consumer markets—US and European Union (EU). Hier begrenzt die aktuelle Regierung ihren Eingriff in die Biokraftstoffpolitik zum Thema Ethanol auf drei Maßnahmen: Pflichtbeimischungen von Ethanol ins Benzin, niedrigere Steuersätze für die gemischten Treibstoffe und Steuervergünstigungen, um den Kauf von ethanolbetriebenen Fahrzeugen zu fördern (Jull et al., 2007). Die nationalen Maßnahmen zum Ethanol sind noch recht flexibel: die brasilianische Regierung erhöhte die Pflichtbeimischung von Ethanol von 22% auf 25%, um die Alkoholreserven am Ende des letzten Jahrzehnts zu vermindern. Zwischendurch wurde diese Beimischungspflicht auf 18% bis 20% reduziert, die erhöhte Nachfrage nach Alkohol

und der Produktionsrückgang von Zuckerrohr auf Grund der anhaltenden Trockenheit in einigen Anbaugebieten führten zu einem eingeschränkten Angebot im Land. Dann wurde der Prozentsatz im Mai 2013 nochmal auf 25% erhöht, um die Ethanolindustrie zu unterstützen und die Benzinimporte zu reduzieren (REN2I, 2012).

Mittlerweile wird das Proálcool-Programm heute als Erfolgsgeschichte gesehen, denn die Produktion von Ethanol aus Zuckerrohr in großem Umfang und dessen Einsatz als Treibstoff für PKWs (Goldemberg, Coelho, und Guardabassi, 2008; Kojima und Johnson, 2006) erwies sich als machbar. Es ist auch der einzige Fall, in dem eine wettbewerbsfähige Industrie geschaffen wurde. Der Weltbankbericht von Kojima und Johnson (2006) benannte die fünf Hauptfaktoren für diese Entwicklung: (1) der Anbau von Zuckerrohr in Brasilien hängt noch nicht von Bewässerung ab, sondern erfolgt überwiegend in trockenen Gegenden, im Gegensatz zur Zuckerproduktion beispielsweise in Australien und Indien; (2) es stehen noch viele landwirtschaftliche Expansionsflächen im Land für den Zuckerrohranbau zur Verfügung; (3) die Forschung und Entwicklung (R&D) und die Handelsproduktion haben seit drei Jahrzehnten eine höhere Produktivität gefördert; (4) die Zuckerfabriken und Destillen sind häufig integriert und flexibel, um von der Zuckerproduktion auf Alkohol umzusteigen – so sind die Eigentümer der Plantagen in der Lage, aus den Preisschwankungen zwischen den beiden Produkten Vorteile zu erzielen; und (5) die FFV-Fahrzeuge verminderten die Angst der Verbraucher hinsichtlich eines möglichen Ethanolmangels, außerdem wurden Investitionen in integrierte Zuckerindustriekomplexen gefördert<sup>2</sup>.

Eine weitere sehr wichtige Alternative für die Entwicklung von Biokraftstoffen in Brasilien war die Schaffung eines Binnenmarktes für Biodiesel im Rahmen des Nationalen Programms zur Produktion und Nutzung von Biodiesel (PNPB), das 2004 verabschiedet wurde. Das PNPB galt zunächst als Gegenangebot zum Proálcool, nachdem hier wenig Bereitschaft gezeigt wurde, auch die ärmeren familiären Kleinbetriebe in die *Commodities*-Ketten des Programms aufzunehmen (Hall et al., 2009). Obwohl die ersten Pilotprojekte des Proálcool auch den Maniokanbau zur Herstellung von Ethanol in Gemeinschaftsproduktion angedacht hatten, haben sich die Hoffnungen auf die wirtschaftliche Machbarkeit dieser Produktion nicht konkretisiert. Und tatsächlich scheinen die direkten sozialen Vorteile des Ethanol heute eher an die zeitlich befristete Einstellung von Erntehelfern mit geringen Qualifikationen geknüpft, nicht aber an deren Integration

---

2 Man muss jedoch anmerken, dass die Tendenzen auf dem weltweiten Zuckermarkt wohl dauernde Auswirkungen auf die Entwicklung des Ethanolmarktes haben werden (His, 2004).

als selbstständige Produzenten. Auf der anderen Seite sollte das PNPB besonders die soziale Integration von armen Familienbetrieben in den ärmeren Regionen des Landes berücksichtigen, vor allem die Halbsteppe des Nordosten (der *Sertão*), als Mechanismus wurde der Siegel Sozialer Kraftstoff (SCS) eingeführt, um vertragliche Vereinbarungen zwischen landwirtschaftlichen Familienbetrieben und Biodieselproduzenten festzulegen. Diese Vereinbarungen – die bis heute gültig sind – schließen unter anderem Preisgarantien für die landwirtschaftlichen Familienbetriebe ein, sowie die technische Unterstützung und Lieferung von qualitativ hochwertigem Saatgut. Als Ergebnis ist die Teilnahme von landwirtschaftlichen Familienbetrieben im Programm heute sehr viel besser organisiert als damals beim Proálcool, obwohl es dem PNPB Programm im Gegensatz zu den anfangs ehrgeizigen Zielen (Schaffel et al., 2012) nicht gelungen ist, die Landwirte aus dem armen Gebiet im Nordosten von Brasilien zu integrieren.

Die Soja des Agrobusiness ist heute der wichtigste Rohstoff innerhalb des PNPB, sie liefert 80% der Rohstoffe für die heute verpflichtende Beimischung von 5% (B5), während der für die landwirtschaftlichen Familienbetriebe im Nordosten ausgewählte Rohstoff, der Wunderbaum (Mamona) in der Produktion praktisch nicht vorkommt. Diese Entwicklung führte und führt immer noch zu sehr differenzierten sozialen und ökologischen Folgen. Im Fall der Soja förderte die Entwicklung neuer Sorten die in geringeren Breitengraden angebaut werden können die Nutzung von preiswerteren Landstrichen sowie eine starke Senkung der Transportkosten und seit den 90er Jahren die schrittweise Ausbreitung der Produktion in die Länder der landwirtschaftlichen Grenzflächen der zentralen Steppe (Cerrado) (Jank et al., 1999; Smaling et al., 2008; Hall et al. 2009). In dieser Region konzentrierte sich etwa 60% der nationalen Produktion, mit Großgrundbesitzern, Monokulturen und hohem Mechanisierungsgrad, die häufig von großen privaten Konzernen organisiert wurden (Smaling et al., 2008). Außerdem wurde der Anbau von Soja heute kritisiert, weil er die Abholzungen in der landwirtschaftlichen Grenze des Landes fördert, mit möglichen verheerenden Folgen für die Artenvielfalt in dieser Region (Lapola et al., 2010).

Und schließlich ist das Dendê-Öl als ein weiterer Rohstoff zu nennen, den man im Kontext des Programms PNPB herausstellen kann, obwohl dessen Produktion im Land noch sehr gering ist. Während einige der Meinung sind, dass der Anbau von Dendê-Öl vor allem im Staat Pará verwiterte Gebiete sanieren kann, gibt es auch Gegenstimmen die darauf hinweisen, dass ein schnelles Produktionswachstum zu weiterer Abholzung im Amazonasgebiet führen kann, mit starken Auswirkungen auf die Artenvielfalt und der Treibhausgasemissionen GEE.

Auf diese Art und Weise müssen die sozialen und ökologischen Folgen und die wirtschaftlichen Auswirkungen der Expansion des Zuckerrohrs und der Rohstoffe für Biodiesel betrachtet werden um zu verstehen, wie diese einen Beitrag zur Entwicklung eines nachhaltigen Marktes von Biokraftstoffen auf nationaler und internationaler Ebene, sowohl kurz- als auch langfristig leisten können. In diesem Kontext stellt der nächste Abschnitt eine bibliographische Zusammenfassung der wichtigsten Studien hierzu dar, er zeigt auch die vorhandenen Lücken zur Kenntnis und Formulierung von politischen Maßnahmen mit Grundlage auf Beweisen, der so genannten „*evidence-based policymaking*“.

### 3. SZENARIEN FÜR NACHHALTIGE BIOKRAFTSTOFFE IN BRASILIEN UND LÜCKEN IN DER FORSCHUNG UND IN DER FORMULIERUNG POLITISCHER MASSNAHMEN

■ Modelle, die die Expansion von Biokraftstoffen in Brasilien prüfen, haben in den letzten Jahren große Fortschritte gemacht. Dies schließt auch Untersuchungen über die Expansion von Zuckerrohr und Soja (Margulis, Dubeux, und Marcovitch, 2011; Lapola et al., 2010) ein, ebenso wie die Bewertung von agro-ökologischen Risiken und die Produktion von Rohstoffen unter wachsenden Auswirkungen von Klimaveränderungen (Pinto und Assad, 2008; Lobell et al., 2008). Auch die sozialen und ökologischen Aspekte dieser Tendenzen werden immer stärker untersucht. So verwenden beispielsweise La Rovere et al. (2011) eine Analyse mit vielfältigen Kriterien, um Themen wie Nahrungsmittelsicherheit und die Einflüsse der Expansion des Zuckerrohrs auf die Wasservorräte zu untersuchen.

Die bei Margulis, Dubeux und Marcovitch (2011) und anderen (Lapola et al., 2010) publizierten Studien zeigen, dass Soja und Zuckerrohr in den zentralen Westen Brasiliens expandieren werden, sie sind aber noch nicht schlüssig über die Auswirkungen auf die direkte und indirekte Abholzung und die Nahrungsmittelsicherheit. Die von Pinto und Assad (2008) durchgeführte Studie stellt fest, dass die Zuckerrohrernten möglicherweise von Klimaveränderungen profitieren werden, während bei anderen Kulturen erhebliche Produktivitätsrückgänge zu erwarten sind. Diese Information ist in den Landnutzungsmodellen noch nicht integriert. La Rovere et al. (2010) zeigen einen hohen Druck auf Wasserressourcen in verschiedenen Regionen des Staates São Paulo, aber wenig Auswirkungen auf die Nahrungsmittelsicherheit. Die Schlussfolgerungen dieser Studien sind allerdings wegen des Mangels an zuverlässigen Daten mit Vorsicht zu genießen.

Ähnliche Studien in den USA über den Wasserverbrauch in der Produktion von Biokraftstoffen (C. W. King, M. E. Webber, und Duncan, 2009; Carey W. King und Webber, 2008) zeigen, dass es starke Verbindungen zwischen den politischen Maßnahmen auf Bundesebene und den regionalen und lokalen Auswirkungen auf die Verfügbarkeit von Wasserreserven gibt. Während die Biokraftstoffe in ihrer Ökobilanz eindeutig mehr Wasser verbrauchen als fossile Kraftstoffe (Carey W. King und Webber 2008), untersuchen diese Analysen nicht wie die Veränderungen der Landnutzung und die Entwicklung von Biokraftstoffen, die die Nachhaltigkeit der lokalen Wasserreserven beeinträchtigen. Scanlon et al. (2007) geben an, dass die Veränderungen in der Nutzung des Landes und der natürlichen Systeme für landwirtschaftliche Systeme signifikant die Aufteilung des Wassers in grünes Wasser (Bodenfeuchtigkeit) und blaues Wasser (Flüsse und Grundwasser) verändern. Weitere mögliche Auswirkungen der veränderten Landnutzung durch die Expansion der Biokraftstoffe, die aus vielen Studien außerhalb Brasiliens hervorgehen, weisen auf eine Gefährdung der Nahrungsmittelsicherheit, der Artenvielfalt und durch flüssige Emissionen von Treibhausgasen hin (Gibbs et al, 2008; Searchinger et al, 2008; Rosegrant, 2008; Butler und Lurance, 2008; Braun, 2008).

Aus diesem Grund sind trotz neuerer Fortschritte in der Forschung und Modellierung von Biokraftstoffen die Wechselwirkungen zwischen der Expansion der Biokraftstoffe, der verfügbaren Wasservorräte und der verschiedenen Auswirkungen der Landnutzung in Brasilien noch wenig erforscht, was zu ernststen Problemen in der Formulierung von politischen Maßnahmen im Land führt. Diese Lücken fassen wir in den folgenden Absätzen zusammen.

**Erstens** sind die Auswirkungen der klimatischen Veränderungen auf die Produktivität der landwirtschaftlichen Kulturen und der Wasservorräte noch nicht in den genannten Studien integriert. Dies ist relevant, denn die Verfügbarkeit von Wasser und die landwirtschaftliche Produktivität neigen schon kurz und mittelfristig (2020–2030) zu einem signifikanten Rückgang (eine Erhöhung ist nur im Fall von Zuckerrohr zu verzeichnen), was neue Konflikte verursachen und die bestehenden Konflikte zwischen den unterschiedlichen Sektoren und den Einsatz dieser Rohstoffe erhöhen kann. Außerdem können diese Tendenzen zu einem suboptimalen Einsatz der Mittel, zu kontraproduktiven politischen Maßnahmen und langfristig zu einer nicht nachhaltigen Entwicklung führen. In Extremfällen können die idealen Orte zur Produktion von Rohstoffen für Biokraftstoffe andere Kulturen oder die Landnutzung in die *hotspots* der Artenvielfalt verdrängen, bei

der auch noch nachhaltigere Szenarien Kompromisse zwischen dem Anbau von Biotreibstoffen und der Nahrungsmittelproduktion beinhalten können. Dies hat auch Folgen für das Konzept der geeigneten Strategien für die Anpassung der Klimaveränderungen im Land.

**Zweitens**, nachdem die brasilianische Landwirtschaft, einschließt des Anbaus von Rohstoffen für die Produktion von Biokraftstoffen, vor allem in Trockengebieten erfolgt, fehlen immer noch Untersuchungen über die Auswirkungen der Bewässerung auf die lokalen und regionalen Wasservorräte. Hier muss man die Bewässerung gleichzeitig als eine Alternative untersuchen um (1) die landwirtschaftliche Produktion zu verbessern und (2) als Teil einer Strategie zur Anpassung an Klimaveränderungen angesichts der steigenden Oberflächentemperatur und der potentiell weiteren Bedürfnisse von Wasservorräten für die Pflanzen in ganz Brasilien.

**Drittens** prüfen die vorhandenen Studien nicht die Wasservorräte, die Landnutzung und die Energiefragen in einem integrierten Ansatz, sondern verwenden Ansätze, die sich thematisch auf besondere Fragen beschränken wie beispielweise die Auswirkungen der Expansion auf die Nahrungsmittelsicherheit oder die Veränderungen der Landnutzung durch die Expansion von Zuckerrohr oder Soja. Dies bedeutet, dass mögliche Rückwirkungen (*feedback*) der unterschiedlichen Bodennutzungen nicht entsprechend berücksichtigt werden, und dass die politischen Empfehlungen aus diesen Studien angesichts der eingeschränkten (das heißt, thematisch eingeschränkten) Schwerpunkte weniger aussagekräftig sind.

**Viertens** Produktionsszenarien und der Einsatz von Biokraftstoffen sind mehrheitlich kurzfristig (bis 2020) und haben nur eingeschränkten Wert für die strategische Planung des Sektors in Brasilien, zumal die Änderungsprozesse für die Bodennutzung, die Auswirkungen des Klimawandels und die Politik der Biokraftstoffe vor allem langfristig relevant (2030 und darüber hinaus) sind.

**Fünftens** und letztens wurde die Expansion des Biodiesels aus Palmöl, die in den verwiterten Gebieten im Amazonasgebiet erfolgen soll, noch nicht in einem Anwendungsmodell überprüft. Aus diesem Grund ist es wichtig zu verstehen, ob und wenn ja wie, Biodiesel aus Palmöl die Erfolgsgeschichte des Ethanol aus Zuckerrohr im Südwesten des Landes nachbilden kann.



Zusammengenommen führen diese Mängel zu beachtlichen Unsicherheiten hinsichtlich der freiwilligen Selbstverpflichtung Brasiliens, bis 2020 die Emissionen zwischen 36,1% und 38% zu vermindern, zumal dieser Plan sich auf die Erwartung eines starken Wachstums von Biokraftstoffen im Land gründet. Die vorhandenen Studien sind nicht schlüssig ob, wenn und in welchem Grad die direkten oder indirekten Veränderungen der Bodennutzung auf Grund der Expansion der Biokraftstoffen im Land relevant sein könnten, wie die Wasservorräte beeinträchtigt werden können, ob die Nahrungsmittelsicherheit zu einem Problem werden kann und inwieweit die Entwicklung des Sektors eine grüne Wirtschaft im Land insgesamt fördern kann. Brasilianische Strategien um nachhaltige Biokraftstoffe zu nutzen, zum Beispiel, durch robuste Kriterien für die Zertifizierung, sind diese auch aus Mangel an zuverlässigen mittelfristigen empirischen Beweisen begrenzt.

#### 4. DIE NÄCHSTEN SCHRITTE: INTEGRATION VON WISSENSCHAFT UND POLITIK ZUR ENTWICKLUNG VON NACHHALTIGEN BOKRAFTSTOFFEN

■ Die brasilianische Regierung reagierte auf die Sorgen um die Nachhaltigkeit der Biokraftstoffe proaktiv, indem sie in die Ministerial- und Sektorialprogramme für die Expansion der Biotreibstoffe und/oder andere Landnutzung (einschließlich der Pläne zur Entwicklung des Zuckerrohr für Ethanol PNPB, den Plänen für Land- und Viehwirtschaft des Ministeriums für Landwirtschaft, Viehzucht und Versorgung, MAPA), die Entwicklung von Zertifizierungsstandards (INMETRO, ISO/ABNT), technische Innovation (CTBE), Räte oder Ausschüsse der Wassereinzugsgebiete (ANA) aufnahm, oder durch die Einführung von Plänen zur agroökologischen Zoneneinteilung (für unterschiedliche Rohstoffe für Biotreibstoffe). Allerdings wird die nachhaltige Produktion von Biokraftstoffen in Brasilien jetzt auf den Prüfstand gestellt, nachdem sowohl die nationale als auch die internationale Nachfrage nach in Brasilien produzierten Biokraftstoffen steigt – und damit die Produktion von Biokraftstoffen in neuen mikroklimatischen Gebieten und Konditionen. Außerdem geht man mittlerweile davon aus, dass die Klimaveränderung signifikant die landwirtschaftliche Produktivität und die Verfügbarkeit von Wasser in Brasilien beeinträchtigen wird, einschließlich der möglichen Erhöhung der Konflikte zwischen den unterschiedlichen Bodennutzungen und dem Wettstreit Nahrungsmittel versus Kraftstoffe.

In diesem Kontext hat das Projekt *Integrated Modeling of the Land Use, Water and Energy Nexus of Brazilian Biofuels Expansion under Climate Change*, das kürzlich innerhalb der International Climate Initiative (ICI) des Ministeriums für Umwelt, Naturschutz und Reaktorsicherheit in Deutschland (BMU) das Ziel die **Entscheidungsträger und Interessensvertreter über mögliche Szenarien zur Expansion von Biokraftstoffen in Brasilien unter Berücksichtigung der Klimaveränderungen zu informieren, um die Formulierung von sinnvollen politischen Maßnahmen zu ermöglichen, mit denen die schädigenden Einflüsse auf die Bodennutzung, die Wasserressourcen und die Nahrungsmittelsicherheit vermindert und gleichzeitig die nachhaltige Produktion von Biokraftstoffen gefördert werden können**. Die Arbeit erfolgt durch eine multi-institutionelle Modellierung, welche die Auswirkungen auf die Wasservorräte auf der Ebene der Wassereinzugsgebiete, die Analyse der Veränderung der Bodennutzung und der Erstellung eines energetischen und sozialwirtschaftlichen Modells der Makroökonomischen Auswirkungen sowie des Auswirkungen auf die Emission von Treibhausgasen auf die brasilianische Wirtschaft bewertet. Die quantitative Analyse wird unterstützt durch einen Beratungsprozess und die strategische Verbreitung von Wissen, um die Kenntnisse von Spezialisten in die Analyse und die Verbreitung der Ergebnisse des Projektes innerhalb der strategischen Planung von öffentlichen Maßnahmen in diesem Sektor zu veröffentlichen, sowie Initiativen der Nachhaltigkeit aufzunehmen.

Wir glauben, dass die Ergebnisse dieser Studie hochrelevant im brasilianischen Kontext sind. Exportchancen für Biotreibstoffe hängen von einer strengen Einhaltung der Zertifizierungskriterien ab, so wie die Nachhaltigkeitskriterien der Europäischen Union. Die freiwillige Selbstverpflichtung des Landes, die Emissionen im Land bis 2020 um bis zu 38% zu reduzieren basiert auf einer signifikanten Entwicklung von Biokraftstoffen, aber der Klimaschutz hängt auch von der Fähigkeit ab, unter anderem die Abholzung durch die Expansion von Biokraftstoffen zu vermeiden. Die Bewässerung ist eine technische Alternative, die die Produktivität von Rohstoffen stark erhöhen kann und dadurch die Folgen der Veränderungen in der Bodennutzung stark vermindern können, aber deren Auswirkungen für die Wasserversorgung für den menschlichen Verbrauch, für die Nahrungsmittelsicherheit und anderen wichtigen Punkte müssen erst geprüft werden, bevor sich diese Technologie umfassend durchsetzt.

Und genau in diesem Kontext wird eine erhöhtes Bewusstsein und Wissen über den Zusammenhang zwischen der Boden-, Wasser und Energienutzung vor dem Hintergrund der Expansion der Biokraftstoffe in Brasilien der Formulierung

von öffentlichen Maßnahmen und der Überwachung und Beurteilung dieser Fragen zugutekommen. Dies ist auch relevant für Deutschland: für die Zukunft sind strengere Mindestanforderungen hinsichtlich der Fähigkeit der Biokraftstoffe, die Treibhausgasemissionen im Vergleich zu den fossilen Alternativen tatsächlich zu vermindern vorgesehen, was auch die Nachfrage nach Biotreibstoffen erhöhen und so mögliche neue Konflikte zwischen Bodennutzung, Wasservorräte, Nahrungsmittelsicherheit und die Produktion erneuerbarer flüssiger Treibstoffe schaffen wird. Dieser Punkt wird noch weiter verstärkt, wenn man die kritischen öffentlichen Diskussionen in Deutschland über die Entwicklung von Biokraftstoffen in Brasilien berücksichtigt.

Weiterhin können wir betonen, dass die für das Projekt vorgesehenen Ergebnissen für die Europäische Union und die deutsche Regierung von Interesse sind und die neuen Strategien und Initiativen der brasilianischen Regierung ergänzen. Das Projekt bietet relevante Informationen für die Formulierung einer grünen Wirtschaft und die Planung einer nachhaltigen Entwicklung der Landwirtschaft, sowie die Verminderung des Klimawandels und die nationalen Pläne zur Anpassung (unter der Leitung des Umweltministeriums MMA und des Brasilianischen Forums für Klimaveränderungen FBMC) und andere Sektoreninitiativen oder regionalen Initiativen (beispielsweise, die Pläne für Landwirtschaft und Viehzucht oder der Plan für Landwirtschaft mit geringem Kohlenstoffausstoß des MAPA), und andere. Das Projekt bietet auch allgemeine Ergebnisse, die eine Referenz für Nachhaltigkeitsinitiativen wie ISO/ABNT, INMETRO, die Podiumsdiskussion über nachhaltige Biotreibstoffe (RSB), Bonsucro, Internationale Zertifizierung für Nachhaltigkeit und CO<sub>2</sub> (ISCC) und andere Standards nationaler und internationaler Zertifizierungen sein können sowie die aktuelle agroökologische Zoneneinteilung für die Rohstoffe von Biotreibstoffen unter der Führung der brasilianischen Regierung unterstützen könnte. Außerdem sind die Projektergebnisse eine machtvolle Waffe für Entscheidungsträger der öffentlichen Politik oder Initiativen, die den Wasservorräten und der Nahrungsmittelsicherheit dienen, einschließlich der laufenden Diskussionen über REDD/REDD+. Und schließlich heizt dieses Projekt auch die Diskussionen an, ob (und wenn ja unter welchen Umständen) die aktuellen brasilianischen Bemühungen hinsichtlich Biokraftstoffe auf andere Regionen der Welt, vor allem in Entwicklungsländern, übertragen oder vervielfältigt werden kann. Das heißt, es ist ein Beispiel dafür, wie die internationale Kooperation die Entwicklung von nachhaltigen Biokraftstoffen zum Schutz der Umwelt unterstützen und auch die Durchführung umfassender sozialer und wirtschaftlicher Vorteile garantieren kann.

## DANKSAGUNG

■ Dieser Artikel ist Teil der *International Climate Initiative*. Das deutsche Bundesministerium für Umwelt, Naturschutz und Reaktorsicherheit (BMU) unterstützt diese Alternative mit Grundlage auf einer Entscheidung, die vom deutschen Bundestag genehmigt wurde. Die Autoren danken Paula Nacif de Moura für das Lektorat.

- **Martin Obermaier** · Ph.D. in Energieplanung (UFRJ, Brasilien), ist Experte für Anpassung an den Klimawandel und erneuerbare Energien. Von Beruf Ökonom, hat er über 10 Jahre Erfahrung im Projektmanagement. Aktuelle Forschungsprojekte umfassen soziale Entwicklung im brasilianischen Hinterland und Governance- und Umweltschutzfragen in Lateinamerika und Afrika. Vor kurzem erst koordinierte er eine Gruppe zur internationalen Praxis der Anpassung in semiariden und ariden Gebieten mit mehr als 450 nationalen und internationalen Experten. Ebenfalls häufig berät er die Weltbank, OECD, IEA und BNDES. Martin ist verantwortlich für die Gesamtleitung des hier vorgestellten Projektes und der Umsetzung der Strategie zur Verbreitung des Wissens.martin@ppe.ufrj.br
- **Carey W. King** · PhD in Maschinenbau (University of Texas at Austin), ist wissenschaftlicher Mitarbeiter bei Department für internationale Energie- und Umweltpolitik der Jackson School of Geosciences der Universität von Texas/ Austin. Er ist spezialisiert auf die Modellierung der Wechselwirkungen von Energiesystemen und Technologien mit der Wirtschaft und der Umwelt. Es verfügt über besondere Expertise in Politik und Technologien im Bereich Energie-Wasser im Zusammenhang von Wasser in Lebenszyklen von Brennstoff und Strom und der Netto-Energie-Analyse (insbesondere wie sich Netto-Energie-Metriken in Bezug auf beide Kennzahlen der Mikro- und Makroökonomie verhalten). Er hat Artikel in multidisziplinären Zeitschriften wie *Environmental Science and Technology*, *Sustainability* und *Environmental Research Letters* veröffentlicht.careyking@mail.utexas.edu
- **Marcelo M. R. Moreira** hat das Studium der Volkswirtschaftslehre an der Päpstlichen Katholischen Universität von Rio de Janeiro (PUC-Rio) absolviert, besitzt einen Master in Wirtschaft von der Universität von São Paulo (FEA-USP) und promoviert momentan in Energie-Planung an der Universität von Campinas (FEM-UNICAMP). Er ist spezialisiert auf Bioenergie und hat Erfahrung in der ökonomischen Modellierung, Prognose und Simulationen. Als wissenschaftlicher Mitarbeiter am Institut für Verhandlungen im Internationalen Handel (ICONE) entwickelte er das Fachmodul „Biokraftstoffe im Brazilian Land Use Model“ (BLUM). Er ist jetzt Koordinator der Themen Zucker und Biokraftstoffe bei Agroicone.marcelo@agroicone.com.br

## LITERATURHINWEISE

- BERNDES, Göran; HOOGWIJK, Monique und VAN DEN BROEK, Richard. The contribution of biomass in the future global energy supply: a review of 17 studies. *Biomass and Bioenergy* 25 (1) (Juli): 1–28, 2003. doi:10.1016/S0961-9534(02)00185-X.
- BRAUN, J. von. Food and Financial Crisis: Implications for Agriculture and the Poor. Brief prepared for the CGIAR Annual General Meeting, Maputo: IFPRI, 2008.
- BUTLER, R. A. und Laurance, W. F. Is oil palm the next emerging threat to the Amazon? *Tropical Conservation Science* 2: 1–10, 2008.
- DBFZ. Monitoring Biokraftstoffsektor. DBFZ Report 11. Leipzig: DBFZ Deutsches Biomasseforschungszentrum, 2012.
- EURACTIV. Biofuels not an obligation, say EU ministers. *EurActiv.com*. julho 2008. <http://www.euractiv.com/transport/biofuels-obligation-eu-ministers-news-220222>.
- FARGIONE, J.; HILL, J.; TILMAN, D.; POLASKY S. und HAWTHORNE, P. Land clearing and the biofuel carbon debt. *Science* 319: 1235–1238, 2008.
- GIBBS, H. K.; JOHNSTON, M.; FOLEY, J. A.; HOLLOWAY, T.; MONFREDA, C.; RAMANKUTTY, N. und ZAKS, D. Carbon payback times for crop-based biofuel expansion in the tropics: the effects of changing yield and technology. *Environmental Research Letters* 3: 1–10, 2008.
- GOLDEMBERG, J.; COELHO, S. und GUARDABASSI, P. The sustainability of ethanol production from sugarcane. *Energy Policy* 36: 2086–2097, 2008.
- HALL, J.; Matos, S. und LANGFORD, C. H. Social exclusion and transgenic technology: the case of Brazilian agriculture. *Journal of Business Ethics* 77: 45–63, 2008.
- HALL, J.; MATOS, S.; SEVERINO, L. und BELTRÃO, N. Brazilian biofuels and social exclusion: established and concentrated ethanol. *Journal of Cleaner Production* 17: 577–585, 2009.
- HAZELL, P. und PACHAURI, R. K. Overview. In *Bioenergy and Agriculture: Promises and Challenges*, herausgegeben von P. Hazell und R. K. Pachauri. 2020 Focus 14. Washington, D.C.: IFPRI/Teri, 2006.
- HIS, A. Biofuels Worldwide. Panoramé 2005. Paris: IFP, 2004.
- IEA BIOENERGY. Potential of Bioenergy to the World's Future Energy Demand". Exco 2007:02. Whakarewarewa: IEA, 2007.
- IPCC. *Climate Change 2007. Vol. 1: The Physical Science Basis. Vol. II: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Vol. III: Mitigation of Climate Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- JANK, Marcos Sawaya; PAES LEME, Maristela Franco; NASSAR, André Meloni und FAVERET FILHO, Paulo. Concentration and internationalization of Brazilian agribusiness exporters. *International Food and Agribusiness Management Review* 2: 359–374, 1999.

- JULL, C.; REDONDO, P. C.; MOSOTI, V. und VAPNEK, J. Recent Trends in the Law and Policy of Bioenergy Production, Promotion and Use. FAO Legal Papers Online 68. Roma: FAO, 2007.
- JUNGINGER, M.; BOLKESJO, T.; BRADLEY, B.; DOLZAN, P.; FAAIJ, A., HEINIMO, J.; HEKTOR, B., et al. Developments in international bioenergy trade. *Biomass and Bioenergy* 32: 717–729, 2008.
- KING, C. W.; WEBBER, M. E. und DUNCAN, I. J. The water needs for LDV transportation in the United States”. *Energy Policy* 38: 1157–1167, 2009.
- KING, Carey W. und WEBBER, Michael E. Water Intensity of Transportation. *Environmental Science & Technology* 42 (21) (November 1): 7866–7872, 2008. Doi:10.1021/es800367m.
- KOJIMA, M. und JOHNSON, T. Potential for biofuels for transport in developing countries. Knowledge Series 4. Washington, D.C.: ESMAP, 2006.
- LA ROVERE, Emílio Lèbre; OBERLING, D. F.; OBERMAIER, M.; SOLARI, R. und WILLS, W. Aspectos socioambientais da expansão da cana-de-açúcar. In *Economia da Mudança Climática no Brasil: Custos e Oportunidades*, herausgegeben von S. Margulis, C. B. S. Dubeux und J. J. Marcovitch, 62–67. São Paulo: IBEP Gráfica, 2010.
- LAPOLA, D. M.; SCHALDACH, R.; ALCAMO, J.; BONDEAU, A.; KOCH, J.; KOLKING, C. und PRIESS, J. A. Indirect land-use changes can overcome carbon savings from biofuels in Brazil”. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 107: 3388–3393, 2010.
- LOBELL, D. B.; BURKE, M. B.; TEBALDI, C.; MASTRANDREA, M. D.; FALCON, W. P. und NAYLOR, R. L. Prioritizing climate change adaptation needs for food security in 2030. *Science* 319: 607–610, 2008.
- MARGULIS, Sergio; DUBEUX, Carolina Burle Schmidt und MARCOVITCH, Jacques. *Economia da Mudança do Clima no Brasil*. Rio de Janeiro: Synergia Editora, 2011.
- NAUMANN, Karin; OEHMICHEN, Katja; ZEYMER, Martin; MÜLLER-LANGER, Franziska; SCHEFTELOWITZ, Mattes; ADLER, Philipp; MEISEL, Kathleen und SEIFFERT, Michael. Monitoring Biokraftstoffsektor. DBFZ Report 11. Leipzig: Deutsches Biomasseforschungszentrum, 2011.
- NITSCH, M. und GIERSDORF, J. Biokraftstoffe in Brasilien. Volkswirtschaftliche Reihe 12/2005. Berlin: Freie Universität Berlin, 2005.
- OBERLING, Daniel Fontana; OBERMAIER, Martin SZKLO; Alexandre und LA ROVERE, Emílio Lèbre. Investments of oil majors in liquid biofuels: The role of diversification, integration and technological lock-ins. *Biomass and Bioenergy* 46 (November): 270–281, 2012. doi:10.1016/j.biombioe.2012.08.017.
- OLIVEIRA, J. A. P. The policymaking process for creating competitive assets for the use of biomass energy: the Brazilian alcohol programme. *Renewable and Sustainable Energy Reviews* 6: 129–140, 2002.

- PINTO, Hilton Silveira und Eduardo Delgado ASSAD, herausgegeben 2008. *Aquecimento Global e a Nova Geografia da Produção Agrícola no Brasil*. São Paulo: Embrapa, UNICAMP.
- RAGAUSKAS, A. J.; WILLIAMS, C. K.; DAVISON, B. H.; CAIRNEY, J.; ECKERT, C. A.; FREDERICK, W. J.; HALLETT, J. P. et al. The path forward for biofuels and biomaterials. *Science* 311: 484–489, 2006.
- REN21. *Renewables 2010 Global Status Report*. Paris: GTZ/REN21 Secretariat, 2010.
- . *Renewables 2012 Global Status Report*. Paris: REN21 Secretariat, 2012.
- RIBEIRO, S. K.; KOBAYASHI, S.; BEUTHE, M.; GASCA, J.; GREENE, D.; LEE, D. S.; MUROMACHI, P. J.; NEWTON, P. J., PLOTKIN, S. und SPERLING, D. Transport and its infrastructure. In *Climate Change 2007: Mitigation. Contribution of Working Group III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*, herausgegeben B. Metz, O. Davidson, P. Bosch, R. Dave und L. Meyer, 323–386. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- ROSEGRANT, M. Biofuels and grain prices: impacts and policy responses. Washington, D.C.: Testimony for the U.S. Senate Committee on Homeland Security and Government Affairs, 2008.
- SCANLON, Bridget R., Ian JOLLY, Marios SOPHOCLEOUS und Lu ZHANG. Global Impacts of Conversions from Natural to Agricultural Ecosystems on Water Resources: Quantity Versus Quality. *Water Resources Research* 43 (3): n/a–n/a, 2007. doi:10.1029/2006WR005486.
- SCHAFFEL, Silvia B.; HERRERA, Selena; OBERMAIER, Martin und LA ROVERE, Emílio L. Can family farmers benefit from biofuel sustainability standards? Evidence from the Brazilian Social Fuel Certificate. *Biofuels*, 3. Auflage, 2012.
- SEARCHINGER, T.; HEIMLICH, R.; HOUGHTON, R.A.; DONG, F.; ELOBEID, A.; FABIOSA, J.; TOKGOZ, S.; HAYES, D. und YU, T. Use of U.S. croplands for biofuels increases greenhouse gases through emissions from land-use change. *Science* 319: 1238–1240, 2008.
- SMALING, E. M. A.; ROSCOE, R.; LESSCHEN, J. P.; BOUWMAN, A. G. und COMMUNELLO, E. From forest to waste: assessment of the Brazilian soybean chain, using nitrogen as a marker. *Agriculture, Ecosystems and Environment* 128: 186–197, 2008.
- SMITH, JOEL B.; SCHNEIDER, Stephen H.; OPPENHEIMER, Michael; YOHE, Gary W., HARE, William; MASTRANDREA, Michael D.; PATWARDHAN, Anand, et al. Assessing dangerous climate change through an update of the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) 'reasons for concern'. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 2009. doi:10.1073/pnas.081235106.
- THE ROYAL SOCIETY. Sustainable Biofuels: Prospects and Challenges. Policy Document 01/08. London: The Royal Society, 2008.

- UGARTE, D. G. De La Torre. Developing bioenergy: economic and social issues". In *Bioenergy and Agriculture: Promises and Challenges*, herausgegeben von P. Hazell und R. K. Pachauri. 2020 Focus 14. Washington, D.C.: IFPRI/Teri, 2006.
- WALTER, Arnaldo; ROSILLO-CALLE, Frank; DOLZAN, Paulo; PIACENTE, Erik und BORGES DA CUNHA, Kamyla. Perspectives on fuel ethanol consumption and trade. *Biomass and Bioenergy* 32 (8) (August): 730–748, 2008. doi:10.1016/j.biombioe.2008.01.026.
- DIE ZEIT, 18. August 2012. "Biokraftstoff E10 hat nie funktioniert". <http://www.zeit.de/wirtschaft/2012-08/biokraftstoff-e10-verbot>



## Verfassungskontrolle in Deutschland und Brasilien

RICARDO SICHEL

■ In Brasilien wurde mit der Einführung der Verfassung von 1988 die Zuständigkeit, die sich bisher auf das Oberste Bundesgericht (Supremo Tribunal Federal) konzentrierte, aufgeteilt: es wurde ein Oberster Gerichtshof eingerichtet, der die Verfassungskonformität untergeordneter Gesetze zu prüfen hat (Superior Tribunal de Justiça) und das Oberste Bundesgericht regelt die Auslegung und die Einführung der verfassungsrechtlichen Normen (Supremo Tribunal Federal). Trotz dieser Aufteilung kann man nicht sagen, dass hier ein Verfassungsgericht nach deutschem Modell geschaffen wurde. Es erfolgte jedoch ohne Zweifel eine Annäherung beider Modelle und in beiden Fällen konnten Mechanismen eingerichtet werden, die den demokratischen Rechtsstaat stabilisieren.

In Deutschland wurde im Zuge der Weimarer Republik diskutiert, welches Modell der Gesetzeskontrolle eingeführt werden sollte, wobei zwei Strömungen bedeutsam waren: Die erste propagierte eine Kontrolle mit Schwerpunkt auf der Verfassungsrechtlichkeit durch die Einrichtung eines Verfassungsgerichtes und wurde vom österreichischen Juristen Hans Kelsen verteidigt. Die zweite gründete auf dem vom deutschen Juristen Carl Schmidt vertretenen Legalitätsprinzip. Die zweite These setzte sich in der Weimarer Republik durch, während die erste These in der Österreichischen Verfassung 1919 übernommen wurde.

Die institutionelle Instabilität in Deutschland mit einem Mangel an Kontrollmechanismen ermöglichte den Aufstieg Adolf Hitlers und die Einrichtung einer nationalsozialistischen Diktatur, ohne dass die Weimarer Verfassung formell widerrufen wurde. Erst nach dem Ende des 2. Weltkriegs und der Gründung der Bundesrepublik Deutschland mit der Einführung eines Grundgesetzes ein-

schließlich der von Hans Kelsen vertretenen Ideen und der Einrichtung eines Verfassungsgerichtes in Karlsruhe, stabilisierte sich der demokratische Rechtsstaat.

In Brasilien wurde mit der Ausrufung der Republik 1889 ein Oberstes Bundesgericht (Supremo Tribunal Federal) nach dem Vorbild des Supreme Court der Vereinigten Staaten eingerichtet, das sich auf die Prüfung der Verfassungskonformität untergeordneter Gesetze und verfassungsrechtliche Fragen konzentrierte. So, wie in Deutschland während der Weimarer Republik, leistete das Fehlen eines Verfassungsgerichtes der Verletzung geltender verfassungsrechtlicher Prinzipien Vorschub, so beispielsweise 1930, 1937 und wiederum 1964 und 1969. Die vergangenen Verfassungen zeichneten sich durch ihre Kurzlebigkeit aus. Allein während der Zeit der Republik wurde jeweils 1889, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969 und aktuell 1988 eine Verfassung verabschiedet. Diese letzte Verfassung richtete ein Oberstes Bundesgericht (Supremo Tribunal Federal) ein, mit der besonderen Kompetenz, diese Verfassung zu schützen (Artikel 102).

So möchte ich zwischen der politischen Geschichte in Deutschland und Brasilien Parallelen ziehen, Zeiten der Instabilität und politische Krisen im Zeitraum nach der Verkündung der Republik aufzeigen und die Schritte erläutern, die eingeleitet wurden, um die Stabilität des demokratischen Rechtsstaates zu sichern.

Zum Holocaust-Gedenktag mahnte Präsidentin Dilma Rousseff in ihrer Rede, dass sowohl Brasilien als auch Deutschland im Laufe ihrer Geschichte Zeiten der Diktatur erlebten, in denen die Prinzipien des demokratischen Rechtsstaates durchbrochen und schwerwiegenden Menschenrechtsverletzungen verübt wurden.

Die Zufälle in unserer Geschichte zeigen jedoch, dass bestimmte institutionelle Entscheidungen vor allem nach erschütternden Ereignissen letztlich Grundlage sind für die Einrichtung stabiler politischer Institutionen. So soll die Wiederholung dieser Fehler einschließlich des Zusammenbruchs des demokratischen Systems durch die Einrichtung von Ausnahmeregelungen zukünftig vermieden werden, die in Deutschland zwar innerhalb der geltenden Gesetzgebung erfolgten, den Zusammenbruch jedoch nicht verhindern konnte.

Die Einrichtung von Mechanismen zur Kontrolle staatlicher Aktivitäten war immer ein Anliegen von Juristen und dieses Thema wurde bereits in einer Begebenheit verdeutlicht, in der sich Kaiser Friedrich der Große in seiner Sommerresidenz über einen Müller beklagte und die Zerstörung der Mühle verlangte. Der Müller ließ sich vom kaiserlichen Befehl nicht beeindrucken und antwortete: „Majestät, es gibt noch Richter in Berlin“. Der Müller vertraute auf das demokratische System und die Einschränkung der königlichen Macht, für ihn galt das Gesetz und nicht der Wille des Kaisers.

Wenn man die gesetzlichen Normen innerhalb der Tradition des römischen Rechts untersucht, kommt man an der Lehre des österreichischen Verfassungsrechtlers Hans Kelsen nicht vorbei, der die Existenz einer „Grundnorm“ verteidigte. In der Folge erhielt die Rechtsordnung einen Stufenaufbau, in dem diese „Grundnorm“ an der Spitze steht und von der aus sich alle weiteren untergeordneten Normen mit einer eingeschränkten Befugnis ableiten. Auf diese Weise wird im Gesetzestext der österreichischen Verfassung von 1920 zum ersten Mal die konzentrierte Verfassungskontrolle festgelegt.

So wird der Staat zu einem „Rechtsstaat“, das heißt, die Regeln des Zusammenlebens leiten sich nicht von der Willkür des Herrschers ab, sondern werden durch Gesetze geregelt und eingeschränkt. Ein Rechtsstaat ist jeder Staat, in dem das Gesetz die Rechtsbeziehungen regelt. Dieses Konzept erweist sich jedoch als unzureichend, insbesondere nach dem 2. Weltkrieg, nachdem der Staat selbst innerhalb der eigenen Rechtsordnung Verbrechen gegen die Menschheit verübt hatte. Da der Begriff Rechtsstaat also nicht ausreichend ist, ergibt sich die Forderung, dass dieser „Rechtsstaat“ gleichzeitig auch „demokratisch“ sein muss, so dass dieser nun „demokratischer Rechtsstaat“ genannt wird. Die Aufnahme des Begriffs „demokratisch“ ist an die Forderung geknüpft, dass die formellen Rechtsnormen die Würde des Menschen garantieren. Allein die Existenz einer Rechtsnorm ist nicht ausreichend, sie muss auch demokratisch sein und elementare Rechte garantieren, wie Meinungsfreiheit und Freizügigkeit, Verbot von Ausnahmegerichten und die Sicherheit, dass in einem Verfahren die Rechtsgrundsätze des Widerspruchsrecht und der Verteidigung gewährleistet sind, das heißt, die Legitimierung durch die Demokratie. Wenn diese Voraussetzungen erfüllt sind, kann sich der Bürger der so genannten „Herrschaft des Gesetzes“ nicht entziehen.

Das Gesetz soll den sozialen Frieden gewährleisten und vermeiden, dass die Menschen „private Gerichte“ anrufen. Die Prozesse sollen transparent sein und das Zusammenleben der Menschen in der Gesellschaft regeln, so dass diese nicht nur von Macht und wirtschaftlicher Überlegenheit, sondern von der rechtlichen Gleichstellung der Menschen bestimmt wird. Diese Gleichstellung kann und soll durch die wirtschaftlichen Machtgefüge zwischen den Bürgern relativiert werden, zumal der Staat die Ungleichheiten nicht auf die gleiche Art schützt, ohne jedoch „Bürger zweiter Klasse“ zu schaffen, sondern um den Benachteiligten die Möglichkeit zu geben, den Privilegierten „gleicher“ zu werden.

In diesem Kontext ergibt sich die Frage nach der Rolle einer organisierten Gruppe, wenn sie mit einer gesetzlichen Vorschrift nicht einverstanden ist und welche Handlungsmöglichkeiten gegeben sind. Die Handlungs- und Kritikmöglich-

lichkeiten dürfen nicht unterdrückt werden, aber eine fehlende Zustimmung darf natürlich nicht die Verletzung einer Rechtsvorschrift nach sich ziehen. Innerhalb eines demokratischen Regimes sollen die organisierten Gruppen an erster Stelle die Gesetze befolgen, zumal diese von der Staatsgewalt beschlossen wurden und letztere wiederum als Volksvertretung legitimiert ist. Die Einhaltung des Gesetzes unter Wahrung der Gesetzespflicht ist für die Sicherung der demokratischen Freiheiten überaus wichtig.

Aber die Tatsache, dass das Gesetz eingehalten wird, bedeutet nicht, dass man mit den gesetzlichen Bestimmungen einverstanden ist, die Gesellschaft selbst hat die Aufgabe, diese durch die entsprechenden Organe zu ändern. In der Regel finden wir in demokratische Staaten die Teilung in drei Gewalten: die Exekutive wacht über die Einhaltung der Gesetze oder schlägt Gesetzesänderungen vor, die Gesetzgebende hat das Vorrecht, Gesetze zu verabschieden und die Judikative die Kompetenz, die Rechtsnorm anzuwenden und durchzusetzen. Wichtig ist noch, dass die Vertreter der ersten beiden Gewalten direkt vom Volk gewählt werden, sie sind Vertreter der Zivilgesellschaft und somit ein Abbild dieser.

Wenn also eine bestimmte Rechtsvorschrift abgelehnt wird, haben die organisierten Gruppen die Möglichkeit Sympathisanten zu mobilisieren, damit diese bei den Wahlen eine parlamentarische Mehrheit erreichen können, die mit ihrer Idee sympathisiert und so die gewünschte Änderung durchführt. Falls das Problem jedoch die Durchsetzung oder Auslegung einer bestimmten Rechtsnorm betrifft, wendet man sich an die Judikative, die hier eine korrekte Auslegung veranlasst und dem Justizsystem als Ganzes die notwendige Struktur verleiht.

Die Meinung des Volkes ist wichtig, jedoch im Rahmen der gesetzlich festgelegten Grenzen. Man darf nicht dem Trugschluss derjenigen aufsitzen, die den so genannten „Volkswillen“ anrufen, der in der Vergangenheit häufig verzerrt und manipuliert wurde. Andererseits kann der Wunsch der Zivilgesellschaft in Brasilien, wie in der Bundesverfassung erlaubt, zu einer Gesetzesvorlage in Volksinitiative führen, wie dies beispielsweise beim Gesetz der „Weißen Weste (Ficha Limpa) der Fall war. Die Initiative ging tatsächlich von den organisierten Gruppen aus, aber das Gesetzesverfahren wurde eingehalten.

Wenn man nochmal auf den Vergleich zwischen Brasilien und Deutschland zurückkommt, stellen wir fest, dass während der Republik in Brasilien von 1937 bis 1945 und von 1964 bis 1988 Ausnahmeregelungen galten. Die demokratische Stabilität war nie ein Kennzeichen der brasilianischen Geschichte, auch nicht in der demokratischen Phase zwischen 1946/1964, da das Land insbesondere zwischen dem Selbstmord von Präsident Getúlio Vargas 1954 und der Amtsübernah-

me von Präsident Juscelino Kubitschek 1956 von Café Filho, danach von Carlos Luz und auch noch von Nereu Ramos regiert wurde, also alles im Zeitraum zwischen August 1954 und Januar 1956. Wenn man davon ausgeht, dass ein gewählter Präsident sein Mandat von einem ebenfalls gewählten Präsident übernehmen sollte und dies auch wieder an einen gewählten Präsident weitergeben sollte, kann man sehen, dass dies zwischen Hermes da Fonseca (1910/1914) und dem Präsidenten Luiz Inácio Lula da Silva (2002/2010) nicht erfolgte. So folgte auf Hermes da Fonseca Venceslau Brás, nach ihm war Rodrigues Alves gewählt, der vor seinem Amtsantritt verstarb. Nach einer Interimsregierung von Delfim Moreira, übernahm Epitácio Pessoa das Präsidentenamt, sein Nachfolger ist Artur Bernardes, der sein Amt nicht von einem gewählten Präsidenten übernommen hat, dieses aber an Washington Luís weiter gibt, der sein Amt nicht bis zum Ende seiner Amtszeit ausübt, sondern von Getúlio Vargas abgesetzt wird, der bis 1945 an der Macht bleibt, als er vom Marechal Eurico Gaspar Dutra 1945 abgesetzt wird, der das Amt 1950 an Getúlio Vargas zurück gibt, der 1954 Selbstmord begeht. Es folgen eine Reihe von Interimsregierungen bis zur Amtsübernahme von Juscelino Kubitschek, sein Nachfolger im Amt ist Jânio Quadros. Dieser wiederum tritt im August 1961 zurück, sein Amtsnachfolger ist João Goulart, der 1964 mit dem Beginn der Militärdiktatur abgesetzt wird. Der erste Militärpräsident, der sein Amt nicht von einem demokratisch gewählten Vorgänger übernimmt, war Marechal Castello Branco. Dieser gibt das Amt an Marechal Costa e Silva weiter, der sein Mandat aus Gesundheitsgründen nicht zum Ende führt, sein Nachfolger ist aber nicht sein Vize-Präsident Pedro Aleixo sondern eine Militärjunta, die das Amt an General Emílio Médici übergibt, der wiederum das Amt an General Geisel respektive an General Figueiredo übergibt. Dieser kann das Amt nicht an seinen gewählten Amtsnachfolger Präsident Tancredo Neves übergeben, weil dieser krank ist. An seiner Stelle übernimmt José Sarney das Amt, gibt dieses weiter an Fernando Collor de Mello, der durch ein *Impeachment* seines Amtes enthoben wird, sein Nachfolger ist Itamar Franco. Dessen Amtsnachfolger ist Fernando Henrique Cardoso, der das Mandat bis zum Ende der Amtszeit innehat und dieses dann an Luiz Inácio Lula da Silva weiterhilt, der ebenfalls sein Mandat beendet und es dann an Dilma Rousseff weiter gibt.<sup>1</sup>

Dieser lange Zeitraum beweist, wie man oben sieht, die von der Verfassung von 1988 gesicherte Stabilität, in welcher die Krisen nicht zum Zusammenbruch

---

1 <http://www.duplipensar.net/dossies/historia-das-eleicoes/todos-os-presidentes-da-republica-federativa-do-brasil.html>, Zugang am 03.02.2013

der eingesetzten Regierungen führten wie seinerzeit 1954, 1964 und 1969. Brasilien überlebte das Impeachment des Präsidenten Fernando Collor de Mello, ohne dass dadurch die demokratischen Institutionen beeinträchtigt wurden, im Gegenteil: es gab einen Reifeprozess der Demokratie und der eingesetzten Mächte durch die Rolle des Obersten Bundesgerichtes (Supremo Tribunal Federal), in der Führung des Verfahrens vor dem Bundessenat durch den Präsidenten.

So kann man sich fragen, was hat sich in Brasilien verändert, das die Demokratie stärkte, bis hin zu einem Machtwechsel anlässlich der Wahl des Präsidenten Luiz Inácio Lula da Silva, als zum ersten Mal ein Arbeiter das höchste Amt des Landes übernimmt, ohne dadurch eine Regierungskrise auszulösen, wie beispielsweise damals, als Präsident Jânio Quadros zurück trat und versucht wurde, die Amtsübernahme von João Goulart zu verhindern. Dabei wird die Macht der Präsidenten durch die Einführung des Parlamentarismus eingeschränkt. Auch wenn keine Vergleichszahlen vorliegen, lässt sich nicht verleugnen, dass während der Militärdiktatur Menschenrechte verletzt wurden, beispielsweise die bekannten Menschenrechtsverletzungen des Mordes des Bundesparlamentsabgeordneten Rubens Paiva, die möglichen Todesfälle von Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, João Goulart, oder auch Marechal Castello Branco selbst, sowie eine noch ungewissen Zahl von Verschwundenen, deren Geschichte nun durch die von der Bundesregierung eingesetzte Wahrheitskommission (Comissão da Verdade) aufgedeckt werden soll. Laut Aussagen der Ministerin für Menschenrechte Maria do Rosário<sup>2</sup> hat die Wahrheitskommission (Comissão da Verdade) die Aufgabe, die „perversen Handlungen der Diktatur“ zu untersuchen und die Verantwortung des Staates für Folter zu eruieren, um die Wahrheit ans Tageslicht zu bringen.

Wenn wir uns nun Deutschland ansehen, erfolgte nach der Revolution von 1848 ein erster Versuch, die Demokratie einzurichten. In einer Zeit, die durch eine Reihe von Bewegungen im europäischen Kontinent gekennzeichnet war, war dies jedoch nicht von Erfolg gekrönt. Die sozialen Bewegungen ab 1848 hatten das Ziel, die soziopolitischen Strukturen zu verändern, um mit den Privilegien aufzuräumen und die Gleichheit der Bürger vor dem Staat zu gewährleisten. Ein erster Erfolg dieser Bewegungen erfolgte in der Weimarer Verfassung von 1919 und in der Österreichischen Verfassung von 1920, die sich erst Ende der 40er Jahre konsolidieren sollte. Nach dem Konzept der Rechtsordnung nach Kelsen bauen sich Rechtsvorschriften wie eine Pyramide auf, in der eine Norm jeweils die Grundlage der Gültigkeit der nachfolgenden bestimmt und die Verfassung

---

2 Zeitung O Globo, 01.03.2012.

die Grundlage für die Gültigkeit des gesamten Rechtssystems ist. Sie steht somit an der Spitze der Pyramide. Nachdem die Verfassung das übergeordnete Gesetz ist, müssen alle weiteren Normen in ihren Vorschriften verfassungskonform sein. So hat der Gesetzgeber Mechanismen geschaffen, um die normativen Akte zu kontrollieren. Dies nennen wir in unserer Rechtsordnung Verfassungskontrolle.

Die Verfassung des Deutschen Reichs, bekannt geworden als Weimarer Verfassung, war die Verfassung, mit der Deutschland während der Weimarer Republik (1919 – 1933) regiert wurde. Diese Verfassung bestimmte, dass Deutschland eine demokratisch-parlamentarische Republik sein sollte und der erste Präsident Friedrich Ebert war Vertreter der Gewerkschaftsbewegung. Diese Verfassung war theoretisch während des gesamten Dritten Reichs (1933 – 1945) gültig. Die Weimarer Verfassung stellte den Gipfel des freiheitlichen Staates des 18. Jahrhunderts und den Aufstieg des Sozialstaates im 20. Jahrhundert dar. Dies war ein Meilenstein der verfassungsrechtlichen Bewegung, in der die sozialen Rechte der 2. Generation/ Dimension (über die Produktions- und Arbeitsbeziehungen, die Erziehung, die Kultur, die Altersversorgung) festgelegt wurden und den Staat – ausgehend von der Gesellschaft und nicht mehr vom Individuum – organisiert wurde. Trotzdem war die Verfassung von Weimar nicht in der Lage, die Demokratie zu schützen, sondern sie legitimierte eine totalitäre Regierung. Die deutsche Demokratie stabilisierte sich erst nach dem 2. Weltkrieg mit der Verfassung von 1949. Wenn wir einen Vergleich anstellen mit der österreichischen Verfassung von 1919, die ein System der Kontrolle von Verfassungskonformität einführte und sich in denselben sozialen und historischen Kontext einordnen lässt wie die Weimarer Verfassung, können wir feststellen, dass die österreichische Verfassung fast 100 Jahre nach ihrer Verabschiedung noch gültig ist.

Dieselbe Instabilität, die wir in Brasilien erlebten, erfolgte auch während der ersten demokratischen Erfahrung in Deutschland, in der ein Kabinett das andere ablöste und das Misstrauen der Wählerschaft in dem Maße anstieg, in dem sie merkte, dass die politischen Alternativen im demokratischen Spektrum nicht den dringenden Bedürfnissen entsprechen. Zwischen 1918 und 1933 gab es insgesamt 8 Regierungen, teils sehr kurz, wie die von Adam Stegerwald, die nur 7 Monate dauerte, andere für einen längeren Zeitraum, wie Otto Braun mit einer Amtszeit von 7 Jahren. Aber die Krise von 1929 tobte in Deutschland vor allem wegen der Bedingungen des Versailler Vertrages und den Reparationszahlungen nach dem Krieg. Eine Vielzahl von Parteien verhinderte die Bildung von stabilen Regierungen. Die nachfolgende Tabelle stellt die Anzahl der Vertreter im Reichstag dar:

Tabelle I. Übersicht über die Reichstagswahlen 1919-1933

	<u>19</u>	<u>20/22</u>	<u>24 I</u>	<u>24 II</u>	<u>28</u>	<u>30</u>	<u>32 I</u>	<u>32 II</u>	<u>33</u>	
Wahlbeteil.	83,02	79,18	77,42	78,76	75,60	81,95	84,06	80,58	88,74	Wahlbeteil.
NSDAP	.	.	6,55 <sup>a</sup>	3,00 <sup>b</sup>	2,63	18,33	37,36	33,09	43,91	NSDAP
DVFP	.	.	.	.	0,87	.	.	.	.	VNB
Landvolk	.	.	.	.	1,89	3,17	0,25	0,30 <sup>c</sup>	.	Landvolk
WP	.	.	1,71	2,29	4,54	3,95	0,40	0,31	.	WP
BBB	0,91	0,78	0,64	1,03	1,56	0,97	0,37	0,42	0,29	DBP
DNVP	10,27	15,07	19,45	20,49	14,25	7,03	5,93	8,66	7,97	DNVP
CSV d	.	.	.	.	0,20	2,49	1,10	1,48	0,98	CSV d
DVP	4,43	13,90	9,20	10,07	8,71	4,75	1,18	1,86	1,10	DVP
DDP	18,56	8,28	5,65	6,34	4,90	3,78	1,01	0,95	0,85	DStP
BVP	19,67	4,39	3,23	3,74	3,07	3,03	3,26	3,09	2,73	BVP
Zentrum		13,64	13,37	13,60	12,07	11,81	12,44	11,93	11,25	Zentrum
SPD	37,86	21,92	20,52	26,02	29,76	24,53	21,58	20,44	18,25	SPD
USPD	7,62	17,63	0,80	0,33	0,07	0,03	.	.	.	USPD
KPD	.	2,09	12,61	8,94	10,62	13,13	14,56	16,86	12,32	KPD
Sonstige	0,68	2,30	6,25	4,15	4,86	3,02	0,56	0,61	0,35	Sonstige

Interessant ist auch der Aufstieg der Nationalsozialistischen Partei, die bei der Wahl 1933 gar keine absolute Mehrheit hatte, nachdem sie Verluste im zweiten Wahlgang 1932 einstecken musste und hinter den Gesamtzahlen der Sozialdemokratischen und der Kommunistischen Partei zurück blieb. Die sehr schwachen Institutionen und die ersten Erfolge der Nationalsozialistischen Regierung, die beispielsweise auch anlässlich der Einstellung der Reparationszahlungen und die Einrichtung der Wehrpflicht auf keinerlei Widerstand der internationalen Gemeinschaft stießen, haben die offizielle Propaganda noch mehr genährt. Dies öffnete den Weg für die Diktatur und die nachfolgende menschliche Tragödie des Völkermords gegen die europäischen Juden, insbesondere in Deutschland und in den besetzten Ländern, sowie der systematischen Verfolgung von politischen Gegnern. Hier sind besonders der Theologe Dietrich Bonhoeffer und die Geschwister Sophie und Hans Scholl zu nennen, die wegen ihres Widerstandes gegen die Diktatur ermordet wurden, aber auch Zigeuner und Homosexuelle. An dieser Stelle muss man, um der Wahrheit Genüge zu tun, auch die Unterstützung der Regierung Getúlio Vargas nennen, der in vollem Bewusstsein der Folgen Olga Benario Prestes ausgeliefert hat, eine gebürtige Deutsche, die als Kommunistin



und Jüdin nach einem Aufenthalt im KZ Ravensbruck schliesslich im Euthanasiezentrum von Bernburg umgebracht wurde.

Aus dieser menschlichen Tragödie ist nach den Nürnberger Prozesse und der Verurteilung verschiedener Naziführer ein neues Deutschland entstanden, das seit 1949 eine herausragende Stellung in der internationalen Gemeinschaft in der Einhaltung der Menschenrechte innehat. Dabei ist zu beobachten, dass diese Verpflichtung im Artikel 1 des Grundgesetzes festgeschrieben ist, der besagt: „Die Würde des Menschen ist unantastbar.“<sup>3</sup> Diese Verpflichtung findet Rechtsvorschriften im Strafgesetzbuch, in dem nicht nur Rassismus, sondern auch die Leugnung des Holocaust selbst außerhalb der deutschen Grenzen bestraft wird.<sup>4</sup> Diese Maßnahmen – zusammen mit der Freiheit des Rechts auf politisches Asyl – haben die Gesellschaft verändert und ein wichtiges Transformationselement war die Achtung der Freiheit.

Die brasilianische Verfassung von 1988 legt eine neue Systematik in der rechtsprechenden Gewalt fest. Vor ihrer Verabschiedung entschied das Oberste Bundesgericht (Supremo Tribunal Federal) alle Fragen über die Verletzung von Verfassungsvorschriften und Bundesgesetze.<sup>5</sup> Mit der Verabschiedung der Verfassung von 1988<sup>6</sup> begrenzte sich dessen Kompetenz auf Verfassungsfragen. Alle Fragen der Verfassungskonformität untergeordneter Normen werden vom Obersten Gerichtshof (Superior Tribunal de Justiça) entschieden.<sup>7</sup> Gilmar Mendes erklärt zur Kontrolle der Konformität der Verfassung von 1988:

■ „Die Verfassung hat ihren Interventionsanspruch beibehalten, um die Konformität der staatlichen Gesetze mit den so genannten sensiblen Prinzipien (CF, Artikel 34, VII, in Verbindung mit dem Artikel 36, III) zu prüfen. Dies

3 Artikel 1 – (1) Die Würde des Menschen ist unantastbar. Sie zu achten und zu schützen ist Verpflichtung aller staatlichen Gewalt.

(2) Das Deutsche Volk bekennt sich darum zu unverletzlichen und unveräußerlichen Menschenrechten als Grundlage jeder menschlichen Gemeinschaft, des Friedens und der Gerechtigkeit in der Welt.

4 BGH, 2000 – Az.: 1 StR 184/00: Stellt ein Ausländer von ihm verfasste Äußerungen, die den Tatbestand der Volksverhetzung im Sinne des § 130 Abs. 1 oder des § 130 Abs. 3 StGB erfüllen („Auschwitzlüge“), auf einem ausländischen Server in das Internet, der Internetnutzern in Deutschland zugänglich ist, so tritt ein zum Tatbestand gehörender Erfolg (§ 9 Abs. 1 3. Alternative StGB) im Inland ein, wenn diese Äußerungen konkret zur Friedensstörung im Inland geeignet sind.

5 Artikel 114, III der Verfassung von 1967, Artikel 101, III der Verfassung von 1946.

6 Artikel 102, III der Verfassung von 1988.

7 Artikel 105, III der Verfassung von 1988.

ist Voraussetzung für ein Eingreifen der Union, welches im Sinne des Artikels 36, III und § 1º der Verfassung durch den Präsidenten der Republik erfolgen muss. Traditionell ist das Oberste Bundesgericht (Supremo Tribunal Federal) zuständig für die Beurteilung von Fragen und Konflikten zwischen der Union und den Staaten, der Union und dem Regierungsdistrikt (DF) oder zwischen den Staaten untereinander (Artikel 102, I, f). Wie in anderen Ländern Lateinamerikas auch, hat die brasilianische Rechtsordnung nicht ein einziges Instrument, um die öffentlichen subjektiven Rechte zu verteidigen.“

Die Übernahme des österreichischen Modells, das die aktive Legitimität begrenzt, ohne dass ein persönliches Interesse oder eine individuelle subjektive Situation nachgewiesen werden muss, verleiht dem System mehr Stabilität. In diesem Sinne erklärt Hans Kelsen:

- „Wenn die Bundesregierung oder die Regierungen der Bundesstaaten die Prüfung und die Annullierung eines Gesetzes wegen Verfassungswidrigkeit beantragen, sind sie nicht verpflichtet nachzuweisen, dass das Gesetz eine subjektive Situation verletzt hat. Der Bund und die Staaten setzen – durch eine gegenseitige Kontrolle – das Interesse der Verfassungskonformität des Gesetzes durch. Jeder Staat kann die Verfassungswidrigkeit irgendeines Bundesgesetzes geltend machen, auch wenn dieses für einen einzigen Staat gilt.“

Zunächst sah das österreichische Modell die Kontrolle nur im Rahmen eines Rechtsstreits vor; die konkrete Kontrolle gab es nicht. Das Gericht sollte die Verfassungskonformität erst vor dem Hintergrund eines anhängigen Rechtsstreits prüfen. Es war keine konkrete Kontrolle vorgesehen bei Verfahren, die vor anderen Richtern oder Gerichten anhängig waren. Diese Art der Kontrolle wurde erst 1929 eingeführt. Die Möglichkeit einer direkten Klage, die bestimmten politischen Organen eingeräumt wurde, sowie der *erga omnes* Effekt der vom Verfassungsgericht verkündeten Urteile sind unverkennbare Anzeichen der Idealisierung von Kelsen für das konzentrierte Modell.<sup>8</sup>

Eine Kritik, die zum österreichischen Modell angebracht ist, war das Fehlen einer konkreten Kontrollsystematik der Verfassungskonformität, welche erst 1929 eingeführt wurde. Der Verfassungstext, der sich an Kelsen orientierte, richtet ein

---

8 Mendes In: GANDRA; Ives. Controle concentrado de constitucionalidade: comentários à Lei n. 9.868, von 10-11-1999, Seite 14).

Verfassungsgericht als dem Parlament angegliedertes Organ ein, das ab der Reform von 1929 die Verfassungskonformität kontrolliert und der zweiten Instanz erlaubt, diese Frage im laufenden Verfahren zu prüfen. Bis zur Entscheidung über diesen Punkt waren die Richter der 1. Instanz jedoch an das geltende Gesetz gebunden.<sup>9</sup> Zu diesem Thema zitiere ich Gilmar Mendes<sup>10</sup>.

- „Auch im deutschen Recht setzt sich die konkrete Kontrolle von Normen (Richtervolage) durch. Dabei wird festgelegt, dass, wenn ein Gericht die Verfassungswidrigkeit eines Gesetzes feststellt, dessen Gültigkeit von der Entscheidung abhängt, das Verfahren unterbrochen werden muss und die Angelegenheit dem für verfassungsrechtliche Fragen zuständigen Landesgericht zur Entscheidung vorgelegt werden muss, wenn es sich um die Verletzung der Landesverfassung handelt oder dem Bundesverfassungsgericht, wenn es sich um eine Verletzung des Grundgesetzes handelt (Grundgesetz, Art. 100, I)“. (Gandra; Mendes, 2005, Seite 18).

Mit dem Erlass einer neuen Verfassung (Grundgesetz) ab 1949 erlebt die Bundesrepublik Deutschland zunächst in den Besatzungszonen der USA, Frankreich und Großbritannien und ab 1990 im Rahmen der Wiedervereinigung im gesamten Bundesgebiet eine Zeit der demokratischen Stabilität, die auch von der Existenz eines Gerichtes abhängt, das für die Kontrolle der Verfassungskonformität zuständig ist, so dass jeder Versuch, dieses zu brechen, von vorneherein verhindert wird.

So kann man sagen, dass die Einrichtung konkreter Kontrollen zur Verfassungskonformität in Deutschland und Brasilien neben dem Lernerfolg aus den historischen Erfahrungen die Gesellschaften beider Länder verändert. Nur so konnte ein demokratisches System eingeführt werden, das auch die institutionelle Stabilität sichert und der Staat sich der institutionellen Bedeutung der rechtssprechenden Gewalt bewusst geworden ist, wie wir kürzlich in Brasilien in der Entscheidung des Strafverfahrens 470 feststellen konnten. Sowohl das deutsche Bundesverfassungsgericht wie das brasilianische Supremo Tribunal Federal haben die Aufgabe, die Verfassung zu schützen und so den demokratischen Rechtsstaat zu erhalten. Dieser Aufgabe kommt eine besondere Bedeutung zu vor dem Hintergrund der Geschichte und der notwendigen Sicherung der Grundvorausset-

9 Slaibi Filho, Nagib. Breve História do Controle da Constitucionalidade, Seite 9 ([www.tjrj.jus.br](http://www.tjrj.jus.br), Zugang am 03/02/2013).

10 Mendes, a. a. O., Seite 18.

zungen zur Achtung der Menschenwürde, denn wie Kanzlerin Angela Merkel vor dem Deutschen Bundestag anlässlich des Gedenktags des Holocaust sagte: Demokratie und Freiheit halten sich nicht von alleine aufrecht.<sup>11</sup>

- **Ricardo Sichel** · Bundesanwaltschaft als Teil der spezialisierten Anwaltschaft des INPI, assoziierter Professor der UNIRIO und des Masterprogramms in Jura der UCAM, Promotion und Master in Recht des geistigen Eigentums an der Westfälischen Wilhelms Universität in Münster.

---

11 [www.bundesregierung.de](http://www.bundesregierung.de), Zugang am 04.02.2013: Denn das muss uns Deutschen eine immerwährende Mahnung sein: Menschenrechte behaupten sich nicht von allein, Freiheit bewahrt sich nicht von allein, Demokratie gelingt nicht von allein. Nein, all das, was eine lebendige Gesellschaft mit menschlichem Antlitz ausmacht, braucht Menschen, die Achtung und Respekt voreinander haben, die Verantwortung für sich und andere übernehmen, die couragiert und offen Position beziehen und damit auch bereit sind, Kritik und Gegenwind in Kauf zu nehmen.

## LITERATURHINWEISE

- MENDES, Gilmar Ferreira. Análise do direito comparado e nacional. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira. *Controle concentrado de constitucionalidade: comentários à Lei n. 9.868, vom 10.II.1999*. 2. Auflage São Paulo: Saraiva, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Controle de constitucionalidade: aspectos jurídicos e políticos*. São Paulo: Saraiva, 1990.
- \_\_\_\_\_. Controle de constitucionalidade. In: BRANCO, P. G. G.; COELHO, I. M.; MENDES, G. M. *Curso de direito constitucional*. 5. Auflage São Paulo: Saraiva, 2010.



## Publicações anteriores dos *Cadernos Adenauer*

Candidatos, Partidos e Coligações nas Eleições Municipais de 2012 (n. 2, 2013)

Perspectivas para o futuro da União Europeia (n. 1, 2013)

Democracia Virtual (n. 3, 2012)

Potências emergentes e desafios globais (n. 2, 2012)

Economia verde (n. 1, 2012)

Caminhos para a sustentabilidade (edição especial, 2012)

Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos (n. 4, 2011)

Ética pública e controle da corrupção (n. 3, 2011)

O Congresso e o presidencialismo de coalizão (n. 2, 2011)

Infraestrutura e desenvolvimento (n. 1, 2011)

O Brasil no contexto político regional (n. 4, 2010)

Educação política: reflexões e práticas democráticas (n. 3, 2010)

Informalidade laboral na América Latina (n. 2, 2010)

Reforma do Estado brasileiro: perspectivas e desafios (n. 1, 2010)

Amazônia e desenvolvimento sustentável (n. 4, 2009)

Sair da crise: Economia Social de Mercado e justiça social (n. 3, 2009)

O mundo 20 anos após a queda do Muro (n. 2, 2009)

Migração e políticas sociais (n.1, 2009)

Segurança pública (n. 4, 2008)

Governança global (n. 3, 2008)

Política local e as eleições de 2008 (n. 2, 2008)

20 anos da Constituição Cidadã (n. 1, 2008)

A mídia entre regulamentação e concentração (n. 4, 2007)

Partidos políticos: quatro continentes (n. 3, 2007)

Geração futuro (n. 2, 2007)

União Europeia e Mercosul: dois momentos especiais da integração regional (n. 1, 2007)

Promessas e esperanças: Eleições na América Latina 2006 (n. 4, 2006)

Brasil: o que resta fazer? (n. 3, 2006)

Educação e pobreza na América Latina (n. 2, 2006)

China por toda parte (n. 1, 2006)

Energia: da crise aos conflitos? (n. 4, 2005)

Desarmamento, segurança pública e cultura da paz (n. 03, 2005)

Reforma política: agora vai? (n. 02, 2005)

Reformas na Onu (n. 01, 2005)

Liberdade Religiosa em questão (n. 04, 2004)

Revolução no Campo (n. 03, 2004)

Neopopulismo na América Latina (n. 02, 2004)

Avanços nas Prefeituras: novos caminhos da democracia (n. 01, 2004)

Mundo virtual (n. 06, 2003)

Os intelectuais e a política na América Latina (n. 05, 2003)

Experiências asiáticas: modelo para o Brasil? (n. 04, 2003)

Segurança cidadã e polícia na democracia (n. 03, 2003)

Reformas das políticas econômicas: experiências e alternativas (n. 02, 2003)

Eleições e partidos (n. 01, 2003)

O Terceiro Poder em crise: impasses e saídas (n. 06, 2002)

O Nordeste à procura da sustentabilidade (n. 05, 2002)

Dilemas da Dívida (n. 04, 2002)

Ano eleitoral: tempo para balanço (n. 03, 2002)

Sindicalismo e relações trabalhistas (n. 02, 2002)

Bioética (n. 01, 2002)

As caras da juventude (n. 06, 2001)

Segurança e soberania (n. 05, 2001)

Amazônia: avança o Brasil? (n. 04, 2001)

Burocracia e Reforma do Estado (n. 03, 2001)

União Europeia: transtornos e alcance da integração regional (n. 02, 2001)

A violência do cotidiano (n. 01, 2001)

Os custos da corrupção (n. 10, 2000)

Fé, vida e participação (n. 09, 2000)

Biotecnologia em discussão (n. 08, 2000)

Política externa na América do Sul (n. 07, 2000)

Universidade: panorama e perspectivas (n. 06, 2000)

A Rússia no início da era Putin (n. 05, 2000)

Os municípios e as eleições de 2000 (n. 04, 2000)

Acesso à justiça e cidadania (n. 03, 2000)

O Brasil no cenário internacional (n. 02, 2000)

Pobreza e política social (n. 01, 2000)

Para assinar ou adquirir os Cadernos Adenauer, acesse: [www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil)